

UNIÃO DO POVO **contra o neoliberalismo**



Documentos do 9º Congresso do PCdoB



Anita Garibaldi

UNIÃO DO POVO
contra o neoliberalismo

UNIÃO DO POVO **contra o neoliberalismo**

Documentos do
9º Congresso do PCdoB



Anita Garibaldi

1998

Revisão e Projeto Gráfico:

Priscila Arames

Colaboradores:

Edvar Luiz Bonotto, Fábio Palácio, Gabriela Mendonça, Guiomar Prates,

José Carlos Ruy, Luciano Pereira de Menezes, Lucília Ruy,

Maria Helena D'Eugenio

Fotos:

Maurício Moraes

Distribuição:

Divo Guisoni

Diagramação:

Quarup Editorial Ltda.-ME

Catálogo na Fonte
do Departamento Nacional do Livro

Partido Comunista do Brasil. Congresso (9:1997).

União do Povo contra o neoliberalismo: documentos e resoluções do 9º Congresso do PCdoB, outubro de 1997 / João Amazonas ... [et al.]. - São Paulo: A. Garibaldi, 1998.

ISBN 85-7277-011-9

1. Partido Comunista do Brasil - Congressos. 2. Ciência política - Congressos. L Título.

CDD-324.281075

1998

Editora Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalacqua na 158

Fone: (011) 289-1331 - São Paulo - SP

CEP 01323-010

*“Por maiores que sejam as dificuldades
que a revolução encontre, quaisquer
que sejam os possíveis fracassos passageiros
ou os vaivéns contrarrevolucionários
que tenha que enfrentar, o triunfo definitivo
do proletariado é inevitável.”*

(V. I. Lênin)

Sumário

Apresentação

O mais antigo e o mais jovem partido do Brasil 11

Abertura

Havemos de vencer, venceremos! 15

João Amazonas

Documentos

**Enfrentar a escalada neoliberal construindo ampla frente
oposicionista nacional, democrática e popular** 21

**O Partido – instrumento fundamental
da transformação revolucionária** 61

Manifesto

Ao povo brasileiro 71

Mensagem do 9º Congresso do PCdoB

Intervenções Especiais

A globalização e a atualidade da questão nacional 75

Luis Fernandes

Sobre as privatizações no Brasil 83

Haroldo Lima

A reforma agrária e a luta pela democracia 95

Aldo Arantes

A participação do PCdoB em instâncias de governo 103

Walter Sorrentino

O PCdoB na Frente Parlamentar 109

Sérgio Miranda

Sobre o trabalho de organização 115

Jairo José

A luta ideológica e a formação de quadros 123

Jô Moraes

A classe operária e o movimento sindical 127

João Batista

O fortalecimento da imprensa partidária 135

Pedro de Oliveira

Os comunistas são a juventude do mundo	139
<i>Ricardo Abreu (Alemão)</i>	
Novo marco nas relações internacionais do PCdoB	145
<i>José Reinaldo Carvalho</i>	
Finanças, uma necessidade para o crescimento partidário	149
<i>Ronald Freitas</i>	
Os desafios atuais da luta pelo socialismo	153
<i>Aldo Rebelo</i>	
A realidade da mulher e o PCdoB	159
<i>Liège Rocha</i>	

Balanço

Alcançou grande êxito o 9º Congresso	165
<i>Renato Rabelo</i>	

Intervenções Internacionais

Partido Comunista de Cuba	173
Partido Comunista do Vietnã	175
Partido Comunista da China	177
Partido do Trabalho da Coreia	178
Comitê para Anistia dos Presos Políticos da Albânia	179
Partido Comunista da Argentina	180
Partido Comunista da Bolívia	181
Partido Comunista da Dinamarca (M-L)	182
Partido Comunista do Peru (Pátria Roja)	184
Partido Comunista Português	186
União Democrática Popular (UDP – Portugal)	187
Partido Comunista da Federação Russa	189
Partido Comunista Sírio	190
Partido Bandera Roja da Venezuela	191

Mensagens

Partido Revolucionário do Povo laociano	193
Mensagem de Nexmije Hoxha	193

Partido do Socialismo Democrático da Alemanha	197
Partido Comunista da Austrália	197
Partido Comunista da Áustria	198
Partido Comunista do Canadá (M-L)	199
Partido Comunista do Chile	200
Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre (AKEL)	201
Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)	202
Partido Comunista dos Estados Unidos	202
Partido Comunista da Eslováquia	203
Partido Comunista Francês	204
Novo Partido Comunista da Holanda	204
Partido Comunista da Índia (Marxista)	205
Partido Comunista Revolucionário da Inglaterra (M-L)	205
Novo Partido Comunista da Inglaterra	206
Embaixada da República do Iraque	206
Partido da Refundação Comunista da Itália	206
Frente Sandinista de Libertação Nacional – Nicarágua	207
Partido dos Trabalhadores Dominicanos – PTD	207
Partido Comunista dos Operários da Rússia	208
Partido Comunista Marxista-Leninista da Suécia	208
Partido Comunista do Uruguai	209
Partido Comunista da Venezuela	209

Comitê Central

Efetivos	213
Suplentes	219

Comissões de Trabalho

Mesa Diretora do 9º Congresso	223
Comissão de Candidaturas	
Comissão de Redação	

Apresentação

O mais antigo e o mais jovem partido do Brasil

Este volume é composto pelos documentos oficiais aprovados pelo 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1997.

Acontecimento de importância decisiva na vida partidária, o 9º Congresso traz a marca da resposta coletiva dos comunistas brasileiros aos desafios que nossa época opôs ao ideal de construção de uma sociedade nova, mais avançada, justa e progressista.

Este foi o maior Congresso comunista realizado em toda a história de nosso país. A reunião dos 808 delegados nele presentes foi longamente preparada por conferências distritais, municipais e estaduais ao longo de 1997, que mobilizaram o número inédito de 20.000 militantes, em 27 estados brasileiros. Ele concretiza e completa a resposta teórica e organizativa do Partido ao impacto que a derrocada da experiência soviética, entre os anos 1980 e 1990, provocou entre os que lutam pelo socialismo.

Na abertura dos trabalhos, João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, disse que “o Partido vem lutando para cumprir seus deveres junto ao povo e busca sua grande meta, que é construir o socialismo no Brasil”.

Esse é o rumo para o qual aponta a resolução política aprovada no 9º Congresso, *Enfrentar a escalada neoliberal construindo ampla frente oposicionista nacional, democrática e popular*.

Ela registra a “crise sistêmica crônica e prolongada” do capitalismo neste final de século, marcada pela instabilidade e pela tendência à estagnação (nas semanas que se seguiram ao encerramento do 9º Congresso, a crise das Bolsas de Valores, que se espalhou pelo mundo, confirmou o acerto dessa tese).

O projeto neoliberal, diz a resolução, representa o esforço da burguesia e do imperialismo para “escapar da crise e prolongar por certo tempo histórico seu domínio sobre o mundo”. “Vivemos um período de predomínio da reação, com perigosas ameaças à democracia e à paz”, diz o documento. Mas este é também um período de mudança histórica e, em todos os continentes, os povos resistem contra a ofensiva reacionária da burguesia. “Vão sendo formadas as grandes vertentes do movimento revolucionário contemporâneo, cujo desfecho histórico só poderá ser a vitória do socialismo”.

No Brasil, a luta contra o neoliberalismo se traduz na busca de um projeto alternativo de desenvolvimento, voltado para as necessidades do país e de seu povo, e capaz de unificar o amplo arco de alianças formado pelos comunistas, progressistas, democratas e nacionalistas.



Este é o papel que o PCdoB vem cumprindo na luta política, e que deve ser aprofundado. “A participação do Partido Comunista do Brasil no curso dos acontecimentos políticos, nas instituições democráticas e no movimento de massas tem sido feita com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores, das massas populares, dos setores médios da população, dos jovens, das mulheres, dos negros, dos índios, dos excluídos, enfim da grande maioria da nação, na busca incessante de reforçar a unidade, elevar a combatividade e a organização do conjunto das lutas empreendidas contra os inimigos do povo”.

Para enfrentar essa tarefa, o documento *O Partido – instrumento fundamental de transformação revolucionária* reafirma a necessidade de “cuidar mais e melhor do Partido, prepará-lo para os grandes embates que se avizinham”. É necessário um “Partido forte e coeso, capaz de forjar a ampla união das correntes de esquerda e democráticas e de reforçar a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo”. Que seja um partido “de princípios, marxista-leninista, de feição moderna”, que seja o “instrumento político da consciência avançada dos trabalhadores da cidade e do campo”.

As intervenções especiais detalharam alguns aspectos importantes da tese central discutida no 9º Congresso, e trouxeram mais dados e argumentos para a reflexão dos delegados.

Luis Fernandes mostrou que a chamada globalização, peça forte da propaganda neoliberal, repousa sobre um conjunto de mitos, e é na verdade um movimento de recomposição e relançamento do imperialismo norte-americano. João Batista Lemos mostrou que a mundialização dos processos produtivos difunde as mazelas do capitalismo pelo planeta, impondo a necessidade da união dos trabalhadores acima dos estreitos limites das categorias e das nações, ganhando o mundo. Aldo Rebelo mostrou como o Brasil, a exemplo do mundo, amadureceu para o socialismo. E, como em todos os lugares, aqui a busca do socialismo está enraizada na história da luta revolucionária de nosso povo.

José Reinaldo Carvalho mostrou como, cumprindo esse compromisso de forjar a unidade internacional das forças progressistas, o PCdoB mantém ativo intercâmbio de amizade e cooperação com mais de uma centena de partidos comunistas e organizações revolucionárias e progressistas em todo o mundo.

A presença de expressiva bancada de partidos irmãos no 9º Congresso, além das inúmeras mensagens recebidas, demonstram esse espírito, expresso na intervenção do representante do Partido Comunista de Cuba: “Entusiasmados com a catástrofe do socialismo na Europa, os teóricos do imperialismo decretaram de forma tão pomposa quanto ridícula o fim da história, a globalização da injustiça e a neoliberalização da miséria, como se os povos pudessem se resignar à desigualdade, à fome e à morte. Como se a humanidade pudesse perder a capacidade

de sonhar e de lutar”, disse ele, enfatizando o esforço dos comunistas e revolucionários de todos os continentes em manter acesa a chama do futuro.

Outros aspectos da luta política e social do povo brasileiro foram tratados por Aldo Arantes e Haroldo Lima. Aldo frisou que “a luta pela reforma agrária é parte decisiva da luta pela construção de um país democrático e progressista. Por isso, essa luta tem que se tornar cada vez mais uma luta de todo o povo brasileiro, e não somente uma luta dos sem terra”. Haroldo Lima, por sua vez, fez um balanço do programa de privatização do governo de Fernando Henrique Cardoso, e de seu significado de traição nacional e entrega do patrimônio público ao grande capital brasileiro e estrangeiro.

As intervenções especiais de Walter Sorrentino, Jairo José, Jô Moraes e Pedro de Oliveira trataram de questões propriamente partidárias. Jô insistiu na necessidade de aprofundar a formação política e ideológica. “O partido é espaço privilegiado na formação da consciência socialista”, disse. Walter enfatizou a necessidade de o Partido preparar-se para assumir níveis de poder local e mesmo nacional, se houverem as condições necessárias para isso. Jairo falou sobre a importância do trabalho de organização, e Pedro de Oliveira insistiu na necessidade de fortalecimento dos instrumentos de propaganda, principalmente da imprensa partidária. Outras intervenções especiais trataram de questões relativas ao movimento de mulheres, apresentada por Liège Rocha, e à juventude, apresentada por Ricardo Abreu.

O Congresso de 1997 registra o êxito do Partido Comunista do Brasil nesse ambiente hostil. Mais antigo entre os partidos políticos brasileiros, e apesar de ter sido submetido a extensos períodos de clandestinidade e ilegalidade, o PCdoB conseguiu manter sua vida organizativa contínua desde 1922, ano de sua fundação, e 1962, quando foi reorganizado em resposta aos que depunham a bandeira da revolução. E, hoje, é também o mais jovem entre os partidos de nosso país. Seu núcleo “veterano”, responsável pela reorganização de 1962, pela resistência à ditadura militar e pela reconstrução partidária desde 1979-1980, conseguiu atrair parcelas avançadas da população, principalmente jovens – metade dos militantes do PCdoB tem menos de 29 anos de idade, e mais de 90% são filiados ao Partido há menos de 13 anos.

Assim, o slogan socialismo renovado, adotado pelo 9º Congresso, não é apenas retórica, mas expressão feliz da nova realidade partidária, registrada e cristalizada neste acontecimento histórico que indica a disposição do coletivo partidário em cumprir de forma altaneira as tarefas da nova etapa que se abre na história da luta pelo socialismo.



Abertura

Havemos de vencer, venceremos!

João Amazonas

Ao iniciar os trabalhos do 9º Congresso do PCdoB, saudamos com entusiasmo o 80º aniversário da Grande Revolução Socialista de 1917. É acontecimento histórico que marca o começo de uma nova era. Nosso Partido surgiu sob o influxo dessa Revolução que despertou os explorados e oprimidos do mundo para a luta emancipadora.

Queremos, ainda, comemorando o aniversário da Revolução, reverenciar essa figura notável de revolucionário proletário que se projeta em todo o século XX – Vladimir Ilitch Lênin, cujo pensamento criador, científico, dialético mantém plena atualidade.

E oportuno também lembrar, quando se iniciam os debates do Congresso, os nomes dos nossos queridos camaradas tombados na luta contra a ditadura militar, em defesa do Partido e de sua justa orientação – Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Pedro Pomar, Luís Guilhardini, João Batista Drummond, Bicalho Roque, membros do Comitê Central do PCdoB. Estendemos essa homenagem ao camarada Arruda Câmara, falecido em fins de 1979.

Cabe aqui igualmente manifestar nosso preito de gratidão aos camaradas que morreram heroicamente na gesta do Araguaia, entre os quais, Osvaldo Costa, o Osvaldão, Paulo Rodrigues, José Humberto Bronca, João Carlos Haas Sobrinho, Divino Ferreira, Orlando Momen-te, André Grabois, Libero Giancarlo (Joca), Francisco Chaves, Nelson Dourado. E as companheiras Helenira, Dina, Maria Lúcia Petit, Suely, Walquíria Costa, Lúcia Maria (Sônia). Ao todo mais de 60 camaradas.

Nosso 9º Congresso põe em destaque para o debate a reafirmação da nossa orientação política. Há dois documentos fundamentais nos quais se traçam as linhas mestras da estratégia e da tática, bem como o caminho da construção partidária.

Em termos do essencial, teríamos pouco a acrescentar. O que precisava ser dito está nesses dois documentos. Permito-me, assim, fazer algumas observações, dando ênfase ao que consta nos documentos.

Neles, faz-se um exame da batalha histórica entre capitalismo e socialismo. Esta batalha já vem de longe. E não terminará tão cedo. O capitalismo já passou por várias fases. Nas décadas finais do século XIX viveu a época da livre concorrência que marca o apogeu do capitalismo florescente.

Em fins do século passado e início do atual, surge a fase do monopólio, da oligarquia financeira, do imperialismo. Lênin chamava: etapa superior e última do capitalismo.

Esta etapa já dura um século. Nela, ocorrem mudanças significativas. O capitalismo continuou se desenvolvendo. E agravaram-se ao



extremo as contradições geradas por esse sistema.

Atualmente, o capitalismo vive uma fase de certa estagnação, apesar da chamada revolução tecnológica. Cai sempre mais a taxa média de lucro, consequência da disparidade entre o capital constante e o capital variável. O crescimento do capitalismo nos países desenvolvidos não passa de 2% a 2,5%, com tendência a baixar ainda mais.

O capitalismo monopolista não pode se conformar com a taxa média de lucro que torna praticamente inviável a reprodução ampliada. Luta por conseguir taxas mais elevadas de lucro.

É assim que surge o neoliberalismo, a grande ofensiva do capital contra os trabalhadores e os povos. Visa a aumentar a taxa da mais-valia, liquidar direitos sociais dos trabalhadores e intensificar a espoliação dos povos. Sob o pretexto da globalização, procura eliminar as fronteiras nacionais dos países menos desenvolvidos.

Deste modo, a grande batalha dos nossos dias, apresenta-se assim: neoliberalismo *versus* resistência nacional, preservação dos direitos sociais, defesa das liberdades democráticas.

Cada etapa do capitalismo tem suas particularidades. Lênin dizia que a particularidade política do imperialismo é a reação em toda a linha e a intensificação do jugo nacional. Nos dias de hoje, é preciso acrescentar a particularidade social – a exclusão maciça de milhões de trabalhadores da produção, gerando o desemprego e o subemprego.

As desigualdades do sistema capitalista aumentam sempre mais, provocando disputas entre os países mais desenvolvidos.

À frente da luta pela conquista da hegemonia mundial estão os imperialistas dos Estados Unidos. O imperialismo norte-americano é, hoje, o principal inimigo dos povos. Assume posições que se assemelham às de Hitler. Quer dominar o mundo, submeter todos os povos à dominação estadunidense. Usa todas as armas, faz intensa pressão econômica e política sobre os países menos desenvolvidos. Realiza guerras para impor sua dominação, como no caso do Iraque e da Bósnia. Submete a bloqueio violento países que resistem aos seus objetivos. Há tropas norte-americanas no Japão, na Coreia do Sul, na Alemanha, no Oriente Médio, nos Bálcãs. A Otan, instrumento agressivo dos Estados Unidos, estende suas garras até as fronteiras da Rússia.

O Brasil está na mira agressiva do imperialismo norte-americano. Por estes dias, Clinton visita o nosso país. Trouxe uma comitiva descomunal de mais de mil pessoas. Antes de sua chegada, distribuiu nota oficial intervindo em assuntos internos do Brasil. Que pretende o presidente americano? Impor ao Brasil a Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), o que significa maior subordinação aos Estados Unidos. Volta-se contra o Mercosul que visa à integração econômica de países da parte sul do continente.

Mas ele quer também que as Forças Armadas do nosso país reali-

zem ações de polícia contra o narcotráfico. Seria um meio de desviar as FFAA da sua função principal – a defesa da integridade nacional.

Portanto, deve-se ter bem presente que o inimigo principal do nosso povo e dos povos do mundo é o imperialismo norte-americano.

A luta contra esse inimigo deve-se travar em todos os sentidos: político, social, cultural, ideológico e mesmo militar se os Estados Unidos passam à agressão direta.

Com a derrota do socialismo na ex-União Soviética e no Leste europeu, os apologistas do capitalismo assanharam-se. Aparecem os Fukuyama falando da eternidade do capitalismo, do fim da história. Para eles, a derrota do socialismo é definitiva. Não se dão conta de que o capitalismo tem sofrido inúmeras e sérias derrotas. Citarei algumas: a derrota do nazi-fascismo; a perda da China com a vitória da revolução libertadora; a derrota vergonhosa no Vietnã; a derrota em Cuba; a derrota na Coreia; a derrota em Hong Kong. São numerosos os reveses do capitalismo. Mas os seus defensores falam somente dos insucessos do socialismo.

Há que considerar a natureza das derrotas. Os reveses do socialismo são passageiros, decorrem, em boa parte, da falta de suficiente experiência na construção da nova sociedade. Enquanto as derrotas do capitalismo representam desgastes continuados. Cada derrota enfraquece mais e mais o velho sistema em decomposição.

Surgem também os que, obrigados a reconhecer os males causados pelo regime vigente, querem consertá-lo. Falam de capitalismo selvagem, perverso, desumano como se isso fosse apenas um lado podre do capitalismo e não o próprio capitalismo.

O economista norte-americano Lester Thurow sugere a criação de um capitalismo sem capital financeiro, e Fernando Henrique Cardoso propõe o capitalismo social. Tais proposições não passam de aberração linguística. O capitalismo não tem conserto, é impossível humanizá-lo sendo a sua essência a exploração feroz do homem pelo homem.

É errôneo tentar alternativas para substituir radicalmente o quadro da situação atual. A alternativa de fundo só pode ser o socialismo. Isto não quer dizer que não se deva elaborar programas ou plataformas para enfrentar o neoliberalismo. Tais plataformas são, em última instância, meios de luta contra o capitalismo.

Voltemos a tratar do documento político ao 9º Congresso.

A parte nacional que inclui análise da situação brasileira e a formulação da tática do Partido é inteiramente correta. Coloca a questão essencial – a oposição ao neoliberalismo como o elemento básico para a construção de uma orientação política ajustada à realidade.

Revela com clareza o plano neoliberal no Brasil. E indica quem executa esse plano com a colaboração de partidos políticos das classes dominantes. Fernando Henrique é o executor-mor do plano, o homem



providencial para a realização da infame tarefa de vender o país e contrariar os anseios de liberdade e progresso do povo brasileiro.

O documento examina a correlação de forças existentes na arena política. Banqueiros, latifundiários e boa parte da burguesia sustentam as posições do imperialismo norte-americano, associam-se ao projeto neoliberal. A oposição ao neoliberalismo e ao seu representante no governo, FHC, é constituída genericamente pelos trabalhadores da cidade e do campo, pela pequena e média burguesia, por setores liberais, pela juventude estudantil. Em termos de partidos políticos, é formada, fundamentalmente, pelos partidos de esquerda e setores democráticos de partidos como o PMDB.

Sem dúvida, a correlação de forças políticas, na atualidade, é bastante desfavorável ao setor democrático e progressista. Poderá mudar? Sim, se se despertam e organizam as grandes massas do povo para a luta contra o neoliberalismo, por suas reivindicações mais sentidas, ao mesmo tempo que se consolida a união das forças de esquerda e democráticas.

A tática do Partido deve responder a esse desafio. E aqui se situa um problema teórico e político da maior importância: o papel da tática no processo de transformação revolucionária. Essa transformação não se concretiza numa única batalha, nem ignorando o nível de consciência das massas.

No VII Congresso da Internacional Comunista, Dimitrov aconselhava:

“Fidelidade aos objetivos estratégicos com a maior maleabilidade tática, guiando as massas através de sucessivas campanhas políticas até a inevitabilidade da revolução”.

E Lênin afirmava:

“Basear a tática proletária em desejos subjetivos significa condená-la ao fracasso”.

Temos pela frente um inimigo poderoso e não contamos ainda com a força necessária para derrotá-lo. Mesmo a união da esquerda apresenta-se frágil. É nossa tarefa fundamental forjar na luta essa força necessária. E isso não se conseguirá se ignorarmos o nível de organização e de consciência política das grandes massas.

Justa, portanto, a orientação do documento político quando assinala que se impõe a criação de uma ampla frente contra o neoliberalismo e Fernando Henrique Cardoso, tendo como núcleo a união da esquerda.

Certamente, este objetivo envolve a luta de massas, de grandes massas, por suas reivindicações – contra o desemprego, contra a fome e a miséria, pela reforma agrária e a ocupação de terras etc.

Na realização dessas tarefas, é bom ter presente o perigo do esquerdismo que leva ao isolamento. A esquerda não deve se isolar com pregações doutrinárias abstratas e marcha em linha reta, ignorando a

realidade.

A disputa eleitoral de 1998 é boa oportunidade para pôr em prática a orientação tática. O PCdoB atua desde já para construir uma candidatura de oposição a fim de derrotar Fernando Henrique Cardoso, tendo a união da esquerda como núcleo de ampla frente eleitoral. Não é tarefa fácil. FHC é apoiado por forças poderosas. Os imperialistas norte-americanos sustentam a sua reeleição à presidência da República. Ele utiliza abusivamente o cargo que ocupa para atrair aliados e promover com recursos públicos seu novo mandato presidencial. Há dificuldades na oposição. Nem todos compreendem a importância da candidatura única das forças oposicionistas, com apoio de setores do centro. Na situação atual, uma candidatura somente da esquerda serviria apenas para marcar posição. E se a esquerda se divide, pior ainda. O PCdoB deve esforçar-se para consolidar a união da esquerda e ampliar sua influência política.

Por fim, algumas palavras sobre a Resolução que trata do Partido. Toda a orientação traçada no documento político e as perspectivas de vitórias dependem da existência de um forte e bem organizado partido comunista. Partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna. O PCdoB tem avançado e obtido êxitos importantes. Está integrado na vida política do país. Mas precisa avançar muito mais para colocar-se à altura das exigências políticas do conturbado período que vivemos.

Impõe-se generalizar a experiência da longa trajetória do Partido, intensificar o estudo da teoria revolucionária em constante desenvolvimento, ligar o Partido às massas e aumentar significativamente o número de seus militantes e filiados. É indispensável popularizar o Programa Socialista do PCdoB. O 9º Congresso fortalece nossas convicções revolucionárias, prepara o Partido para as batalhas libertadoras que se avizinham. Temos fé e confiança no Partido que nunca arriou a bandeira da luta pela emancipação nacional e social do povo brasileiro.

Havemos de vencer, venceremos!



Documentos

Enfrentar a escalada neoliberal construindo ampla frente oposicionista nacional, democrática e popular

I – Situação Internacional

A crise do sistema capitalista

O mundo atual, cenário de grande desordem, desequilíbrio e instabilidade, caracteriza-se pelo agravamento dos antagonismos econômicos, sociais e políticos do sistema capitalista. A chamada nova ordem, globalizada e interdependente, apresenta-se como uma dolorosa e tumultuada transição histórica, durante a qual esse sistema, em prolongada decadência, promove brutal ofensiva contra a soberania das nações, os direitos dos povos, as conquistas das classes trabalhadoras, a paz e a democracia. Nas últimas décadas, em particular nos anos 1990, o mundo tem passado por profundas transformações nas esferas econômica, social e política. A concentração e centralização do capital, que assinalaram o trânsito do sistema à etapa caracterizada por V. I. Lênin como monopolista-imperialista, alcançaram inauditas e impensáveis dimensões. Os 200 maiores conglomerados empresariais do mundo, em sua maioria pertencentes a grupos norte-americanos, japoneses e alemães, detêm quase a terça parte (8 trilhões de dólares) do PIB mundial (25 trilhões de dólares). O conjunto das relações econômicas e financeiras é governado por um seleto grupo de países imperialistas conhecido como G-7, que articula, coordena e orienta uma complexa rede de instituições internacionais, dentre as quais se destacam o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio (OMC), instrumentos da estratégia global desses países e simultaneamente palco em que se manifestam as irreconciliáveis contradições entre uns e outros. O domínio do capital financeiro – este fator tão poderoso que, segundo V. I. Lênin, submete mesmo as nações mais livres – outro traço distintivo do sistema capitalista na fase imperialista – atinge o auge. Ao transferir fabulosos recursos para a esfera especulativa, o capitalismo põe a nu sua natureza parasitária, assim como seus limites e sua incapacidade para usar em favor do progresso econômico e social os espetaculares recursos de que dispõe. A humanidade assiste presentemente ao aparecimento de fenômenos novos no funcionamento do sistema capitalista, que, se bem não lhe alterem a natureza espoliadora nem lhe abram a possibilidade de sanar suas contradições inerentes, criam condições objetivas distintas daquelas vividas em períodos anteriores e cenários mais complexos para o desenvolvimento das lutas dos traba-



lhadores e dos povos. A internacionalização dos processos produtivos, sua “reengenharia” e “reestruturação”, a “invenção” de novos métodos e formas de exploração da força de trabalho e extração da mais-valia, a descoberta de novos materiais, o advento de revoluções tecnológicas, com impactos importantes na produtividade, o aparente apagamento das fronteiras relativamente à alocação de investimentos e ao comércio, bem como a onipresença do mercado capitalista, supostamente abririam a possibilidade de superação das crises econômicas e configurariam o advento de uma nova fase de ulterior desenvolvimento, progresso, relançamento e apogeu do capitalismo. Não obstante, é mister constatar e compreender que, neste final de século, **o capitalismo está a braços com uma crise sistêmica crônica e prolongada**, a qual se manifesta através do progressivo declínio das taxas de crescimento –fenômeno que afeta indistintamente, embora de forma desigual, os países capitalistas, em particular os mais desenvolvidos. Este declínio, que traduz uma tendência à estagnação, vem sendo observado desde os anos 1970, tendo se acentuado nas décadas de 1980 e 1990. Se nos anos 1960 a taxa de crescimento médio anual do PIB dos países capitalistas mais desenvolvidos foi de 5%, nos anos 1970 caiu para 3,6%, despencou para 2,8% na década de 1980 e situa-se em torno de 2% na atual década. Esta continuada marcha declinante configura uma fase **crítica, decadente**, que não pode ser confundida com o movimento cíclico da reprodução social do capital e a crise de superprodução que lhe é característica. Atinge todo o sistema, contrastando com o período de relativa prosperidade ocorrido no imediato pós-guerra, quando chegou a criar-se uma situação de virtual pleno emprego (as taxas de desemprego oscilavam em torno de 1,5%), e as perturbações cíclicas então observadas podiam ser amenizadas pelos mecanismos reguladores de inspiração keynesiana. Na fase atual, essa regulação tornou-se mais difícil durante as crises de 1974-1976, 1980-1982 e 1990-1993, mais longas e de recuperação mais lenta e acidentada. O fato de não se ter manifestado ultimamente uma crise cíclica de superprodução, de surgirem situações conjunturais de crescimento, como a que se verifica agora nos EUA, e surtos de desenvolvimento em determinadas regiões, como no Sudeste asiático, não anula a existência da crise sistêmica, antes confere-lhe novas características.

Na base da crise sistêmica encontra-se a tendência à queda da taxa média de lucro, provocada pelas revoluções na composição orgânica do capital impulsionadas pelo avanço da produtividade, lei tendencial do modo de produção capitalista analisada por Karl Marx em *O Capital*. A crise constitui um componente essencial do sistema capitalista. A reprodução capitalista requer o equilíbrio entre a produção e a circulação dos bens e serviços, entre a capacidade de produção e as possibilidades de venda, entre a acumulação de capital e o poder aquisitivo da população, o que se torna impossível no quadro da existência da contradição

fundamental do capitalismo, entre o caráter social das forças produtivas e as relações de produção. Decorrência desse fator, assim como do declínio continuado das taxas de crescimento, da acumulação de déficits fiscais e da exportação desenfreada de capitais no quadro de uma ulterior internacionalização da economia, manifesta-se com inusitada força como aspecto saliente da atual crise econômica o crescente parasitismo do sistema, cuja maior expressão é a transferência de colossais recursos para a esfera financeiro-especulativa. Calcula-se que o montante de transações especulativas representa na atualidade cerca de 50 vezes o valor do comércio mundial. A cada 24 horas, 1 trilhão de dólares é transacionado nos mercados mundiais de moedas. Esse parasitismo influencia ainda mais o declínio das taxas de crescimento e reforça a tendência à estagnação, além de introduzir no cenário da crise econômica o explosivo ingrediente da instabilidade monetária, tornando uma possibilidade sempre factível o colapso das Bolsas e a *débâcle* financeira dos países que se tornam presas da ilusão de estabilidade ancorada no dinheiro volátil. O atual panorama da economia revela o esgotamento do tipo de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas avançados nos anos 1930 e intensificado no pós-guerra, que se expressa nos colossais déficits fiscais, cujo financiamento constitui sério obstáculo à reprodução capitalista. As taxas relativamente altas de crescimento de outrora viabilizaram tal modelo, permitindo o financiamento do Estado de Bem-Estar Social, hoje em processo de desmonte acelerado.

As modificações na composição orgânica do capital e o avanço da crise aceleram o processo de concentração, centralização e expansão global do capital, traduzido por uma onda crescente de aquisições, fusões e megafusões de empresas. Como resultado, os efeitos da crise têm maior repercussão mundial, tornam-se mais devastadores, na medida em que passam a condicionar as políticas econômicas governamentais na maioria dos países. Para os países do Terceiro Mundo, este processo, facilitado e impulsionado pelas privatizações, tem significado o aumento do grau de desnacionalização e fragilização de suas economias. Os megamonopólios desempenham papel predominante na vida econômica e são, em última instância, os principais fatores de estagnação e responsáveis pelo nível superior atingido pela internacionalização do capital e da produção. A exportação de capitais teve sua importância relativa elevada, comparativamente à exportação de mercadorias, fazendo com que o domínio dos monopólios assumia dimensão global sobretudo na esfera financeira. Nas condições atuais, o sistema financeiro mundial encarna o caráter crescentemente parasitário do capitalismo, constituindo uma espécie de bomba de sucção da mais-valia gerada pela exploração da força de trabalho.

O resultado mais dramático da crise é o crescimento extraordinário do desemprego, agravado pelo desenvolvimento tecnológico realizado



em meio à desenfreada concorrência entre os oligopólios. O atual nível de desemprego supera o alcançado nos anos da grande depressão deflagrada em 1929 nos EUA. O desemprego e o subemprego, de acordo com a OIT, atingem hoje 820 milhões de trabalhadores. Na União Europeia, o número de desempregados beira os 20 milhões, enquanto nos países da OCDE (organização que reúne os 26 países mais desenvolvidos do mundo) o desemprego cresceu de 10 milhões em 1970 para mais de 35 milhões em 1995. Expressão maior da crise econômica, o desemprego é, por decorrência, o mais grave problema social por ela gerado. Revela a crescente ineficiência do sistema capitalista na utilização dos recursos colocados à disposição da humanidade pelo progresso das forças produtivas e o desperdício do que, como Karl Marx viu e previu magistralmente, constitui a principal força produtiva da economia moderna – a força de trabalho.

Em contraste com as imensas possibilidades de desenvolvimento material e espiritual da sociedade humana, produzidas pela revolução técnico-científica, a época atual constitui pesada ata de acusação ao capitalismo, incapaz não só de promover esse desenvolvimento, como de oferecer os mínimos meios de subsistência à gigantesca parcela da população do planeta. Mais: o capitalismo é um freio ao desenvolvimento e ao progresso social. Condena milhões e milhões de pessoas à fome, à miséria, à indigência. Retira-lhes a perspectiva de vida, ensombrece-lhes o horizonte, atira-as à marginalidade e à exclusão da atividade produtiva, do consumo, da educação, da fruição da cultura e do entretenimento. Como nunca, o sistema capitalista concentra riquezas num polo da sociedade e aumenta a pobreza no outro. A quinta parte da população do Globo que vive nos países pobres recebe 1,4% do rendimento mundial, enquanto a quinta parte que vive nos países ricos abocanha 85% desse rendimento. Os 358 multimilionários mais ricos do mundo possuem uma fortuna que se iguala aos rendimentos anuais de 45% da população mundial (2 bilhões e 300 milhões de pessoas). Também nos países capitalistas mais desenvolvidos observa-se o alastramento da pobreza. Nos países da OCDE, mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. Na União Europeia atualmente 55 milhões de pessoas são consideradas pobres. **Enquanto se ouve a litania de um mundo marchando para a prosperidade, a concórdia social e o fim da luta de classes, nunca foi tão flagrante a contradição entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção e tão agudo o antagonismo entre o capital e o trabalho.**

O projeto neoliberal

lismo, num esforço – que só tem agravado as contradições do sistema, aumentado sua perversão e patenteado sua irracionalidade – visando a escapar da crise e prolongar por certo tempo histórico seu domínio sobre o mundo. O neoliberalismo, que vem sendo aplicado desde os anos 1970 e com maior intensidade desde o início dos anos 1980, constitui uma “solução” pretensamente global, implementada, segundo as particularidades nacionais e regionais, na esmagadora maioria dos países do mundo. Tendo adquirido ares de verdade absoluta e obstinada após as derrotas sofridas pelo socialismo, o neoliberalismo segue a lógica histórica do capitalismo de maximizar os lucros dos grandes monopólios do capital financeiro, através de impiedosa e voraz espoliação dos povos, das nações dependentes e das massas trabalhadoras. Num momento em que o pensamento único dominante pretende ser a política neoliberal o meio para sair da crise, vale lembrar as palavras de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, obra-prima do socialismo científico cujo sesquicentenário a humanidade progressista comemorará no próximo ano. Segundo eles, o capitalismo só poderá sair da crise “preparando crises mais extensas e mais violentas e diminuindo os meios para preveni-las”.

A política neoliberal prevê uma ampla desregulamentação e liberalização das regras de comércio e alocação de investimentos internacionais, a quebra de barreiras, a abertura das Bolsas e de todos os setores da economia às multinacionais, embora seja preciso destacar que isto esbarra em contradições, como indicam as regras protecionistas, especialmente no setor agrícola, nos EUA, no Japão e na Europa.

É parte essencial do projeto neoliberal uma reestruturação do Estado, visando a privatizações em massa, à redução de tributos sobre o capital e ao desmanche do chamado Estado de Bem-Estar Social. Nos países dependentes, a ofensiva do neoliberalismo nesse campo constitui séria ameaça à própria existência do Estado nacional. O neoliberalismo implica ainda, em patamar muito mais elevado, a subordinação do Estado aos interesses dos grandes monopólios, particularmente da oligarquia financeira. Nos países desenvolvidos o capitalismo monopolista de Estado manifesta-se com força através da transferência de parte crescente da renda nacional para pagamento das enormes dívidas públicas, cujos credores são os grandes monopólios do capital financeiro.

O neoliberalismo dirige uma ofensiva avassaladora contra os direitos dos trabalhadores, objetivando uma nova repartição do produto entre o lucro e o salário, revelando de maneira cristalina que a velha e perversa base em que se sustenta o sistema capitalista (a extração da **mais-valia**) continua a mesma. Medidas que resultam na redução drástica do padrão de vida dos trabalhadores são ingredientes comuns da receita neoliberal, observadas em todos os países em que é adotada. São iniciativas que implicam a derrogação de legislações trabalhistas e



previdenciárias, conquistadas com heroicas lutas da classe operária, a elevação do nível de desemprego, bem como o desmanche da rede de seguridade social. A busca da maximização dos lucros das multinacionais dá-se através de um plano deliberado de arrocho dos salários, associado à degradação (precarização) das condições de trabalho, à eliminação de direitos e à destruição dos serviços públicos.

As potências imperialistas, agrupadas no G-7, têm um razoável consenso e unidade na imposição das políticas neoliberais ao resto do mundo, que para as economias nacionais dos países dependentes adquire sentido destrutivo, uma vez que muitas das regras das políticas econômicas inspiradas no receituário neoliberal são impostas num quadro em que as condições de competição e comércio são bastante desiguais. O resultado de tal política é o aumento do endividamento, da desnacionalização, da dependência e da espoliação. Em benefício das grandes potências e em detrimento do desenvolvimento dos países dependentes, o neoliberalismo promove uma nova divisão internacional do trabalho, deixando como saldo uma parcial destruição do setor produtivo e em alguns casos a desindustrialização. Baseada na chamada teoria dos círculos concêntricos, a política neoliberal faz com que a produção de bens e serviços de maior densidade tecnológica se concentre nos polos avançados do capitalismo, ao passo que às regiões mais atrasadas atribui-se a produção de bens que requerem baixa inversão tecnológica.

Tamanha ofensiva contra a soberania nacional dos países do Terceiro Mundo torna falaciosas e ilusionistas as prédicas, difundidas pelos centros de propaganda e elaboração teórica das potências imperialistas, de “inserção” das economias nacionais dos países dependentes na economia internacionalizada. A desindustrialização é fenômeno que se alastra por toda a América Latina, após a implementação das chamadas políticas de ajuste. Amplos setores produtivos nacionais vão à ruína; persistem os baixos índices de crescimento e em alguns casos a recessão; caem o nível de emprego, a renda e o consumo *per capita*. A economia se movimenta à base da especulação financeira e o modelo de “desenvolvimento” é induzido para o setor terciário. Acentua-se a concentração da propriedade e da renda em mãos de minorias privilegiadas e aumenta a exclusão social.

No quadro de agravamento da dependência dos países do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina, avulta o problema do endividamento externo, que constitui verdadeira sangria dos recursos da região e um freio a qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico-social. O problema do endividamento externo se expressa igualmente na escalada do endividamento interno dos países latino-americanos, já que os governos da região partiram para a emissão crescente de títulos da dívida pública a fim de garantirem o pagamento de seus compromissos com os credores externos. Em finais de 1996,

a dívida externa dos países latino-americanos atingia a soma de 607 bilhões de dólares. A partir de 1982, quando eclodiu a crise da dívida latino-americana, até os dias atuais, os países do subcontinente pagaram o montante de 739 bilhões de dólares a título de serviços da dívida, ou seja, 18% a mais do que a dívida total acumulada. Considerado o período de 1991 a 1996, é de 86 bilhões de dólares a média anual de recursos drenados aos países da região sob a forma de pagamento dos serviços da dívida, que já compromete 30% das suas receitas de exportação. Este problema decorre da vigência de um iníquo modelo capitalista dependente e atualmente encontra-se estreitamente vinculado e/ou influenciado pelos desequilíbrios da economia norte-americana que, no ano passado (festejado como ano de crescimento econômico), registrou o maior déficit no comércio externo – 178 bilhões de dólares –, ao lado de um rombo nas contas correntes superior a 160 bilhões de dólares. Esses déficits têm grande repercussão em todo o Globo, em especial sobre o fluxo de capitais, e prejudicam as economias dos países do Terceiro Mundo. Recorde-se que durante o ano de 1994, encerrado com a estrondosa crise cambial mexicana, ocorreram sete elevações das taxas de juros nos EUA. Embora se fale de “alívio” e de “solução” para o problema da dívida latino-americana em razão de refinanciamentos e reescalamentos, assim como de uma nova inversão no fluxo de capitais entre países credores e devedores, pelo qual se tornou possível o aporte de bilhões de dólares para os países do subcontinente, a verdade é que em médio e longo prazo o endividamento constitui um problema em agravamento. Em primeiro lugar, porque o refinanciamento impõe compromissos forçosos em condições muito mais difíceis. Em segundo lugar, porque o aporte de capitais é constituído, em grande parte, de capital volátil, que tem a capacidade de migrar da noite para o dia de um continente a outro e é extremamente influenciável pelas oscilações na economia norte-americana (flutuações na taxa de juros e necessidade de absorção de capital estrangeiro). A crise cambial mexicana de 1994 mostrou a fragilidade de tais “soluções” e mecanismos. Efetivamente, a dívida externa latino-americana cresceu, resultando em maior dependência, como ilustram a penhora das receitas petrolíferas mexicanas, o comprometimento das reservas cambiais dos países endividados, a submissão ao monitoramento periódico do FMI e a imposição de políticas econômicas antinacionais e antipopulares.

Nova correlação mundial de forças

Nesse ambiente de crise e decadência do capitalismo, de intensificação da ofensiva neoliberal contra as classes trabalhadoras, as nações dependentes e os povos, emerge uma situação política nova, um momento muito particular na história contemporânea, caracterizado



pela existência de profundos abalos e alterações nas relações interimperialistas e na correlação de forças mundial. O fato é que, embora comum a todos os países capitalistas, a decadência do sistema manifesta-se de forma desigual. A crise sistêmica evidenciada desde os anos 1970 é marcada pelo relativo declínio econômico dos EUA – fenômeno visível quando mirado desde uma perspectiva histórica – e pela emergência do Japão e da Alemanha como grandes potências. No curso dos anos 1980, os Estados Unidos transformaram-se de país credor no maior devedor do planeta, enquanto o Japão passou a ocupar a posição de maior credor mundial. **Isto, somado à desagregação da União Soviética, significa que caducou a ordem econômica e política instituída a partir do pós-guerra. Inelutavelmente, tais fenômenos acarretam sérias consequências geopolíticas, provocando uma redefinição no quadro de alianças entre as potências, e dão lugar ao surgimento de novas e agudas contradições interimperialistas.**

Exibindo indiscutível superioridade militar e influência diplomática, aumentadas depois do colapso da URSS, os EUA apresentam-se no cenário mundial como a principal potência imperialista e principal inimigo dos povos. No terreno econômico-financeiro, tendo em vista impor a hegemonia num quadro em que são patentes os seus desequilíbrios estruturais (endividamento e déficit nas contas externas), os EUA assumem a dianteira na aplicação da política neoliberal, principalmente através dos mecanismos de desregulamentação financeira e de política monetária. Não obstante, são visíveis os sinais de declínio histórico da sua outrora inabalável liderança, mormente considerada a emergência do Japão e da Alemanha. Cada vez mais os Estados Unidos recorrem a fatores extraeconômicos para impor e manter sua hegemonia sobre o mundo. Surge, com isso, um perigoso desequilíbrio e uma constante instabilidade, posto que este hegemonismo é cada vez mais contestado e desafiado pelas demais potências. Momentaneamente, as contradições interimperialistas se expressam de modo “pacífico” e diplomático e muitas vezes são encobertas pela unidade existente entre as potências imperialistas na aplicação do neoliberalismo e na espoliação do Terceiro Mundo. Conquanto não se desenhem no desenvolvimento imediato da conjuntura mundial conflagrações de maior envergadura, não está descartada uma situação em que a diplomacia deixe de ser suficiente para dirimir as contradições interimperialistas. Nesse caso, o emprego de outros meios, inclusive a contenda militar, pode impor-se objetivamente.

Já em 1991, em plena euforia pelas derrotas do socialismo, o então presidente norte-americano, George Bush, lançou a ideia de uma “nova ordem internacional”, na qual os EUA reforçariam sua hegemonia exercendo o papel de polícia e juiz supremo do planeta. A Guerra do Golfo de 1991 foi o emblema dessa nova ordem, quando o imperialismo norte-americano conseguiu arrastar atrás de si uma poderosa coalizão de

19 países, incluindo toda a Europa e demais potências capitalistas na agressão ao Iraque. Sob os mais hipócritas pretextos, prosseguiu nos últimos anos a estratégia agressiva do imperialismo norte-americano, com a invasão da Somália e do Haiti; o sórdido bloqueio a Cuba, intensificado pela famigerada Lei Helms-Burton; o bloqueio ao Iraque, que acarretou a morte de dezenas de milhares de crianças e enfermos; o bloqueio à Líbia e ao Irã, através da Lei Amato, também com caráter de extraterritorialidade; as ameaças militares à RPD da Coreia; o estímulo às provocações militares de Taiwan; a imposição dos acordos de Dayton. Fazem parte dessa estratégia a instrumentalização da ONU, a invocação do “direito de ingerência” e a expansão da OTAN rumo ao Leste da Europa sob a hegemonia norte-americana.

Cada vez mais, entretanto, o Japão e a Alemanha-Europa Unida procuram realizar uma política própria e até de contestação ao hegemônio norte-americano. A recente agressão ao Iraque (1996) não contou com o mesmo apoio anterior. Nela, os Estados Unidos ficaram isolados, na solitária companhia de Israel, em seu fracassado intento de derrubar Saddam Hussein. As Leis Helms-Burton e Amato geraram oposição enérgica, sobretudo de países europeus. Na América Latina, são patentes as divergências em torno da ALCA, como ficou caracterizado durante a recente visita do presidente francês Jacques Chirac. Todas essas iniciativas só se explicam (e assim são vistas pelos rivais) pela pretensão dos Estados Unidos de se transformarem no árbitro e polícia do planeta, fazendo da sua própria vontade e interesses os critérios de julgamento político e moral do Universo. É nesse mesmo contexto que deve ser compreendido o recente acordo militar entre a China, a Rússia e a Índia.

Ofensiva reacionária

O neoliberalismo constitui uma ofensiva reacionária e brutal do imperialismo contra os povos. Em todo o mundo assiste-se à generalizada degradação da vida humana, traduzida na impossibilidade de sobrevivência para a quinta parte da população do planeta; na liquidação da soberania nacional; na perversão da vida institucional democrática; na militarização crescente; no recrudescimento do racismo e do chauvinismo; no obscurantismo cultural e ideológico de que é expressão o pensamento único dogmático vigente, cultor do irracionalismo, do pragmatismo e da ditadura do mercado; na devastação ambiental; na proliferação das doenças endêmicas; na extensão da criminalidade entre os excluídos e nas altas esferas da administração pública e privada; na erosão dos valores éticos e humanistas; no flagelo do narcotráfico e da toxicodependência. Tudo o que é progressista e democrático encontrasse na alça de mira do obscurantismo ideológico do imperialismo e



da reação mundial. **No limiar do 3º milênio a humanidade está a braços com inaudita crise de civilização.**

Inevitavelmente, a crise econômica, a ofensiva generalizada do neoliberalismo, os assaltos indiscriminados aos direitos dos trabalhadores e à soberania dos Estados nacionais provocam o descontentamento, a indignação, o protesto, a resistência e a luta dos povos em todos os continentes. A invariável resposta da burguesia e da reação mundial, comprovando a tese de Lênin segundo a qual “o imperialismo é a reação em toda a linha”, é o aumento das restrições antidemocráticas. Por toda parte, guardadas as particularidades nacionais e regionais, campeia o autoritarismo. Aqui e alhures, as classes dominantes, temerosas da resistência e luta dos trabalhadores e dos povos, modificam o arcabouço jurídico-político dos Estados, reforçam o aparato autoritário, elaboram legislações coercitivas, antissindicais e antidemocráticas, visando a excluir da participação política as massas populares e as correntes avançadas de esquerda que as representam, especialmente os comunistas. Governos conservadores adotam medidas racistas e chauvinistas, com estatutos legais e medidas policiais contra os imigrantes, do que é exemplo mais infamante a Lei Debré, na França. Perigosamente, na França, na Itália, Alemanha, Bélgica e Áustria, ressurgem movimentos de extrema-direita, racistas e parafascistas. O mundo vive o período de predomínio da reação, com perigosas ameaças à democracia e à paz.

Resistência dos povos e alternativa progressista

A contrarrevolução neoliberal assestou duro golpe contra a causa do socialismo, o movimento comunista e as lutas de libertação nacional e social. **A ofensiva antinacional, antissocial e antidemocrática ocorre nos marcos de uma situação política e ideológica ainda desfavorável às forças revolucionárias em todo o mundo.** O impacto negativo das derrotas do socialismo sobre a luta dos povos pode ser aquilatado não somente pela brusca alteração na correlação de forças, mas também pela desorganização profunda que acarretou às fileiras comunistas e ao conjunto do movimento transformador e pela criação de um ambiente de apostasia, desnorteamento, confusão política e ideológica, demissionismo e perda de perspectiva.

À primeira vista, a constatação de que vivemos um período histórico cinzento, pontilhado de zigzagues e derrota temporária do movimento revolucionário, corroboraria a tese de que a história chegou ao fim e já não há perspectiva de transformação. Nada mais falso. **Malgrado tudo, a luta pela superação do neoliberalismo e por uma sociedade mais avançada afirma-se e abre caminho.**

É o que se observa no esforço pela defesa e o fortalecimento do so-

cialismo na China, em Cuba, no Vietnã, na Coreia do Norte e no Laos, em meio a dificuldades, com avanços e recuos, erros e acertos, realizando experiências nunca antes conhecidas, mas com a determinação de seguir adiante e descortinar um futuro de progresso social. Os comunistas brasileiros tomam como importante dever a tarefa internacionalista de apoiar tais países socialistas, sem, entretanto, considerá-los “modelos” perfeitos e acabados da nova sociedade. O Partido Comunista do Brasil aprovou o Programa Socialista na sua 8ª Conferência, de agosto de 1995, definindo, em conformidade com sua compreensão da realidade mundial e brasileira e segundo critérios marxista-leninistas, a sua própria visão de construção do socialismo, levando em consideração as lições retiradas das primeiras experiências de construção de um sistema avançado e as críticas aos erros cometidos. A visão do PCdoB considera anticientífico o modelo único de socialismo, sendo, portanto, tarefa das forças revolucionárias de cada país a definição de rumos e critérios para a edificação da nova sociedade.

Os sinais de resistência ao neoliberalismo são visíveis na América Latina, em cujos países gesta-se com níveis e formas diferenciados um amplo movimento de caráter democrático, nacional e popular contra a dependência e as ditaduras civil-constitucionais subordinadas ao imperialismo. Greves, distúrbios populares, plebiscitos contra as privatizações, movimentos de rua pela deposição de presidentes corruptos, entreguistas e antidemocráticos são fatos que se multiplicam no dia a dia da vida política e social dos países latino-americanos. A recente vitória eleitoral da FMLN em El Salvador e a quebra do monolitismo do poder do PRI, derrotado na cidade do México para o PRD, uma força de centro-esquerda, são fatores de alento para a luta dos povos latino-americanos e reforçam a resistência anti-imperialista.

A resistência ao neoliberalismo está presente nas lutas contra o colonialismo e o racismo, de que é expressão maior o triunfo histórico do povo sul-africano contra o *apartheid*, na luta do povo angolano pela paz e na revolução armada no Zaire contra a ditadura de Mobutu; na rebelião dos camponeses em Chiapas; na luta dos países árabes pela afirmação de sua independência e do povo palestino por seu Estado nacional; nas rebeliões populares, operárias e estudantis na Coreia do Sul; no movimento libertador no Timor-Leste; e em vários outros movimentos, de maior ou menor envergadura na vastidão do orbe.

A elevação da temperatura da luta sindical e social na Europa é outro significativo sinal de que há resistência e luta contra o neoliberalismo. Destaca-se nesse contexto a iniciativa do proletariado francês, que realizou em 1995 uma greve já histórica, de 24 dias, combatendo a reforma reacionária da previdência. Somam-se nesse mesmo sentido as manifestações operárias na Alemanha e em vários países europeus contra o desmanche do Estado de Bem-Estar Social e as marchas e jornadas



contra o desemprego na Itália. Ainda na França, foi vitoriosa a greve dos caminhoneiros, depois de paralisarem o país por 11 dias, obtendo conquistas como a redução da jornada de trabalho e do tempo de serviço para aposentadoria, além de aumento salarial, que vão na contramão do projeto neoliberal. A derrota dos ultraconservadores na Inglaterra e a vigência de governos com plataformas diferenciadas das forças direitistas neoliberais na França e na Itália, com o apoio dos respectivos partidos comunistas, constituem eloquente resposta das massas à ofensiva neoliberal e mais um fator de resistência aos planos reacionários da burguesia, com importantes repercussões em todo o mundo.

A luta **afirma-se e abre caminho** na Rússia e nos países do Leste Europeu, onde ferve a inquietação social e é intensa a movimentação política. Hoje, passada mais de uma década desde o lançamento da perestroika, não é difícil verificar que a expectativa otimista difundida pelos ideólogos capitalistas sobre os desdobramentos e conclusões dos acontecimentos na Rússia e nos países do Leste Europeu foi frustrada pela vida. Desenhou-se um quadro falso de prosperidade e ventura, enquanto o que se passa na realidade guarda mais semelhança com uma tragédia. Longe, muito longe, da sonhada estabilidade política, do desenvolvimento econômico e felicidade consumista, o que se observa é um quadro de crise, cujos sinais estão presentes nos acontecimentos da Albânia, nos impasses da Rússia e de outros países ex-socialistas, além do quadro de tensão nos Balcãs e a emergência de novos conflitos relacionados com as pretensões expansionistas da OTAN rumo ao Leste Europeu. A crise na Rússia e nos países do Leste Europeu manifesta-se de forma explosiva em todos os campos da vida social – é uma crise econômica, social, política, moral, étnica e cultural. Deriva principalmente de dois fatores: em primeiro lugar, da fragilidade da classe que lidera a conturbada transição à economia de mercado. Sem um histórico de acumulação de capital, avançando com voracidade sobre o patrimônio público, revelou-se uma burguesia mafiosa; em segundo lugar (a enumeração não guarda ordem de importância), o drama da transição capitalista na ex-URSS e em todo o Leste Europeu desenvolve-se dentro de outro drama ainda maior, o da crise econômica do capitalismo, que dificulta ao imperialismo empreender ações de maior alcance para promover a recuperação econômica daqueles países, os quais vão vivendo em degradação prolongada, uma agonia lenta, numa espécie de “terceiro-mundização”, derivando daí a abrupta e virulenta liquidação das conquistas da revolução e do socialismo e a eclosão de lutas sociais e políticas de certa envergadura.

A luta e a resistência dos povos também encontram expressão nas múltiplas iniciativas visando a reunir, aglutinar e unificar, à base de plataformas antineoliberais, forças democráticas, progressistas e de esquerda. Destacam-se nesse sentido o Fórum de São Paulo, na América

Latina, de que nosso Partido é ativo partícipe, e as ações comuns, inclusive com caráter de massas, desenvolvidas na Europa sob os auspícios de partidos comunistas.

O movimento comunista internacional, atingido por grave crise, decorrente da ação nefasta do oportunismo, das derrotas sofridas pelo socialismo e de graves cisões, dá mostras de revigoração. Em todos os continentes, muitos partidos reafirmam sua identidade comunista, elaboram linhas políticas consoantes às exigências de nosso tempo e buscam meios e modos renovados para se acercar das amplas massas trabalhadoras. Não são poucas as iniciativas de articulação e unificação de pensamento e ação, visando a reforçar a unidade e a afirmação de uma corrente lúcida, capaz e consequente, a fim de levar adiante a causa da luta pelo socialismo. Este processo, lento, sinuoso e em longo prazo, mas que já apresenta resultados visíveis em muitos países, constitui o melhor desmentido da sentença de “morte do comunismo” decretada pelos propagandistas a serviço do imperialismo.

Acumular forças e abrir caminho ao socialismo

Ao realçar a crise e a decadência do capitalismo, de natureza objetiva, e apontar os fatores de resistência, o Partido Comunista do Brasil considera também o quadro desfavorável da presente situação mundial, que obriga o movimento comunista e revolucionário a inscrever sua ação nos marcos da defensiva estratégica. Tendo presentes o conjunto da situação internacional e a perspectiva histórica, o Partido Comunista do Brasil, longe de prever o colapso automático do capitalismo e a abrupta desagregação do seu poder político, considera a evolução da luta dos trabalhadores e dos povos desde uma perspectiva positiva, partindo da constatação de que amadurecem gradativamente as condições para o crescimento dessa luta. Pouco a pouco, fazendo sua própria experiência, os povos adquirirão confiança, consciência e organização para as futuras batalhas decisivas contra o neoliberalismo.

Reafirmamos que não há solução consistente para os cruciais problemas da humanidade nos marcos do capitalismo. Em sua fase decadente, quando não se vislumbra a perspectiva de superação da crise, esse sistema só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, de ameaças à democracia e à soberania das nações. O socialismo coloca-se como única saída global efetivamente progressista para a humanidade.

Ao reiterarem esta convicção, os comunistas não perdem de vista as batalhas políticas, econômicas, nacionais, sociais e culturais parciais e setoriais colocadas objetivamente na ordem do dia, e a busca de alternativas políticas concretas e viáveis que ajudem os trabalhadores, os povos, os movimentos de libertação e os partidos progressistas e



comunistas a acumularem forças para saírem vitoriosos nos grandes embates pela libertação nacional e social. Sob bandeiras amplas, pela democracia, a independência, o desenvolvimento, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a paz e o progresso social, vão sendo formadas as grandes vertentes do movimento revolucionário contemporâneo, cujo desfecho histórico só poderá ser a vitória do socialismo. Ao assumir suas responsabilidades de partido de vanguarda em nosso país e perante o movimento comunista e revolucionário mundial, o Partido Comunista do Brasil dará sua contribuição nesta gesta libertadora da humanidade.

II – Situação Nacional

O Brasil permanece uma nação dependente. O governo FHC usando o pretexto da “globalização” subordina o país a um projeto que serve à hegemonia do imperialismo norte-americano. A tendência democrática que se reergueu com o fim do governo militar começou a ser invertida no governo Collor e retrocedeu no governo atual. O povo brasileiro sofre as agruras do autoritarismo, da perda de conquistas e da desestruturação nacional. O plano FHC é economicamente vulnerável e impõe o desmonte das instituições democráticas. Esta situação condiciona um quadro político que se caracteriza pela inconstância e a instabilidade. Amadurece a possibilidade de vingar e crescer um grande movimento de oposição democrática, de reestruturação nacional e de retomada e ampliação das conquistas sociais. Nesse sentido, o PCdoB, por sua participação e intervenção no processo político em décadas recentes, está chamado a exercer importante papel.

Os anos 1930: a industrialização tardia

O desenvolvimento desigual e dependente é o traço comum e duradouro que marca, desde a origem, a implantação do capitalismo no Brasil. As primeiras relações capitalistas no nosso país se desenvolveram ainda no seio da sociedade escravista. A efetiva consolidação e o desenvolvimento do capitalismo, no entanto, se deram no bojo das transformações econômicas, políticas e sociais deflagradas pela Revolução de 1930, ainda que sob a marca da preservação de estruturas arcaicas como a brutal concentração da propriedade da terra nas mãos de grandes latifúndios. O esboço de uma política de industrialização ensaiado pelos dois primeiros governos republicanos (Deodoro e Floriano) foi completamente abandonado pela República dos fazendeiros que se seguiu à posse de Prudente de Moraes.

O tema da industrialização recupera forças após a Revolução de 1930, percorrendo um ciclo que vai até o final do governo Vargas, em 1954, com o interregno da administração entreguista de Dutra. Nesse período, implantou-se grande número de indústrias de base – Fábrica

Nacional de Motores, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) –, todas empresas estatais, e deu-se início à implantação da indústria moderna no país.

A eleição de Juscelino Kubitschek inaugura um novo ciclo, o desenvolvimentismo, voltado para a introdução de indústrias de bens de consumos duráveis, principalmente automóveis, eletrodomésticos e autopeças, com ampliação de infraestrutura com ampla abertura ao capital estrangeiro.

O desenvolvimento baseado no latifúndio e no privilégio ao capital externo gerou tensões insuportáveis na sociedade. Parcelas crescentes do proletariado urbano e rural, do campesinato e das camadas médias urbanas exigiam reformas democráticas e a limitação dos privilégios ao capital estrangeiro. Em 1964, sob aberta inspiração dos EUA e de forças reacionárias internas, é derrubado o governo João Goulart e instalada a ditadura militar.

A facilidade dos empréstimos externos, combinada com a brutal repressão sobre os trabalhadores, propiciou, numa fase de governos militares, um ciclo de desenvolvimento conhecido como “milagre econômico” entre 1968 e 1974.

No início dos anos 1970, a situação começa a mudar. Os Estados Unidos retiraram parcialmente, e depois completamente, a garantia em ouro do dólar em circulação no mundo. Os juros internacionais subiram, explodiu a crise do petróleo. Em consequência, o crescimento do Brasil desacelerou e o país entrou num impasse. O general Geisel assumiu a Presidência e tentou uma saída para o alto: aumentar o endividamento para fazer frente aos compromissos externos e tentar diminuir a dependência do país, principalmente de energia.

Geisel tentou basear o desenvolvimento, mais uma vez, no capital externo, mas a dívida voltou a crescer descontroladamente. Seu governo não conseguiu terminar as obras que iniciou (Usina Nuclear de Angra, Ferrovia do Aço etc.). Nos EUA, Reagan assumiu o governo e voltou a elevar as taxas de juros. Os países do Terceiro Mundo com grandes dívidas quebraram em série. O Brasil quebrou em 1982. Quebrado, foi ao Fundo Monetário Internacional, e saiu de lá com a receita dos anos 1980 – a década perdida: aumentar as exportações para acumular saldo em dólares e pagar os serviços da dívida; diminuir as importações para economizar os mesmos dólares; cortar gastos sociais e arrochar salários.

O Estado e a política neoliberal

A eleição de Fernando Collor de Mello desencadeou o processo de abertura da economia brasileira à concorrência predatória dos oligopólios internacionais. Ele iniciou também a privatização em massa das



estatais, principalmente no setor siderúrgico e petroquímico, e revogou a lei que protegia a indústria nacional de informática. A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 marcou um novo predomínio na onda neoliberal. Em dois anos de governo, ele conseguiu do Congresso a quebra dos monopólios estatais nas áreas de telecomunicações, petróleo e navegação de cabotagem; anunciou a privatização das empresas de telecomunicações e da Companhia Vale do Rio Doce, aprovou uma nova legislação sobre patentes, e deu pleno curso à integração associada aos interesses norte-americanos.

O programa de estabilização obteve sólido apoio das classes dominantes e aceitação de vastos setores das camadas médias brasileiras. O fato de ter debelado a espiral inflacionária neutralizou e iludiu contingentes significativos da população pobre. A aliança PSDB/PFL encarregou-se de transformar em programa de governo a conhecida e histórica subserviência das elites brasileiras aos interesses internacionais.

O neoliberalismo concebe um Estado mínimo nas atribuições de desenvolver o país, regular a economia, gerar emprego e fornecer serviços básicos como educação e saúde. Ao mesmo tempo, amplia as funções desse mesmo Estado quando trata de proteger os interesses dos monopólios, principalmente a alta rentabilidade de suas gigantescas aplicações financeiras custodiadas pelo dinheiro público.

O Executivo sobrepõe-se aos demais poderes. Dele partem a centralização e o controle das políticas de estabilização. O Legislativo vai se transformando em órgão auxiliar, homologador dessas políticas, dobrado a chibatadas quando ensaia qualquer veleidade de autonomia. Seu papel de fonte de soberania jurídica do Estado nacional é substituído por acordos e convenções impostos por organismos internacionais, e que, quando muito, são submetidos ao referendo do Congresso Nacional. A edição e reedição de medidas provisórias – o atual presidente é campeão, com uma média de 36 MPs ao mês – caracteriza aberta usurpação, pelo Executivo, de atribuições do Legislativo. O Judiciário também é alvo da mesma tentativa de enquadramento para que seus julgamentos não ameacem as decisões, muitas vezes arbitrárias, e mesmo ilegais, da administração federal.

A “globalização” dependente pró-americana agravou ainda mais as fragilidades da economia brasileira no contexto internacional. Aumentou a dependência do país aos capitais externos para financiar a gigantesca dívida em dólar e promover investimentos internos; definiu a opção pelas indústrias de baixa tecnologia, e praticamente abandonou as indústrias do futuro, ligadas à microeletrônica, a computadores, biotecnologia, robótica, novos materiais, entre outras. A privatização de empresas como a Vale do Rio Doce retira do Estado preciosos instrumentos de pressão e negociação das condições que são impostas ao país pelos monopólios internacionais.

O Brasil é constringido a não tirar proveito das próprias contradições entre os blocos econômicos formados pelos Estados Unidos, pela Europa unificada e pelo Japão e sua área de influência. Associado ao projeto norte-americano, sem qualquer contrapartida, abre mão da reciprocidade natural na relação entre os países que preservam sua esfera de autonomia na relação entre parceiros iguais.

No caso do Mercosul, é notória a pressão americana para incorporá-lo, como extensão do NAFTA, ao mercado cativo de suas grandes empresas. Preocupado com os déficits descomunais na balança comercial, e pressionado por grandes setores industriais e comerciais do país, o governo brasileiro é levado a manifestar certa resistência às pressões norte-americanas contra o Mercosul e ensaiar uma aproximação com a comunidade europeia. Mas é duvidoso que não capitule, também neste caso, aos interesses dos Estados Unidos.

A antiga doutrina de contrainsurreição, criada para dar cobertura aos golpes de Estado e intervenções para derrotar governos e movimentos democráticos e patrióticos no continente, é agora substituída pela pregação da conversão das Forças Armadas da América Latina em meras guardas nacionais para enfrentar o narcotráfico e defender o meio ambiente. Tal orientação encontra resistência nas Forças Armadas brasileiras, mas FHC mantém sobre o assunto uma atitude de ambiguidade, embora na prática as reduções no orçamento com os gastos para defesa nacional sejam significativas da verdadeira posição do presidente.

A ofensiva conservadora se volta contra as conquistas sociais acumuladas pelo povo ao longo de décadas de lutas perseverantes contra as gritantes desigualdades da sociedade brasileira. O direito à assistência à saúde e ao ensino público e gratuito torna-se letra morta pela ação destrutiva do governo nessas áreas. A aposentadoria, a previdência pública, a carteira assinada, a licença maternidade, a livre organização sindical são arroladas como anacronismos. A degradação do meio ambiente atinge dimensão inaudita, ameaçando as próximas gerações, e as últimas reservas indígenas são invadidas e destruídas.

Os valores nacionais, a história e o passado de nossa gente são alvo do achincalhe dos governantes, travestidos em pregadores da excelência da “globalização” e da rapinagem imperialista. Em palestra no Colégio do México, templo do pensamento daquele país, FHC chegou ao cúmulo de comparar a “globalização” com o Renascimento. A hegemonia cultural do neoliberalismo esmaga a cultura nacional e estimula padrões estéticos de acordo com as regras do mercado e os interesses puramente comerciais.

O nível do desenvolvimento econômico atual

O Plano Plurianual (PPA), que FHC enviou ao Congresso para o pe-



ríodo 1996-1999, previa um crescimento do PIB de 4% em 1996; 4,5% para este ano; e 5% para 1998 e 1999. Como se sabe, o Brasil cresceu apenas 2,8% no ano passado, e é muito pouco provável que alcance a meta programada para este ano. É verdade que nada há aí de surpreendente, uma vez que o PPA repete coerentemente as diretrizes do programa de estabilização que originou o Plano Real em 1993. Ou seja, preparar o Brasil para não crescer. Apoiar a estabilização econômica, como acreditava Fernando Henrique em 1993, na nuvem de capitais em circulação pelo planeta implicava atraí-los com juros exorbitantes, o que certamente inibiria a capacidade nacional para investir e crescer.

A dívida externa alcançou 175,8 bilhões de dólares em 1996. Em 1994, no Ministério da Fazenda, FHC comprometeu o país com o pagamento de 141,3 bilhões de dólares até o ano 2000, na amortização de juros e principal da dívida. Na época, FHC ironizava as advertências dos críticos de seu plano e pintava horizontes róseos indicados pelo México e a Argentina. Mas o desastre que abalou o México em 1994-1995 obrigou o governo brasileiro a gastar 10 bilhões de dólares para evitar que o Brasil seguisse o mesmo caminho, e a Argentina só é citada hoje em dia como exemplo que deve ser evitado.

A dívida pública interna é o outro elemento desestabilizador da economia nacional. Ela somava R\$ 125 bilhões em dezembro de 1994, pulou para R\$ 170 bilhões em dezembro de 1995 e bateu na casa dos R\$ 210 bilhões em junho de 1996. Cresce movida pelas taxas de juros estratosféricas e pelos dólares que o Banco Central transforma em reservas cambiais para garantir o retorno dos capitais que aqui entram.

Os déficits recorrentes na balança comercial (diferença entre exportações e importações) agravam as contas externas, aumentam a vulnerabilidade monetária, uma vez que para atrair dólares o governo eleva os juros e em seguida emite títulos para comprá-los.

Drenando recursos orçamentários crescentes para custear as despesas financeiras, o governo reduz cada vez mais os investimentos e os gastos sociais. No orçamento previsto para este ano, os recursos destinados ao pagamento de juros e serviços da dívida quase que igualam as demais despesas governamentais, e deverão superá-las em 1998.

O impacto dessa política sobre a população não poderia ser mais devastador. Sem investimentos na produção e em obras, o país acumula falências em massa de pequenas e médias empresas e assombrosas taxas de desemprego nas cidades e no campo. A Grande São Paulo registra a cifra recorde de 16% da mão de obra desempregada. Na indústria de transformação, esse percentual bate a casa dos 50%, refletindo aí os efeitos da abertura comercial descontrolada.

É iminente o colapso no sistema público de saúde. O Brasil mantém um gasto de 145 dólares/habitante para o setor, muito distante dos 300 dólares/habitante do Uruguai e Chile e incomparável com a média de

1.200 a 2.000 dólares da França, dos Estados Unidos e Inglaterra. O país registrou, em 1994, 550 mil casos de malária, 120 mil de dengue, e é visível a deterioração dos programas de vacinação em massa sob a responsabilidade do governo federal.

A estrutura fundiária, mantida intacta ao longo de séculos, revela sua face cruel no drama dos trabalhadores rurais sem terra. Aproximadamente metade das terras cadastradas como propriedades pelo INCRA (153 milhões de um total de 325 milhões de hectares) são consideradas improdutivas, evidenciando que a concentração fundiária é socialmente perversa e economicamente iníqua. Mesmo entre as terras produtivas, a preservação de estruturas latifundiárias parcialmente modernizadas marginaliza milhões de camponeses e assalariados agrícolas.

A educação pública padece da ausência de recursos. A repetência no ensino fundamental e de nível médio é de mais de 30%, e a evasão superior a 5%. No Nordeste, a repetência alcança 38% dos alunos matriculados. O analfabetismo entre a população com idade superior a 15 anos está em torno de 20%, e há 3,5 milhões de crianças em idade escolar fora das redes pública e privada de ensino.

O processo de monopolização dos meios de comunicação de massa cerceia a ampla difusão de conhecimentos, impõe visões autoritárias, parciais e comprometidas com os interesses das classes dominantes e do imperialismo.

Privadas de recursos, as universidades públicas vão perdendo completamente seu papel de centros de elaboração científica. As instituições de pesquisa e tecnologia assistem à evasão de talentos por falta de estímulo e salários dignos. Muitos pesquisadores vão para o exterior depois de amadurecer e completar seus estudos custeados pelo governo, que agora se nega a aproveitar seus serviços.

Agravam-se as condições de vida nos centros urbanos, sobretudo das massas populares, em consequência da precarização da situação de moradia e de transporte, e da intensificação da violência urbana e aumento do tráfico de narco-entorpecentes.

O Brasil do Plano Real

É preciso considerar que a atual orientação econômica, conhecida como Plano Real, é mais que um simples pacote ou medida de curta duração. A ela FHC deu o nome pomposo de Programa de Estabilização. As medidas propostas refletem a tentativa de enquadramento do Brasil aos modelos de integração subordinada concebidos pelos países imperialistas. A aplicação de tal orientação no Brasil significa a acentuação do autoritarismo, o agravamento do caos social e o aprofundamento da dependência do país.

O Plano Real agrava as restrições externas na formulação dos ru-



mos e das possibilidades de nosso desenvolvimento. A introdução da âncora cambial combinada com elevação das taxas de juros e a abertura comercial tornaram irremediável a vulnerabilidade do país em suas contas externas. A semiparidade entre o real e o dólar estimulou as importações ao dar mais poder de compra à moeda nacional, e ao mesmo tempo desestimulou as exportações, encarecendo nossas mercadorias pela valorização do real.

A abertura comercial substituiu os tradicionais superávits por déficits recorrentes na balança comercial que, somados ao pagamento de juros, lucros, *royalties*, fretes e outros serviços, conduzem à dependência de dinheiro externo que só pode ser atraído pelos juros estratosféricos. A entrada desses dólares é financiada pela emissão de títulos, provocando o aumento da dívida interna. Cria-se aí o círculo vicioso que conduz o plano pelo fio da navalha: os juros altos atraem os dólares, que financiam as contas externas mas impedem o crescimento sustentado do país. Como ao mesmo tempo o Brasil perde boa parte de sua base industrial e a taxa de investimento permanece baixa (15% do PIB, quando é quase o dobro entre os países de crescimento elevado), fica difícil encontrar na lógica interna do plano qualquer alternativa para o desenvolvimento nacional.

No seu Plano Plurianual o governo revela a crença no que poderíamos chamar de desenvolvimento importado: o financiamento externo em lugar da poupança própria. Prefeituras, estados e o próprio governo federal, como já fazem hoje, buscariam recursos externos para suas obras, como se pontes, escolas e postos de saúde só pudessem ser construídos com pagamento em dólar e não em moeda nacional.

A liquidação de parcela significativa de sua base industrial – o coeficiente importado no consumo de máquinas e equipamentos passou de 34% em 1994 para 47% em 1995 –, somada ao brutal endividamento externo, inibem as potencialidades nacionais e fazem do Plano Real uma cilada para o Brasil e um bom negócio para seus competidores, principalmente os Estados Unidos.

Aplicação do projeto neoliberal no Brasil

É preciso assimilar os antecedentes políticos da aplicação atual do modelo neoliberal no Brasil. Desde o início da década de 1980, já se manifestava na América Latina a investida da oligarquia financeira mundial, sobretudo do imperialismo estadunidense, impondo o ajuste das economias de acordo com as novas regras do modelo neoliberal. A justificativa persistentemente invocada era de que as “economias fechadas” e a própria soberania nacional estariam superadas, sendo um estorvo ao novo processo de desenvolvimento. Os países latino-americanos passaram a ser submetidos a uma divisão internacional do

trabalho que os subordinava mais acentuadamente à hegemonia dos Estados Unidos. Em geral, as burguesias desse subcontinente procuravam assim se apressar na tentativa de tornarem-se sócias menores dos monopólios globalizados, aproveitando a nova forma de acumulação capitalista internacional. Em novembro de 1989 reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados, especializados em assuntos latino-americanos. As conclusões dessa reunião ficaram conhecidas como “Consenso de Washington”. Nelas, foi ratificada a proposta neoliberal do governo norte-americano e foram sistematizadas as linhas fundamentais de orientação aos projetos dos países da América Latina.

No Brasil, a evolução do projeto neoliberal se atrasou em relação à maioria dos países latino-americanos. Tal situação ocorreu, em certa medida, porque a economia brasileira alcançava elevado grau de complexidade e diversidade, provocando a resistência de setores dominantes prejudicados, e a reação popular diante da perda de conquistas garantidas pela Constituição de 1988, obstáculo a essa pretensão pois expressa, mesmo que de forma limitada, a realidade política pós-regime militar, impregnada pelo crescente anseio democrático. Também no período do governo Collor não se manifestava ainda em todos os domínios o curso da tendência neoliberalizante.

O 8º Congresso do PCdoB, realizado em 1992, assinalava que o Plano Collor, transformado posteriormente no denominado “Projeto”, foi concebido no contexto de forte pressão no sentido da intensificação da internacionalização da economia brasileira. Estava baseado nos paradigmas neoliberais. Estabelecia a necessidade de abertura rápida e completa do mercado nacional e preparava o terreno para garantir as melhores condições aos investimentos estrangeiros.

FHC preparou bases de fixação do plano neoliberal

O governo Itamar Franco, que se instalou com a queda de Collor, cumpriu apenas dois anos de mandato e encerrava no seu interior uma dualidade. Aparecia no curso de crescente pressão para a subordinação do país ao plano neoliberal, refletindo assim, intensamente, essa tendência dominante em seu governo. Por outro lado, expressava, também, tendência no sentido de frear o fluxo liberalizante, estimulada com a vitória do movimento pelo impedimento do presidente da República. Em consequência dessa duplicidade, seu governo teve uma linha ambígua e terminou por prevalecer a evolução da tendência neoliberal, apesar de ainda ter fracassado o processo de revisão constitucional impulsionado desde o governo anterior. O governo Itamar Franco foi submetido ao cerco crescente do centro de poder da “globalização”,



em sintonia com seus associados internos, exigindo a continuidade das reformas. Fez mudanças constantes no Ministério da Fazenda para atender às demandas do imperialismo norte-americano. O nome que acabou vingando nesse cargo estratégico foi o de Fernando Henrique Cardoso que, através do Plano de Estabilização Monetária, produziu a nova moeda, ancorada no dólar estadunidense; criou um ambiente que favoreceu a sua eleição em 1994, e preparou as bases de fixação do plano neoliberal atual.

A oligarquia financeira mundial e seus aliados no Brasil vinham buscando insistentemente submeter o país às suas imposições, perseguindo formas e meios políticos e econômicos que permitissem alcançar esse objetivo. O fracasso de Collor, que iniciou a empreitada pretendida por eles, e a diminuição do ritmo liberalizante durante o governo Itamar levou-os à busca persistente de uma política que tornasse viável a solução neoliberal no Brasil.

Governo FHC – execução plena do modelo neoliberal no Brasil

A vitória da coalizão de centro-direita, encabeçada por Fernando Henrique Cardoso, na eleição presidencial de 1994, derrotando a aliança de esquerda encabeçada por Luís I. Lula da Silva, estabeleceu uma nova fase política. Foi retomada a orientação neoliberal, elevando-a ao patamar da sua aplicação plena no Brasil. Foram recompostas várias tendências dominantes, principalmente com o reforço dos setores associados à oligarquia financeira internacional. Atraiu também importantes parcelas das forças centristas do espectro político de então e conseguiu a simpatia de alguns setores de esquerda, cooptados pelo projeto neoliberalizante.

No plano político, a aliança do partido de Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, com o PFL tem sido o núcleo básico da vitória e da existência do governo FHC. O PSDB surgiu como dissidência do PMDB, para ocupar o lugar de centro-esquerda nas condições políticas do final da década de 1980. Porém, trocou a defesa de um programa de desenvolvimento nacional soberano e democrático pelo rumo da “subordinação” à “nova ordem” imperialista. No quadro político atual, o PSDB ocupa o espaço da “nova” direita, ou direita “moderna”, cuja base social é a burguesia brasileira, principalmente financeira, que se tornou sócia menor do capital forâneo. Este partido cresce, compondo-se por três segmentos: o que assume a defesa da reestruturação neoliberal, segmento predominante, tendo à frente o presidente da República; outro, composto por pequenas parcelas que não aderiram completamente às fórmulas do projeto comandado por Fernando Henrique Cardoso; por último, os adesistas, atraídos pelo rápido aumento da carga de poder deste partido. Quanto ao PFL, sempre esteve colado ao poder e com-

põe-se fundamentalmente de forças conservadoras e tradicionais dos grandes centros e do interior.

No PFL pode distinguir-se a junção de uma direita que procura se reciclar ao capitalismo “moderno” e outra direita conservadora que procura se acomodar às novas regras capitalistas. Esta parte é composta principalmente por grandes proprietários rurais. Este partido tem sua maior implantação no Nordeste brasileiro. Demonstra maior coesão que os demais partidos das classes dominantes. À sua frente conta com poderosas lideranças regionais, gozando de crescente influência nacional. Vem sendo o ponto de apoio político fundamental ao projeto neoliberal de FHC, e tem conseguido tirar crescente proveito do lugar que ocupa no atual cenário nacional.

Os propósitos do governo FHC vão além do recorrente processo político que vivia o país. Ajusta-se rapidamente às demandas do centro de poder político-mundial, submetendo-se às exigências da oligarquia financeira internacional. Por isso, tornou-se imprescindível para ele retomar o processo de ruptura do modelo constitucional democrático instituído em 1988, para substituí-lo por outro, neoliberal. Desse modo, o êxito de seu governo depende da manutenção do impulso reformista. Mas, para isso, não basta o suporte parlamentar fornecido pelo PSDB e o PFL. É preciso alcançar a maioria de três quintos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, exigência constitucional para aprovação das emendas.

Assim tornou-se indispensável, para os propósitos do governo, a adesão da maior parte do PMDB e de outros partidos às reformas. O PMDB foi, na sua origem (MDB), uma ampla frente de tendências opositoras ao regime militar. Após o fim da ditadura e a conquista da anistia e da legalidade de todos os partidos, o PMDB perdeu seu motivo aglutinador principal, transformando-se num aglomerado de forças conservadoras, moderadas e democráticas. Tornou-se politicamente uma corrente centrista, não conseguindo redefinir um programa comum partidário para a nova realidade em desenvolvimento – fazer avançar a transição democrática. A maior parte desse partido acabou apoiando as correntes conservadoras dominantes desde a Nova República, respaldando o “Centrão” durante a Constituinte de 1988. Apoiou as medidas reformistas do governo Collor. Contribuiu para a existência do Congresso revisor. E agora fornece decisivo apoio às reformas de Fernando Henrique Cardoso. Uma parte menor de suas lideranças mantém uma linha democrática e resiste à escalada neoliberal. O governo, com o apoio do PMDB, conseguiu aprovar as reformas constitucionais que mudaram o Capítulo da Ordem Econômica da Constituição de 1988, abrindo caminho para a entrega do país aos donos da nova ordem imperialista. A maioria desse partido mantém seu apoio ao presidente da República e participa do seu governo. Disputa com o PFL o lugar de



aliado prioritário de Fernando Henrique Cardoso.

Projeto neoliberal é incompatível com democracia

As eleições municipais de 1996 não modificaram a correlação de forças políticas da nova fase inaugurada com a vitória de Fernando H. Cardoso em 1994. Mas é preciso destacar que o PSDB sofreu importantes derrotas, sobretudo na maior cidade do país, São Paulo, e também na capital mineira, Belo Horizonte. Não conseguiu eleger prefeito em nenhuma capital importante, apesar do imenso investimento realizado desde a Presidência da República. Entretanto, o resultado eleitoral de 1996 não abalou a estrutura de equilíbrio do governo FHC. Ele conta com o respaldo do “novo” capital, beneficiário direto das reformas. O poderio das parcelas dominantes apoiadoras do projeto neoliberal torna a grande imprensa, ela própria beneficiária das medidas de governo que protegem o capital, instrumento dessas forças, uníssona na defesa do “choque liberal”. Talvez nenhum governante na história política do Brasil teve tanto apoio de mídia. Seus ideólogos e propagandistas referem-se incessantemente à “aprovação” popular ao Plano Real. Procuram lembrar o “prestígio» do presidente, forçando uma justificativa para a necessidade da realização das reformas que garantam o plano. As reformas são pomposamente apresentadas – para esconder sua virulência antipopular – como “mudanças contemporâneas necessárias, das quais o Brasil não pode estar de fora”. O objetivo dessa intensa investida político-ideológica é exercer constante pressão sobre a sociedade, deixando-a refém da culpa pelo atraso do país e da ameaça da volta à inflação. Na frente parlamentar, para obter a maioria de três quintos necessários ao empreendimento reformista, distribui vantagens políticas em curto prazo e no varejo.

A trajetória recente do governo FHC demonstra de maneira eloquente a incompatibilidade entre a reestruturação neoliberal e a democracia. Nesse sentido, destacam-se as formas ostensivas e ardilosas do manuseio do poder na aprovação das emendas constitucionais, o uso constante das Medidas Provisórias em questões fundamentais para o país, as propostas de reformas políticas restritivas à existência de um sistema partidário plural representativo, e a “metódica e crescente concentração de poder em prol do Executivo”, denunciada à nação através de um Manifesto por um grupo dos mais eminentes juristas brasileiros e pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. Mais precisamente, o governo eleito em 1994 vai mudando o modelo constitucional promulgado em 1988 sem a necessária convocação de um Poder Constituinte. Para o êxito de seus objetivos contrários à democratização, recompõe o Estado, passando a

assumir uma forma de governo civil autoritário constitucional, que exclui o povo e as correntes progressistas da normalidade do convívio democrático.

Dilema Estado ou mercado é truque ideológico

É preciso considerar os condicionamentos de fundo que levam a essa tendência autoritária dos governos de inspiração neoliberal. A experiência da luta crescente de resistência a tais governos demonstra aos povos que estão diante de uma recomposição regressiva do próprio capitalismo, da volta ao darwinismo social, anterior ao chamado Estado keynesiano, agora em dimensões mundiais. O dilema Estado ou mercado não passa de um truque ideológico. Na realidade, o que está subjacente é o desmonte do sistema alcançado pelas conquistas sociais e civilizatórias deste século, para fazer valer de forma mais escravizadora a acumulação capitalista. Portanto, como vem demonstrando a prática política, não é apenas a estatização que a crítica neoliberal combate, mas o Estado democrático. Este vai sendo substituído pelo Estado ditatorial neoliberal – instrumento direto de preparação e adequação da economia e da sociedade ao capital monopolista financeiro. O avanço da democracia só é possível com o avanço de verdadeiras reformas, e sobretudo com a transformação de sentido revolucionário.

A aprovação da emenda constitucional que instituiu a reeleição do presidente da República e demais cargos executivos foi uma demonstração saliente do uso ostensivo do poder por FHC e sua gente, da coação política em proporção inaudita. Com base no PFL, PSDB e maioria adesista do PMDB, quebrou a tradição republicana brasileira de mais de cem anos em proveito próprio. Rompeu assim com um preceito constitucional fundamental da Constituinte de 1988 e que foi reafirmado no Congresso revisor em 1994, estilhaçando partidos, negociando diretamente com cada parlamentar, usando as formas mais rasteiras da politicagem. Para a “modernidade” justifica-se qualquer meio.

Para o neoliberalismo, reeleição é peça política essencial

A sustentação das novas políticas e reformas neoliberais nos países dependentes enfrenta ainda um grande desafio: a definição de uma política de longo prazo, que crie confiança na continuidade dessa orientação. As reeleições (eliminação da alternância no poder, ou pelo menos maior tempo de mandato) passaram assim a ser peça política essencial – âncora política – da estratégia da “nova ordem” global imperialista. Tem sido assim na Argentina, no Peru, no Brasil e em outros países. O suporte financeiro internacional desses modelos em países como os da América Latina funda-se, em última instância, no fluxo permanente



de capitais forâneos. Ou seja, no aproveitamento (submissão ao pagamento de juros estratosféricos) da onda de liquidez internacional, base do “milagre” da estabilização monetária. Essa onda vive em constante oscilação. A fragilidade e natureza fugaz desses projetos são consideradas com bastante realismo pelos centros de poder internacional (Estados Unidos, Alemanha Europa, Japão), que trabalham, assim pela manutenção das mesmas autoridades, conhecidas e fiéis. E a forma encontrada para garantir a governabilidade do novo projeto em execução, diminuindo os riscos da sua própria natureza e da turbulência inevitável nos rodízios do poder.

O jogo bruto empregado na supressão da alternância na Presidência da República do Brasil não foi casual. Respondeu às exigências do grande capital internacional e brasileiro. No plano interno, a aprovação da reeleição provocou o surgimento de um novo quadro político. O presidente atual passou a acumular maior poder. Tem a possibilidade de disputar as eleições de 1998 sem mesmo se desincompatibilizar. Entre os grupos dominantes não há a ameaça imediata de um concorrente que o suplante nas próximas eleições. Com esse resultado, Fernando H. Cardoso se afirma como única alternativa capaz de unificar a classe dominante em torno do seu projeto em curso. Na perspectiva das eleições presidenciais de 1998, passa a ser forte polo aglutinador de forças políticas à direita e ao centro. Consequência disso é que criou maiores possibilidades de aumentar seu lastro de apoio político, com a imigração de lideranças nacionais e regionais em sua direção. Vitorioso com a aprovação da reeleição, o governo pretende acelerar as reformas denominadas administrativa, do sistema previdenciário, político-eleitoral; retomar a investida para restringir mais ainda direitos sociais dos trabalhadores; e ampliar a ofensiva privatista em áreas estratégicas da economia.

A aprovação da emenda da reeleição, em contrapartida, trouxe o custo pesado das barganhas repetitivas que se acumularam e estão sendo cobradas. A ação arbitrária, sem disfarces, dos propósitos continuístas de FHC semeia animosidade até mesmo entre seus aliados mais próximos. A mudança concretizada através de acordos espúrios com governadores e prefeitos, interessados também nas suas próprias reeleições, fortalece a existência das facções oligárquicas nos estados. Toda essa sanha continuísta provoca profundo estrago nas já abaladas instituições políticas brasileiras. A reeleição de governadores e prefeitos (sem desincompatibilização) introduz um elemento estranho à tradição política nacional, quebrando o mecanismo do rodízio, que acomodava com esse expediente os interesses mais diversos no âmbito do estado e do município.

Esta nova situação modifica o processo que permitia certa estabilidade, alimentando dessa forma a acumulação de novos fatores complica-

dores que podem desembocar em crises maiores. O desmonte das instituições políticas democráticas que o governo FHC vem perpetrando se torna mais ameaçador porque o chefe do Executivo quer governar como poder único, convencido de ser o eleito dos eleitos, agindo de maneira a combinar a arrogância com a farsa, no esforço desesperado de aprovar suas mudanças neoliberais. Intervém de modo sistemático na esfera legislativa e nesta estrutura de poder, e atropela o Judiciário. Instituições prestigiosas e tradicionais da sociedade civil, como a CNBB, a OAB, a Associação de Magistrados e conselhos profissionais, protestam contra o autoritarismo crescente, o estrago social provocado pelo plano fernando-henriquista e a dilapidação do patrimônio nacional. No terreno do movimento organizado de massas, entre os trabalhadores, setores médios, jovens, mulheres e forças culturais, aprofunda-se a incompatibilidade com a política governamental. E no seio das Forças Armadas é crescente a insatisfação de amplos segmentos com a entrega de setores estratégicos da economia e a submissão geopolítica do Brasil.

Formação de ampla frente oposicionista ao governo de FHC

O núcleo do esquema político mantenedor do governo FHC investe persistentemente, utilizando todos os recursos para desmoralizar, dissimular e conter a oposição. Tem se pautado em afastar qualquer ameaça de oposição, com base nas classes dominantes, à continuidade de Fernando H. Cardoso. Em relação ao campo de esquerda, busca sua divisão, cooptação de grupos e elementos vacilantes e o seu isolamento. Desde a eleição presidencial de 1994, o bloco eleitoral vitorioso procurou eliminar do seu campo a existência de concorrentes mais consistentes, forçando o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, a desistir de concorrer ao pleito. Beneficiou-se também da longa campanha montada e dirigida contra Orestes Quércia, candidato do PMDB. Tudo, enfim, foi preparado visando a impedir a dispersão de forças em torno de Fernando H. Cardoso, para melhor enfrentar a ameaça principal que vinha da esquerda, com a candidatura de Luís I. Lula da Silva. Atualmente, a conduta situacionista segue a mesma linha, aplicada ao quadro político presente.

Representante de importante setor das forças de direita, Paulo Maluf obteve significativo êxito nas eleições municipais de 1996. Foi vitorioso no pleito do mais importante município do país, derrotando o candidato mais destacado do PSDB, lançado pelo próprio FHC, e também a candidata das forças de esquerda, Luiza Erundina. Seu partido, o PPB, cresceu, ocupando o terceiro lugar entre os partidos mais votados nos cem maiores municípios. O partido de Paulo Maluf apoia as reformas do governo, defende as privatizações até em ritmo maior e sustenta as teses neoliberais. Seu maior ideólogo, o ex-ministro



de governos militares Delfim Netto, critica o câmbio supervalorizado, argumentando que o país está importando supérfluos e que as “exportações são o único caminho para gerar emprego”. De certa maneira, expressa anseios de setores produtivos industriais e agrários, ameaçados ou marginalizados pela reestruturação em curso. O objetivo de Paulo Maluf é construir uma alternativa oposicionista, baseada em forças de direita, ao governo FHC, mas não conseguiu ainda condições políticas para sua realização.

O fim do regime militar, depois de duas décadas de luta das forças de esquerda e democráticas contra a ditadura, abriu o processo de transição à democracia. Muitas conquistas democráticas foram alcançadas, representando expressiva vitória das tendências progressistas no Brasil. Essa evolução propiciou a retomada do crescimento dos partidos de esquerda, de base operária e popular. Assim nasceram alguns partidos, e outros conquistaram vida legal. A constituição da Frente Brasil Popular – PT, PCdoB, PSB –, em 1989, nas primeiras eleições diretas para a Presidência da República após a ditadura, foi o ponto mais alto alcançado pelas forças de esquerda em eleições nacionais. O bloco de esquerda perdeu o pleito por pequena margem de votos. Mesmo com o impacto provocado pela crise do socialismo, e das limitações e obstáculos ao processo democrático, os partidos de esquerda de uma maneira geral continuaram crescendo no Congresso Nacional, Assembleias estaduais, Câmaras de vereadores, prefeituras e conquistaram os governos de alguns estados, apesar da derrota na eleição presidencial de 1994.

Governo tenta borrar crescimento oposicionista

O PT é o maior agrupamento partidário entre as forças de esquerda. Adquiriu maior dimensão política a partir do êxito da Frente Brasil Popular em 1989. No pleito municipal de 1996, dobrou sua bancada de vereadores, mais que duplicou o número de prefeitos e foi o partido mais votado, em aliança com outros partidos de esquerda, nos 100 maiores municípios do país. O PSB, que tem diferenças regionais acentuadas na sua formação e orientação, cresceu também, alcançando significativo desempenho naquelas eleições municipais. Conseguiu eleger, através de ampla aliança de forças de esquerda e democráticas, o prefeito de Belo Horizonte; triplicou sua bancada de vereadores e conquistou três prefeituras de capitais. O PCdoB, apesar de ter sido o alvo central da luta ideológica contra o socialismo e o comunismo, manteve crescimento ascendente. Dobrou sua bancada federal nas eleições de 1994 e, nas de 1996, duplicou o número de vereadores, e mais ainda o de votos. Participou de 147 coligações municipais vitoriosas que elegeram prefeitos. O PCdoB e o PT são as forças de esquerda com maior influência e crescimento nos movimentos dos trabalhadores, popular e

estudantil. O PDT sofreu baixas significativas no Congresso Nacional e em alguns estados, sobretudo em bases tradicionais como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A sua legenda cresceu nas eleições municipais. Todavia, em função de sua composição heterogênea, em vários municípios ficou fora da frente de esquerda. Por sua origem, compõem ainda o campo da esquerda o PPS e o PV, que têm uma postura conciliadora com FHC, além do PCB, do PSTU e de outros grupos menores.

A investida desabrada do governo contra o movimento oposicionista e a ação uniforme da grande imprensa, cujo intuito é desqualificar a atividade oposicionista, provocam uma situação adversa e difícil para a atividade das correntes de esquerda. A reforma política pretendida pelo governo e seus aliados objetiva criar obstáculos ao crescimento das forças políticas populares e operária; ela está essencialmente voltada para eliminar os direitos democráticos e restringir o pluralismo na democracia representativa. Objetiva o abandono do sistema de representação proporcional, adoção de fórmula distrital mista, fixação de cláusulas de barreira à representação parlamentar, entre muitos outros itens. Além disso, a cantilena ideológica dominante é marcada pelo refrão constante e unísono de que “as esquerdas perderam o rumo da história” e “não possuem alternativa viável”. Pretende dessa maneira desacreditar as tendências conseqüentes e dissuadir as menos consistentes. Apesar disso, as correntes de esquerda crescem, aumentam sua influência na sociedade, vão dando mostras de capacidade administrativa democrática em muitos locais e são as forças melhor situadas para refletir, ecoar e dirigir o descontentamento, as revoltas e os anseios dos trabalhadores e do povo. Essas correntes tornaram-se escoadouros próprios do pensamento crítico e antagonico ao modelo econômico-social que vai se instalando.

A base social de sustentação da frente oposicionista

A frente de oposição ao governo FHC tem na sua base o movimento dos trabalhadores e popular e tem o apoio da maior parte das entidades da sociedade civil. Pode se transformar em grande movimento oposicionista com larga base social de apoio. A execução do plano governamental impõe maiores sacrifícios ao povo. Na sua lógica autoritária e antipopular, tudo é feito em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas. Na sua trajetória se acentuam a tragédia do desemprego crescente, a desvalorização e precarização do trabalho, a desregulamentação das relações de trabalho. A reforma agrária é tratada de forma demagógica, sem enfrentar o sistema de grandes propriedades latifundiárias. Não vai resolver o problema de milhões que precisam ter acesso à terra, comprando terras para assentá-los. O cortejo de regressão social soma-se aos profundos problemas da discriminação, apartação, criminalidade



de e violência que se agravam, conformando uma situação de profunda crise social.

Esta situação detona uma multiplicidade de ações, de lutas diversificadas em formas de protesto e revoltas. A luta dos trabalhadores reflete uma crescente tomada de consciência diante da ofensiva governamental contra direitos duramente conquistados. Apesar da situação desfavorável causada pela insegurança constante da perda do emprego, as massas trabalhadoras não deixaram de resistir. O número de greves no país em 1996 chegou a 1.258, o que significa um aumento de 20% sobre o ano anterior. As paralisações envolveram 2,54 milhões de trabalhadores e tiveram como bandeiras principais o atraso do pagamento salarial, melhores salários, redução da jornada de trabalho.

A ação de massas que ganhou maior envergadura por sua amplitude, combatividade, organização e papel catalisador na luta contra a política de FHC é a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ele conseguiu desmascarar e expor a demagogia social do governo FHC para toda a sociedade. Esse movimento cresce por quase todos os estados e esse crescimento está relacionado a dois fatores essenciais: a acentuada concentração da propriedade territorial e a expansão atual do desemprego nas cidades e no campo.

Os estudantes estão submetidos, como a maioria da juventude, a uma dupla negação de direitos: declínio da quantidade e qualidade do ensino público e das oportunidades de trabalho. Eles correspondem a um setor social que tradicionalmente se mantém ativo. Apoiados em suas organizações em vários níveis, reagem à avalanche privatista do ensino e à degradação do ensino público. Saem às ruas contra o “provão”, em defesa da educação pública gratuita e da soberania nacional.

As manifestações contra as privatizações das grandes empresas estatais assumem importante papel na luta de resistência. Nomeadamente por sua maior amplitude, a luta contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Ultimamente ganhou maior vulto a luta contra o desmonte do Estado no atendimento aos direitos na área de saúde e na defesa do SUS, englobando vastos segmentos sociais.

Movimento de massas pode alcançar fase mais avançada de luta

A fase atual da luta de massas e das manifestações da população caracteriza-se ainda pela predominância da variedade de objetivos e multiplicidade de ações sem interligação organizada. A evolução de uma situação cada vez mais desfavorável para a grande maioria do povo inevitavelmente vai criando o ambiente para a elevação da consciência política, aproximando os objetivos comuns da luta e elevando a ação organizativa. Uma tendência de reanimação do movimento de

massas prospera. Cresce a pauta de atividades e jornadas de trabalhadores. Grandes concentrações nacionais começam a ser programadas e realizadas.

O movimento de massas vai progressivamente se unificando, podendo alcançar uma fase mais avançada de luta. Refletindo essa situação, passo importante foi dado com a inauguração da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, com a função de articulação permanente, realizada no início de abril de 1997. Reuniu em nível nacional os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindical, juvenis, de mulheres, de negros, indígenas, e personalidades comprometidas com a luta popular. Esse significativo evento realizou detido trabalho na busca da unidade trabalhadora, popular, estudantil, cidadã, direcionando suas energias às mobilizações encimadas pelas consignas de Reforma Agrária Já, Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução do Salário, Contra a Privatização da Vale, Defesa do SUS, por uma Política de Habitação Popular, Defesa da Educação Pública e Gratuita. A Conferência tem na sua pauta a realização de um grande Encontro Nacional Democrático e Popular. A extensa manifestação popular nacional do dia 17 de abril em Brasília, liderada pelo MST e com ampla participação de trabalhadores, funcionários públicos, estudantes e da população local, indicou uma viragem para um nível superior na luta de massas. Portanto, uma nova fase de luta e organização popular e de amplos setores da população pode estar em marcha, propiciando assim enorme reforço de base à construção da frente de oposição contra a escalada neoliberal e pela reestruturação nacional, a democracia e a justiça social.

É preciso substituir o projeto oficial

A nova fase política, iniciada com a vitória da coligação que elegeu Fernando H. Cardoso, modificou o equilíbrio de forças que existia anteriormente, deslocando para a direita correntes que ocupavam uma posição intermediária ou de centro no plano político. O PMDB, maior partido no Congresso Nacional pós-eleição de 1994, aderiu em sua maior parte aos planos do governo. O processo de direitização política prospera onde o projeto neoliberal avança, impondo a tendência de assimilação do centro pela direita. Por outro lado, a implantação do modelo liberalizante, submetido ao domínio da oligarquia financeira mundial, vai provocar a inconformidade da classe média e a revolta das camadas populares com o desenvolvimento mais concentrador e excludente. Progressivamente, aparecem no plano político novos contingentes em luta, que vão engrossar as correntes de esquerda. E, num efeito propagador, ressurgem outras forças que passam a ocupar o espaço político de centro. Nesta condição, não assumem as posições



mais consequentes, mas procuram demarcar e se opor em importantes questões ao projeto governamental. Abrem-se assim possibilidades de aproximação e de concretização de parcerias entre a esquerda e o novo centro. Atualmente as posições que importantes parcelas do PMDB têm assumido, lideranças que se divorciaram do governo, setores inconformados com o autoritarismo e a “neocolonização”, permitem uma convergência de propósitos comuns com as correntes de esquerda.

O plano de FHC vai provocando seus estragos nas esferas política, econômica e social. Diante disso, são inevitáveis a reestruturação e o crescimento da oposição que se contrapõe ao avanço neoliberal. Entretanto, é lógica a necessidade da recomposição das forças oposicionistas, posto que, pelo alcance mundial e nacional das mudanças, impõe-se unir a resistência e criar as condições da alternativa ao projeto neoliberal e avançar na perspectiva transformadora da sociedade. Partindo da resistência, chegar à formulação de um projeto alternativo, numa relação dialética que, para se tornar efetiva e possível de realização, depende do crescimento político, da mudança na correlação das forças políticas e da conquista do governo nacional pelas forças de oposição populares e democráticas. A evolução da luta política contra o governo neoliberal de Fernando H. Cardoso vai firmando de modo crescente, na maioria das forças de esquerda e em amplos setores políticos e sociais da resistência, a tendência de que é preciso substituir o projeto oficial por um que seja baseado em premissas distintas das que são consideradas e aplicadas atualmente.

Projeto alternativo à orientação neoliberal de FHC

Essa realidade em desenvolvimento fornece uma base política importante para o alargamento da frente oposicionista, que tenha como núcleo as forças de esquerda e se estenda aos vários segmentos democráticos e progressistas interessados na mudança da orientação neoliberal do governo de FHC. Ao mesmo tempo, também, a possibilidade de reversão do atual quadro de forças – derrota da coligação de centro-direita, neoliberal, e a vitória de outra política, que seja contrária ao neoliberalismo – somente é possível por meio da formação de uma frente oposicionista de maior amplitude, que vá além dos segmentos mais consequentes. A premência dessas questões se impõe. Está em andamento a conformação dos campos políticos, visando à disputa da grande batalha eleitoral nacional de 1998. Por isso, em resumo, vai se colocando na ordem do dia a discussão de um programa progressista, possível de ser apoiado por forças políticas e sociais mais amplas. É esta a via que permite a vitória.

A construção de um projeto que defina uma alternativa de mudança ao projeto neoliberal, e que tenha o consenso de amplos segmentos

políticos, está subordinada à participação conjunta de várias tendências oposicionistas, levando-se em conta suas experiências, contribuições e a evolução do movimento de resistência popular à política governamental. Não é trabalho de um só partido. A constituição do Bloco Parlamentar de Oposição na Câmara dos Deputados (PT, PDT, PCdoB, PSB) e no Senado Federal (PT, PDT, PSB, PPS), reunindo os partidos de esquerda, é um passo importante que indica a possibilidade concreta da formação da frente de oposição e do começo do trabalho comum, multipartidário. Nesse trabalho de elaboração multipartidária, o esforço inicial consiste em desvendar e unificar as premissas básicas do plano oficial para um diagnóstico comum. Simultaneamente, estabelecer as premissas e os pontos fundamentais de um projeto de reestruturação nacional, ampliação democrática e retomada do desenvolvimento em ritmo elevado e sustentado. Fernando H. Cardoso e seus ideólogos procuram esconder com zelo uma questão essencial: a opção que eles tomaram não é «natural”. É a opção que coloca o Brasil num lugar subordinado, auxiliar, principalmente na reestruturação hegemônica dos Estados Unidos. Nas condições atuais, acarreta uma dependência mais profunda – o espaço nacional é desestruturado e o país se torna mais vulnerável –, com sua economia acoplada a uma imensa “bolha especulativa financeira”. Busca sustentar a estabilidade em bases frágeis – o livre fluxo do capital forâneo.

Brasil reúne condições para alternativa própria de desenvolvimento

Essas são as premissas do plano FHC. Há outras possíveis? Sim. Política e tecnicamente não existe apenas a via neoliberal. Em primeiro lugar, o Brasil reúne condições estruturais – físicas, econômicas, recursos humanos e naturais – compatíveis com uma alternativa própria, baseando-se em seus recursos e evidentemente levando em conta a realidade mundial atual. O país já atingiu o nível de uma economia de desenvolvimento médio, diversificada e complexa. Em segundo lugar, é possível reunir as forças populares e democráticas numa larga frente oposicionista nacional, com base no movimento de massas organizado. Uma frente desse porte contaria com recursos humanos capazes e experimentados para uma nova administração do país. Em terceiro lugar, devemos levar em conta, na construção de uma política nacional, as contradições crescentes que ocorrem entre os Estados Unidos, a Alemanha-Europa e o Japão.

Nas condições atuais, sobretudo considerando a preparação para o desfecho eleitoral de 1998, quando estará em disputa a Presidência da República, os pontos básicos referenciais para um programa antineoliberal, levando-se em conta as opiniões correntes na oposição mais



consequente, são os seguintes:

- Governo democrático composto pelas correntes de oposição ao neoliberalismo, multipartidário, baseado nas forças democráticas e populares, que defina um Projeto Nacional com o objetivo da reestruturação nacional, a recuperação e ampliação das conquistas sociais e a retomada do desenvolvimento ao seu ritmo histórico brasileiro.
- Democratizar a vida nacional, aprimorando o sistema proporcional de eleições; campanhas eleitorais financiadas por fundos públicos; redefinir o instituto da Medida Provisória; democratizar os meios de comunicação de massa; realizar consulta popular acerca dos grandes temas nacionais.
- Democratizar o Judiciário, tendo em vista assegurar uma justiça independente, rápida e acessível ao povo.
- Explicitar uma linha de política econômica que tenha como fator dinâmico da acumulação a valorização da base produtiva instalada, aproveitando-se ao máximo do excedente na formação da poupança interna, visando ao aumento das taxas de investimento, de modo a incrementar a produtividade média da economia, estimular os setores capazes de gerar emprego e criar as condições para melhorar a distribuição de renda.
- Recompôr o sistema de moeda e crédito nacional, tendo em vista o amplo desenvolvimento do mercado interno como condição necessária para participação maior no comércio externo.
- Estabelecer um plano de desenvolvimento essencialmente voltado para a extensão do mercado interno e na ampliação do mercado de trabalho.
- Resolver o problema da dívida pública, reduzindo substancialmente as taxas de juros reais e reescalando os prazos dos títulos, tendo em vista o redirecionamento da poupança para o investimento produtivo.
- Fortalecer e recuperar as empresas estatais estratégicas; redefinir o sistema nacional de ciência e tecnologia e adotar uma política científica e tecnológica voltada prioritariamente para vencer os desafios do desenvolvimento econômico e social do país; elaborar um plano de crescimento industrial, agrícola, tecnológico e de serviços; estabelecer o modo de atração e a função do capital estrangeiro tendo em conta os objetivos econômicos estratégicos.
- Rever os acordos acerca da dívida externa, celebrados desde 1994, visando a reverter o fluxo de saída de divisas (mais de 140 bilhões de dólares até o ano 2000) a que o país está submetido.
- Elaborar um sistema tributário progressivo, no qual os impostos e contribuições sociais cobrados incidam mais do que proporcionalmente sobre os setores de maior renda e riqueza.

- Adotar políticas de combate às desigualdades regionais, visando a uma melhor distribuição dos recursos nacionais, garantindo um justo equilíbrio federativo.
- Garantir e desenvolver a seguridade social pública e implantar, em sua plenitude, o Sistema Único de Saúde.
- Adotar políticas de democratização da cultura e da educação, recuperando, fortalecendo e universalizando o ensino público, gratuito.
- Fixar a jornada de trabalho em 40 horas semanais, sem diminuição dos salários; salário-mínimo compatível com os critérios fixados pela Constituição.
- Realizar reforma agrária que modifique a acentuada concentração da propriedade territorial, democratizando o acesso à terra e ao crédito, e investindo em infraestrutura apropriada.
- Realizar a reforma urbana para garantir o direito à moradia digna para amplas parcelas da população.
- Adotar e aprimorar uma política ambiental tendo em conta a realidade dos ecossistemas do Brasil e recuperação de áreas degradadas.
- Adotar, na questão amazônica, uma política de desenvolvimento autossustentável e de preservação desta Região, tendo em conta seu patrimônio biológico, sua biodiversidade e utilização racional de suas imensas reservas.
- Assegurar a demarcação e a garantia da integridade das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e o respeito à diversidade étnica e cultural.
- Redefinir os objetivos geopolíticos do Brasil em função dos interesses nacionais; avançar a integração política, econômica e social dos países do Mercosul, superando os limites deste enquanto mera articulação comercial regional, para consolidá-lo como polo galvanizador de uma integração mais ampla dos países da América Latina contra o hegemonismo norte-americano no continente, tendo como base de relação comum a igualdade de direitos, o respeito mútuo e a cooperação entre os países.
- Lutar com a maioria das nações e povos do mundo, por uma nova ordem mundial de paz, soberania, democracia e desenvolvimento; Estas são referências, entre outras, que deverão ser discutidas mais amplamente no âmbito do movimento oposicionista.

III – A participação do Partido no processo político

Neste 9º Congresso cumpre fazer um balanço da tática partidária considerando a evolução política recente. A participação do Partido Comunista ao Brasil no curso dos acontecimentos políticos, nas instituições democráticas e no mo-



vimento de massas tem sido feita com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores, das massas populares, dos setores médios da população, dos jovens, das mulheres, dos negros, dos índios, dos excluídos, enfim da grande maioria da nação, na busca incessante de reforçar a unidade, elevar a combatividade e a organização do conjunto das lutas empreendidas contra os inimigos do povo.

PCdoB – combatente pela democratização do país

O Partido não é uma organização que apenas apregoa a transformação revolucionária ou é espectadora distante dos acontecimentos. Ele tem procurado agir politicamente, ao nível do movimento real, exercendo influência em importantes resultados e desfechos na história política recente.

Em resposta às condições impostas pelo regime militar, o Partido assumiu o papel dirigente da resistência armada do Araguaia. Teve importante função precursora no final da ditadura, na luta por um governo democrático, pelo fim dos atos e leis de exceção, pela anistia ampla e irrestrita e pela convocação da Constituinte. E quando, diante do quadro de forças estabelecido, esgotou-se a possibilidade de derrotar a ditadura por meio das eleições diretas, participou da eleição presidencial no Colégio Eleitoral, apoiando a candidatura Tancredo/ Sarney para abrir passagem à redemocratização do país. A conquista da legalidade em 1985 permitiu ao Partido aparecer abertamente, com sua fisionomia própria. Pôde demonstrar sua identificação com as aspirações do povo de forma mais ampla. Alcançada a transição à democracia, aplicou-se em levá-la às últimas consequências. Empenhou-se para que a tendência progressista predominasse na Constituinte de 1988, estimulando para isso o movimento de massas e intervindo diretamente nos seus trabalhos. Foram alcançadas importantes conquistas na Constituinte de 1988. Entre as forças avançadas que contribuíram para esse resultado, o Partido teve papel destacado e decisivo.

O governo Sarney não levou adiante a democratização do país e tornou-se imperativo para o Partido e as forças populares mais consequentes a busca do caminho para reerguer a democratização. A aproximação da eleição presidencial de 1989 levou o Partido a propor a formação de uma ampla frente democrática e popular para retomar o avanço do processo progressista. A proposta resultou na formação da Frente Brasil Popular, constituída pela maior parte das forças de esquerda. A FBP foi ao segundo turno das eleições, quando uma frente mais extensa foi montada com forças democráticas, quase vencendo as eleições presidenciais.

A vitória da candidatura Collor abriu nova fase política no país, bloqueando a tendência democratizadora que se desenvolvia desde o declínio do regime militar, e iniciando a caminhada para a inversão das conquistas democráticas, que é aprofundada pelo governo atual. A queda do governo Collor e a entrada de Itamar Franco produziram um breve interregno democrático, mas não chegou a barrar a tendência antidemocrática. Ao mesmo tempo, no plano mundial, fazia-se sentir o impacto da crise do socialismo, com forte reflexo em nosso país. A partir da virada produzida no quadro nacional, o Partido foi ainda a força pioneira em demonstrar os objetivos da política inaugurada pelo governo Collor, alertando para o início do derrube das fronteiras nacionais e da involução política. Simultaneamente, o Partido enfrentou a escalada político-ideológica contra o socialismo e as ideias revolucionárias. Respondeu a essa investida, preservando a essência das ideias revolucionárias marxistas e se renovando para colocar-se à altura das mudanças ocorridas.

Hoje o Partido tem como marca, no plano político, o combate sem tréguas à política neoliberal comandada por FHC. Procura demonstrar que essa política segue a iniciada por Collor. Ela reverteu o processo de democratização retomado com o fim do regime militar, e submete o país a uma dependência mais profunda. O PCdoB defende e pratica firme oposição ao governo FHC, como condição essencial para o êxito da perspectiva democrática e progressista. Manteve firme posição e destacada atuação na luta contra a aprovação da emenda da reeleição do presidente da República. Teve importante papel precursor e condutor nas grandes jornadas populares iniciadas no final da década de 1970 e que ganharam as ruas e tiveram apoio da maioria da sociedade, desde a luta pela Anistia às das *Diretas Já* e pelo *impeachment* do presidente Collor.

Cresce a influência do Partido no movimento sindical, através do apoio à Corrente Sindical Classista (CSC) da Central Única dos Trabalhadores, e em termos gerais no conjunto dos movimentos populares. Está ligado a organizações nacionais específicas de massas de jovens e mulheres. Continua aumentando sua influência no movimento estudantil e juvenil. Na Câmara Federal o Partido destaca-se tradicionalmente por combinar combatividade com qualidade de sua intervenção. Hoje, a bancada federal do Partido destaca-se como importante polo oposicionista dentro e fora do parlamento. Desenvolve firme atividade contra as emendas constitucionais antidemocráticas e as reformas de FHC. Assume importante papel na denúncia da função subalterna do Poder Legislativo em relação ao presidente da República. Coloca-se como centro de ressonância das reivindicações dos trabalhadores e da população oprimida. Participa da experiência pioneira da criação do Bloco de Oposição Parlamentar na Câmara dos Deputados. Nas Assembleias estaduais e nas Câmaras municipais as representações do



PCdoB têm rumo idêntico ao seguido no parlamento nacional, levando em conta as realidades locais. Nas eleições municipais de 1996, o Partido foi vitorioso em alianças que elegeram 147 prefeitos, participando diretamente dessas administrações na maioria desses municípios. As experiências nos órgãos executivos, quando se aplica uma política justa, permitem, por um lado, maior ligação com as massas e, por outro, aprendizado de gestão administrativa nas esferas municipal e estadual.

PCdoB contrário à reforma política antidemocrática

O crescimento do Partido está sujeito, evidentemente, à possibilidade de erros políticos que possa cometer. Entretanto, a ameaça real, o obstáculo maior à sua trajetória ascendente, provém da chamada reforma política, menina dos olhos das correntes dominantes neoliberais. Essas correntes se fixam obsessivamente na questão da “governabilidade”: garantir o avanço da reestruturação neoliberal e, ao mesmo tempo, conter o crescimento da resistência, sufocando-a. Pretendem manter a estabilidade política, o *status quo* dos partidos dominantes atuais, em detrimento de uma maior e mais diversificada formação partidária e representação parlamentar das correntes populares.

Esse é o conteúdo real da reforma política em andamento nas duas Casas do Congresso Nacional. Entre as propostas que compõem essa reforma, as mais perniciosas aos partidos populares são: a negação do sistema eleitoral proporcional e adoção do sistema distrital misto; a cláusula de barreira para o funcionamento parlamentar; a proibição das coligações proporcionais. O Partido procura desenvolver grande esforço no âmbito do parlamento, trabalhando junto aos aliados proposições alternativas, principalmente acerca das coligações, para garantir a participação parlamentar dos partidos menores. Todavia, não tem conseguido realizar ainda amplo trabalho de denúncia junto ao povo. A luta pela defesa da representação parlamentar do PCdoB, ameaçada pelo arbítrio das forças dominantes, deve ocupar lugar central na atividade de propaganda e de massas do Partido.

Tarefa política partidária – abrir caminho para superar o neoliberalismo

Pela experiência histórica dessas últimas décadas no Brasil, o crescimento e o fortalecimento do PCdoB são condição essencial para o avanço conseqüente do processo transformador da sociedade. Por seu projeto programático, por sua trajetória política de rica experiência, contribuições e justa intervenção em momentos decisivos, ele se afirma cada vez mais como força conseqüente e respeitada. O rumo que os setores das classes dominantes, tendo à frente o governo FHC, procuram

impor ao país aprofunda a encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil. A compreensão do Partido, explicitada em seu Programa, é a de que somente será possível abrir outro rumo superando o neoliberalismo, seguindo o objetivo da conquista do socialismo científico. A viabilidade do socialismo em nosso país depende da aplicação de um Programa voltado para responder às necessidades da fase de transição preliminar do capitalismo atual ao socialismo. O caminho para que seja alcançado o poder político que garanta essa transição compreende uma disputa difícil e formas variadas de aproximação.

O Partido atua no curso da vida política. Não pode ficar indiferente à alternativa que possa reconduzir o processo democratizador e progressista, criando condições para aproximação do objetivo maior. Hoje, a tarefa política se concentra no enfrentamento do mais importante desafio:

- Primeiro, reunir o máximo de forças políticas e sociais, concentrando grandes esforços na formação de vasto movimento político de resistência popular para fazer frente à investida neoliberal, invertendo a situação desfavorável ao avanço democrático e progressista.
- Segundo, tornar vitoriosa a frente de forças democráticas, populares e nacionalistas que possa concretizar um novo projeto democrático, de reestruturação nacional e de acelerado desenvolvimento para o país.
- Terceiro, diante da ofensiva para enquadrar e subordinar o desenvolvimento brasileiro às exigências dos circuitos globais do capital, ou a alternativa democrática de reestruturação nacional, se aproxima do projeto de transição ao socialismo, abrindo caminho para superar o neoliberalismo, ou retrocede e acaba submetido por outras formas ao sistema neoliberal.

Cabe ao PCdoB e às forças populares mais consequentes fazer prosperar a tendência transformadora avançada, participando da conquista de objetivos intermediários, como meio de acumulação de forças e aproximação do objetivo maior – a transição ao socialismo. O Partido continuará divulgando e defendendo seu programa de construção socialista, procurando, dessa maneira, apontar a perspectiva mais consequente para superar o neoliberalismo, conquistando apoio social e político para esse grande empreendimento transformador da sociedade brasileira.



DOCUMENTOS

O Partido – instrumento fundamental da transformação revolucionária

Entre os grandes problemas que reclamam maior atenção do movimento revolucionário, ressalta a questão do Partido, que foi e continua a ser a força decisiva da revolução social, da transformação avançada da sociedade, e o elemento fundamental à resistência e à derrota da ofensiva neoliberal do imperialismo contra os trabalhadores e os povos do mundo inteiro. A derrota do socialismo na ex-União Soviética e no Leste Europeu pôs incisivamente na ordem do dia a discussão sobre o Partido e as causas de seu insucesso na construção da nova sociedade.

Os erros e deficiências verificados na edificação do socialismo tiveram sérias repercussões no Brasil. O Partido Comunista atravessou uma fase muito difícil que levou à sua liquidação e posterior reorganização, em 1962. Impõe-se uma avaliação da atividade do Partido Comunista do Brasil, desde a sua fundação, em especial após a sua reorganização, destacando-se a nova fase de legalidade que se mantém há mais de uma década. Ao lado dos êxitos e das vitórias alcançados manifestaram-se deficiências que precisam ser superadas para possibilitar um avanço maior do Partido.

I – Traços gerais da história do Partido

O Partido Comunista do Brasil completou 75 anos de existência, em 25 de março, e 35 anos de sua reorganização, ocorrida em fevereiro de 1962. Nestes três quartos de século atravessou muitas dificuldades. Viveu largo período na clandestinidade, foi alvo constante da repressão das classes dominantes. Por muitos anos registrou baixo índice de assimilação do marxismo-leninismo. Embora formalmente orientado pela III Internacional, desde a sua fundação, não contava em suas fileiras quadros marxistas solidamente instruídos. Até 1923 não se havia publicado no país nenhuma obra dos clássicos marxistas. A primeira a ser editada, com circulação restrita, foi o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. A imprensa comunista somente apareceu em 1925, com a publicação de *A Classe Operária*, órgão central do Partido. A situação objetiva refletia um país atrasado. Na época da fundação do Partido, havia somente 275 mil operários, em geral artesãos, precariamente organizados. A maioria da população vivia no campo, também carente de experiência política e de organização.

Todavia, a década de 1920 assinala o aparecimento de uma série de movimentos armados oriundos das cidades, de feição militar. E inicia-



tivas culturais progressistas. Esses movimentos visavam a transformações democráticas no país.

Sem uma clara perspectiva da luta política e social, falta de experiência, o Partido Comunista não soube integrar-se nesses movimentos políticos e militares. Limitou-se à pregação doutrinária e à participação restrita em contendas eleitorais, sob a legenda do Bloco Operário-Camponês. Isolou-se da marcha dos acontecimentos progressistas.

Em meados da década de 1930, o Partido dá uma virada na luta social e política. Passa a atuar na estrutura sindical criada por Getúlio Vargas e conquista posições importantes nessa frente de luta defendendo, simultaneamente, a unicidade e a autonomia sindicais. Participa ativamente da batalha contra o nazi-fascismo, que teve na Aliança Nacional Libertadora (ANL) a sua expressão mais destacada. Apoiava decididamente as forças aliadas, tendo à frente a União Soviética, na Segunda Grande Guerra, e a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Com a vitória sobre o nazismo, em 1945, o Partido conquista a legalidade, depois de longo período de perseguições brutais. Desenvolve intensa atividade política. Na campanha pela Assembleia Constituinte, elege 15 parlamentares, cujo desempenho combativo e democrático no Parlamento mereceu o apoio das grandes massas trabalhadoras e populares. Os efetivos do Partido alcançaram 200 mil filiados.

No período de governo do marechal Eurico Dutra (1946-1949) o Partido volta a sofrer duros golpes. Seu registro eleitoral foi cancelado e os mandatos parlamentares cassados. Muitos comunistas foram assassinados. Os principais dirigentes do Partido passaram à clandestinidade, com ordem de prisão preventiva que se estendeu até 1957.

A partir desta data, o Partido desfrutou de uma semilegalidade. Mas inicia-se uma profunda luta interna no Partido. Com a vitória da contrarrevolução na União Soviética, 1956-1957, manifesta-se séria crise ideológica, que atinge boa parte do Comitê Central. O Partido adere à linha revisionista de Krushev. A direção partidária ataca os elementos de tendência revolucionária, que são afastados do Comitê Central. Adota uma orientação política oportunista, em março de 1958. O Partido perde suas características revolucionárias. E termina sendo liquidado. Cria-se um novo partido, o Partido Comunista Brasileiro, de feição nitidamente oportunista. Restava aos que não concordaram com essa injusta decisão reorganizar o Partido Comunista do Brasil, em fevereiro de 1962.

II – A grande virada na construção do Partido

A principal conquista da história do Partido foi a formação de uma corrente marxista-leninista em seu seio. A constituição dessa corrente tem antecedentes na Conferência da Mantiqueira (1943), mas se firmou

e consolidou na luta contra o revisionismo contemporâneo e contra o retrocesso do PCB, que degenerou no final da década de 1950. A corrente marxista-leninista foi capaz de sobrepor-se à degenerescência revisionista e liquidacionista. Reorganizou, em fevereiro de 1962, o antigo Partido da classe operária, mantendo posições de princípios e adotando orientação revolucionária.

A reorganização ousada do Partido tem significado histórico. Abriu nova etapa na vida do Partido, etapa superior do seu desenvolvimento dialético. A corrente marxista-leninista atraiu novos elementos revolucionários, constituiu-se em sólida direção do PCdoB.

Nestes 35 anos da reorganização, o Partido soube enfrentar a violenta repressão que se abateu sobre o povo. Ligou-se aos setores mais combativos da população, cresceu numericamente. Foi capaz de organizar a Guerrilha do Araguaia que, por três anos, sustentou heroica resistência armada à ditadura militar.

Sofreu muitas perdas, que atingiram a direção nacional. Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Pedro Pomar, Luís Guilhardini, João Batista Drummond, Bicalho Roque foram assassinados no período da ditadura. Centenas de militantes tombaram nas cidades e no campo lutando pelos interesses do povo. Contudo, novos quadros comunistas se formaram. O Partido estendeu sua organização a todo o país. A incorporação da AP ao PCdoB, em 1972, fortaleceu as fileiras partidárias.

Destaque especial da atividade do Partido teve o combate ao revisionismo contemporâneo. O PCdoB foi dos primeiros no mundo a desmascarar e a combater a tendência revisionista que se espalhou no movimento revolucionário. Incentivou a resistência marxista-leninista. Nessa luta, o Partido avançou teórica e politicamente. No 8º Congresso do Partido, marco importante desse combate, definiu posições de princípios face aos desvios que se manifestaram na ex-União Soviética e no Leste Europeu, e reafirmou a perspectiva socialista.

O PCdoB alargou suas relações fraternais com partidos comunistas de todo o mundo, baseado no internacionalismo proletário. Recolheu experiências em nível internacional da luta em defesa do socialismo e contra a ofensiva anticomunista do imperialismo. Deu apoio aos perseguidos políticos em diversos países, especialmente naqueles em que o socialismo fora destruído.

III – Nova fase na vida do Partido

Ao final da década de 1970, o PCdoB reorienta sua atividade política. Adota uma tática justa para pôr fim à ditadura militar. Apoiava a luta pela anistia ampla e irrestrita. Propugna a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e defende eleições diretas para a Presidência



cia da República. Ao iniciar a campanha eleitoral, incentiva a candidatura Tancredo Neves como polo oposicionista à sucessão presidencial, visando à transição democrática.

Com a eleição de Tancredo/Sarney e as mudanças no quadro político, o Partido conquistou a legalidade que se mantém há doze anos. É a primeira vez na história do Partido que isso ocorre. Desde 1985, o PCdoB atua abertamente no país e participa ativamente da vida política nacional. Aparece com sua fisionomia político-ideológica no cenário brasileiro, assume responsabilidades novas no movimento de massas e junto a outras correntes políticas democráticas e de esquerda.

Ao mesmo tempo, o Partido vive um período de intensa atividade no plano teórico-ideológico. Reformula conceitos e políticas ultrapassados e desenvolve pensamento criador relacionado com problemas brasileiros da revolução social. Em busca de novos caminhos para alcançar a plena vitória do socialismo, o PCdoB chegou à elaboração do *Programa Socialista* que reflete as exigências do desenvolvimento do país. A vida tem demonstrado que o PCdoB está no caminho certo.

Na legalidade, o Partido passou a desenvolver maior atividade nas esferas institucionais. Conta com nove deputados federais, nove deputados estaduais e mais de uma centena de vereadores. É uma atividade com características próprias, relativamente nova para o Partido. O trabalho parlamentar tem ajudado a divulgar a orientação do PCdoB, a definir concretamente suas posições face aos diversos temas em debate, a demarcar posição com as forças conservadoras e reacionárias. Os parlamentares comunistas defendem os direitos dos trabalhadores, pugnam pela democracia, reclamam a preservação dos interesses nacionais. Essa atuação possibilita a ampliação das relações com outras forças políticas. Grande importância tem também o trabalho extraparlamentar. Nesse trabalho, os deputados e vereadores precisam manter estreito contato com as massas, marcar presença nos movimentos populares e informar o Partido de suas atividades.

Fruto da legalidade e da crescente influência política do PCdoB, vai surgindo, objetivamente, o problema da participação de comunistas em órgãos executivos estaduais e municipais. Autorizados pelo Partido, comunistas exercem funções nessas administrações de tendência democrática ou de esquerda. Isto tem sido positivo para fortalecer o Partido, sempre que os comunistas compreendam que essa participação é mais um instrumento para intensificar a ação política do Partido, ampliar sua área de influência, seu campo de atuação, sua ligação com as massas, contribuindo para a construção partidária. Ao mesmo tempo, é indispensável realizar uma administração democrática, aberta à participação popular, e que faça realizações em benefício do povo. Em tais funções, os comunistas devem manter-se ligados às direções partidárias e prestar contas de sua atividade.

Certamente, a atuação nas esferas institucionais não pode ser considerada a atividade principal do Partido. Tem grande importância, seria um erro subestimá-la. Mas há outras frentes de luta fundamentais à consecução dos objetivos maiores do PCdoB.

Neste período de legalidade ampliou-se o trabalho partidário no movimento sindical. A Corrente Sindical Classista (CSC), que tem o apoio do PCdoB, amplia sua atividade e consolida posições em importantes sindicatos. Participa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), lutando pela unidade do movimento sindical e por uma correta orientação à luta dos trabalhadores. Conta também com importante trabalho de formação sindical através do Centro de Estudos Sindicais e da revista *Debate Sindical*.

O PCdoB apoia o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e participa diretamente da luta no campo e nas cidades em prol da reforma agrária, indispensável à solução dos graves problemas com que o país se defronta. Atua também na Contag e no MLT e estimula a unidade dos movimentos de luta pela terra.

Aumenta a influência do PCdoB no movimento juvenil. A União da Juventude Socialista (UJS), organização de jovens, autônoma, dirigida pelo Partido, mantém ampla atividade e liberdade de iniciativa entre a juventude. O PCdoB promoveu inúmeras lideranças de jovens comunistas e tem ampliado, através da UJS, sua influência nas organizações estudantis, particularmente na União Nacional dos Estudantes e na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

O PCdoB tem contribuído para desenvolver a luta emancipacionista das mulheres, estimulando sua organização na União Brasileira de Mulheres (UBM) e publicando a revista *Presença da Mulher*, que precisa retomar sua periodicidade.

O Partido se esforça para diversificar sua atuação na luta social, incentivando os movimentos populares em defesa de melhores condições de vida para a população, de preservação do meio ambiente, contra a discriminação racial e em defesa da cidadania.

A situação legal do Partido tem permitido também certo avanço na frente da agitação e propaganda. Normaliza-se a circulação de *A Classe Operária*. A revista *Princípios* circula com regularidade a cada três meses e melhora a qualidade das matérias que publica. Obtém-se êxitos nos programas de rádio e TV do Partido, presentemente reduzidos a cinco minutos por semestre. Tem sido positiva a ampla divulgação do trabalho parlamentar comunista.

Assim, a atividade legal do Partido apresenta aspectos proveitosos no cumprimento de suas tarefas essenciais. Permite o aumento de seus efetivos e cria um número relativamente grande de lideranças comunistas. Tudo isso contribui para elevar o prestígio do PCdoB no conjunto da sociedade.



A par dos êxitos na construção do Partido, há debilidades que precisam ser superadas. No terreno da organização, é débil ainda a estrutura partidária. As Organizações de Base são precárias, particularmente na classe operária. Comitês Municipais e Comitês Distritais do Partido, que fazem a ligação com as bases, enfrentam dificuldades no seu funcionamento. O Partido atua pouco apoiado nas bases. O número de filiados aumenta, mas não se consegue ainda atrair a maioria dos novos filiados ao trabalho organizado do Partido. Muitos dos filiados acabam perdendo o contato partidário. O trabalho de finanças revela-se ainda pouco desenvolvido.

É pequena a mobilização da militância para a realização de tarefas de cunho político e social. Ainda é mal compreendida a importância da frente única, da união com as forças de esquerda e democráticas. Subestima-se o trabalho político com os aliados. A atividade política dos comunistas nas entidades em que atuam muitas vezes não consegue superar a fronteira da luta corporativa e economicista.

Há carência de trabalho ideológico com os militantes, não obstante os êxitos conseguidos. Os documentos de cunho teórico não são regularmente debatidos com os membros do Partido. A divulgação desses documentos ainda é formal. Não se dá suficiente atenção aos cursos do PCdoB. O setor de formação funciona irregularmente. Explora-se insuficientemente os espaços abertos com a legalidade no setor de propaganda, para levá-la aos meios de comunicação de massa como rádio e Tevê, bem como a Internet. O trabalho de divulgação partidária frequentemente não atinge nem as próprias fileiras partidárias.

O Partido tem dado mostras de combatividade, responde em certa medida aos desafios que se apresentam. Mas vão-se verificando manifestações de liberalismo, arrefecimento da militância, com esgarçamento da prática partidária, tendências ao relaxamento, à condescendência e à rotina. São fatores que se relacionam com a falta de perspectiva política e de convicções ideológicas. Refletem pressões tendentes a subestimar ou mesmo negar o papel do Partido.

Pode-se afirmar, assim, que há um descompasso nas frentes ideológica e de organização. Na construção partidária a ideologia é a força aglutinadora e a organização a força concretizadora. É preciso ajustar o trabalho nessas duas frentes.

IV – Fortalecer o Partido para derrotar as forças da reação e do imperialismo e abrir caminho à vitória do socialismo

A ofensiva do neoliberalismo, apoiada no governo FHC, constitui séria ameaça à própria existência da nação brasileira. Afeta gravemente os direitos dos trabalhadores, golpeia as conquistas democráticas. Vol-

ta-se particularmente contra a esquerda, em especial contra o Partido Comunista do Brasil.

Em consequência dessa política nefasta, cresce o descontentamento entre os trabalhadores e o povo. Amplia-se a oposição ao governo vende-pátria de Fernando Henrique Cardoso. É inevitável a luta das massas por seus direitos, contra o neoliberalismo e a venda do país aos monopólios e banqueiros internacionais, pela maior democratização da vida nacional. Essa luta exige uma direção firme, capacitada política e teoricamente, a fim de orientar com justeza o movimento democrático e popular.

Cabe ao Partido assumir essa tarefa. Para cumpri-la com êxito, impõe-se cuidar mais e melhor do Partido, prepará-lo para os grandes embates que se avizinham.

Necessitamos de um Partido forte e coeso, capaz de forjar a ampla união das correntes de esquerda e democráticas e de reforçar a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo.

Partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país. Um Partido livre do dogmatismo e do voluntarismo. Partido de lutas, disposto a assumir responsabilidades em níveis de poder local e mesmo nacional, se existirem as condições necessárias para isso.

Partido que afirme e desenvolva a teoria marxista-leninista, ciente do imenso desafio histórico que é superar a crise do marxismo na atualidade, para torná-lo consentâneo com a realidade e a vida social contemporânea. Esforço que parte dos ensinamentos universais do socialismo científico, aliados ao domínio mais profundo da formação econômico-social brasileira, desenvolvendo o pensamento programático de um projeto socialista renovado para o país, e que se realize através de uma vida interna democrática, enriquecida com o debate político e teórico, visando a educar novas gerações de comunistas.

Partido concebido como instrumento político da consciência avançada dos trabalhadores da cidade e do campo, construído como ampla organização, um canal de expressão para a prática da militância política indispensável ao movimento transformador. Partido de militância política que seja expressão de solidariedade e compromisso com as massas populares, e caminho para a emancipação da consciência de homens e mulheres, principalmente de trabalhadores. A militância precisa encontrar no Partido a possibilidade de adquirir conhecimentos mais elevados acerca da luta de classes e do desenvolvimento da sociedade, bem como formas de organicidade adequadas às características da luta política e social em suas variadas expressões.

Partido unido na ação política, sem alas e tendências no seu interior, aprimorando o princípio do centralismo democrático, entendido como força ativa propulsora da formação da consciência revolucionária da



militância, avesso ao reducionismo simplificador, às formas mecânicas, administrativas ou burocráticas.

Armados com elevado descortino teórico e ideológico, defendendo de modo histórico-crítico o legado revolucionário proletário deste século, aos 75 anos de existência e 35 de reorganização do Partido Comunista do Brasil, reafirmamos o papel decisivo do Partido Comunista para o êxito do movimento de superação do capitalismo. Reafirmação que é simultaneamente renovação. O Partido deve acompanhar as mudanças que se vão operando na sociedade, preservando seus ideais socialistas, adquirindo feições e funções novas, face ao avanço da realidade e da consciência social. A teoria e a construção do Partido estão em processo permanente de desenvolvimento.

Visando a abordar esses desafios, provido de uma correta orientação política para derrotar as forças da reação e do imperialismo, o PCdoB estabelece suas tarefas destacadas quanto às questões de partido.

No plano teórico e ideológico

- Multiplicar os esforços para elevar o nível teórico do coletivo partidário e intensificar o trabalho ideológico em todos os seus escalões, a fim de fortalecer as posições de princípios do Partido e reforçar a unidade em suas fileiras.
- Enriquecer o funcionamento interno das organizações partidárias, multiplicar as atividades de comunicação e propaganda.
- Incrementar o relacionamento com a intelectualidade e os meios artísticos e culturais vitalizando as atividades do Instituto Maurício Grabois. Promover maior inserção do PCdoB nas universidades, como forma de participar mais ativamente do debate teórico e ideológico.
- Intensificar o trabalho de formação nas fileiras partidárias. Difundir o estudo do marxismo, utilizando a obra dos clássicos e os materiais teóricos elaborados pelo Partido, em especial os que examinam a experiência e os erros do movimento socialista.
- Aprofundar o estudo do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, seus fenômenos novos, suas tendências centrais.
- Desenvolver o estudo da base econômico-social brasileira, assimilar e propagar as ideias centrais do Programa Socialista do PCdoB.
- Desenvolver o trabalho de propaganda das ideias do Socialismo.
- Elaborar um roteiro sintético da História do Partido Comunista do Brasil, visando a aprofundar o conhecimento e a sistematização dos 75 anos de existência e 35 anos de reorganização do Partido.

No plano orgânico

Perseverar nos esforços pelo crescimento do Partido através das filiações e de maior organicidade em suas fileiras. Elaborar, para isso, uma política de organização que tenha por eixo a valorização da atividade de militância, voltada para a luta política e social, e a formação e promoção de quadros. É imprescindível trabalhar para consolidar direções intermediárias, em especial Comitês Municipais e Distritais, a fim de assegurar estabilidade e diversificação do trabalho partidário.

Examinar com afinco a problemática do mundo do trabalho, extraíndo consequências que possibilitem reforçar vínculos mais sólidos do Partido com os trabalhadores e reforçar a sua composição operária, inclusive nas instâncias de direção.

Avançar na regulamentação da atividade interna do Partido, consolidando sua experiência de legalidade, e adaptar seus Estatutos a essas exigências.

Dedicar especial atenção ao trabalho de finanças do Partido. Criar os estímulos para a contribuição militante e mecanismo de arrecadação que tornem efetiva essa contribuição. Viabilizar, tanto quanto possível, outras fontes alternativas e permanentes de recursos.



Manifesto

Ao povo brasileiro

Mensagem do 9º Congresso do PCdoB

O Partido Comunista do Brasil, no encerramento do seu 9º Congresso, faz um alerta, aos trabalhadores e ao povo brasileiro, sobre a extrema gravidade da situação do País.

O esforço de desenvolvimento nacional está sendo destruído por esta elite governante que, sob Fernando Henrique Cardoso, transforma orientações estrangeiras em programa de governo, em benefício de uma minoria de privilegiados. Em consequência, crescem a pobreza e a degradação da vida.

A Pátria está em perigo e, com ela, a vida do povo. A luta contra o domínio neoliberal se impõe às forças progressistas, democráticas e nacionalistas. O desemprego cresce como nunca. Trabalhadores rurais são escorraçados na luta por um pedaço de terra, em nome de uma lei que garante a propriedade e mantém vastos territórios improdutivos. A parcela dos trabalhadores e assalariados na distribuição da riqueza nacional cai; os ricos ficam mais ricos, e os pobres mais pobres. A tragédia humana resultante transparece no descalabro geral: escola pública abandonada, profissionais de saúde incapacitados de cumprir sua missão; doentes que morrem à míngua, sem acesso ao SUS; moléstias antes controladas, como sarampo, tuberculose ou cólera, voltam a se manifestar e a falta de segurança e o medo tornam-se parte da vida de todos.

A hora é de emergência. Multiplicam-se os atentados contra os direitos dos trabalhadores e da população. Liberdades democráticas tidas como consolidadas estão sob ataque e podem desaparecer.

A soberania nacional, resultado da luta dos povos pela autonomia e autodeterminação, é hoje mercadoria negociada a preço vil nos balcões do capitalismo internacional. A civilização também corre perigo. A convivência nas grandes cidades transformou-se em guerra civil disfarçada, onde quadrilhas de criminosos agem desenvoltas, o narcotráfico prolifera, e a vida humana deixa de ser o valor mais alto a ser preservado.

O domínio neoliberal impõe a necessidade de mobilização de amplas forças avançadas para construir uma sociedade mais justa. O Brasil precisa de um novo caminho de desenvolvimento, capaz de superar os enormes desafios da crise atual. E que seja a expressão dos anseios de todos os que estão em contradição com o neoliberalismo – operários, assalariados, trabalhadores rurais, funcionários liberais, trabalhadores técnicos e científicos, pequenos e médios empresários.

As bases desse caminho de desenvolvimento devem ser a defesa dos direitos dos trabalhadores e das conquistas populares, da soberania



nia nacional, da reforma agrária, do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento autônomo e independente. Um caminho que seja capaz de reunir a ampla frente de oposição aos planos sinistros de Fernando Henrique Cardoso de subordinação ao domínio do imperialismo norte-americano.

Brasileiros, homens e mulheres! Embora poderosos, nossos adversários nada podem contra a força das multidões. Só a firme unidade dos trabalhadores e de massas populares pode levar a um mundo mais justo. A união do povo, a partir de seus partidos políticos, de seus sindicatos, locais de trabalho, escolas, associações de moradores – esse será o caminho partilhado por todos para a construção do futuro.

Em seus 75 anos de existência, o Partido Comunista do Brasil sempre lutou em defesa do socialismo, da democracia, da independência nacional e da elevação das condições materiais e intelectuais do povo. Nessa trajetória, os comunistas construíram uma tradição de compromisso com o progresso social.

Coerente com essa trajetória, o PCdoB convoca o povo de nosso País para marchar unido no combate implacável contra o projeto neoliberal. A eleição de 1998 será uma batalha importante neste embate de salvação nacional. Nela, a tarefa urgente das forças progressistas é a construção de uma ampla frente de oposição – patriótica, democrática e popular para – derrotar os inimigos do povo e do Brasil.

Brasileiros, trabalhadores, homens e mulheres! Fiel aos seus compromissos com o povo e a nação, e cômico das suas responsabilidades para com o presente e o futuro da nossa gente, o Partido Comunista do Brasil faz um vivo apelo à união de todos os democratas e patriotas para abrir caminho à conquista dos elevados ideais da emancipação nacional e social.

Cheios de confiança no futuro, proclamamos: unamo-nos, brasileiros! A unidade é a bandeira da esperança!

São Paulo, 15 de outubro de 1997.
Partido Comunista do Brasil



Intervenções Internacionais

A globalização e a atualidade da questão nacional

Luis Fernandes

“Está faltando conceito”. Estas palavras de abertura sintetizaram a mensagem fundamental da mui badalada entrevista concedida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja* há cerca de um mês. O que “está faltando”, segundo o presidente, é uma “ideologia” que apresente à população uma compreensão (e justificativa) abrangente da agenda do seu governo. O problema básico não seria a inexistência em si dessa “ideologia”, e sim a sua insuficiente e inadequada assimilação pela sociedade. Em outras palavras, FHC quer intensificar ainda mais a gigantesca operação ideológica movida pelos interesses dominantes no Brasil (e não só aqui) para consolidar a hegemonia política e cultural do projeto liberalizante. É este objetivo que anima a própria entrevista dada à *Veja*.

A ofensiva ideológica em curso tem como alicerce fundamental o conceito da “globalização”. Esta nos é apresentada como uma singular ruptura histórica, que impõe a convergência universal para uma agenda de liberalização. Tal compreensão é hoje amplamente dominante na cobertura jornalística, e vai se difundindo, igualmente, nos meios políticos e acadêmicos. Lamentavelmente, ela vem sendo incorporada de forma acrítica, também, por certos segmentos do pensamento de esquerda (embora estes tendam a “lamentar” os altos custos sociais do “processo objetivo e inexorável” em andamento). Estou convencido de que a construção de uma efetiva alternativa contra-hegemônica ao neoliberalismo no nosso país, objetivo central do *Projeto de Resolução Política* em discussão neste Congresso, exige, como ponto de partida, a ruptura da “jaula virtual” que o discurso dominante armou em torno do conceito de globalização para aprisionar corações e mentes.

As origens teóricas do conceito de globalização

Embora os temas da unificação econômica do mundo e da emergência, nos marcos do capitalismo, de uma “universal interdependência das nações” já ocupassem lugar destacado nas reflexões da economia política clássica dos séculos 18 e 19 (de Adam Smith a Karl Marx), a reflexão específica sobre o tema da “globalização” é relativamente recente. Suas origens teóricas mais próximas remetem a desenvolvimentos variados ocorridos no mundo acadêmico anglo-saxão a partir dos anos 1960, com destaque para as reflexões pioneiras do teórico da cultura Marshall McLuhan sobre a constituição de uma nova “aldeia global” pelos modernos sistemas de comunicação de massa, e também para as do sociólogo Daniel Bell sobre a convergência das diferentes formações



sociais mundiais para uma única “sociedade pós-industrial”, baseada na informação. Em uma versão mais “branda”, podemos incluir entre os precursores da reflexão teórica sobre a globalização os autores da chamada “escola inglesa de relações internacionais” (destacadamente, Martin Wight e Hedley Bull) que identificaram a emergência de uma “sociedade internacional” estruturada sobre normas compartilhadas e uma cultura internacional comum. A estes podem ser somados, ainda, autores como Robert Keohane e Joseph Nye que, já a partir dos anos 1970, passaram a teorizar sobre a crescente interdependência gerada pela multiplicação de laços transnacionais não estatais no sistema internacional.

A grande “onda” de reflexão específica sobre a globalização, no entanto, só ganhou corpo nos anos 1980, a partir de uma farta literatura especializada produzida por quadros formados nas escolas de administração de empresas do mundo anglo-saxão, sobretudo na Harvard Business School dos Estados Unidos. Entre estes, se destacam autores como M. E. Porter e Kenneth Ohmae. Com a ascensão global do projeto neoliberal ao longo da década e o colapso do campo socialista em 1989-1991, essa “onda” ganhou contornos de autêntico maremoto. Como soe ocorrer com conceitos que se tornam modismos intelectuais, isto alimentou o surgimento de inúmeras e variadas interpretações. As linhas-mestras do discurso dominante sobre o tema, no entanto, não se afastaram muito dos marcos teóricos formulados originalmente pela literatura especializada na área de Administração.

A leitura dominante do fenômeno da globalização

Dentre as diferentes e variadas abordagens surgidas nos anos 1990, seis proposições básicas e interligadas conformam a interpretação dominante:

1. A globalização consubstanciaria uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, na qual a integração mundial de mercados suplanta a estruturação anterior do sistema em economias nacionais autônomas.
2. Essa nova etapa seria caracterizada pelo descolamento do (grande) capital dos Estados e economias nacionais, o que conferiria a esse capital uma natureza essencialmente global.
3. A formação deste capital global estaria levando ao enfraquecimento generalizado dos Estados nacionais, suplantados por novas estruturas mundiais de poder polarizadas pelas empresas que predominam nos mercados globais.
4. Esse processo de globalização econômica estaria sendo acompanhado por um processo análogo e interligado de “mundialização da cultura”, com valores e identidades globais superando os valores e

identidades nacionais.

5. . Esta “mundialização da cultura”, por sua vez, estaria conformando uma nova “sociedade civil global”, que também se desprende do marco nacional e, cada vez mais, encaminha as suas reivindicações diretamente para os organismos internacionais que constituem o esboço de uma espécie de “governo mundial” (ONU, OIC, FMI, Banco Mundial etc.).
6. Para o bem ou para o mal (segundo o enfoque do analista), esse conjunto de processos imporá aos Estados nacionais uma agenda única de ajuste macroeconômico e uniformização institucional-regulatória, orientada para a “integração plena” nos fluxos mundiais de comércio e investimento.

Embora esta compreensão da globalização abarque processos de natureza social, cultural e política, não resta dúvida de que, para o discurso dominante, a determinação do fenômeno é eminentemente econômica. Dois desenvolvimentos econômicos em particular teriam se constituído, sobretudo a partir dos anos 1970, nos carros-chefes do processo: a globalização produtiva e a globalização financeira. A primeira refere-se à constituição de cadeias produtivas globais pelas empresas transnacionais, que atravessariam indistintamente as fronteiras territoriais e tornariam cada vez mais irrelevante o monopólio do uso legítimo da força exercido pelo Estado no interior dessas. A segunda alude à formação, com base nos desenvolvimentos tecnológicos da telemática, de um mercado financeiro global plenamente integrado, que opera, de forma contínua e em tempo real, sem qualquer constrangimento e/ou regulação por parte de autoridades políticas nacionais ou organismos multilaterais.

Os principais mitos da globalização

Apesar de já ter se tornado quase um senso comum, a leitura da globalização reproduzida acima repousa sobre um conjunto de mitos que não resistem a uma apreciação mais objetiva e criteriosa. Examinemos, portanto, a seguir, os principais mitos que constituem este conjunto.

O mito da “novidade” da globalização

Ao contrário do que afirma o discurso dominante, a integração econômica do Globo é um processo secular que acompanha o desenvolvimento do capitalismo desde duas primeiras formas comerciais, manufatureiras e bancárias nas cidades do norte da Itália no século 15. Foi precisamente a transformação do capital “natural” (imóvel, *territorializado* e, portanto, passível apenas de acumulação restrita) em capital “abstrato” na forma de dinheiro (móvel, *desterritorializado* e, portanto,



passível de acumulação ampliada) que impulsionou a expansão comercial da Europa, resultando nos descobrimentos e no lançamento das bases materiais do mercado mundial. Esta expansão, por sua vez, viabilizou o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo europeu, que completou a unificação econômica e política do mundo em torno de si já no século 19.

O mito do confinamento econômico nacional

Em oposição ao que afirma o discurso dominante, as economias capitalistas nunca ficaram confinadas aos seus respectivos espaços nacionais. Como bem observou Marx no primeiro volume de *O Capital*, o capitalismo europeu moderno se origina, em grande parte, da acumulação originária promovida pela espoliação sistemática do ouro e da prata das Américas no período colonial. Por sua vez, o fortalecimento econômico, social e político da burguesia promovido pela sua expansão comercial global desempenhou papel crucial na dissolução da sociedade feudal e na formação de Estados nacionais unificados e centralizados na Europa. Em outras palavras, a ascensão histórica do capitalismo constituiu, simultaneamente, um sistema (econômico) transnacional e um sistema (político) internacional. A interação contraditória destas dimensões está entranhada no capitalismo desde a sua origem. Não existe qualquer exemplo histórico de desenvolvimento capitalista autárquico.

O mito da globalização produtiva

Apesar das repetidas proclamações em contrário, a literatura especializada que acompanha mais de perto a ação e a evolução das empresas multinacionais revela que a escalada da expansão global destas no pós-guerra se deu a partir de fortes bases nacionais: De 70% a 75% do valor adicionado das grandes corporações dos países capitalistas centrais continuam sendo produzidos nos seus países de origem. Mais de 85% da sua atividade tecnológica são concentrados em bases nacionais. No caso das grandes empresas norte-americanas, nada menos de 98% das cadeiras nos conselhos de administração são ocupados por cidadãos norte-americanos. O que estes dados indicam é que o controle e as atividades estratégicas das empresas multinacionais continuam fortemente “territorializados” (e, como veremos adiante, absolutamente entrelaçados com a política internacional dos seus Estados de origem).

O mito da globalização financeira

Embora constitua a faceta mais avançada do processo de globalização econômica, o sistema financeiro está muito longe de constituir um

mercado global único (como foi reconhecido pelo próprio FMI no seu Relatório Mundial de maio deste ano). Continua havendo uma forte (e crescente) correlação entre poupança e investimento doméstico no mundo, revelando que a “territorialidade” continua sendo um critério fundamental para decisões de investimento. Os ativos dos principais fundos de investimento dos Estados Unidos e da Europa (cuja emergência foi identificada como um dos aspectos mais marcantes do processo de globalização financeira nos últimos anos), por exemplo, continuam fortemente concentrados em ativos nacionais (mais de 88%). Do lado monetário, mesmo com o colapso do regime de Bretton Woods, o dólar norte-americano continua dominando os mercados internacionais de capitais, sendo responsável por 86% das suas operações. Quase dois terços das reservas internacionais mundiais também continuam sendo mantidos em dólar. Como a emissão deste persiste como monopólio do Estado norte-americano, isto confere às autoridades políticas e econômicas dos Estados Unidos um brutal (e, este sim, incontrolado) poder de interferência sobre a operação do sistema financeiro internacional.

O mito da dissociação entre mercado, empresa e Estado

A reflexão acima nos remete diretamente ao último mito que pretendo examinar: o da crescente dissociação entre mercado, empresa e Estado (e do enfraquecimento generalizado deste). Em primeiro lugar, me parece altamente questionável a contraposição indiferenciada da Empresa ao Estado Nacional no discurso dominante sobre a globalização. Em toda a história do capitalismo, sempre existiram “empresas” e “empresas” (poucas das quais puderam ou podem comandar a constituição e exploração de mercados mundiais), e “Estados” e “Estados” (poucos dos quais concentraram ou concentram poder político e militar suficiente para impor uma determinada ordenação a esses mercados). Desde a concessão dos monopólios oficiais para as grandes companhias de navegação nos antigos sistemas de colonialismo aberto, os Estados mais fortes sempre procuraram estabelecer territórios econômicos os mais amplos possíveis no interior do mercado mundial, reservando a sua exploração para determinadas empresas sediadas na Metrópole. Nos dias de hoje, as grandes empresas multinacionais continuam a explorar as assimetrias de poder político no sistema internacional para abrir, conquistar, consolidar e proteger mercados. Desse ponto de vista, a relação entre o capital que busca se expandir globalmente e os Estados centrais do sistema internacional não tem nada de “exterior” ou “descolada”. Na verdade, essa relação é tão íntima que chega a ser promíscua. Este talvez seja, de todos, o ponto mais evidente para nós. Afinal, basta lembrar episódios recentes como a pressão pesada exercida pelo Estado norte-americano para forçar os países em



desenvolvimento a aprovarem legislações nacionais de patentes favoráveis aos interesses das grandes empresas estadunidenses; ou então o envolvimento direto dos governos e serviços secretos dos EUA e da França (a favor, respectivamente, das empresas Raytheon e Thompson) na polêmica concorrência do Serviço de Vigilância da Amazônia (SIVAM) aqui no Brasil; ou, ainda, a ação arrogante de Washington para forçar a dissolução do Mercosul e adesão dos países membros à Associação de Livre Comércio das Américas (Alca). O fato é que esses desenvolvimentos só podem ser compreendidos a partir do reconhecimento da ação entrelaçada de Estados e empresas no sistema internacional.

A leitura dominante sobre a globalização se revela, assim, uma mera representação ideológica (no sentido negativo dado originalmente ao conceito de “ideologia” por Marx: o da inversão/falsificação reificada da realidade social). É importante compreender que não se trata de uma falsificação ingênua. Trata-se, isto sim, de um recurso discursivo de poder, que visa a desqualificar como “absurda” e “atrasada” qualquer proposta que se contraponha à agenda “natural” dominante. Por isso reafirmo, uma vez mais, que, para gestar uma efetiva alternativa contra-hegemônica, é necessário desarmar a armadilha teórico-conceitual montada em torno do tema da globalização.

Clarificando os conceitos

Parece-me crucial estabelecer uma distinção conceitual entre a globalização (enquanto processo objetivo de integração econômica impulsionado pela expansão global do capital, materializado em realizações muito concretas como rotas de comércio, linhas de transporte e comunicação etc.) e a agenda (neo)liberal (enquanto arcabouço de políticas orientadas para a desestatização de empresas públicas, a desregulação de atividades econômicas e a desuniversalização de direitos, conforme já foi discutido na Conferência Nacional do Partido em 1995). A primeira constitui, de fato, um processo objetivo e irreversível. Por este prisma, querer “combater a globalização”, como fazem certos setores de esquerda, é um completo contrassenso. Afinal, nenhuma alternativa ao neoliberalismo que se pretenda viável pode propor, como política geral, o derrubamento de satélites ou o fechamento de portos e aeroportos. O problema é que o discurso dominante teima em incluir, também, no “pacote conceitual” da globalização a segunda dimensão mencionada anteriormente: a das proposições liberalizantes. Estas, sim, não passam de opções políticas subjetivas, plenamente passíveis de reversão e/ou superação. Basta lembrar que a hegemonia liberal do século 19 foi sucedida, no século 20, por um longo período de desenvolvimento mundial polarizado por distintos arranjos anti (ou, pelos

menos, não) liberais. A intensificação dos processos objetivos de globalização, nos termos formulados acima, não implica qualquer fatalidade liberal.

A partir da distinção conceitual entre “globalização” e “(neo)liberalismo” proposta no parágrafo anterior, podemos introduzir um terceiro conceito de natureza variável: o grau de integração econômica mundial. Aqui, cabe ressaltar que este grau de integração não acompanha mecanicamente a intensificação da globalização. Isso depende das políticas de desenvolvimento adotadas pelos diferentes países, e o peso específico que os processos de globalização têm nas suas dinâmicas internas. Estes não podem ser aferidos *a priori*, e dependem de investigação e análises concretas. Em relação a isto, é inegável o significativo aumento das transações econômicas internacionais ao longo das últimas décadas tanto na esfera do comércio, como na dos investimentos e das finanças. O fato é que, em diversas dimensões cruciais, o grau de integração econômica mundial promovida por estes é ainda bastante inferior àquele existente ao fim da *belle époque* do liberalismo, no início do século. Os valores dos fluxos externos de capital dos principais países investidores, por exemplo, não ultrapassam, hoje, 2% do valor dos seus PIB's reunidos, contra uma média de 4% a 6% no início do século (com a Inglaterra atingindo o pico de 9% nessa época). O grau ainda relativamente baixo de integração econômica mundial atual revela que, apesar de todo o avanço dos processos objetivos de globalização, ainda estamos diante de um mundo em que (pelo menos do ponto de vista dos países dominantes) os mercados nacionais continuam a preponderar sobre as transações internacionais.

Neoliberalismo e hegemonia norte-americana

O pano de fundo da discussão conceitual desenvolvida nesta intervenção é a questão da relevância da teoria do imperialismo para pensar o mundo contemporâneo. Em todas as suas diferentes versões, com destaque para as formulações de Lênin, a teoria do imperialismo sempre enfatizou a relação íntima existente entre o impulso expansionista do capital monopolista e as políticas de agressão/dominação implementadas pelos países capitalistas centrais no sistema internacional. O discurso dominante sobre a globalização entende que essa problemática está superada, já que o novo “capital global” se descolou por completo dos seus Estados de origem e não se guia mais por considerações territoriais, i.e., não procura conquistar e preservar “territórios econômicos”. A ideia básica que desenvolvi aqui é a de que essa é uma compreensão falsa, que resulta no ocultamento (e, portanto, na preservação) de estruturas fundamentais de dominação e opressão que continuam a comandar a evolução mundial.



Por esse prisma, o próprio projeto neoliberal pode ser (melhor) compreendido, sobretudo nos países em desenvolvimento, como uma estratégia de abertura e conquista de mercados pelo grande capital dos países centrais, que se utiliza da supremacia política destes para forçar o resto do mundo a dismantelar instrumentos fundamentais de soberania e proteção nacional. Trata-se, em particular, de um movimento de recomposição e relançamento da hegemonia do imperialismo norte-americano, via instrumentalização unilateral das posições de força (econômica, política e militar) que este ocupa no sistema internacional. Esta compreensão tem importantes implicações. Duas me parecem absolutamente fundamentais para o desafio da construção política de uma alternativa contra-hegemônica:

1. É fundamental identificar e explorar as tensões e contradições crescentes entre os próprios países capitalistas centrais na implementação do projeto (neo)liberal, já que o ressentimento dos demais Estados com o favorecimento dos interesses norte-americanos tende a se intensificar; e
2. é necessário colocar a questão nacional no coração dos programas de resistência à (e superação da) ofensiva neoliberal, já que é esta a dimensão que confronta de forma mais abrangente e profunda a própria essência dessa ofensiva.

Ambas indicações têm evidente impacto sobre a consideração do leque de alianças mais adequado ao atual estágio da luta contra o neoliberalismo no Brasil e no mundo.

Sobre as privatizações no Brasil

Haroldo Lima

A política de privatização em curso no Brasil tem origem externa. É parte fundamental, talvez a mais característica, da política neoliberal que o capitalismo pratica em escala internacional desde a década de 1970. Começou pela Inglaterra, que buscou re-energizar sua economia por intermédio do fortalecimento do capital privado, da concorrência e da capitalização do Estado para controle do déficit público. A privatização, afastando o Estado da atividade econômica e de serviços públicos, abriria novos e amplos espaços para os grupos privados, ao mesmo tempo em que, promovendo receitas extras com a venda de estatais e a concessão de serviços, permitiria ao Estado saldar ou diminuir suas dívidas e investir em áreas que ele julgasse prioritárias.

No Brasil, essa política chegou quando o país ainda estava sob a batuta dos militares. As finanças públicas estavam enfraquecidas pelas dívidas externa e interna, juros elevados e gastos com o segundo choque do petróleo. Havia dificuldades para se manter o modelo de desenvolvimento econômico até então praticado no país, o da iniciativa estatal. A capacidade de investimento do Estado diminuiria.

O modelo de desenvolvimento sob a iniciativa estatal, exercido no Brasil durante décadas, foi a resposta dada pelo Estado brasileiro aos desafios do desenvolvimento, num quadro em que o capital privado nacional era débil para enfrentar os problemas postos, e o capital estrangeiro não tinha interesse em investir. Esse tipo de política econômica promoveu a industrialização do país.

Na história do Brasil, a conformação desse modelo começa com o primeiro governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930. Até então, desde dom João VI, em 1808, o Brasil organizara 17 estatais. Do primeiro governo de Getúlio até sua morte, passando pelo governo de Dutra, foram criadas 30 empresas do Estado. Juscelino, Jânio e Jango criaram mais 63. E no regime militar, de Castelo a Figueiredo, surgiram 274 novas estatais. Grandes estatais foram criadas na década de 1950, a Petrobras e a Eletrobrás incluídas. Muitas empresas que surgiram na década de 1970 tinham pouca expressão econômica. Estudo oficialmente aceito registra a existência no país, nessa mesma época, de 582 estatais (1).

As dificuldades que o Estado passou a enfrentar na passagem da década de 1970 para a de 1980 formaram a base objetiva da aceitação rápida pelos governantes brasileiros da receita privatizadora que chegava através do Banco Mundial e do FMI.

O primeiro passo do Estado brasileiro rumo à privatização foi dado no governo do general Figueiredo, ao ter criado, cinco meses após a sua



posse, em julho de 1979, com nome simpático e evasivo, o Programa Nacional de Desburocratização. O decreto que o criou diz que “a empresa nacional (deve) (...) se capacitar (...) a receber encargos (...) que se encontram sob a responsabilidade de empresas do Estado” e prevê “casos” em que será “recomendável a transferência do controle (da empresa) para o setor privado”. Dois anos depois, em julho de 1981, o mesmo governo cria o “Programa de Desestatização” e a Comissão Especial de Desestatização. Com Figueiredo, cumpre-se, portanto, a primeira etapa da política de privatização, com o saldo de 20 estatais vendidas e mais 22 transferidas para governos estaduais ou fundidas a outras empresas.

Nenhuma dessas 20 empresas privatizadas no governo Figueiredo tinham maior significado, sendo que inclusive algumas não deveriam ter sido estatizadas. De qualquer forma, merece destaque o fato de o programa de privatizações ter começado ainda no regime dos militares, justamente no período em que mais se desenvolveram empresas estatais no Brasil!

Daí por diante a privatização no Brasil tem crescido em marcha batida até hoje, sendo refreada em lapsos pequenos, mas em geral aprofundada em sua execução e ampliada em sua abrangência. Para a sua consecução, cria-se uma série de Programas e Conselhos, todos com nomes diferentes e parecidos, sucedâneos uns dos outros, a partir do primeiro, o Programa Nacional de Desburocratização.

A segunda etapa da privatização começa com o governo Sarney, em 1985. Cria-se então o Conselho Interministerial de Privatização, depois Conselho Federal de Desestatização. Novas formas de privatização são definidas, prevendo-se desde a abertura do capital social das empresas até sua simples liquidação, passando por gestão privatizada, pulverização de ações etc.

Nessa segunda etapa, 42 desestatizações foram concluídas, incluindo-se aí, transferências de empresas para governos estaduais, liquidações e 18 privatizações. Como algumas dessas 18 empresas já tinham sido empreendimentos privados, e foram estatizadas para serem salvas de falência, houve, de fato, algumas reprivatizações. Com Fernando Collor de Mello, em 1990, tem início a terceira etapa da privatização no Brasil. No próprio dia da posse, o novo governo, no bojo de um pacote neoliberal de 20 medidas provisórias, promulga a MP 155/1990, depois transformada na Lei 8.031/1990, instituindo o Programa Nacional de Desestatização. Essa lei recoloca os objetivos gerais da desestatização brasileira, acentuando a retirada do Estado da economia; a redução da dívida pública; a concentração do Estado em atividades que lhe são essenciais; e a democratização do capital das empresas privatizadas. Além disso, o PND limitava a participação do capital estrangeiro nas privatizações na proporção de 40%. Isto com Collor. Posteriormente, tal restrição desapareceu.

Até o *impeachment* do presidente, dois anos e meio depois de sua posse, o governo Collor privatizou 18 estatais, siderúrgicas e petroquímicas na maioria.

A etapa seguinte, marcada pela presidência de Itamar Franco, revelou contradições no processo de desestatização, certo esforço no sentido de controlá-lo em função de interesses nacionais e de moralizá-la. De saída Itamar suspendeu os leilões de privatização previstos, entre os quais o da CSN e o da ULTRAFÉRTIL. Com o Decreto n. 724, foram definidas novas diretrizes para a privatização no Brasil, obrigando uma presença maior de moeda corrente; endereçando os frutos das privatizações a investimentos em áreas sociais e em ciência e tecnologia; obrigando os compradores a investirem em meio ambiente; e dando ao presidente poderes de avocar para si as decisões mais delicadas. A despeito disso, 17 estatais foram privatizadas durante o governo Itamar Franco.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso inicia-se a quinta etapa da política de privatização brasileira, a maior e de mais amplo alcance.

No início desse governo, os privatistas achavam que até então havia sido acanhado o desempenho da privatização no Brasil. A redução de dívidas públicas situou-se bem aquém de programas realizados em outros países, inclusive da América Latina.

O governo brasileiro, espelhando as orientações internacionais, considerou necessário, para dar novo ímpeto às privatizações, enfrentar um problema preliminar: alterar a Constituição em pontos em que a economia nacional ou estatal estivessem protegidas. E resolveu também fazer toda uma legislação a serviço da ampliação da privatização.

Assim, o governo promoveu a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações e a liberação da pesquisa e lavra do subsolo do país a empresas de qualquer nacionalidade, entre outras mudanças constitucionais. Criou logo uma nova sigla, sucedânea das velhas, quase com o mesmo nome delas, mas com poderes superiores – o CND, Conselho Nacional de Desestatização. Sancionou a Lei das Concessões, alargando o alcance do PND, que assim poderia não só vender estatais, mas fazer licitações para exploração de serviços públicos. O disposto em outra Lei, a 9.074/1995, permitiu ainda a transferência, ao setor privado, de concessões para a exploração de serviços de energia elétrica.

Armando-se desses dispositivos legais, o governo passou à ofensiva na privatização: organizou novo estoque de empresas para leiloar e enveredou por novas linhas de atividade.

O Decreto 1.481, de maio de 1995, incluiu no PND: Eletronorte, Eletrosul, Fumas, Chesf e a própria Eletrobrás. Remarcou todos os leilões



suspensos no governo de Itamar Franco, inclusive os de oito petroquímicas. Confirmou os leilões da Light, RFFSA, Escelsa e Meridional. Incluiu 31 portos brasileiros na lista do CND. Sancionou a Lei 9.295 que abriu ao capital privado a telefonia celular, o transporte de sinais por satélite e outros segmentos de telecomunicações. E finalmente, em maio de 1997, afrontando toda uma movimentação nacional, levou a cabo a entrega da Companhia Vale do Rio Doce, vigésima privatização feita pelo governo FHC e maior estatal já vendida no Brasil.

A submissão aos ditames externos

Chama a atenção em todo esse processo a submissão com que as elites brasileiras adotaram o receituário neoliberal de origem externa da privatização. É espantoso que uma política experimentada na Inglaterra em 1979 tenha começado a ser aplicada no Brasil ainda no mesmo ano, com os mesmos objetivos, métodos e conceitos. A rapidez com que se acatou aqui as diretrizes dos desenvolvidos mostra como ainda é grande o servilismo atávico das nossas elites frente aos olhos azuis (2). O Brasil tem um imenso território, com desenvolvimento médio e profundamente desigual. Alavancar seu progresso, diminuir os fossos regionais e de classes, investir em regiões e áreas sem atrativos e levar em conta os interesses da Nação, que não se reduzem aos do mercado, exige Estado forte, do ponto de vista político, orgânico e econômico. Nenhuma Nação que tenha projeto próprio pode abrir mão dos conceitos de setor estratégico e empresa estratégica. Quem assim procedesse não poderia se desenvolver, diminuir os fossos sociais e regionais que lhe atormenta, nem ter liberdade, nem defender sua soberania. Quando, em um país como o Brasil, um governo opta pela privatização em larga escala e em toda a linha, em função basicamente de se capitalizar para pagar dívidas e juros, está se excluindo de suas obrigações nacionais, entregando trincheiras estratégicas ao controle de quem quer que seja, ou, em uma palavra, capitulando frente à ganância do grande capital.

A transferência de patrimônio público ao setor privado

A transferência de patrimônio público ao setor privado, na proporção gigantesca que tem sido feita no Brasil, é um fenômeno novo em nossa história. Relaciona-se com a busca das elites por redefinir o papel do Estado na nova configuração da economia mundial e avoluma-se pela esperteza dessas mesmas elites, céleres em definir políticas moralmente afrontosas de apropriação de bens públicos. A corrupção entra no processo como um ingrediente típico dessas elites e tanto mais prolifera quanto mais firme mostra-se o governo na sua decisão de acobertá-la.

Já na fase recente da inflação alta, o setor financeiro, pelo mecanismo da rolagem diária da dívida pública, transferiu do setor público para o seu circuito privado o que estudiosos de órgãos governamentais calculam em mais de US\$ 100 bilhões (3).

A política de privatização, desde o seu início no Brasil, passou a comandar as desapropriações dos bens públicos, feitas “dentro da lei”, e a apropriação desses mesmos bens por parte de alguns grupos privados.

Os gestores das privatizações adotaram o método de avaliar estatais recomendado pelas instituições estrangeiras BID e FMI, o chamado método de fluxo de caixa. As avaliações são feitas pelo potencial de geração de resultados do seu ativo operacional, medido pelos fluxos de caixa projetados por um certo tempo, em cenários econômicos estipulados. O “valor” da estatal assim calculado não tem nada a ver com o valor do patrimônio líquido real que ela tem. De tal maneira que, quem compra uma estatal registra e declara imediatamente um valor, para o patrimônio que passou a possuir, bem maior que o “valor” pago pela dita estatal. É uma tramoia descomunal. A revista *Exame*, de agosto de 1995, publicou a lista das “500 maiores e melhores empresas brasileiras”. Há diversos casos assombrosos. A Açominas, vendida em 1993 por US\$ 598,5 milhões, dos quais só US\$ 29,9 milhões pagos em dinheiro, em 1994 já declarava um patrimônio líquido real de US\$ 4,0 bilhões, oito vezes o valor de sua venda e 133 vezes mais que a parcela paga em dinheiro.

Vinte e uma empresas, que aparecem na lista das “500 maiores e melhores do Brasil” de 1995, foram estatais brasileiras privatizadas a partir de 1991, a saber: Usiminas, CSN, Açominas, Acesita, Cosipa, CST, Piratini, Copersul, PQU, Petroflex, Poliolefinas, PPH, Polissul, Oxiteno, Politeno, Nitiflex, Cinique, Ultrafértil, Fosfértil, Embraer e Caraíba.

Essas estatais foram vendidas por US\$ 6,66 bilhões, dos quais só US\$ 1,19 bilhão foi pago em dinheiro. Na lista da *Exame*, aparecem com patrimônio líquido registrado de US\$ 22,3 bilhões. Simplificadamente e em números arredondados, o que se passou foi o seguinte: um patrimônio público de US\$ 22 bilhões foi vendido por US\$ 6 bilhões, dos quais o governo só recebeu US\$ 1 bilhão em dinheiro. Tudo isso dentro da legislação em vigor, criada com esse objetivo.

A propósito da “acumulação primitiva”, que se deu nos albores do capitalismo, Marx observa que ela “não decorre do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida”. Ali, a burguesia ascendente apropriou-se de capital pela força e por conta do que Marx chamou de uma “legislação sanguinária contra os expropriados”. Estes, legalmente, não tinham escapatória. A “legislação sanguinária” hoje em vigor no Brasil dá total guarida à expropriação do patrimônio do povo, que está sendo despojado de riquezas incalculáveis, imediatamente trans-



feridas a grupos privados que, pelos métodos convencionais do jogo de mercado, não teriam como adquiri-las.

O governo, ademais, promove em diversas estatais diferentes tipos de ajustes prévios às suas alienações. Tem gasto, em alguns desses ajustes, mais dinheiro do que recebe ao final da venda da estatal pelos preços aviltados já vistos. O Relatório do TCU de 1996 diz que “os ajustes financeiros realizados nas empresas alienadas no período de 1993 ao final de 1996, envolvendo quatro empresas (CSN, Cosipa, Açominas e Embraer), totalizaram R\$ 3,8 bilhões, o que corresponde a 27,7% de toda a arrecadação do Programa Nacional de Desestatização (4).

O uso das “moedas podres” é outro aspecto escabroso da privatização no Brasil. O que se tem chamado de “moedas podres”, ou de “moedas de privatização”, são títulos públicos desvalorizados, comprados no mercado com 20%, 30% e até 40% abaixo do valor de face, e que entram na compra de estatais com seu valor integral. Entre essas moedas podres, as mais usadas nas privatizações, especialmente dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, foram certificados de privatizações, cruzados novos (a partir de setembro de 1992), *debêntures* da Siderbrás, obrigações do Fundo Nacional de Desestatização, dívidas securitizadas da União, títulos da dívida agrária, títulos da dívida externa e letras hipotecárias da Caixa Econômica Federal. Essas “moedas podres”, depois de recebidas pelo governo, em pagamento de alguma estatal, transformam-se, de imediato, não em “moeda pouca”, mas em “moeda nenhuma”, vez que simplesmente não são moedas, não é dinheiro, mas um monte de papel sem valor.

As “moedas podres” foram abusivamente utilizadas nas privatizações brasileiras. Do total de US\$ 13,73 arrecadados pelas privatizações, de 1990 até 1995, US\$ 8,8 bilhões entraram como “moedas podres” e somente US\$ 4,93 foram recolhidos em dinheiro. Houve casos em que as ditas “moedas podres” representaram a totalidade das moedas oferecidas em troca de estatais, como aconteceu nas privatizações da Acesita, Companhia Siderúrgica Tubarão, Aços Finos Piratini, Cosinor, Copesul, PPH, Polissul, Nitriflex, Fosfértil, Goiásfértil, Arafértil, Celma, Mafersa, entre outras. Nesses casos, o governo entregou essas estatais sem receber dinheiro algum, nem à vista nem a prazo.

O favorecimento de grupos privados

O Programa Nacional de Desestatização está promovendo uma rearrumação na burguesia brasileira. Grupos econômicos estão sendo fortalecidos, conglomerados estão sendo formados, monopólios têm sido favorecidos. No outro lado da balança há os que, não se fortalecendo, têm perdido força. Riqueza propriamente não tem surgido, pois a privatização é transferência de riqueza, não criação da mesma. In-

vestimento estrangeiro aplicado em privatização ocupa fábrica, não a implanta.

Calcula-se que uns 20 grupos estejam se beneficiando enormemente com esse processo. E afirma-se que esse mecanismo esteja definindo “quais serão os conglomerados que deterão o poder econômico do Brasil nas próximas duas décadas” (5). Politicamente, o PFL, controlando o Ministério das Minas e Energia, tem sua influência na privatização das estatais de energia. O PSDB da mesma forma na área de telecomunicações.

No setor petroquímico, o Grupo Odebrecht adquiriu grande parte das empresas privatizadas e desponta como o maior grupo petroquímico do país. É majoritário no Polo Petroquímico de Camaçari, tem forte presença em todos os outros polos e está prestes a constituir, em parceria com a Petrobras, o Polo Petroquímico de Paulínia, no momento objeto de controvérsias legais.

No setor de fertilizantes, os beneficiários foram multinacionais como Manah, Solorico e Cargil, que hoje exercem também o monopólio desse ramo da economia, controlando a Ultrafertil, Fosfertil, Goiasfertil, Indag e Arafertil.

No setor siderúrgico, o Grupo Gerdau, o Banco Bozano Simonsen e os Fundos de Pensões das Estatais foram os primeiros a se destacarem na aquisição das estatais do ramo. Até surgir por aí o estranho fenômeno do senhor Benjamin Steinbruch.

Há cinco anos o empresário Benjamin Steinbruch era conhecido como um *playboy* herdeiro de parte de um grupo têxtil em dificuldades, o Vicunha, no qual sua mãe, Dorothea Steinbruch, controlava 18,25% das ações. Junto com seus irmãos Elisabeth e Ricardo, Benjamin detinha 2,25% das ações da Vicunha, o que jamais o credenciaria à ascensão meteórica que o transformou em poucos anos em um barão da economia brasileira.

Mas o fato é que o dito Benjamin Steinbruch, e o seu Grupo Vicunha, assumiram o controle da gigantesca Companhia Siderúrgica Nacional. É como se o rabo tomasse conta do elefante. Daí, Benjamin pulou para a Vale do Rio Doce e, apoiando-se em algumas parcerias, passou a controlar e/ou deter grande participação acionária na Light, CERJ, CST, Usiminas, Açominas, Fosfertil, Cosipa, Siderar, Bahia Sul Celulose, Alunorte, Valesul, Albrás, Nibrasco, Malhas Nordeste, Centro-Leste e Sudeste da Rede Ferroviária Federal e Banda B de telefonia celular da Bahia e do Sergipe.

É verdadeiramente espantoso o sucesso desse Benjamin. Deve deixar muito felizes os seus colegas de trabalho e de empresa, como o economista Paulo Henrique Cardoso, filho do presidente Fernando Henrique Cardoso e marido de Ana Lúcia de Magalhães Pinto, do Banco Nacional, que recebeu R\$ 9,6 bilhões do Proer para cobrir o rombo da sua falência.



A presença crescente do capital estrangeiro

Durante a fase anterior às privatizações, a presença do capital estrangeiro foi pequena. Certos tipos de empresa não lhe despertavam muito interesse, como siderurgia e petroquímica. Os fundos de pensão e os grupos financeiros foram grandes compradores nessa época. Além disso, algumas limitações inibiam o investidor estrangeiro, o que deixou de existir com a Resolução n. 2.062/1994 do CMN (6). O fato é que, se no ano de 1995, a participação do capital estrangeiro nas privatizações ficou em torno de 4% (US\$ 417,1 milhões), em 1996 já chegou a 14% (US\$ 1.864,7 milhões) (7), com a expectativa de que chegasse a 30%.

Os ramos mais atraentes para o capital estrangeiro são os de energia e telecomunicações, além de mineração já esgotada com a venda da Vale. Nesses dois ramos aparecem muitas empresas estaduais, cujas alienações não eram aceitas pelos seus governos. Até que o governo federal acrescentou à “legislação sanguínea” um outro programa, o da antecipação de receita de privatização para estados que prometessem vender suas estatais, com o assentimento garantido de suas Assembleias Legislativas. Com a quebradeira em que os estados estão metidos, 14 deles logo aderiram ao programa, recebendo antecipações sujeitas a multas caso os leilões demorassem.

Neste ano de 1997, um consórcio norte-americano, tendo à frente o Noel Group, arrematou a Malha Oeste da RFFSA, que liga Bauru (SP) a Corumbá (MT). Foi a primeira vez que o capital estrangeiro comprou uma estatal do PND.

Na venda da Light, de novo apareceram como principais compradores a estatal francesa, *Electricité de France*, EDF, e duas norte-americanas. A empresa chilena *Chiletra* venceu a *Electricité de France* na disputa da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, a CERJ. E já neste ano de 1997, o grupo espanhol *Iberdrola* adquiriu o controle acionário da Coelba, a estatal de energia elétrica da Bahia, que o governo baiano se dispunha a vender por R\$ 615 milhões a menos do que pagaram seus compradores. As norte-americanas *Southern Electric* e *AES*, em parceria com o Banco *Opportunity*, também ingressaram nesse rico filão, adquirindo um terço do controle acionário da Cemig, as Centrais Elétricas de Minas Gerais.

Os passos seguintes

O governo prossegue agora sua privatização explorando o rico filão de telecomunicações, da telefonia celular e da energia elétrica. A ideia é exigir pagamento em moeda corrente, e não mais aceitar “moedas podres”, posto que o governo FHC já começou a pôr à venda estatais que despertam grande interesse.

Os valores das vendas das empresas desses novos setores levarão a privatização brasileira a um novo patamar. Enquanto o setor petro-

químico, já todo privatizado, significou 12% do que o PND arrecadou até agora, apenas o início das privatizações das telecomunicações já atingiu 11% do mesmo total.

Está prevista para o ano que vem a venda da Embratel, por um valor estipulado de US\$ 6 bilhões. As companhias telefônicas estaduais estão sendo avaliadas em US\$ 17 bilhões. A telefonia celular da banda B daria ao governo de US\$ 9 a US\$ 10 bilhões. As quatro grandes geradoras de energia elétrica que o governo irresponsavelmente quer vender – Fumas, Eletrosul, Eletronorte e Chesf – dariam US\$ 22 bilhões. Distribuidoras estaduais de energia de São Paulo, Sergipe, Pará, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, somadas com as da Bahia (já privatizadas), resultariam em US\$ 28,7 bilhões. A Coelba sozinha custou mais da metade do que o governo arrecadou com a venda da Vale. E o valor estipulado para a Cesp, Centrais Elétricas de São Paulo – maior geradora da América Latina depois de Itaipu, Eletropaulo (maior distribuidora do continente), e da CPFL, Companhia Paulista de Força e Luz –, é de US\$ 23,6 bilhões, mais que o dobro do que foi arrecadado com a venda do setor elétrico britânico (8).

Com esses dados entende-se por que o programa de privatização brasileiro será o maior do mundo, se as coisas continuarem como estão indo. O Brasil, desde já, no cenário internacional, só perde em privatização para a Austrália (9). Na América Latina ganha para todo mundo, inclusive porque a Argentina já entregou tudo o que tinha e o México só não vendeu sua estatal do petróleo. Privatizaram tudo, entregaram tudo e não resolveram seus problemas de fundo.

Em setembro passado, aconteceram três fatos ilustrativos: Antônio Ermírio de Moraes, o maior empresário brasileiro, disse que “A indústria nacional está desaparecendo (...). A médio ou longo prazo, o mercado será dominado por estrangeiros. Aí vão fazer o que quiserem. Veja só o que ocorre com o setor de autopeças. Não há mais empresa nacional. Só estrangeira. Cobram o que querem e fazem mal o serviço. Assim não dá.” (10). Emílio Odebrecht, falando em frente ao presidente Fernando Henrique, cauteloso, disse ser necessário mecanismos para proteger a empresa nacional; representantes de bancos privados nacionais começam a denunciar a “invasão estrangeira”, dizendo-se alarmados com a investida do capital estrangeiro no setor bancário e a ameaça de aniquilamento que tardiamente começam a ver.

Um espectro ronda o horizonte brasileiro. Governantes que liquidaram, até agora, parte importante do patrimônio público e o transferiram para grupos privados, preparam alegremente nova e maior investida. Falam em megaprivatizações e asseveram que não vão receber, daqui por diante, “moedas podres”. Querem “cash”. E estão otimistas.

Grupos brasileiros não podem se aventurar a esses patamares. Na melhor das hipóteses podem ser testas de ferro de capital estrangeiro. E



aí é que está. Vai ficando claro que essas megaprivatizações serão feitas para passar ao capital estrangeiro as empresas mais dinâmicas de nosso país e os serviços energéticos básicos. O governo não tem qualquer preocupação com interesses nacionais ou coisa do gênero. Prepara-se para entregar tudo. E o capital estrangeiro tem experiência demasiada para fraudar essas vendas maiores, tumultuar o que quiser, de tal maneira que, como a Argentina e o México, o país entregue tudo, perca tudo e ainda continue devendo.

O país é grande e pleno de riquezas.

O povo é laborioso e pode erguer uma grande Nação. Inaceitável é vender a Pátria.

Notas

- (1) Tabela i, Criação de estatais no Brasil, vol. 5 de *Subsídios para a Reforma do Estado, Desestatização*, IPEA, 1994.
- (2) Parafraseando “É o medo atávico dos olhos azuis”, frase de diplomata citado por Paulo Nogueira B. Jr. em *Entreguismo e globalização*, 28-08-1996, *Folha de S. Paulo*.
- (3) Obra citada do IPEA, Apresentação, p. X.
- (4) Relatório do TeU, p. 298.
- (5) “A dança das cadeiras”, José Fiori, *Carta Capital*, 20 de agosto de 1997.
- (6) Conferir Relatório do Tribunal de Contas da União, 1997, p. 301.
- (7) Idem, p. 301.
- (8) Dados de “Dinheiro da privatização abate dívida”, *Revista da Indústria*, 11 de agosto de 1997.
- (9) Idem.
- (10) *Veja*, de 24 de setembro de 1997, p. 13, 16 e 17.

Anexos

Balço das estatais privatizadas comprovam saque ao patrimônio público				
Relação entre os preços de venda das estatais e seus atuais patrimônios				
Empresa e data da venda	Valor da venda	Pago em moeda podre	Patrimônio líquido/1994	Patrimônio líquido/1996
Siderurgia				
Usiminas – 24/10/91	1.941,2	1.445,8	2.435,1	2.899,2
CSN – 02/04/93	1.487,7	1.228,4	5.388,4	4.569,9
Açominas – 10/09/93	598,5	568,6	4.001,3	2.145,4
Acesita – 22/10/92	465,5	465,4	847,0	1.233,8
Cosipa – 28/08/93	587,7	348	2.011,8	2.031,6
CST – 16/07/92	353,6	347,4	2.821,4	3.147,1
Piratini – 14/02/92	106,7	106,6	68,8	(NI)
Química e Petroquímica				
Copesul – 15/02/92	859,8	859,8	439,9	915,5
PQU – 24/01/94	287,5	201,2	929,1	934,9
Petroflex – 10/04/92	234,1	233,7	262,3	293,2
Poliolefinas – 19/03/93	87,1	61	323,8	(NI)
PPH – 20/09/92	59,4	59,4	240,3	(NI)
Polisul – 11/09/92	56,8	56,8	116,2	(NI)
Oxiteno – 15/09/93	53,9	51,2	476,1	493,1
Politeno – 18/08/94	44,9	40,4	227,6	283,9
Nitriflex – 06/08/92	26,2	26,2	161,4	(NI)
Polibrasil – 27/08/96	99,3	(ND)	53,7	203,8
Nitrocarbono – 05/12/95	29,6	(ND)	94,2	82,4
Deten – 22/05/96	12,06	(ND)	120,3	163,4
Pronor – 05/12/95	63,5	(ND)	217,5	169,8
Copene – 15/08/95 (1)	270,4	246,3	1.351,02	2.991,0
Caraíba – 28/07/94	5,8	(ND)	401,0	437,2
Cinique – 17/08/94	23,7	21,3	221,1	102,7
Fertilizantes				
Ultrafertil – 24/06/93	205,5	164,5	323,4	445,0
Arafertil – 15/04/94	11,0	(ND)	58,2	49,9
Fosfertil – 12/08/92	182	182	448,4	492,1
Outras				
Embraer – 07/12/94	192,2	192,1	161,0	291,1
Escelsa – 11/07/95	399,9	(ND)	558,4	873,6
Light – 21/05/96	2.356,8	(ND)	4.571,4	2.589,5
(NI) Não incluída entre as "500" níveis			(ND) Dados não disponíveis	
(1) A União vendeu apenas sua participação acionária na Copene: 32,76% do capital votante.				
FONTES: BNDES, Tribunal de Contas da União, Relatórios Anuais da Revista <i>Exame</i> , As 500 maiores empresas do Brasil, de agosto de 1995 e de julho de 1997.				



Privatizações Estaduais				
Venda de participação relevante (Em US\$ milhões)				
Empresa	Setor	Estado	Ano	Resultado
CRT	Telecomunicações	RS	1996	656
Telma	Telecomunicações	MA	1996	23
Copel	Energia	PR	1997	300
Coelce	Energia	CE	1997	92
CEB	Energia	DF	1997	74
Cemig	Energia	MG	1997	1.053
Coelba	Energia	BA	1997	154
Sabesp	Saneamento	SP	1997	375
TOTAL				2.727

Empresas Privatizadas (em milhões)				
Empresa	Setor	U. F.	Ano	Resultado
Cachoeira Dourada	Usina hidrelétrica	GO	1997	820
CERJ	Energia	RJ	1996	587
Ferroeste	Ferrovia	PR	1996	25
Banerj	Banco	RJ	1997	289
CEG	Gás	RJ	1997	430
Riogás	Gás	RJ	1997	146
Coelba	Energia	BA	1997	1.589
Credireal	Banco	MG	1997	112
Porto de Santos	Transporte	SP	1997	274
TOTAL				4.272

A reforma agrária e a luta pela democracia

Aldo Arantes

A reforma agrária é uma das principais bandeiras da luta democrática no Brasil. Ela não expressa somente os interesses dos trabalhadores sem terra, mas também é parte decisiva de um programa democrático e popular para o País.

Progressivamente a luta pela reforma agrária voltou a ocupar papel importante no cenário político brasileiro. A crise que o país enfrenta, o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a ampliação da política de ocupações de terras e a violência dos latifundiários contra os trabalhadores rurais conduziram a uma ampliação do apoio popular à reforma agrária. Tanto assim que uma pesquisa de opinião pública feita pelo IBOPE, a pedido da Confederação Nacional da Indústria, concluiu que 94% da população brasileira apoiam a reforma agrária e 85% manifestam apoio à ocupação de terras como importante instrumento de luta.

Todavia, o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro levou intelectuais a questionarem se a reforma agrária continuaria na ordem do dia, se ela teria ainda algum sentido econômico, pois o capitalismo avançara de tal forma que não poderia mais permitir a “existência de latifúndios improdutivos”, particularmente no Sul e Sudeste do País.

A vida tratou de refutar tais teses trazendo, novamente, a luta pela reforma agrária ao cenário político brasileiro. A existência de amplas áreas improdutivas ou com baixa produtividade, o grande número de trabalhadores sem terra e as consequências da política econômica de Fernando Henrique Cardoso são as causas objetivas que explicam o ressurgimento da luta pela reforma agrária.

O desenvolvimento capitalista do campo

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro é um fato. A produção e a produtividade cresceram bastante. Novas tecnologias foram incorporadas à atividade agrícola. Existem propriedades agrícolas que, através de computadores, controlam sua produção e acessam as Bolsas de Valores de qualquer praça do mundo. Todavia esse desenvolvimento capitalista é desigual. Um grande número de propriedades ainda utiliza tecnologia atrasada e tem baixa produtividade.

A aceleração do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro está relacionada com o forte subsídio agrícola concedido pelo governo federal aos grandes proprietários de terras. Esta política decorre do caminho



adotado para o desenvolvimento capitalista do campo brasileiro, ou seja, o caminho do aburguesamento do latifúndio. Tal via implica o desenvolvimento sem reforma agrária e com a manutenção do latifúndio. É o caminho chamado por Lênin de via prussiana para o desenvolvimento do campo. Implica o agravamento das condições de vida dos trabalhadores rurais, o seu empobrecimento, sua expulsão do campo, a expropriação de um grande número de pequenos e médios proprietários.

Se é fato que o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro se deu de forma acelerada, também é fato que ele ocorreu de forma desigual nas diversas regiões do Brasil.

E esta desigualdade no seu desenvolvimento leva a profundas desigualdades no grau de exploração da terra no Brasil. Em consequência disto a produção não é uma atividade compulsória em todo o campo brasileiro. Pelo contrário, há ainda extensas áreas improdutivas ou com baixa produtividade.

Segundo dados do INCRA de 1992, 40,9% da área aproveitável do campo brasileiro não são explorados, numa clara comprovação de que o desenvolvimento capitalista do campo brasileiro ainda não foi capaz de incorporar toda a terra à atividade produtiva. E que é falsa a afirmação de que no Brasil não existe propriedade improdutiva.

Um dado importante é que a ociosidade das terras aumenta na razão direta do tamanho da propriedade, comprovando os malefícios do latifúndio para o País. Enquanto as propriedades com menos de 10 hectares deixam de explorar 25% de suas terras, as de mais de 100 mil hectares deixam de explorar 72,72%, o que evidencia a transformação da grande propriedade, em fator de especulação, em reserva de valor.

Se é verdade que o grau de ociosidade das terras é maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, há também ociosidade nas regiões Sul e Sudeste. Os dados indicam que quanto maior é o desenvolvimento capitalista, mais as terras se subordinam à lógica do capital, se incorporando à atividade produtiva.

O grau de concentração da propriedade da terra é um dos fatores decisivos para colocar na ordem do dia a luta pela reforma agrária. Segundo dados do INCRA de 1992, 86% do total dos imóveis tinham menos de 100 hectares e detinham 17,9% da área total, enquanto 1,4% do total dos imóveis tinha mais de 1.000 e controlava 50% da área total. Ao lado desta brutal concentração da posse da terra, 4 milhões e 800 mil famílias não possuem nenhum pedaço de terra para trabalhar. Aí reside a contradição principal geradora dos conflitos agrários no Brasil.

O fato é que o desenvolvimento capitalista introduziu importantes mudanças no País. Houve um amplo deslocamento de populações do campo para a cidade. Em 1940, 68,8% da população do País estavam no campo, enquanto 31,2% nas cidades. Em 1970, houve uma inversão e 55,3% da população brasileira já eram urbanos e 44,1% rurais. Em 1991,

75,6% da população estavam nas cidades e 24,4% no campo. Tais dados revelam a amplitude das transformações que estão em curso no Brasil em decorrência do desenvolvimento capitalista.

Novas tecnologias foram introduzidas na atividade agrícola. O trabalho assalariado cresceu bastante no campo. Cresceram a produção e a produtividade da economia agrícola. Tais transformações, no entanto, não retiraram a atualidade da reforma agrária, porém a colocaram de forma diferente à do passado.

A política agrícola e de reforma agrária do governo

A política econômica do governo federal, de altos juros e contenção dos preços dos produtos agrícolas, tem levado a agricultura a uma séria crise, conduzindo a uma descapitalização do setor, à queda da produção e ao desemprego no campo. Durante o Plano Real constatou-se uma redução na área plantada de 4,1 milhões de hectares, com o consequente crescimento do desemprego rural.

Já o endividamento, sobretudo dos pequenos e médios produtores rurais, tem conduzido a uma reforma agrária ao contrário. Um grande número de pequenos e médios proprietários rurais tem sido obrigado a vender suas terras em decorrência de dívidas bancárias.

Para se ter uma ideia da gravidade dos problemas no setor agrícola, basta dizer que no período do Plano Real, enquanto a inflação alcançou 62%, os preços dos produtos agrícolas, no atacado, cresceram 28%.

Esta política, acompanhada da abertura comercial, particularmente em decorrência do Mercosul, tem levado a uma ampliação das importações de produtos agrícolas. Somente os gastos com as importações de algodão, arroz e trigo deverão atingir 2,6 bilhões de dólares neste ano.

Ao lado da questão agrícola, a questão agrária, longe de ser resolvida, se agrava com o governo Fernando Henrique Cardoso. No início de seu governo, o presidente estabeleceu uma meta de assentamento de 280 mil famílias em quatro anos. Tal objetivo está longe de ser alcançado. Mesmo que o governo conseguisse atingir sua meta inicial, a reforma agrária necessitaria de 70 anos para se completar. Face a esta inoperância os conflitos agrários se aprofundam. E a luta pela reforma agrária ganha mais força no País.

A luta pela reforma agrária

A luta pela reforma agrária tem tido papel destacado na atividade das forças progressistas em toda a história do Brasil. E o Partido Comunista do Brasil, desde a sua fundação, esteve presente e solidário com as lutas camponesas.

Inúmeras lutas camponesas marcam a história das lutas sociais no Brasil. Em meados de 1960 surgem as Ligas Camponesas. O golpe mi-



litar de 1964 atingiu-as duramente, bem como os sindicatos dos trabalhadores rurais.

A partir da década de 1970 a ditadura militar colocou em prática uma política de incentivo a grandes projetos agropecuários na região amazônica. Essa política conduziu à expulsão de antigos moradores da região e a um fluxo de trabalhadores rurais se dirigindo para aquela área em busca de um pedaço de terra para trabalhar. Este quadro aguçou a luta pela posse da terra no Sul do Pará e Norte de Goiás, hoje Tocantins, região apelidada de Bico do Papagaio. É nesta região que surge a Guerrilha do Araguaia, a maior e mais expressiva resistência popular à ditadura militar.

Mais recentemente surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a partir da luta dos trabalhadores rurais da região Sul do País, inicialmente dirigidos pela CPT. Com a adoção da diretriz *ocupar, resistir, produzir*, o movimento amplia sua influência e ganha autoridade política no País. Dá importante contribuição no sentido de adotar a política de ocupações como caminho privilegiado da luta pela reforma agrária.

Outros movimentos de luta pela reforma agrária têm surgido. Na Bahia, por exemplo, surgiu e se desenvolve o Movimento de Luta Pela Terra, e mais recentemente foi lançado o Movimento de Luta dos Sem Terra. A luta pela reforma agrária é desenvolvida, também, pela CONTAG, pelas Federações e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esta abrangência que a luta pela reforma agrária alcança é fato da maior importância. No entanto, têm surgido sérias divergências entre estes movimentos e cabe aos comunistas lutar pela unidade daqueles que defendem a bandeira da reforma agrária.

A reforma agrária, apesar de ser uma luta antiga tendo altos e baixos, nunca conseguiu mobilizar amplamente as populações urbanas. Atualmente, em decorrência de uma série de fatores, a reforma agrária passou a sensibilizar mais amplamente a opinião pública urbana. A Marcha dos Trabalhadores Sem Terra, com cerca de 80 mil pessoas em Brasília, incorporando trabalhadores urbanos, estudantes e outros setores sociais, mostra a amplitude e o papel que esta luta passou a jogar na atual situação do País.

A falta de uma clara política de alianças no campo e a força do latifúndio levaram, em determinados momentos, os pequenos e médios proprietários a se colocarem ao lado dos latifundiários na defesa da propriedade privada da terra. A propaganda direitista de que a reforma agrária vai "tomar terras dos proprietários rurais", a indefinição no estabelecimento de limites claros do tamanho das propriedades que se colocam fora do processo de reforma agrária, certas políticas esquerdistas de ocupação de pequenas e médias propriedades criaram condições para que estes setores fossem manipulados pelos latifundiários no processo da luta pela reforma agrária na Constituinte.

No curso da luta pela reforma agrária, observa-se que, quando cresce a luta, aumentam a organização e o armamento dos latifundiários. Tais acontecimentos ocorreram logo antes do golpe militar e quando o presidente José Sarney lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de 1 milhão e 400 mil famílias em 4 anos. Nesta oportunidade foi organizada a famigerada UDR e a violência no campo se acentuou. A retomada recente da luta pela reforma agrária está levando a uma nova reorganização e ao armamento dos latifundiários.

Outra característica da luta pela posse da terra é a conivência, como regra geral, dos governos, da polícia e da justiça com os latifundiários. A impunidade dos latifundiários é a regra. Enquanto milhares de casos de assassinatos de trabalhadores rurais continuam sem esclarecimento, a “justiça” dos latifundiários condena José Rainha, um dos dirigentes do Movimento dos Sem Terra, a mais de 26 anos de prisão. Esta postura de defesa e conivência das autoridades com os latifundiários está relacionada com o caráter burguês-latifundiário do Estado brasileiro, em que os grandes proprietários de terra são parte integrante do poder político no País.

A reforma agrária e o valor das terras

Uma questão que tem sido obstáculo ao processo da reforma agrária é o valor das terras. As desapropriações se transformaram em verdadeira negociata agrária. Grande número de desapropriações tem sido realizado por um preço muito acima do valor de mercado. Diante dessa situação o governo editou uma medida provisória determinando que as desapropriações sejam feitas de acordo com o valor de mercado. Essa medida aparentemente avançada é, na verdade, um prêmio para os latifundiários.

O governo federal diz que não tem dinheiro para um plano de reforma agrária mais audacioso e propõe que a desapropriação seja feita pelo valor de mercado.

É bom rememorarmos que a luta que se travou, antes do golpe, para a desapropriação com títulos da dívida pública, pagáveis em vinte anos, partia de um pressuposto de que o latifúndio, como propriedade antissocial, deveria ser penalizado no processo de desapropriação. Hoje não há nenhuma penalização. Pelo contrário, o latifundiário com terra desapropriada faz um bom negócio.

Durante o processo de libertação dos escravos houve uma grande discussão para que houvesse uma indenização pela Abolição, no entanto, tal alternativa se mostrava inviável economicamente. O resultado é que não houve nenhuma indenização.

Uma das medidas legislativas necessárias para facilitar o processo da reforma agrária é a indenização com preço abaixo do valor de mer-



cado. Quanto menos produtiva a terra, menor deveria ser o preço pago. Projeto neste sentido encontra-se em tramitação no Congresso.

Qual o tipo de reforma agrária de que o País necessita?

Por tudo isso estão mais do que claras a importância e a atualidade da reforma agrária no Brasil. Todavia, se o desenvolvimento capitalista não esgotou a questão agrária, colocou-a de forma diferente no Brasil de hoje. Ao reduzir a amplitude dos latifúndios improdutivos e de baixa produtividade, limitou o alcance da reforma agrária. Ao aumentar o número de assalariados agrícolas, a questão da luta por melhores condições de vida no campo ganhou maior amplitude.

1. É falsa a afirmação de que a dimensão econômica da reforma agrária já não está mais presente atualmente. É bem verdade que este aspecto ganhou nova dimensão. A vida demonstrou que não foi necessária a realização da reforma agrária para que houvesse o desenvolvimento do campo brasileiro. Porém, como já foi visto, esse desenvolvimento não se esgotou. Há muito ainda a ser feito. As grandes parcelas de terras improdutivas ou com baixa produtividade confirmam tal assertiva. A incorporação destas terras à atividade produtiva, por meio da reforma agrária, tem evidentemente um aspecto econômico de grande relevância. Permite o aumento da produção agrícola, aumenta o mercado interno e gera empregos. Portanto, o aspecto econômico da reforma agrária continua presente. É claro que em menor escala do que no passado.
2. É verdade que o caminho da modernização conservadora da agricultura brasileira permitiu a produção de grãos suficientes para suprir o mercado interno. Nesse sentido, a realização da reforma agrária não é condição para o aprofundamento do desenvolvimento agrícola. É possível que o desenvolvimento do campo continue se dando pelo aburguesamento do latifúndio. Porém, a reforma agrária permite o desenvolvimento por um outro caminho, mais democrático, assegurando a distribuição da renda, a geração de um número infinitamente maior de empregos, uma ativação maior do mercado interno e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.
3. A reforma agrária deverá ser massiva para dar resposta à gravidade do problema agrário. Uma reforma agrária limitada não solucionará a gravidade da crise agrária e não abrirá caminho para contribuir para a saída da crise econômica e social que vive o país. Alguns argumentam que a reforma agrária ampla encontrará resistência dos latifundiários. Este é um problema político. Tem que ser resolvido por meio de um processo de mobilização e organização da sociedade em defesa da reforma agrária e não pela limitação de seu alcance.

4. A reforma agrária deve ser regionalizada. O desenvolvimento desigual do capitalismo e as características diferenciadas do Brasil impõem a necessidade de se estabelecer critérios diferenciados regionalmente para a realização da reforma agrária. Com este objetivo o PCdoB propõe a fixação do teto máximo do tamanho das propriedades rurais para cada região. Na Assembleia Nacional Constituinte o PCdoB propôs 500 hectares para as regiões Sul e Sudeste, 1.000 para as regiões Centro-Oeste e Nordeste e 1.500 para a região Amazônica. As propriedades que ultrapassarem tal limite deverão ser desapropriadas para fins de reforma agrária, sem, no entanto, quebrar a unidade produtiva. As terras excedentes serão incorporadas ao Fundo Agrário Nacional, podendo ser arrendadas.
5. A reforma agrária deverá ser distributivista. As grandes propriedades improdutivas ou com baixa produtividade deverão ser destinadas aos trabalhadores sem terra.
6. A reforma agrária deverá ser realizada sem desorganizar a produção agrícola do País. Assim sendo as grandes unidades produtivas deverão ser resguardadas. Quando se fizer necessário a desapropriação com estas características, deverá ser mantida sua unidade produtiva. Ou seja, a terra não deverá ser atomizada, já que isto representaria um retrocesso do ponto de vista da produção.
7. Tendo como objetivo a construção da sociedade socialista, mas levando em conta a realidade do nosso país, o PCdoB adota uma posição transitória no caso da reforma agrária. Nessa fase a reforma agrária será antilatifundiária e não antiburguesa, socialista.
8. A adoção da tática de ocupação de terras tem se demonstrado eficiente. Para que ela não venha a prejudicar a luta pela reforma agrária, no seu conjunto, é essencial respeitar a linha de classes que assegure o apoio dos pequenos e médios proprietários rurais e a neutralização dos grandes. O alvo da reforma agrária nesta fase são os latifundiários.

A política de alianças de classes no campo

A adoção de uma política de alianças de classes no campo é de fundamental importância na luta pela reforma agrária. Os latifundiários procuram ganhar o apoio dos produtores rurais na luta contra a reforma agrária. Divulgam que a reforma agrária tem por objetivo distribuir as terras de todos que tenham um pedaço de terra. Procuram fazer uma grande frente dos que têm terra contra os que não têm.

O objetivo dos que lutam pela reforma agrária é construir uma grande frente dos que não têm terra e dos que têm pouca, contra os que têm muita. Além do mais, esses setores têm um objetivo comum: uma política agrícola que favoreça os pequenos e médios produtores rurais.



A política agrícola no Brasil favorece os grandes proprietários rurais seja em relação à política creditícia ou aos preços mínimos, ao escoamento da produção, a armazenagem. Há, portanto, condições objetivas que permitem a união dos sem terra e dos com pouca terra contra os com muita. De qualquer forma, para esta possibilidade se transformar em realidade é necessária uma política que crie um clima de confiança entre esses setores. Para isto, torna-se necessário fixar com clareza que as pequenas e médias propriedades não são objeto de reforma agrária. Foi com esse objetivo que as forças progressistas incorporaram tal dispositivo à Constituição brasileira. Essa política, todavia, deve estar presente nas ocupações de terras em que as pequenas e médias propriedades não devem ser objeto de ocupação. Pelo contrário, há que se estimular ações conjuntas com os pequenos e médios proprietários em defesa da reforma agrária e de uma política agrícola que os favoreça. É necessário defender a agricultura familiar como alternativa eficiente na utilização dos fatores terra e capital. Tal alternativa de desenvolvimento é um importante elo de união entre os sem terra e os pequenos e médios produtores rurais.

A reforma agrária é parte decisiva da luta pela construção de um país democrático e progressista. Por isso mesmo esta luta tem que se tornar cada vez mais de todo o povo brasileiro e não somente dos sem terra. É indispensável que os trabalhadores urbanos entendam que a reforma agrária, ao criar condições para uma produção de alimentos maior, ao gerar empregos no campo e ao impedir o êxodo rural, contribui para reduzir os graves problemas sociais das cidades. Isto mostra que a reforma agrária é uma alternativa que interessa aos trabalhadores do campo e das cidades.

A propaganda da reforma agrária e dos benefícios que ela traz para o país joga decisivo papel para que as populações urbanas entendam e assumam esta luta como sua.

A realização de debates e conferências sobre o tema em universidades, escolas e sindicatos, bem como atos de solidariedade aos acontecimentos ocorridos no curso da luta pela reforma agrária, são de fundamental importância.

O Partido Comunista do Brasil deve estar presente e apoiando a luta pela reforma agrária. Esta é a tradição do Partido. Esta é a necessidade da luta democrática.

A participação do PCdoB em instâncias de governo

Walter Sorrentino

Somos chamados a formalizar uma opinião política importante para nossa atuação: o PCdoB deve se dispor a participar em níveis de poder local e mesmo nacional, se existirem as condições necessárias para isso.

A questão se impõe ao nosso Partido como fruto de um conjunto de circunstâncias objetivas. Mais diretamente, nasce da crescente influência política alcançada pelo Partido desde que conquistamos a legalidade, há 12 anos, após 21 anos de ditadura militar e um longo antecedente de clandestinidade ou semilegalidade. Neste último período, temos sido parte integrante – e muitas vezes destacada do ponto de vista político – de vitórias eleitorais de forças democráticas, populares e progressistas aos órgãos executivos estaduais e municipais.

Temos um acúmulo de experiência nestes últimos anos. Em 1988 o papel do PCdoB foi decisivo para a vitória da primeira prefeitura de esquerda, na maior cidade do país, que é São Paulo, e que teve efeito em todo o Continente. Em 1990, apoiamos diversos governadores vitoriosos nas urnas, o mesmo em 1994. Com a vitória do *impeachment* do presidente Collor, quadros do Partido assumiram funções de segundo escalão no Ministério da Saúde e efetuaram uma política de resgate das conquistas sociais da Constituinte. Desde 1992, diversas prefeituras, incluindo importantes capitais, contaram com a participação dos comunistas. Em 1996, 147 prefeitos e prefeitas foram eleitos com nossa participação, que resulta hoje na presença de comunistas em dezenas dessas administrações. Em várias ocasiões, atuamos junto a Conselhos de defesa dos direitos da mulher, de desenvolvimento da participação e direitos dos negros, da infância e adolescência, promoção da cidadania e cultura, em órgãos de defesa da Amazônia, de promoção da reforma agrária etc.

Foi prevalentemente positiva essa experiência para nosso Partido, projetando-o mais amplamente junto à sociedade. Desenvolveram-se muitos quadros de expressão pública ampla, com experiência política, técnica e mesmo administrativa. Intensificou-se a presença institucional e ampliou-se a relação social do Partido com setores sociais mais amplos. Quando bem orientado, o trabalho possibilitou formar redutos de massa em apoio a nossas propostas políticas e nossas lideranças, que trouxeram grandes êxitos eleitorais.

A questão impõe-se também a partir da atual orientação política de nosso Partido. Nossa participação em funções de governo não só não



a contrária, como exige o seu desenvolvimento. Visando a construir a ampla frente em resistência e alternativa ao projeto neoliberal, atuamos pela unidade de amplas forças políticas, e almejamos a projeção do Partido no seu interior. A luta institucional e eleitoral tem jogado papel destacado nessa resistência e acumulação de forças, interagindo e potenciando as posições junto ao movimento social. Fruto desse movimento, construíram-se vitórias eleitorais comuns a esses setores. O Partido delas participa ativamente, ajudando na elaboração dos programas de governo, pedindo a nossos apoiadores o voto de confiança nesse caminho. Decorre daí nossa compreensão de que devemos nos comprometer também na implementação desses compromissos quando no governo, a partir de posições nos próprios órgãos executivos.

Pode-se dar a situação de sermos chamados a encabeçar a frente com candidato majoritário próprio. Não a recusamos, em casos que ocorra de um comunista representar o polo de aglutinação de ampla frente, e nos marcos de uma justa apreciação da realidade concreta que informa nossa tática em cada situação. Mesmo nesse terreno tivemos algumas experiências, que se incorporam ao acervo partidário, sobretudo quanto à visibilidade conferida ao Partido e suas lideranças.

Propomo-nos, portanto, a travar a luta mesmo a partir de esferas institucionais e de governo. Nessas funções, visamos a barrar a ofensiva neoliberal, impedir que se consumem danos irreversíveis à democracia, aos direitos sociais do povo e ao patrimônio econômico da nação. Buscamos recuperar espaços perdidos pelas forças populares, diminuir as agruras do cotidiano dos trabalhadores, incrementar a participação popular e a democratização, e assim elevar a luta social e educar politicamente o povo. Por essas vias, possibilita-se ampliar a base social de sustentação de nossa política: facultar ao PCdoB ampla interlocução com a sociedade acerca dos seus problemas concretos, e possibilitar a abordagem de temas emergentes tais como a discriminação de gênero e etnia, as questões que afetam a cidadania, de novos e mais amplos direitos, as questões urbanas e ambientais, de diversidade cultural etc.

Em síntese, nossa participação em instâncias de governo nos conduz a um maior domínio dos problemas vividos pela sociedade. A experiência em administração pública nos exige e possibilita um maior realismo político acerca da complexa cadeia de processos envolvidos na solução de problemas concretos vividos pelo nosso país. Conferimos experiência administrativa. Queremos alcançar novas esferas para as relações de confiança que se estabelecem entre os comunistas e amplos segmentos sociais, preparar nossos quadros para responsabilidades mais elevadas. Queremos aproximar-nos da experiência de governo, e assim aproximar o povo do debate em torno da complexa questão do poder. Enfim, demonstrar com experiências práticas e concretas a

viabilidade de outro caminho e outros valores, reacender esperanças das maiorias sociais em outro projeto de organização societária.

Nos governos locais, a participação de comunistas visa a cumprir os compromissos programáticos de Executivos eleitos com nosso apoio. Nele visamos a imprimir marcas de administração com características novas. Ênfase especial recai em gestão feita com respeito ao povo, procurando assegurar-lhe condições dignas de vida e de atenção social, em práticas democratizantes que ampliem a participação popular, e em marca de honestidade e eficiência. A experiência da esquerda, em nosso país e na América Latina, já forjou bandeiras muito significativas, que devem ser assimiladas e desenvolvidas por nós. Há espaço para a grande inventividade política dos comunistas, em sustentar projetos sociais de grande alcance como os relativos à luta contra o desemprego e de apoio à reforma agrária; à gestão democrática e transparente do orçamento público; ao incremento de formas participativas; à articulação de uma ampla base social interessada na defesa do patrimônio industrial e público contra a desnacionalização e privatização. Podem ser forjadas marcas de governo em contraponto ao neoliberalismo, de maior visibilidade dos quadros do Partido. São marcas hoje indispensáveis para o diálogo com o conjunto da sociedade, para desenvolver simultaneamente a identidade marxista, de princípios, e moderna que almejamos para nosso Partido. E fazem parte da luta ideológica também, no sentido de demonstrar, afinal, que nem todos os políticos são iguais, que há forças no país que defendem resoluta e honestamente os interesses do povo brasileiro.

A experiência em participação nos governos se soma e interage com a experiência, em muitos sentidos exitosa, em nossa atuação nos movimentos sociais e na frente parlamentar. Todas elas nos exigem práticas inovadoras, distintas do modo comunista de exercer os mandatos e responsabilidades que nos são conferidos pelos trabalhadores e pelo povo e devem privilegiar a construção de uma ampla base de massas, de redutos sólidos em apoio a nossa corrente de opinião e nossas lideranças.

É certo que nossa linha política exige a interação entre as frentes de lutas social e institucional. Não transformamos a questão da conquista de governos, ou cargos no Executivo, no centro da tática. São muito estreitos os limites impostos pelo cerco do capital para a esfera local de poder. Ademais, há pressão real, que atinge inclusive expressiva parcela da esquerda, de gerir governos tomando conceitos emprestados e ir se amoldando a uma espécie de inexorabilidade do pensamento único hegemônico, da supremacia do econômico sobre o político, da imposição da chamada "agenda" neoliberal. O futuro da luta contra o neoliberalismo se decide com a luta social articulada com a luta institucional. As recentes vitórias eleitorais contra o neoliberalismo na França, na Itália



lia e em nível local da América Latina só confirmam esse prognóstico.

Não somos adeptos do pragmatismo imediatista, que leva a se aferir a qualquer preço aos cargos em exercício. Exercendo funções executivas somos corresponsáveis pelo governo, sendo que nem sempre temos condições de definir seus rumos gerais. Tão importante quanto entrar é, nesse caso, ter a necessária vigilância política, auscultar o coletivo e o povo, saber sair do governo se os compromissos que assumimos perante o eleitorado não possam ser honrados. Também não pode acontecer de se contradizer em relação à decisão local de participação em governo e os interesses nacionais da linha partidária. Tendências localistas e regionalistas, excessiva fixação no cenário local não acumulam nossas forças, e podem mesmo comprometer o principal capital político de nosso Partido que é sua linha política, coerência e unidade. Tampouco estamos propensos a práticas entristas ou administrativistas, transformando o que deve ser instrumento de luta – a saber, a participação em esferas de governo – em objetivo final, tal como se verificou na experiência do extinto PCB e sua tática entranhadamente reformista desde 1958. Insistimos, ao contrário, que a participação dos comunistas deve estar a serviço da linha partidária.

Devemos ressaltar que tal participação deve ocorrer nos marcos dos princípios e normas de nosso Partido, do desenvolvimento de sua identidade própria e de seu fortalecimento. Devemos ser autorizados pelo Partido a essa participação, prestar-lhe contas do trabalho, submetê-lo ao crivo do coletivo partidário e também da base social de apoio. São grandes as pressões de cooptação nesse terreno, o que exige firmeza na compreensão de que acima dos projetos individuais está o projeto partidário. É preciso também respeitar o grau de maturação e de forças do Partido em nível local. Se a participação em governo fragiliza o trabalho de direção partidária, é pouco provável que avancemos nos nossos objetivos.

Estamos convencidos de que a definição que tomamos no 9º Congresso é de importante significado. Participação em órgãos de poder local e até nacional nunca foi aceita por nós, sempre recusada, admitida apenas em caráter excepcional. Trata-se de um debate que ganha uma nova conotação com a ofensiva neoliberal e o quadro de forças desfavorável à luta progressista. Coube-nos, nesse 9º Congresso, proceder a uma releitura objetiva do quadro mundial e das novas exigências políticas para o movimento transformador. Dela extraímos consequências, infensos a esquematismos. Ao firmarmos nossa opinião neste assunto, nos inserimos no acervo de experiências da esquerda mundial, que na América Latina e Caribe governa já centenas de cidades – entre as quais a Cidade do México, maior do mundo; Belo Horizonte; Porto Alegre; Belém; Montevidéu; Cuenca; San Salvador, entre outras – e, na Ásia, marca o êxito de uma prolongada permanência do Partido Comunista

(Marxista) da Índia à frente de um Estado com dezenas de milhões de habitantes, Bengala Ocidental, e de sua capital, Calcutá. Isso para não falar da Europa, que acumulou experiência anterior à da América Latina infernizada pelas ditaduras, e na África após a luta anticolonial.

Numa circunstância em que se inverta a correlação de forças desfavorável ao avanço democrático e progressista, em caso de vitória de uma ampla frente em escala nacional, nossa definição atual pode ter grande significação, seja para implementar o novo projeto democrático e de reestruturação nacional para o desenvolvimento do país, seja para prosseguir a luta para abrir caminho às nossas demandas programáticas maiores. Por isso falamos, em nossa Resolução Política do 9º Congresso, que estamos vocacionados à grande política transformadora “dispostos a assumir responsabilidades em níveis de poder local e mesmo nacional, se existirem as condições necessárias para isso”. Renovando nosso pensamento nessa matéria, simultaneamente reiteramos nossa identidade comunista, de quem não se propõe a gerir o Estado existente, mas propugna o antagonismo político, a ruptura com a política e ideologia da globalização neoliberal. Renovação e reiteração que se integram no esforço para o qual se volta toda a nossa orientação política, inclusive a da participação em esferas de governo, que é a de estar a serviço da busca, do amadurecimento, da experimentação em torno dos caminhos e formas que pode assumir o movimento transformador no Brasil, radicalmente livre de dogmatismo e voluntarismo.



O PCdoB na Frente Parlamentar

Sérgio Miranda

O nosso trabalho na Câmara Federal desenvolve-se em um Congresso caracterizado pela submissão e subalternidade, funcionando como um mero apêndice do Executivo. Apesar de algumas poucas derrotas parciais, o governo tem sido amplamente vitorioso nas matérias de seu interesse que transitam pela Câmara. Um verdadeiro rolo compressor. Mesmo nas emendas constitucionais, que requerem *quórum* qualificado de 3/5 para aprovação, FHC tem conseguido impor suas teses a despeito de uma certa demora nas votações. O governo vem usando de modo intensivo as Medidas Provisórias, principalmente no tratamento de questões polêmicas como o PROER, privatizações, corte de direitos dos trabalhadores em geral e servidores públicos. E tem encontrado, no servilismo da maioria que o apoia, respaldo para que essas Medidas Provisórias nunca sejam apreciadas pelo Plenário, reeditando-as sucessivamente.

A maioria conservadora que hoje domina o Congresso se submete docilmente à perda das prerrogativas garantidas na Constituição. O governo, quando encontra dificuldades para fazer valer seus interesses, não tem o menor pudor de recorrer a pressões, chantagens e até mesmo à compra de votos como se deu na votação da emenda da reeleição.

Para reforçar a usurpação da função legislativa pelo Poder Executivo, assistimos à implantação de mudanças no regimento interno da Câmara, que visam a tolher ainda mais a ação dos partidos de oposição. Consolida-se uma concepção de poder legislativo cada vez mais distante do povo, que hoje é impedido de assistir às sessões plenárias, e até mesmo sua circulação nos corredores da casa tem sofrido constantes restrições.

É preciso compreender que todos esses fatos se relacionam com uma concepção de democracia restritiva e elitista, inerente à ideologia neoliberal. Uma democracia de fachada que se resume aos ritos e formalismos, aparentemente democráticos, porém esvaziada de todo o conteúdo progressista e transformador.

Ao contrário do tempo da ditadura, hoje temos eleições para o preenchimento dos cargos do Executivo e do parlamento, mas uma análise mais acurada desses processos nos mostra que as eleições são feitas com regras que favorecem descaradamente os detentores do poder. As campanhas eleitorais dos candidatos das classes dominantes são feitas mais para esconder seus interesses e propósitos do que para conquistar apoio aos seus programas. O que vale é o chamado “marketing” eleitoral.



A Constituição garante independência e harmonia entre os poderes, porém o que existe na prática é uma hipertrofia do Executivo que se sobrepõe aos outros poderes. Garantias sociais e direitos democráticos inscritos na Constituição são desrespeitados por decretos, medidas provisórias e outros atos do governo. E o Supremo Tribunal Federal, a quem cabe dirimir as dúvidas sobre a constitucionalidade desses atos, tem se posicionado frente a essas arbitrariedades de forma passiva e tolerante.

Atuação da bancada

É nesse ambiente restritivo que desenvolvemos nosso trabalho parlamentar, buscando aproveitar os limitados e estreitos espaços democráticos que existem para defender as ideias do Partido e lutar pelos interesses do nosso povo. A atuação da Bancada comunista tem como fio condutor a resistência, a denúncia e a tentativa de barrar as medidas antipopulares do atual governo.

Nas últimas eleições dobramos a Bancada e, apesar de ainda sermos poucos, é evidente o crescimento da influência política e da nossa capacidade de articulação no Congresso. Somos respeitados pela seriedade, pela combatividade, pela competência e pela unidade demonstrada na ação parlamentar. Temos a clareza de que esses méritos se devem ao fato de procurarmos colocar em prática a orientação política do Partido somada às qualidades individuais dos membros da Bancada.

Consideramos como principal mérito da nossa atuação a formação do bloco das oposições que une o PCdoB, o PT, o PDT e tem o apoio do PSB. O empenho da Bancada comunista foi decisivo para viabilizar a articulação do bloco. O Partido tem tido a correta compreensão de valorizar a unidade como elemento essencial de sua política. O Bloco das Oposições fortalece esta unidade no âmbito do Parlamento. O Bloco ampliou o espaço das oposições nas questões internas da Câmara, fortaleceu nossa ação política e, principalmente, tem sinalizado para a sociedade a importância da unidade das forças progressistas para derrotar o neoliberalismo.

O PCdoB também ganhou mais projeção com a criação do Bloco. Nos meses de agosto e setembro o Líder da Bancada, camarada Aldo Arantes, liderou nas negociações e nos debates de plenário os oitenta e quatro parlamentares que compõem o Bloco. A participação do PCdoB no Bloco aumentou a visibilidade do Partido para a sociedade, ampliou o leque de nossos contatos políticos e vem ajudando a viabilizar nossa política.

Devemos também destacar como resultado positivo do trabalho da Bancada a recente lei eleitoral. Tivemos habilidade política para cindir a base do governo, isolando o PSDB e o PFL que tinham as posições mais reacionárias nesta questão, e articulamos com o PMDB e o PPB um

acordo pontual. Com isto tornaram-se vitoriosas a tese da liberdade de coligação nas eleições proporcionais, bem como a retirada do voto em branco do quociente eleitoral. É de se lembrar que há poucos meses essas conquistas pareciam praticamente impossíveis de serem atingidas.

Podemos afirmar com segurança que, em todas as questões importantes que tramitaram na Câmara, a bancada do PCdoB participou ativamente e teve uma atuação firme e destacada em defesa dos interesses nacionais, da democracia e dos direitos sociais dos trabalhadores e do povo.

Fazendo um breve resumo, podemos ressaltar:

- Somos contra as chamadas reformas políticas. Afirmamos, a necessidade de reformas, mas para consolidar e avançar na democracia, não para restringi-la, como pretende o governo. Todas as iniciativas que procuravam encaminhar propostas para reduzir a subserviência do Congresso ao Poder Executivo contaram com a participação e empenho dos comunistas.
- É importante que se destaque, também, a luta em defesa dos interesses nacionais contra a política entreguista de FHC. Isto se deu nas votações das emendas que alteraram a ordem econômica, em defesa da Telebrás e da Petrobras e, principalmente, na campanha contra a venda da Vale. Na votação da Lei das Patentes fomos, na Câmara, a principal referência para as forças progressistas, bem como, agora, contra a biopirataria e em defesa da biodiversidade da Amazônia.
- A atuação da Bancada no enfrentamento da política de desestruturação do Estado e de desmonte dos direitos sociais levada a cabo pelo governo deve ser ressaltada, notadamente na luta contra a Reforma Administrativa, em defesa da Previdência Pública, do Sistema Público de Saúde e da Educação.
- No que diz respeito aos direitos dos trabalhadores e à luta contra o desemprego, também temos desenvolvido ampla atividade. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, apresentada pelo camarada deputado Inácio Arruda e pelo deputado Paulo Paim, do PT, tem dado suporte a mobilizações do movimento sindical na luta contra o desemprego. Os deputados comunistas têm participado ativamente na luta pela Reforma Agrária, dando apoio ao MST em pronunciamentos públicos e nas suas lutas concretas.

Com o crescimento da Bancada, melhorou a participação do PCdoB nas comissões temáticas e no encaminhamento de votações no Plenário.

As publicações editadas pelos gabinetes dos parlamentares e pela liderança da Bancada têm contribuído para divulgar mais amplamente as ideias e opiniões do PCdoB. Os materiais de propaganda da Bancada têm se caracterizado pela qualidade e pela profundidade com que vêm



tratando diversos temas relevantes, tais como finanças públicas e orçamento, patentes, defesa da Vale do Rio Doce etc.

Muito tem contribuído para os trabalhos da bancada o fato de termos uma *Assessoria de Liderança* competente e dedicada, que vem prestando ao Partido uma grande ajuda nas questões jurídicas, técnicas e no trato dos problemas políticos do dia a dia do Congresso.

Dentre as principais deficiências do nosso trabalho parlamentar podemos citar o fato de não termos conseguido transmitir para a população o real alcance e as graves consequências de muitas das medidas aprovadas pelo governo no Congresso. Exemplo disso é a implantação de órgãos reguladores nos serviços de infraestrutura que, pelo seu caráter, praticamente retira da influência pública do Estado setores-chave da economia nacional, como petróleo, telecomunicações e eletricidade. Também pode se apontar a dificuldade de mobilizar a sociedade, inclusive o movimento sindical, que tem assistido, praticamente impassível, à aprovação de medidas profundamente nocivas aos interesses dos trabalhadores, como o contrato de trabalho temporário e a emenda constitucional da reforma administrativa. Agora o governo usa uma cortina de fumaça, que é o chamado combate aos privilégios do Judiciário e dos militares, para aprovar no Senado uma reforma da Previdência que praticamente vai impedir a aposentadoria dos trabalhadores, ao exigir idade mínima de 60 anos, juntamente com 35 anos de contribuição, para permitir-lhes esse direito.

Outro fato negativo foi o desmantelamento do Fórum das Oposições, articulação que unia os partidos de oposição e entidades nacionais do movimento popular. O Fórum chegou a anunciar uma campanha nacional pelo emprego e pela reforma agrária, mas depois de algumas reuniões realizadas em Brasília não conseguiu se manter, dispersando-se.

Mesmo o Bloco das Oposições, que representa uma grande vitória das forças progressistas, ainda tem um funcionamento bastante inorgânico, nem chegou a discutir mais amplamente uma proposta de agenda parlamentar para o segundo semestre que o Líder do PCdoB apresentou aos Líderes dos outros partidos, envolvendo a pauta de votações na Câmara. Também o Bloco não assumiu outra proposta nossa, de fortalecer uma ação conjunta nos estados e junto à população em geral.

Camaradas, apesar da Direção já ter se pronunciado em nota pública divulgada pelo Secretariado do Comitê Central, é necessário dizer algumas palavras sobre a recente deserção do deputado Lindbergh Farias.

Com sua atitude, como bem disse o deputado Aldo Rebelo,

“Lindbergh traiu o Partido, traiu seus eleitores e traiu a Bancada.”.

Como todo o Partido, também fomos surpreendidos pela atitude de Lindbergh que, agora, após sua saída do Partido, tem adotado uma pos-

tura agressiva e provocadora, caindo no mais vulgar anticomunismo. A Liderança, em pronunciamento no Plenário, denunciou com firmeza o oportunismo do deputado Lindbergh Farias, defendendo o Partido de seus ataques. Para nós, que convivemos durante esse período com Lindbergh, suas atitudes revelam uma grave deformação de caráter.

Apesar de ainda não termos coletivamente debatido essas questões, na minha opinião fomos excessivamente condescendentes com o seu comportamento relapso e irresponsável. Raramente comparecia às nossas reuniões e aos seminários, bem como primou por faltas constantes às sessões da Câmara. Vários camaradas procuraram se aproximar dele para conversar e ajudá-lo a resolver seus problemas pessoais. Hoje, se vê que isso pouco adiantou. Temos que aprender com esses fatos e retirar as lições necessárias.

No programa do Partido já se ressaltava a importância da atuação dos comunistas na frente eleitoral e parlamentar. A vida vem demonstrando a correção dessa tese. A atuação da Bancada comunista está permitindo uma ampliação do espaço político do PCdoB. Torna-o mais visível para a sociedade e aproxima-o dos trabalhadores e do povo no seu processo de luta e organização.

Os mandatos comunistas têm sido um importante instrumento de difusão de nossas ideias. Uma participação ativa dos parlamentares no debate das questões tratadas no Congresso tem permitido aprofundar o conhecimento da realidade nacional e ajudado na formulação de nossas políticas.

É bastante importante que o Partido se dedique à constante elevação do nível teórico e político dos seus Parlamentares. Muitas vezes os Parlamentares se tornam porta-vozes de nossas propostas para a sociedade. O povo também cobra do Partido atitudes e opiniões de seus deputados. Por isso, a formação política e teórica da Bancada é fundamental. Não pode se resumir a um problema individual do parlamentar, tem que ser encarada como uma tarefa da Direção. É preciso também reforçar o trabalho ideológico junto à Bancada. Devemos ter plena consciência de que o prestígio e os votos necessários para eleger um parlamentar comunista são consequência da orientação e da política do Partido, bem como do esforço e dedicação dos seus militantes. É necessário aprofundar a ligação do trabalho parlamentar com as atividades do Partido e com o movimento popular, mas é preciso que se compreenda que o trabalho no Parlamento exige também atenção dos parlamentares no trato dos projetos que ali estão tramitando. Quanto mais demonstramos competência no debate dos projetos e/ou na participação nas comissões temáticas, mais qualificamos nossa intervenção e, por consequência, projetamos o Partido.

Na ação parlamentar há uma tendência natural de concentrar as preocupações nas inúmeras questões do dia a dia da política nacio-



nal. Os problemas de conjuntura e as denúncias concretas dos atos do governo e das classes dominantes devem, sem dúvida, merecer toda a nossa atenção. Porém, um parlamentar comunista não deve subestimar a utilização da tribuna para uma denúncia mais geral do capitalismo e para a difusão do programa socialista. De modo vivo e sem cair no doutrinário deve-se saber usar todas as oportunidades para fazer a crítica contundente ao sistema capitalista e destacar a necessidade de superá-lo por uma nova sociedade.

Nesta breve prestação de contas quero assegurar a vocês que a Bancada tem trabalhado duro na defesa dos interesses do povo brasileiro e do Partido. Não tenho dúvidas de que o coletivo vem dando demonstrações de confiança e apoio aos seus deputados. Reforçar estes laços entre a Bancada e o Partido é fundamental para que avancemos mais e mais na ação revolucionária do PCdoB. O 9º Congresso certamente é uma etapa importante na consolidação política e ideológica desta frente.

Sobre o trabalho de organização

Jairo José

A questão do Partido surgiu com força no processo do Congresso. O documento *Partido – instrumento fundamental da transformação revolucionária* foi intensamente debatido. O tema concentrou mais de 70% dos artigos publicados na *Tribuna de Debates*. O interesse da militância demonstra o acerto de fazer do tema um dos pontos principais da pauta do 9º Congresso.

Apresentarei algumas conclusões e reflexões extraídas deste rico debate, às vezes polarizado e em muitos aspectos em pleno desenvolvimento.

O PCdoB é fruto do povo trabalhador de nosso país, traz em si suas qualidades e carências. Deve procurar formas de organização que desenvolvam as virtudes trazidas desse meio social e permitam um equacionamento melhor de suas debilidades.

O *Projeto de Resolução* em debate abriu, de certa forma, caminho para o aprofundamento de nossa reflexão sobre as questões de Partido. Ele constata um descompasso nas frentes ideológica e de organização e cobra um esforço maior para ajustar o trabalho nestas duas frentes.

Este descompasso não se restringe à esfera das miudezas cotidianas, a este ou àquele aspecto isolado da vida partidária. Tem a ver com a identidade do PCdoB, com sua capacitação para cumprir a missão que é a razão de ser da sua existência.

Entre as questões de Partido, destaca-se a necessidade de uma política de organização atualizada e adequada. O problema não é o de não termos uma política de organização. Temos, mas ela carece de desenvolvimento, ajustes e atualizações. Esta defasagem deve-se a dois fatores fundamentais.

O primeiro é a legalidade. São mais de doze anos de vida legal, uma experiência nova, inédita em toda a nossa história, apesar de prosseguirem, aqui e acolá, tentativas de criar barreiras legais para o PCdoB. Dentro dos limites institucionais de uma democracia frágil e sob ameaça de retrocessos, em geral temos liberdade. Isso ajudou a aumentar os efetivos do Partido, projetar um número relativamente grande de lideranças comunistas, elevar o prestígio do PCdoB junto à sociedade. Mas também acarretou problemas típicos da fase legal.

Entre eles destacam-se: a falta de organicidade, que debilita a estrutura partidária; a precariedade das Organizações de Base; e um certo esgarçamento da prática partidária, tendências ao relaxamento, à condescendência e à rotina. Os Comitês Municipais e Distritais enfrentam dificuldades no seu funcionamento. E o principal problema é que os



filiados aumentam em número, mas na maioria não são atraídos para o trabalho organizado do Partido.

O outro é o recrudescimento da luta ideológica nesse período. As derrotas sofridas pelo socialismo e a crise da teoria marxista permitiram uma ofensiva sem precedentes contra os partidos de esquerda, revolucionários, e inclusive contra a militância política em geral. Afirma-se que os partidos são coisa do passado e que as formas modernas de organização política são os movimentos ou as ONGs. A burguesia impõe como verdade eterna o seu senso comum individualista, cético, conformista e avesso a toda militância coletiva. Nossa organização não é imune a essa pressão.

Desenvolver nova política de organização é indispensável para responder a estas questões. Ela deve enfrentar os problemas orgânicos oriundos desta nova realidade, impulsionar a estruturação e a atividade do PCdoB dentro deste cenário.

Essa política deve desenvolver-se a partir dos seguintes pontos referenciais.

Partido de vanguarda e organização de massas

O PCdoB sem dúvida tem crescido. Compreendeu a necessidade de conjugar as características permanentes de um partido revolucionário, de luta, com a nova realidade que permite e exige um Partido grande e fortemente vinculado ao povo. Conseguiu romper no fundamental com o pseudovanguardismo de partido pequeno.

Porém, a realidade exige um partido muito maior. E para isso estamos na obrigação de dar conta da tensão dialética entre “partido de quadros”, ou “de vanguarda”, e “partido de massas”.

Historicamente, o termo “partido de massas” já foi usado por defensores de uma organização que se contenta com o nível médio de consciência das massas, desfibrada, gelatinosa, onde o movimento é tudo. É claro que para o PCdoB isso está fora de cogitação.

Porém, só merece o título de vanguarda o partido que tem retaguarda atrás de si. Nossa política, por justa que seja, avança e triunfa na medida em que conquista as grandes massas. Isso exige que incorporem ao Partido uma ponderável fatia de massas e sejamos, como diz o *Projeto de Resolução*, uma organização que congrega largos setores da população.

Crescimento e fortalecimento

Precisamos crescer mais, mas não buscamos um crescimento qualquer. Queremos um crescimento que acentue nossa identidade comunista, o nosso compromisso revolucionário e de classe; que desenvolva

nosso amplo espírito unitário, independente, com amplitude, radicalidade, combatividade, organicidade, unidade e disciplina. Crescimento que constitua uma base própria de massas, em particular entre o proletariado.

A política de organização deve se preocupar também com a composição social das nossas fileiras. O crescimento precisa ser planejado, em harmonia com a estratégia revolucionária do Partido. Deve priorizar a classe operária, que tem importância política e ideológica fundamental para a missão que o Partido tem a cumprir. Precisa se estender aos estratos proletários em geral, aos camponeses, à intelectualidade, e considerar a importância crescente da juventude e das mulheres.

Desenvolver a militância

Esta é a principal questão de uma nova política de organização, o centro de gravidade de fortalecimento do Partido. Sem enfrentá-la, dificilmente teremos força e consistência para dar conta de nossas tarefas.

Percebe-se nos últimos anos uma redução do nível de militância em diversos partidos e entidades de massa. As causas principais, entendo, são duas:

A hegemonia das ideias neoliberais e a ofensiva capitalista sobre os trabalhadores obscureceram momentaneamente a perspectiva de transformação social. Em decorrência disso, parte dos antigos militantes voltou-se mais para atividades individuais, profissionais, acadêmicas, diminuindo e até cessando sua participação organizada.

De outro lado, há a perda de prestígio da atividade política decorrente da ação contundente das classes dominantes visando à desmoralização em bloco da política e dos políticos. Ser “político”, aos olhos do povo, muitas vezes passa a ser sinônimo de se dar bem. Isso afeta a militância em geral, em particular a de esquerda.

Esses dois fatores também atuam sobre o PCdoB, talvez com menor intensidade, mas atuam. Uma política de organização precisa compreendê-los e desenvolver mecanismos que façam face a eles, elevem e revigorem a militância. O objetivo é tornar permanente o envolvimento que ocorre nas campanhas eleitorais e procurar novos caminhos para envolver politicamente os companheiros que se filiam.

Para isso, convém ampliarmos o conceito de militância, aposentando certo “modelo de militante” que às vezes ainda habita em nossas cabeças. O membro do PCdoB precisa encontrar no Partido possibilidade de adquirir conhecimentos mais elevados acerca da luta de classes e do desenvolvimento da sociedade. É o que diz o *Projeto*. A militância, em sentido amplo, possui incontáveis gradações e perfis. Inclui o companheiro que participa de uma atividade, mesmo esporádica, por exemplo, em campanhas eleitorais. E vai até o que se dedica integralmente



às tarefas partidárias. O denominador comum é a ligação, a correspondência com o trabalho do Partido, a referência na discussão e na linha do Partido. Cada organismo deve descobrir os debates e as tarefas que potenciem ao máximo a militância.

A incorporação dos filiados

Também merece maior atenção a incorporação dos filiados, presentes e futuros no trabalho partidário, e a chave aí reside na elevação de sua consciência. O filiado deve sentir que é essencial na organização do Partido, que contribui para aprofundar uma democracia interna participativa, a fim de ressaltar a diferença entre o PCdoB e os outros partidos, que sem exercer atividade partidária a militância define e o Partido enfraquece.

Para gerar esta consciência dos filiados, não basta uma política de organização. Esta, por mais adequada e renovada que seja, é insuficiente se não for combinada e articulada com políticas de formação e de comunicação.

Será preciso encontrar as formas para promover e incentivar o debate político e teórico e o estudo nas fileiras partidárias, entendendo-os como parte inseparável da vida regular das organizações partidárias. Da mesma forma, é necessário encontrar maneiras de desenvolver um maior trabalho ideológico junto aos filiados. Mantê-los informados sobre as orientações partidárias, os debates, os fatos relevantes nas esferas política e ideológica. Sem um trabalho de comunicação, voltado para dentro e para fora do Partido, mas privilegiando os filiados que já temos, não teremos êxito na tarefa de elevar a consciência desses companheiros e incorporá-los plenamente ao PCdoB.

Mais organicidade

Um fator determinante na incorporação dos filiados, na formação de sua consciência revolucionária e na própria democracia interna é a organicidade. O nosso Partido tem certa organicidade, reuniões periódicas, controle das atividades etc. até o nível dos *Comitês Municipais* e *Distritais*. Daí para a base, a vida partidária é rarefeita, ou nem isso.

A exitosa mobilização para o Congresso demonstrou que onde nós conseguimos realizar Assembleias de Base a mobilização foi maior. Onde não as realizamos, o resultado ficou bastante aquém.

Precisamos enfrentar esta questão com criatividade e tenacidade, flexibilizar as formas e o conteúdo da vida orgânica, tornando-a capaz de contemplar os vários níveis de envolvimento dos filiados, levando em conta a grande diversificação e a complexidade da nossa

realidade atual. Resguardados os princípios, a forma e o conteúdo devem se adaptar às realidades que variam até de um bairro para outro. O objetivo é incorporar mais pessoas à organização. Os meios devem utilizar a máxima criatividade, buscando uma forma organizativa mais flexível, mais diversificada, em consonância com o Brasil de hoje. Não existe receita organizativa. Os métodos e mecanismos devem evoluir permanentemente, incorporando as novas questões que a vida nos coloca, tornando as reuniões e atividades mais atraentes e objetivas.

Pertence a este capítulo o debate sobre as formas de incorporar à vida partidária os comunistas que atuam na Juventude. O relançamento da UJS a partir de 1995 apresenta um resultado altamente promissor, mas também trouxe consigo problemas novos ainda à espera de resposta satisfatória, em especial na esfera da organização. O debate em torno deles precisa prosseguir, referenciando-se tanto nos nossos princípios e na nossa concepção de partido como em uma aguda sensibilidade para as lições da prática concreta.

Parte das deficiências de nossa vida orgânica vem de uma certa autossatisfação com o trabalho realizado “por cima” que grassa entre nós. Nas épocas de eleição, a busca de votos nos obriga a ir onde os filiados estão; mas fora delas os organismos dirigentes em sua maioria se contentam com tentativas de mobilização e organização que deixam o ônus para o filiado. Ou seja, as direções frequentam pouco os filiados, acompanham pouco, estimulam pouco. E às vezes, quando o fazem, tentam tirar o atraso resolvendo todos os problemas em uma única reunião ou atividade.

Elevar o nível político-ideológico dos quadros

Quanto maior for o nosso Partido, mais precisará de quadros preparados, que entendam em profundidade a nossa política, incorporem nossa ideologia e dominem nossa teoria.

Temos sido espontâneos, com frequência subjetivistas e conservadores, na nossa política de quadros. Ela não está à altura das necessidades atuais e futuras do Partido. Deve mudar apoiando-se mais no que é novo, a começar pelo incentivo à formação dos companheiros que vão se incorporando à atividade partidária. Nosso trabalho com os quadros precisa seguir um planejamento de média duração, encabeçado pelo Comitê Central, articulando metas e prazos diferenciados e interligados, tendo como objeto tanto os dirigentes dos comitês e organismos do Partido quanto os quadros que cumprem tarefas de massa, com prioridade para os operários, jovens e mulheres. Também, seguindo esse raciocínio, devemos ter audácia nas promoções, e paciência e perseverança no processo de formação.



O trabalho de direção

Os métodos de trabalho de direção não são um aspecto secundário na vida do PCdoB. Influem em toda a atividade do Partido, condicionam a maneira do coletivo partidário se orientar, organizar e se conduzir nas lutas.

Mas o papel dos dirigentes vai muito além das questões de método e estilo. Repousa sobre eles a principal responsabilidade no enfrentamento da defasagem das questões ideológicas e organizativas em relação à nossa influência política crescente.

De nada adiantaria uma política de organização e de construção partidária sem que os dirigentes a entendam em profundidade e que tenham disposição, vontade, capacidade e criatividade para orientarem sua aplicação concreta.

O ponto de partida para o bom desempenho das direções é a compreensão de que a direção coletiva é o princípio geral e o principal. Evidentemente, os dirigentes têm responsabilidades individuais, traços de estilo e até prestígio pessoal diferenciados. Mas é fundamental que as direções assimilem e apliquem métodos que privilegiem a elaboração, formulação e deliberação coletivas. As opiniões individuais, por mais importância que tenham, subordinam-se à decisão coletiva.

Cada membro de cada direção deve ter uma tarefa definida. O conjunto deve funcionar regularmente, com reuniões periódicas, dedicando-se tanto aos problemas políticos como também, e com maior intensidade, ao debate ideológico e às questões de Partido.

A tarefa das direções intermediárias, municipais e distritais, não pode ser apenas a de coordenar e acompanhar as bases. É preciso que elas estudem a realidade onde atuam, apliquem as orientações gerais a esta realidade e planejem sua atividade.

As funções de direção partidária devem ser mais valorizadas. Muitas vezes este trabalho dedicado e cotidiano é desprestigiado e até visto como um fardo, por não ter a mesma visibilidade das atividades mais públicas, em áreas como a parlamentar, sindical ou acadêmica. Essa visão rebaixada na prática sucumbe às dificuldades do quadro histórico que vivemos. Ocupar-se da direção do PCdoB, hoje mais do que ontem, é tarefa fundamental, a contribuição de maior valor estratégico, que deve orgulhar os militantes mais capacitados. Isto naturalmente não implica que se afrouxe a vigilância ou se coloque os dirigentes partidários acima do crivo coletivo.

A tarefa de direção, como as demais, é temporária. Está errada a visão, nunca formulada mas bastante praticada, de que o companheiro, uma vez eleito para a direção, não deve dela sair mais a não ser em caso de falta grave. Ser eleito não é prêmio, e não ser eleito não é punição. O Partido deve compor seus comitês considerando em conjunto o

seu perfil, com critérios que respondam às necessidades de um período determinado. E um dos critérios dessa composição é combinar continuidade e renovação. A busca de uma direção relativamente estável, experiente e madura, é importante, fundamental. Mas hoje nosso esforço maior deve ser pela renovação, não como uma obrigação estatutária, mas como uma espécie de “cláusula pétrea informal” na escolha dos organismos dirigentes. A renovação oxigena, rejuvenesce, expressa o Partido em seu permanente desenvolvimento, força uma política planejada de quadros e de formação. Facilita o indispensável reforço da composição das direções com mais operários, mais jovens, e em especial com mais mulheres. Permite, também, que os necessários deslocamentos e realocações de quadros não acarretem traumas como muitas vezes tem acontecido.

As questões de Partido exigem um debate mais profundo e multifacetado nesta virada de século. Organização, formação, comunicação, propaganda e finanças interligam-se, interpenetram-se e dependem umas das outras. Traçar o perfil organizativo de um Partido de princípios marxista-leninistas, de feição moderna, é tarefa que exige um debate nacional digno de uma conferência ou de um grande seminário. Todo tempo gasto com a questão do Partido é tempo ganho, investido na questão decisiva para a revolução em nosso país.

Comemoraremos no mês que vem os 80 anos da Revolução de Outubro. Mas a vitória da Revolução de 1917 foi plantada em 1912, na *Conferência de Praga*, que criou na Rússia um partido de novo tipo, sem frações, sem anarquismo, sem populismo ou menchevismo.

Isso foi fruto de um debate que levou anos e teve como pano de fundo a compreensão da realidade da Rússia e do mundo na época. Com ela, o Partido adquiriu a forma e o conteúdo necessários à tarefa de transformar a velha Rússia.

Colocar o Partido Comunista do Brasil à altura dos desafios atuais não é tarefa simples, como não o foi a dos bolcheviques em Praga, mas temos, tenho certeza, todas as condições de fazê-lo.



A luta ideológica e a formação de quadros

Jô Moraes

Em julho de 1989, uma afirmação filosófica, aparentemente para iniciados, transformou-se num lugar-comum, circulando rapidamente pela mídia do Globo. O fenômeno foi provocado pela frase de Francis Fukuyama declarando ao mundo que a vitória do liberalismo econômico e político sobre os seus concorrentes significava “o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental, uma forma final do governo humano.”.

Isso serviu como uma espécie de senha para uma ofensiva ideológica sem precedentes que, aproveitando a derrocada das experiências socialistas do Leste Europeu, queria impor ao mundo a visão de que a nova fase do capitalismo representaria o esgotamento de quaisquer alternativas viáveis para a civilização.

Não era uma ideia nova. Desde o século passado, filósofos e ideólogos a serviço do capital tentaram provar a superioridade e inexorabilidade do sistema que defendiam. A história do movimento operário, na sua luta por uma nova sociedade, sempre foi permeada pela disputa constante com as forças do capital, na busca da afirmação de uma nova concepção de mundo.

O particular dessa recente ofensiva foi o seu alcance, fruto de uma orquestração mundial através dos modernos meios de comunicação.

“A burguesia não apenas detém o predomínio de sua ideologia, como domina os instrumentos de divulgação e defesa dessa ideologia. Mobiliza a imprensa, o rádio, a televisão, dispõe das universidades e dos centros culturais. Utiliza largamente a religião.” (João Amazonas).

Foi o que aconteceu. À interpretação de Fukuyama somaram-se outras abordagens filosóficas, sociológicas e políticas tentando desarmar qualquer resistência à vitoriosa onda neoliberal.

Reforçou-se o individualismo em suas diferentes expressões. Tentou-se negar a possibilidade de qualquer projeto coletivo. Buscou-se enfraquecer igualmente as práticas coletivas.

Instaurou-se uma ordem em que apenas o mercado e os negócios dele decorrentes são a fonte da verdade. A produção cultural, as artes, o lazer, o saber, tudo ficou submetido às leis do mercado. Vale aquilo que produz lucro. Os valores humanos da solidariedade e da fraternidade foram colocados no rol das coisas superadas.

A onda retrógrada anti-humanista impregnou os mais diferentes aspectos da vida em sociedade. Não apenas pela amplitude de sua repercussão. O individualismo e a submissão ao mercado encontraram espaços favoráveis pela radical diminuição das estruturas formadoras de proces-



sos e valores coletivos. A derrota de experiências socialistas do Leste provocou um impacto objetivo e subjetivo, reduzindo a ação de regimes que buscavam transformar os mecanismos da vida social, a educação dos novos homens e mulheres, o estímulo à sua intervenção em movimentos revolucionários. O mundo ficou dominado por governos que difundem valores característicos das sociedades onde reina a exploração.

As dificuldades foram provocadas também por certa estagnação prolongada da teoria marxista. Ainda não havíamos conseguido responder aos problemas que levaram às derrotas das experiências socialistas e já nos defrontávamos com novos e complexos problemas. A nova fase de reestruturação produtiva e seus reflexos na organização e na consciência dos trabalhadores colocaram questões desafiadoras para o movimento operário. A fase defensiva da resistência operária, reduzindo os espaços potencializadores da luta de classes, reforçou as sempre presentes tendências de adesão ao capital. Difundiram-se as ideias de cooperação entre capital e trabalho e do fim das ideologias, vendidas como modernas.

Criou-se um caldo de cultura favorável à capitulação e ao abandono da opção revolucionária. Para muitos, o projeto socialista passou a ser um objetivo longínquo, utópico, enfraquecendo convicções, levando os projetos individuais a terem mais relevância.

A reação à onda capitulacionista é o desafio prioritário da luta ideológica presente. Ela impõe um grande esforço no sentido de se desenvolver a teoria marxista e de formar uma tendência de pensamento comprometido com ela. Engels já indicava:

“(...) [é] condição necessária da passagem ao novo regime social não só a existência das premissas materiais da sociedade futura, mas também dos homens e mulheres que serão os únicos a possuir força e vontade para chamar à vida esta sociedade nova e melhor (...). Tais pessoas necessitarão de um elevado grau de consciência, de uma vontade inabalável e de energia revolucionária.”.

A base desse desenvolvimento é o Partido, que terá o desafio de absorver, em seu esforço teórico, as diferentes contribuições que surgem nos centros produtores do saber humano.

Partido: o organizador pedagógico

O reforço e a consolidação de uma corrente de pensamento marxista revolucionária não são resultado de um mero debate acadêmico. A consciência socialista não é construída a partir, simplesmente, de uma aquisição de saber. Ela é produto de um movimento realizado por homens e mulheres associando sua prática revolucionária cotidiana à reflexão teórica marxista.

O Partido é espaço privilegiado na construção dessa consciência. Ele é o condutor da intervenção cotidiana de seus militantes nos pro-

cessos de luta de classe, criando, ao mesmo tempo, um permanente debate teórico.

Deve-se ter em conta que todo rebaixamento dessa função pedagógica cotidiana, que pressupõe intensa atividade teórica, resulta em rebaixamento no alcance revolucionário da ação partidária. Enfrentar este rebaixamento é hoje o grande desafio. Os quadros e militantes estão voltados quase que exclusivamente para o dia a dia das tarefas dos seus sindicatos, parlamentos, grêmios, diretórios acadêmicos, associações de bairro, uniões de mulheres, de negros, ações ambientalistas. Discute-se pouco as questões estratégicas, não se aprofundam o conhecimento da realidade e as respostas para os novos problemas, provocando um excesso imediatista na prática política em prejuízo da visão estratégica.

Não é possível conciliar com essa prática. E enfrentá-la significa compreender a atividade de formação como algo que não pode ser dissociado da vida regular da estrutura partidária. Reforçando a concepção de que o Partido como um todo é uma “escola”, é possível realizar a formação através da organização partidária, estruturando-se núcleos através da atividade regular das diversas instâncias, no dia a dia da militância. Este é um processo complementar às formas mais sistematizadas dos cursos e seminários.

O movimento operário, e o PCdoB em particular, já acumularam larga experiência. Uma avaliação crítica dessa atividade exige uma abordagem mais global e contextualizada. Esta avaliação e a necessidade de se compreender como se apreende o marxismo nos dias de hoje levarão, necessariamente, a uma nova visão de formação partidária e à atualização de sua prática.

Uma pedagogia revolucionária na formação partidária

No debate ideológico presente, a hegemonia absoluta da ideologia burguesa em quase todos os campos do conhecimento é uma das mais desafiadoras barreiras, exigindo uma elevação no nível de nosso aprendizado. Para se colocar à altura, a formação socialista pressupõe algumas noções básicas, orientando a pauta: a concepção de mundo; os problemas atuais do desenvolvimento da teoria; a relação entre teoria e prática; o contexto histórico; as categorias do método dialético.

Essas premissas são apenas referências básicas de nossas necessidades teóricas atuais. Há, no entanto, uma prioridade norteadora de nossa atividade de formação cotidiana que é a assimilação e o desenvolvimento da proposta de Programa Socialista aprovada pela 8ª Conferência.

Diante dos desafios postos para o desenvolvimento da formação partidária, impõe-se a conquista de uma nova pedagogia, com dinâmi-



cas modernas que possibilitem a descoberta e a construção do conhecimento por parte dos alunos.

Na busca do estímulo à relação entre a prática e a teoria, assumem importância os mecanismos partidários cotidianos como espaços que potencializam a formação. As pautas das Assembleias de Base podem ter espaços permanentes de reflexão teórica a partir de uma orientação dirigida. As abordagens temáticas, que as frações de massa muitas vezes realizam apenas com enfoque político, podem assumir uma nova dimensão de reflexão teórica e ideológica. O saber partidário, fruto de uma rica e diversificada prática militante, necessita ser apropriado coletivamente através da sistematização permanente por parte das frentes de atuação.

Alcançar um novo patamar na construção da consciência socialista e da consolidação ideológica dos quadros exige uma revolucionarização na prática cotidiana – das instâncias de direção às bases. Sem o confronto aberto e declarado contra a rotina e o espontaneísmo não será possível enfrentar, com êxito, a ofensiva ideológica da burguesia.

A formação dos quadros não se restringe apenas à transmissão e à assimilação de conhecimentos. Ela inclui a formação da personalidade do indivíduo, introduzindo também convicções e valores ideológicos. Numa sociedade impregnada pelo individualismo, pelas práticas oportunistas, por relações desleais, o estímulo à construção do espírito de solidariedade, de relações respeitadas e francas, de práticas coletivas é um pressuposto para a consolidação dos quadros e dos militantes.

As tarefas relativas à construção da nova sociedade socialista se encontram num patamar de acumulação para os saltos que virão. As tarefas relativas à formação de homens e mulheres que “terão força e vontade para chamar à vida esta sociedade” estão ao alcance de nossa decisão. Sejam os que buscam a ciência com a mesma paixão com que queremos transformar o mundo.

A classe operária e o movimento sindical

João Batista

Nestes três anos de implementação do Plano Real aprofundaram-se as contradições engendradas pelas mudanças no mundo do trabalho e seus impactos sobre a produção capitalista e pela política antioperária, antidemocrática e antinacional do governo FHC.

Os trabalhadores têm suportado o custo social da estabilização econômica com índices crônicos de desemprego. O PIB veio declinando de 6,0% em 1994, para 4,2% em 1995; 2,9% em 1996; e deverá fechar o ano em torno de 3,5%. O crescimento econômico teve um desempenho medíocre.

A taxa de desemprego na Grande São Paulo em julho de 1994, data do lançamento do Real, era de 14,5% (Seade/Dieese). Em setembro de 1997 foi de 16,3%, totalizando mais de 1.409 milhão de desempregados, o maior número já registrado desde que a Fundação Seade e o Dieese iniciaram sua pesquisa, em 1985. Os trabalhadores da indústria foram os mais atingidos, com a eliminação de 240 mil postos de trabalho só em São Paulo. Estima-se que, pelos mesmos critérios do Seade/Dieese, o número de desempregados e subempregados em todo o Brasil seja superior a 11 milhões.

Dados do Ministério do Trabalho indicam o crescimento da informalidade durante o Real, com a eliminação de 730 mil empregos formais em todo o país. Cerca de 53% da mão de obra do Brasil já estão no mercado informal.

Durante o Real, o brasileiro tem trabalhado mais. As empresas têm operado com número reduzido de trabalhadores e respondem aos aumentos eventuais da demanda com o abuso de jornadas extraordinárias de trabalho.

No ano de 1993, 42,6% dos assalariados do setor privado trabalhavam mais que a jornada legal de 44 horas semanais na Grande São Paulo. Em setembro de 1997, este percentual tinha aumentado para 48%.

Resultado, em boa medida, desse aumento do ritmo de trabalho, segundo o *Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho*, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aumentaram em 102% as doenças profissionais e em 18,31% os óbitos em todo o país.

Os trabalhadores estão ganhando menos. Houve queda na massa salarial e do salário médio durante o Real. De julho de 1994 a maio de 1997 ocorreu uma perda de cerca de 15% na massa salarial e de aproximadamente 14% no salário médio dos assalariados na região da Grande São Paulo.

O aumento de vendas de bens de consumo durável é explicado pela expansão de crédito e pelo crescimento do Crédito Direto ao Consumi-



dor (CDC) de R\$ 6 bilhões para mais de R\$ 22 bilhões, entre junho de 1994 e março de 1997, sujeitando os consumidores a taxas de juros de mais de 70% ao ano, fenômeno simultâneo à elevação extraordinária da inadimplência.

Alterações no mundo do trabalho

A classe operária no Brasil tem sofrido grandes mutações e impactos com as mudanças no processo produtivo, que se aceleraram nestes últimos anos: privatização, automação, novas formas de organizar a produção e terceirização.

A produção industrial brasileira, antes concentrada em determinadas regiões do Sul/Sudeste, desloca-se e interioriza-se. Esse fenômeno atinge a cidade de São Paulo e a região do ABC, tradicionais centros operários do país, que vão reduzindo relativamente o seu peso operário, seja por falências, reestruturação, desconcentração da produção, instalação de novas indústrias em outras localidades, seja simplesmente pelo deslocamento das unidades produtivas.

Das quinze montadoras de automóveis com instalação anunciada no país, quatorze serão sediadas em cidades do interior de alguns estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Goiás), e oito estão fora do eixo Rio-São Paulo.

A produção é cada vez mais horizontalizada, inter e intraempresa, também em nível internacional. A Honda, quinta montadora a se instalar no Brasil, que inaugurou fábrica na cidade de Sumaré (SP), possui quarenta e cinco diferentes fornecedores somente no Brasil. No entanto, o carro produzido tem índice de nacionalização (volume de peças nacionais utilizadas no veículo) de 47%. Os componentes principais – motor, transmissão, suspensão – são importados dos EUA.

Todas essas mudanças têm originado uma classe operária com novo perfil. A diminuição da concentração operária, a atomização da produção, novas técnicas gerenciais e os seus métodos de “parceria” e envolvimento dos operários com a empresa alteram com profundidade a subjetividade dos trabalhadores e modificam antigos valores, outrora gerados em uma situação de grande concentração de trabalhadores, sentimento de força na mobilização coletiva e grande solidariedade.

Esse novo perfil é composto ainda pela entrada maciça no mercado de trabalho de uma mão de obra mais jovem, apta a lidar com as novas máquinas, os seus manuais, símbolos e códigos. Algumas empresas recrutam seus novos empregados exigindo dos candidatos às vagas segundo grau completo ou curso universitário.

As inovações tecnológicas não retiram o caráter explorador do capitalismo, e sim o agrava. A classe operária, embora com tendência de redução numérica, continua a ocupar o seu papel insubstituível na pro-

dução de valor. Por estar no centro da luta entre o trabalho e o capital, é a força estratégica para mudar a ordem burguesa. Por outro lado, aumenta o proletariado não industrial, aqueles que nada possuem a não ser a sua força de trabalho para vender.

O desenvolvimento do carácter social do trabalho, nos planos nacional e internacional, e o aumento excepcional do setor de serviços nos indicam que “já não é possível segmentar a produção estritamente em ‘produção’ e ‘serviços?’” (1). “Hoje, grande quantidade dos serviços está ligada à produção de mercadorias, que formam o lucro dos capitalistas.”. Tal constatação dá ênfase à questão sobre o capital investido no setor de serviços ser também produtivo.

Na grande indústria moderna, trabalhadores intelectuais são empregados para operar computadores, na contabilidade, em trabalhos de escritório e outros na produção direta. Os serviços de comunicação e transporte são cada vez mais utilizados e necessários no processo produtivo.

“Quando o capitalista vende o produto produzido por sua indústria, com a utilização de todos estes componentes de mão de obra, desse trabalho coletivo ele extrai um valor excedente.”(2).

Na atual estrutura de produção baseada em cadeias produtivas – onde todo o processo, desde a extração da matéria-prima, transformação até a comercialização final do produto, está cada vez mais integrado num mesmo sistema – vai se apagando até mesmo a linha divisória entre os tradicionais setores primário, secundário e terciário. O que vai aumentar ainda mais a concentração de riquezas, com a apropriação cada vez mais centralizada pelos grandes oligopólios e pelas potências imperialistas.

Por um lado, é um novo desafio organizar, mobilizar e conscientizar essa nova geração de trabalhadores, mais dispersos, reunidos em pequenas equipes de produção, com mais dificuldade de desenvolver os antigos valores da classe operária tradicional. Por outro lado, forja-se uma nova classe operária que pode alcançar maior domínio sobre o processo produtivo para melhor compreender o processo de exploração capitalista.

O mundo do trabalho se diversifica e amplia os setores que vivem do trabalho e que são explorados cada vez mais no sistema capitalista. A ação unitária de operários, professores, bancários, funcionários públicos, sem terras, excluídos e outros setores demonstra que amplia-se a grande frente transformadora. A luta de massas propicia o desenvolvimento da solidariedade entre os diversos setores sociais.

O movimento sindical, para dar respostas a essa nova realidade, deve adaptar sua organização, desenvolver novas formas de luta e reivindicações. Para fazer frente à ofensiva reacionária do neoliberalismo,



a vida demonstra que a ação nos limites corporativos das categorias isoladas, mais do que nunca, é insuficiente. O desafio é realizar mobilizações cada vez mais gerais e amplas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que é preciso enraizar cada vez mais a luta e a organização sindical no local de trabalho, onde acontece o embate direto entre a política operária *versus* a dos capitalistas.

Ganha importância ainda maior a organização dos trabalhadores por ramos de atividade. Esta é a forma mais adequada de responder à atual horizontalização da produção. O sindicato verticalizado por categoria, que era um paralelo à estrutura vertical fordista/taylorista, cada vez mais não consegue responder aos novos desafios. O sindicato unitário por ramo de atividade ajuda a superar a fragmentação da produção e dos serviços e a abarcar os trabalhadores das empresas terceirizadas e subcontratadas.

A burguesia, seus políticos e ideólogos conhecem esta verdade tão bem quanto nós. Tudo fazem para semear a divisão entre os trabalhadores e suas organizações políticas e de massa. Os patrões e o governo atacam a organização sindical, suas formas de custeio e tentam impor o pluralismo sindical com o sindicato por empresa, apostando na fragmentação ainda maior da organização dos trabalhadores.

A exploração capitalista está globalizada. A mundialização dos processos produtivos e das mazelas deste sistema, o desemprego e a exclusão social alastram-se por todo o planeta. Mais do que nunca é uma exigência que a unidade dos trabalhadores ultrapasse os estreitos limites das categorias, dos países, e ganhe o mundo. Cada vez mais a resposta dos proletários deve ser dada procurando a mais ampla unidade dos trabalhadores de todos os países.

Para nós, ganha importância maior a unidade com nossos irmãos da América Latina, pela identidade histórica e pela realidade das relações econômicas e políticas existentes entre nossos países, principalmente com o Mercosul. Ganha prioridade a atuação comum dos trabalhadores.

As geniais palavras de Karl Marx e Friedrich Engels que encerram o *Manifesto do Partido Comunista – Proletários de todos os países, uni-vos!* – ganham novo e revigorado sentido nos tempos atuais.

O sindicalismo no Brasil, seus limites e desafios

O movimento sindical no Brasil vive um período de dificuldades.

Registra um retrocesso nas conquistas, decréscimo de sindicalização, ataques do governo e dos patrões. Os sindicatos sofrem com a reestruturação produtiva, com o desemprego e com a política neoliberal. Reduz-se o poder de barganha e de mobilização dos sindicatos.

Diminui o número de greves e de trabalhadores envolvidos nos movimentos. A média mensal de greves no primeiro semestre deste ano

foi de 60, muito abaixo da média de 108 em igual período de 1996, e da de 103, de janeiro a junho de 1995. Enquanto de janeiro a junho deste ano a média mensal de trabalhadores parados foi de 56.464, em igual período de 1996 foi de 262.788 e no primeiro semestre de 1995 chegou a 310.745 o número de trabalhadores parados em média por mês.

Ao lado das dificuldades objetivas, enfrentamos problemas de ordem política e ideológica no movimento operário e sindical. A divisão na cúpula, nas centrais sindicais, reflete a predominância da orientação conservadora e socialdemocrata, e é fator de debilidade do movimento dos trabalhadores, causando graves consequências à luta de resistência.

A Força Sindical mantém-se como central que defende abertamente as teses neoliberais da privatização, precarização dos contratos de trabalho e de sustentação do governo FHC. As CGTs possuem pouca expressão de massa e têm trajetória oscilante.

A Central Única dos Trabalhadores é a maior e mais representativa das centrais. Ficou marcado no último período o predomínio da orientação do propositivismo em detrimento da mobilização e da luta dos trabalhadores. Hoje, apesar de sua precária unidade interna, busca trilhar o caminho da luta e da resistência e ainda persiste o desafio de aprofundar sua democracia interna, para envolver o maior número possível de setores do movimento sindical.

Dentro desse quadro, o fortalecimento da Corrente Sindical Clássica, que divulga e leva à prática do sindicalismo de classe, é fator determinante para o avanço da consciência política e social dos trabalhadores.

Construir a unidade dos trabalhadores e do povo

Frente à ofensiva do capital é vital a unidade dos trabalhadores e chama a atenção a ação divisionista de algumas correntes políticas. Partindo de posições sectárias, alheias ao movimento real, propõem posicionamentos políticos inadequados, que podem levar o movimento sindical e operário ao isolamento.

A unidade dos trabalhadores com amplos setores democráticos e populares é necessária, possibilita a mobilização das mais amplas massas para enfrentar, e resistir, o neoliberalismo, devendo, nesse momento, orientar-se para derrotar o projeto eleitoral de FHC em 1998. A mobilização de milhões é o caminho para a afirmação política dos trabalhadores, forma superior de participação democrática do povo e a maneira mais eficaz para defender e ampliar os direitos dos trabalhadores.

A luta unitária é forjada em torno de uma plataforma política que responda aos principais problemas dos trabalhadores contra a ofensiva do grande capital. Dentro desta plataforma ganha relevância a luta pelo trabalho. A CUT deve dar consequência às suas resoluções e de-



envolver uma ampla campanha contra o desemprego, destacando a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário. Ganha importância a marcha pelo emprego convocada pela CUT e pelos movimentos sociais, que antecede o Encontro Popular por Trabalho, Terra e Cidadania.

Para os comunistas, essa bandeira ganha um caráter estratégico. Além de criar mais empregos, questiona a lógica exploradora do capital. Aponta a necessidade de uma nova sociedade, em que o avanço tecnológico signifique uma jornada menor, com mais tempo livre para as atividades sociais, lazer e cultura, e desenvolve a ideia de solidariedade, de que se deve trabalhar menos para que todos trabalhem.

O Partido da transformação revolucionária

O fato de a classe operária ocupar papel central na produção de valor não a transforma de maneira automática em classe dirigente. Ela só se coloca como tal adquirindo consciência revolucionária. Para esta tarefa, o papel do Partido é insubstituível, e a maior participação de operários e de trabalhadores nas fileiras e nas direções é fator que garante a natureza, a existência e a identidade do Partido como organização para a transformação social.

O Partido Comunista é instrumento fundamental para a conquista da unidade dos trabalhadores, para sua mobilização e para imprimir o caráter classista às lutas. A existência de um partido forte e enraizado entre os trabalhadores é condição necessária para resistir à ofensiva neoliberal e para abrir perspectiva ao socialismo. A luta sindical é o leito natural para fortalecer o Partido entre os trabalhadores.

Para avançar nesses objetivos, o Partido deve superar algumas debilidades encontradas nesta frente.

Observa-se certa subestimação das direções do Partido com a frente sindical. É preciso dar maior atenção à constituição de células e organismos partidários entre os trabalhadores. Esses organismos devem ser verdadeiras escolas de comunismo para formar combatentes da transformação social. Devem ter existência efetiva, e não meramente formal. É o organismo onde se discute e se elabora a política do Partido. Também é ele que deve tomar as decisões mais importantes para a atuação dos comunistas no seu âmbito, na sua categoria, sem atropelar a autonomia das entidades sindicais.

É ainda nos organismos partidários que os ativistas mais combativos e destacados do movimento sindical ganham também a condição de dirigentes comunistas. Subestimar a vida e o coletivo partidário é sinal de uma atuação que fica nos marcos do economicismo.

Alguns desafios estão colocados para nós diante das mudanças no mundo do trabalho:

- Dirigir nosso trabalho para o crescimento na juventude trabalhadora e popular, nas escolas técnicas, atraindo-a para as ideias avançadas da solidariedade e dos valores revolucionários.
- Dar especial atenção à atuação das mulheres, que aumentam a sua participação no mercado de trabalho e que se incorporam à atuação militante nas entidades em número cada vez maior.
- Realizar um *Seminário Nacional* sobre as alterações recentes no mundo do trabalho e a construção do Partido entre os trabalhadores.

O capitalismo sob a estratégia neoliberal aprofunda sua face de exploração e degradação mais aberta da força de trabalho. É uma necessidade histórica a superação desse sistema pela transformação revolucionária da sociedade. Nas palavras de Marx,

“(...) o proletariado nada tem a perder com ela a não ser suas cadeias, e tem o mundo a ganhar.”.

Notas

- (1) Manini Chateerjee, integrante do Partido Comunista da Índia – Marxista, citando um dirigente da Central dos Trabalhadores da Índia.
- (2) Idem.



O fortalecimento da imprensa partidária

Pedro de Oliveira

A análise que o PCdoB vem fazendo, já há algum tempo, sobre a caracterização da crise do socialismo e a relação íntima entre a crise estrutural do sistema capitalista e a relação neoliberal em curso, capacita os comunistas a estabelecerem um profícuo debate com setores amplos do pensamento democrático, da intelectualidade progressista e com segmentos avançados do movimento operário, para se encontrar os caminhos da resistência e da acumulação de forças rumo a uma sociedade socialista.

Um dos fatores essenciais responsáveis pela ampliação da influência política do Partido, sem dúvida, tem sido a linha política tática e estratégica correta aplicada por homens e mulheres, militantes, filiados e quadros partidários, em estreita ligação com os movimentos democráticos e populares. Outro fator importante é a divulgação que se faz dessa ação concreta, através dos mais variados instrumentos de agitação e propaganda. Em uma das últimas reuniões do nosso Comitê Central cessante, o balanço feito demonstrou que mensalmente o Partido distribui, em média, cerca de 256 mil exemplares de materiais impressos, sem contar as inúmeras páginas na Internet que já estão em operação em vários estados. É preciso que se diga, entretanto, que estes números são insuficientes diante das necessidades atuais. Tampouco se pode dizer que as publicações cheguem às mãos de todos os filiados e das massas.

A propaganda burguesa especializa-se em maquiagem os problemas criados pela onda neoliberal que varre o mundo – como a exclusão social, o desemprego em massa, a chamada desregulamentação, a liquidação das fronteiras nacionais e da soberania dos países dependentes. Para enfrentarmos essa monumental máquina de guerra ideológica, e conscientes de nossas limitações financeiras, são imprescindíveis o aprimoramento e a organização dos órgãos nacionais, matrizes de análises e informações que possam ser transformadas em milhares de outros instrumentos capilarizados, em cada local de trabalho, de moradia e de estudo.

Para isso, é necessário o fortalecimento de nossa propaganda comunista, encarada como um sistema integrado, no qual os diversos instrumentos que temos à mão interajam, uns fortalecendo os outros, cada qual cumprindo suas tarefas, desde a assessoria de imprensa até os órgãos centrais. Cabe, aqui, um destaque para a qualidade dos jornais elaborados por vários Comitês Estaduais, como os de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas,



Pernambuco e Goiás, por exemplo, além do trabalho de divulgação que vem sendo realizado pelos gabinetes dos parlamentares, refletindo a atividade comunista.

Deveríamos conceber esse trabalho de fortalecimento de nossa propaganda de forma cada vez mais organizada e sistemática. Este nosso 9º Congresso definiu como prioritária a luta contra a escalada neoliberal e pela constituição de ampla frente oposicionista nacional, democrática e popular. Na construção da contracorrente de resistência ao neoliberalismo, é preciso muita criatividade, pesquisa, talento na elaboração formal de como falar para a sociedade brasileira, atualmente sob a influência monopolizada do pensamento neoliberal. É preciso combater os preconceitos anticomunistas, transformados em senso comum pela força da mídia; construir a imagem de um Partido moderno, baseado nos princípios marxista-leninistas, contra o sectarismo intelectual, contra a política do gueto.

Entretanto, o trabalho realizado pelos Comitês Estaduais, em matéria de divulgação, distribuição e venda da revista *Princípios*, do jornal *A Classe Operária*, das revistas *Debate Sindical* e *Presença da Mulher*, deve ser reforçado. Prevalece ainda uma forte tendência ao localismo e ao regionalismo, expressa em cotas decrescentes dos órgãos centrais. Para ilustrar a questão, o censo realizado pela secretaria do Congresso dá a dimensão do trabalho que temos pela frente: 15% dos militantes, apenas, leem a *Princípios* e 29% têm acesso ao jornal *A Classe Operária*.

Quanto à discussão a respeito do trabalho com os órgãos nacionais, esse debate não é novo. Lênin, em sua obra *Que Fazer?*, escreveu:

“A predominância da imprensa local sobre a imprensa central é um indício de miséria ou opulência. De miséria, quando o movimento ainda não ofereceu forças suficientes para a produção em grande escala, quando ainda vegeta nos métodos artesanais e está quase imerso nos ‘pequenos fatos da vida da fábrica’. De opulência, quando o movimento já teve êxito completo em cumprir suas múltiplas tarefas de divulgação e de agitação, e surge a necessidade de se ter, paralelamente a um órgão central, numerosos órgãos locais.”

Nacionalmente, nossa revista teórica vem se destacando na análise do projeto neoliberal em curso no Brasil e na divulgação relacionada com as experiências positivas e negativas do movimento comunista. Onde consegue chegar, angaria apoio, mesmo tendo em conta as deficiências editoriais na elaboração de materiais de informação política mais variada e de pesquisas sobre a realidade brasileira e internacional. É ainda pequeno, entretanto, o trabalho que se realiza com a revista junto às universidades e aos setores democráticos e progressistas e núcleos independentes de estudo e investigação dos problemas do nosso tempo. A rede de distribuição é restrita e a divulgação insuficiente. Os Comitês Estaduais – são raras as exceções – pouco organizam a di-

vulgação e a distribuição da revista, mesmo entre os próprios filiados, militantes e amigos.

O órgão nacional, *A Classe Operária*, recebeu forte injeção de ânimo, agora, nesta fase de preparação do nosso Congresso. Vários camaradas e colaboradores amigos têm contribuído para o nosso jornal, mas é bastante precário o fluxo de informações e análises da situação política e social dos estados. Somente poderemos manter a regularidade do jornal pós-Congresso se houver efetivo trabalho de venda e coleta de assinaturas que permita a regularidade da circulação. Poderemos, então, criar as condições para aprimorar a periodicidade e o reforço da equipe de redação. A novidade bem-recebida é o boletim semanal *Leia e Repasse*, que a cada semana amplia sua listagem de fax e e-mails com análises de conjuntura curtas que possam servir de referência para outros materiais nos estados.

Devemos produzir uma imprensa comunista de qualidade, para a nossa militância e para a sociedade. Esse desafio não permite a confusão entre amadorismo e militância. Precisamos formar quadros profissionais de talento, capacitados a operar com instrumentos como o rádio e a TV, os mais modernos à nossa disposição. É necessário desencadear uma campanha nacional de combate à subestimação do trabalho de propaganda e de valorização de nossos instrumentos, reconstruindo as Comissões Estaduais de agitação e propaganda onde não estejam funcionando, investindo em recursos humanos e materiais, democratizando o acesso dos filiados e amigos aos nossos órgãos nacionais, organizando canais mais ágeis de distribuição dos materiais da *Editora Anita* nos estados, promovendo seminários e ativos de propaganda, nos estados e em nível nacional.

Nosso objetivo imediato deve ser aprimorar nossa imprensa transformadora e revolucionária, abarcando os milhares de filiados e militantes, particularmente os que participaram das reuniões do Congresso, transformando-os em leitores, contribuintes, articulistas, repórteres, divulgadores e assinantes das nossas revistas e de nosso órgão central.

Desta forma poderemos contribuir para criar uma onda antineoliberal, contra a onda branca da propaganda burguesa. Todos os comunistas com *Princípios!* Toda a nossa militância com *A Classe Operária!*



Os comunistas são a juventude do mundo

Ricardo Abreu (Alemão)

Nas palavras de Engels: “Nós somos o Partido do futuro e o futuro pertence à juventude. Nós somos o Partido dos inovadores e a juventude segue de bom grado os inovadores. Nós somos o Partido da luta abnegada contra a velha podridão e a juventude é a primeira a lutar abnegadamente”. A juventude ao longo da história tem sido força destacada nos combates pela transformação social. Na Comuna de Paris e na revolução socialista de 1917 na Rússia, desempenhou importante papel. Para atrair essa força social para a luta pelo socialismo, os comunistas na França e na Alemanha, no final do século XIX e início do XX, foram os primeiros a fazer organizações específicas de jovens. No Brasil a história dos 75 anos de nosso Partido está entrelaçada com a participação dos jovens na luta política e social.

Na luta por suas necessidades específicas, pela democratização da vida republicana e pela soberania nacional, os jovens foram protagonistas de movimentos como o tenentismo nos anos 1920, que marchou por todo o nosso território guerreando por mudanças; atuaram na Aliança Nacional Libertadora na década de 1930; liderados pela UNE, os estudantes brasileiros despontaram à frente do movimento do “Petróleo é nosso!”, do esforço pela criação da Força Expedicionária Brasileira para lutar contra o nazi-fascismo e pelo fim da ditadura do Estado Novo. Nos anos 1950 os jovens comunistas realizaram a vitoriosa campanha anti-imperialista para impedir a participação dos militares brasileiros na guerra da Coreia.

Jovens operários, camponeses e estudantes saíram às ruas pelas reformas de base no início dos anos 1960. Resistiram ao regime militar na Passeata dos Cem Mil em 1968 e depois do AI-5, na corajosa Guerrilha do Araguaia. Nos anos 1970 as primeiras passeatas estudantis reivindicaram liberdades democráticas, e logo em seguida os jovens operários paralisaram o ABC. Entusiasmada com a campanha das diretas e depois do candidato da oposição ao regime militar, a juventude compareceu em massa aos comícios pela redemocratização nos anos 1980. Na Constituinte, a União da Juventude Socialista (UJS) conquistou o voto aos 16 anos.

A moçada participou intensamente da campanha eleitoral da Frente Brasil Popular em 1989. Na luta pela ética na política e contra o neoliberalismo, o movimento estudantil, convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela UBES, pintou a cara e foi atrás dos trios elétricos nas imensas passeatas do *Fora, Collor*, com seriedade e ao mesmo tempo com a alegria contagiante do carnaval. Durante o governo FHC,



a tropa de choque juvenil, em defesa da Vale do Rio Doce, enfrentou sem medo a tropa de choque da PM.

Identificada com ideias renovadoras e humanistas, a juventude brasileira dos anos 1990 cada vez mais conhece e respeita o Partido Comunista do Brasil, dentre a qual muitos tornam-se simpatizantes de nossas ideias e de nossa linha política.

A condição juvenil, determinada social e historicamente, perpassa todas as classes sociais. É o período de mudanças biológicas e psicológicas de passagem da infância para a fase adulta. Como a conhecemos hoje é um fenômeno da época moderna, ligado basicamente à ampliação da escolaridade como período de preparação para o trabalho e de transmissão da herança cultural, dos valores da sociedade burguesa. Os conflitos com esses valores e o relativo descompromisso da condição juvenil levam os jovens a estarem propensos a solidarizarem-se com os movimentos sociais progressistas.

Os jovens têm vontade de criar, têm entusiasmo e energia, têm espírito de sacrifício e acreditam em quem tem um ideal e está disposto a perder a vida por ele. Têm disposição para absorver novos valores e hábitos, afinidade com as mudanças tecnológicas, impetuosidade, imaginação, irreverência, desejo de mudar a vida, de experimentar, de descobrir, de conhecer. Vivem com intensidade, repudiam o tédio e a hipocrisia.

As classes dominantes passaram a tratar a juventude como objeto de estudo da história, da sociologia e da psicologia, no sentido de lançar mão de controles sociais para anular a possibilidade de descontinuidade e ruptura das regras e de contestação do regime social por parte dos jovens. Quando a crise própria da condição juvenil se combina com a crise social, a juventude, em sua grande maioria das camadas médias e populares, surge como força de combate. É um imenso potencial de inconformismo, de indignação. Por isso também os comunistas precisam não só atuar politicamente entre a juventude, mas também estudar a sua realidade, com dados e pesquisas científicas.

Vivendo sob o impacto da crise econômica, social e moral, a juventude é o principal alvo de uma ofensiva ideológica para desmoralizar tudo o que ameaça o capitalismo, para destruir a perspectiva histórica e revolucionária e considerar inútil o esforço de renovação social. Por um lado, utilizam-se da família, da escola, dos meios de comunicação e da indústria cultural para estimular a descrença, o derrotismo, canalizar a esperança para o misticismo. Fazem a propaganda consumista e dos valores imperialistas, do individualismo, das ideias pragmáticas e relativistas. Realizam uma dominação ideológica que dissimula, procura passar despercebida. Estimulam a independência da juventude em relação aos partidos, a abstenção política, a ideia de que a militância oprime a liberdade e a personalidade dos jovens. Por outro lado, a crise

da teoria e da ideologia socialista leva à dificuldade de organização, à dispersão, ao desnorreamento.

No Brasil há uma tendência de diminuição da população em idade juvenil. Dados do IBGE de 1996 indicam que em 2020 a população jovem será 30% menor. Mesmo assim somos uma população jovem: 54% dos brasileiros têm até 24 anos e 63% até 29. O Brasil é imenso e são imensas também as diferenças regionais, sociais e culturais. Os jovens vivem realidades muito distintas, mas em geral necessitam encaminhar a sua carreira profissional, manter-se em uma escola de qualidade, construir uma identidade através da família e do grupo de amigos, encontrar alternativas de lazer, convivência e diversão, realizar os seus desejos básicos de consumo, ter um saudável relacionamento sexual, conhecer novos lugares, novas pessoas, planejar o seu futuro. Precisam sair da casa dos pais, constituir sua própria família, o que muda muito o modo de vida, sendo o marco da condição adulta de mais responsabilidades e sacrifícios.

O neoliberalismo fecha as portas do futuro para os jovens. O desemprego é a principal preocupação. Chegam ao mercado de trabalho 1 milhão e 800 mil jovens todo ano. Estão desempregados 37,7% dos jovens de 15 a 17 anos e 21,7% de 18 a 24 anos (Seade), que se sentem inúteis, sem dinheiro e sem ter o que fazer, com a sensação de exílio social. O tempo livre é angustiante e vazio, não é livre. Os talentos e as potencialidades não são aproveitados socialmente, são desprezados, castrados.

Recebendo salários quase sempre mais baixos, os que trabalham muitas vezes são obrigados a largar os estudos pela carga horária excessiva. De um lado, enquanto os melhores cérebros universitários são recrutados pelo mercado financeiro com altos salários, de outro lado, aumenta a exclusão, os sem estudo e sem trabalho lutam para sobreviver. Para os que conseguem emprego na área de serviços, o trabalho é informal e precário. Das crianças brasileiras, 16,9% já trabalham.

A degradação das condições de vida, a alienação e a marginalidade tornam a situação da juventude popular trágica, dramática. No Nordeste três entre quatro crianças e jovens estão abaixo da linha de pobreza. Muitos jovens pobres e dos arrabaldes das grandes cidades sofrem a violência policial, são empurrados para a criminalidade (a maioria da população carcerária é jovem), para o tráfico e para o consumo de drogas. Há uma popularização do consumo sendo hoje a droga um grave problema de saúde pública. A educação básica e a universidade pública estão sendo sucateadas e privatizadas.

É crime o que o capitalismo faz com a juventude! Essa energia e revolta explodem sem sentido ou direção. A juventude se organiza em grupos informais de amigos do bairro, da escola, do trabalho, em conjuntos musicais, grupos de teatro, em times e torcidas, em associações



de esportistas, em igrejas, em tribos e estilos como o *rap* e o *funk*. Nosso desafio é encontrar uma maneira de organizar e canalizar essa força e torná-la consciente e atuante na luta pelo socialismo.

O PCdoB sempre se preocupou com essa organização do movimento juvenil. Em 1925, na primeira fase do seu trabalho nessa frente, o Partido organizou a União da Juventude Comunista (UJC) em setores populares e estudantis. A UJC desapareceu em 1936 devido à repressão, ressurgindo nos anos 1940 e 1950, na maior parte do tempo semiclandestina. Nessa segunda fase, fez campanhas anti-imperialistas, atuou em sindicatos e realizou atividades culturais e esportivas. Foi dissolvida em 1958 em meio ao surto revisionista. Reorganizado a partir de 1962, o Partido começou a retomar o seu trabalho com a juventude por intermédio do movimento estudantil no final dos anos 1960, que foi reforçado posteriormente pela incorporação da Ação Popular. Durante essa terceira fase, período mais difícil da ditadura, foi criada a União da Juventude Patriótica com plataforma nacional e democrática, experiência que durou poucos anos. Com o declínio do regime militar, os jovens comunistas ajudaram no crescimento do Partido atuando nas tendências estudantis “Caminhando” e “Viração”, e na Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ainda nessa quarta fase, o Partido criou em 1981-1982 a efêmera Juventude Democrática e Progressista – Judepro. O resultado foi um rico debate que levou à fundação, em 1984, da União da Juventude Socialista (UJS) e à caracterização de uma quinta fase, a atual, de nosso trabalho com a juventude.

A UJS transformou-se em uma legenda no cenário político, realizou campanhas memoráveis como a do voto aos 16 anos e de alistamento eleitoral, a da Frente Brasil Popular em 1989, e a campanha *Jovens Curupiras em defesa da Amazônia*. Conquistou posição de liderança no movimento estudantil por meio de uma política ampla, combativa, unitária e democrática. De 1989 a 1992 foi superada a situação de divisão nos movimentos universitário e secundarista, reconquistada a direção da UNE, desenvolvida ampla política de alianças e aumentada nossa influência no movimento estudantil.

Pouco antes de o movimento *Fora, Collor* começar, a mídia e a academia davam como eternas a apatia e a despolitização dos estudantes. O *Fora, Collor* e o *impeachment* deram novo impulso ao movimento, recolocando a UNE e a UBES no tabuleiro de xadrez da política nacional. Hoje, ao lado da Central Única dos Trabalhadores e do Movimento dos Sem Terra, o movimento estudantil é um dos setores mais importantes de oposição ao governo FHC; resiste ao neoliberalismo e à reestruturação privatista e conservadora da educação básica e da universidade brasileiras. Apesar de a trajetória de essas entidades ser ascendente, há debilidade principalmente no enraizamento do trabalho.

Em especial a partir de 1992, milhares de jovens filiaram-se ao Partido. Talvez estejamos vivendo o momento de maior influência dos comunistas no movimento estudantil organizado. Surgiram muitos quadros e projetamos dezenas de lideranças em nível nacional e estadual. Em virtude disso, lançamos vários candidatos jovens em 1994 e 1996, a vereador e a deputado federal.

Ao mesmo tempo em que ampliávamos a nossa influência no movimento juvenil, a UJS não ia bem. O Comitê Central decidiu então, em abril de 1996, pelo relançamento da UJS enquanto organização juvenil, de massas, sob a direção política e ideológica do Partido e com plena autonomia organizativa. Decidiu ainda organizar os jovens comunistas na UJS cabendo a estes a tarefa de construir um amplo movimento juvenil e socialista.

A atividade de abertura do 8º Congresso da UJS demonstrou o prestígio e a representatividade do nosso trabalho, reunindo lideranças nacionais de partidos e entidades da sociedade civil. No recente Congresso da UNE, a UJS consolidou-se enquanto corrente entre os universitários. Participou com grande delegação no 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Cuba. No entanto, carece de novas campanhas e atividades juvenis, tem grandes dificuldades para arrecadar recursos, e discute melhor a sua estratégia de construção.

A traição personalista e oportunista de Lindbergh Farias nos alerta para a luta contra as ideias pequeno-burguesas, e só reforça a nossa confiança no coletivo partidário e na militância jovem, que reagiu com firmeza e condenou com veemência a atitude do traidor.

A direção partidária é a fonte de energia e a premissa para o êxito na atividade da UJS, organização de combate e de vanguarda, vinculada ao Partido. A UJS tem grande responsabilidade na formação ideológica, política e moral da nova geração de revolucionários e na capitalização ideológica de nossa influência política. Necessita de quadros capazes e experientes, disciplinados, preparados teoricamente, de direções mais estáveis. Necessita de maior apoio e acompanhamento do Partido, em especial dos comitês estaduais e municipais.

Amante da liberdade, a juventude sabe que não a conseguirá sem esforço e sabedoria. Há de se viver cada vez mais com dignidade, autodeterminação pessoal e social; orientar-se no sentido do marxismo-leninismo. Viver com espírito de luta, generosidade, solidariedade. Viver para a luta, colocar o dever revolucionário antes das motivações pessoais, praticar o internacionalismo.

Não há socialismo sem a juventude. O terceiro milênio verá o ressurgimento, com mais força que neste século, da ideologia e do movimento transformador. Os comunistas são a juventude do mundo!



Novo marco nas relações internacionais do PCdoB

José Reinaldo Carvalho

No período compreendido entre o 8º e o 9º Congressos, o Partido Comunista do Brasil desenvolveu rica e intensa atividade internacional. Em meio a uma conjuntura crucial para o movimento revolucionário, ainda desfavorável, marcada por pessimismo e desesperança, oportunismo e renúncia aos princípios, derrotismo e liquidacionismo, o nosso Partido soube promover, de acordo com as orientações emanadas do 8º Congresso, importantes mudanças em sua linha de conduta e em suas tarefas internacionais.

Tal como em outras esferas de atuação, na nossa atividade internacional também partimos do diagnóstico, em sua precisa dimensão, sobre a extensão e profundidade da derrota sofrida pelo movimento comunista e de emancipação nacional e social, sobre a fragmentação, o isolamento e a dispersão do movimento comunista. Consequentemente, procuramos desenvolver, interagindo com outros partidos comunistas em conversações bilaterais, intercâmbio de material de propaganda, participação em Congressos e Seminários, o esforço teórico e ideológico de renovação do pensamento marxista-leninista, de atualização crítica e autocrítica de problemas fundamentais da teoria e da prática revolucionárias e da construção de uma organização política de vanguarda, com caráter revolucionário e feição contemporânea. Saímos de um marco estreito de relacionamento, muitas vezes condicionado pelo sectarismo, por preconceitos, esquemas abstratos e visões apriorísticas e adotamos uma postura mais aberta, mais flexível e mais audaciosa. Essa mudança de atitude resultou num salto quantitativo e qualitativo em nossas relações internacionais durante os últimos cinco anos.

Hoje o Partido Comunista do Brasil cultiva e desenvolve relações de amizade e cooperação com mais de uma centena de partidos e organizações comunistas, revolucionários e progressistas em todo o mundo. Sua linha política, sua história, suas lutas, ações e opiniões se tornaram conhecidas e respeitadas nos cinco continentes. Reciprocamente, passamos a conhecer melhor a natureza, a linha programática e a atividade de dezenas e dezenas de organizações, com positivas repercussões no nosso nível de conhecimento da realidade internacional, dos complexos problemas do mundo contemporâneo e das instigantes questões teóricas.

Por seu caráter de classe, seus princípios e linha programática, o Partido Comunista do Brasil defende o internacionalismo proletário e a unidade do movimento comunista e revolucionário mundial. Apesar da onda conservadora, da ação desagregadora do inimigo de classe, do



oportunismo e do liquidacionismo, da dispersão, do isolamento e das divisões, fenômenos próprios da presente época, o movimento comunista e revolucionário afirma-se e abre caminho. Queiram ou não os arautos da nova ordem e os profetas do fim da história, este movimento persiste organizado em todos os continentes, reafirma sua identidade de classe, seu objetivo socialista e sua base teórica marxista-leninista. Enfrentando as dificuldades próprias de uma situação política cada vez mais complexa, não são poucos os partidos comunistas que elaboram linhas programáticas e percorrem caminhos táticos e estratégicos consoantes às realidades nacionais, experimentam métodos mais adequados visando a aproximar-se das amplas massas trabalhadoras e populares, forjar uma consciência política e social avançada, participar das lutas em posição destacada e inserir-se no curso dos acontecimentos a fim de encontrar alternativas viáveis à encruzilhada que vive hoje a humanidade. A presente situação não comporta artificialismos de qualquer espécie e a repetição de métodos e formas que no passado dificultaram o relacionamento entre os partidos comunistas e revolucionários. Mas ao mesmo tempo requer uma aproximação maior, articulação e cooperação entre esses partidos.

O nosso Partido deu passos significativos no estabelecimento, consolidação e aprofundamento dos laços de amizade e cooperação com Partidos Comunistas que exercem o poder. Considerando como nossos os êxitos do Partido Comunista de Cuba, do Partido Comunista da China, do Partido Comunista do Vietnã, do Partido do Trabalho da Coreia e do Partido Revolucionário do Povo Laociano, na resistência ao imperialismo e no esforço para construir o socialismo, desenvolvemos inúmeras ações de solidariedade e, na medida das nossas possibilidades, procuramos divulgar material propagandístico sobre as ricas experiências em curso naqueles países. Particularmente intenso foi o trabalho de solidariedade a Cuba, símbolo da resistência e da luta dos povos latino-americanos. Em relação à China e ao Vietnã acompanhamos com vivo interesse e difundimos os progressos no terreno econômico resultantes das inovadoras políticas ali adotadas. Hipotecamos solidariedade à RPD da Coreia, alvo do ataque do regime sul-coreano e do imperialismo norte-americano. Ao nos irmarmos com os partidos comunistas que exercem o poder e apoiarmos sem reservas as experiências de construção do socialismo em seus respectivos países, o Partido Comunista do Brasil não os considera, entretanto, modelos perfeitos e acabados da nova sociedade. Temos a nossa própria visão sobre o socialismo, em conformidade com a compreensão e o conhecimento que acumulamos sobre a realidade mundial e brasileira. Levando em conta as lições tiradas da experiência histórica, forjamos a nossa própria visão crítica e autocrítica. Rejeitando o dogmatismo e a transposição mecânica de experiências, consideramos anticientífico o modelo

único de socialismo. A luta pelo socialismo e a construção da nova sociedade constituem tarefa das forças revolucionárias de cada país.

A par da luta pelo fortalecimento e pela unidade do movimento comunista mundial e do apoio aos países socialistas, o Partido Comunista do Brasil valoriza o intercâmbio com partidos e organizações revolucionárias não comunistas que, sob uma designação geral de forças de esquerda, dão em seus países e em escala mundial, importante contribuição para a luta transformadora, a partir de motivações democráticas, patrióticas e anti-imperialistas. Significação especial nos dias de hoje tem o Fórum de São Paulo. Principal articulação de partidos de esquerda da América Latina e do Caribe, o Fórum de São Paulo, que já realizou sete encontros desde 1990, quando foi criado, tornou-se um espaço de intercâmbio e colaboração da esquerda latino-americana, atraindo também as atenções e a participação de amplas forças políticas, entre elas os partidos comunistas de outros continentes. Desde o primeiro encontro, o Fórum de São Paulo tem aprovado resoluções de caráter anti-imperialista, em favor da unidade e integração dos povos latino-americanos, em solidariedade a Cuba e aos movimentos democráticos e libertadores em todo o subcontinente. A sua importância realça-se ainda mais no momento atual em que na América Latina, alvo da intensa ofensiva neoliberal capitaneada pelo imperialismo norte-americano, crescem a resistência e a luta dos povos pela democracia, pela afirmação da soberania nacional e pelos direitos sociais dos trabalhadores.

O Partido Comunista do Brasil exercita seu internacionalismo num quadro político caracterizado por uma brutal ofensiva contra os trabalhadores, as nações dependentes e os povos. Jamais foi tão densa a onda conservadora e tão voraz a escalada antidemocrática, antissocial e antinacional do imperialismo. No final do milênio, a humanidade está muito mais distanciada da democracia, da paz, do desenvolvimento e da justiça social. O falso discurso da propaganda oficial sobre a defesa dos direitos humanos e a conquista de um mundo sem fronteiras já não consegue ocultar a face bárbara do imperialismo, sistema iníquo que enquanto perdurar engendrará guerras, fascismo, opressão e exploração dos trabalhadores e dos povos. Por isso, o nosso internacionalismo é uma bandeira de combate anticapitalista, uma bandeira estratégica da luta pelo socialismo, verdadeira perspectiva de fundo da luta de libertação nacional e social, e ideal supremo da classe operária e dos povos. Como destaca acertadamente o Projeto de Resolução Política deste Congresso, o imperialismo norte-americano apresenta-se no cenário mundial como o principal inimigo da humanidade. Leva a efeito uma política contraposta aos interesses dos povos, muitas vezes por meio da agressão militarista e de métodos ferozes. O internacionalismo do Partido Comunista do Brasil é combate sem tréguas ao imperialismo e



à sua política neoliberal, é a luta intransigente pela afirmação da soberania, e da independência do nosso país e de todos os países dominados. É a consciência de que a conquista do socialismo é inseparável do combate decidido por uma pátria livre e independente. Por isso, proclamamos que na situação atual o internacionalismo proletário é também a defesa da soberania nacional de todos os países subordinados pela hegemonia imperialista.

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a unidade dos povos na luta contra o imperialismo norte-americano!

Viva o 9º Congresso do PCdoB!

Finanças, uma necessidade para o crescimento partidário

Ronald Freitas

Da experiência vivida, dadas as exigências que a atual realidade nos impõe, é necessário nos debruçarmos sobre o “problema de finanças”, a partir de um redimensionamento de sua importância política e de um tratamento profissional na sua execução, seja na sua captação, seja no seu gasto.

A atividade de finanças deve ser vista como uma importante tarefa política, não pode ser tratada como mero apêndice da atividade geral do Partido, mas sim como um elemento que garanta a execução das propostas políticas derivadas de nossos objetivos e de nossa atuação. Ela deve estar em pé de igualdade com as várias frentes de atuação partidária, e merecer, por parte das direções, tratamento compatível a isso. Tem também essa atividade uma dimensão ideológica e organizativa que não pode ser menosprezada. Por exemplo, é fato que, por um lado, o militante que contribui de forma organizada e constante com o Partido dá uma demonstração de adesão e integração na vida partidária que o destaca. Por outro lado, nas instâncias partidárias, em que o mecanismo de contribuição dos militantes existe de forma regular, no geral funcionam mais ativamente e conseguem desenvolver o trabalho político com maior capacidade de iniciativa e mais criatividade.

Um outro aspecto que uma nova política de finanças deve refletir é a profissionalização adequada na sua implementação. Ainda existe entre nós uma atividade bastante amadora nessa frente. Raramente se trabalha com previsões orçamentárias. Ao se planejar uma campanha ou um evento, a última coisa a se tratar, quando se trata, são os custos. Via de regra, eles só surgem na hora do “pagamento da fatura” – o que, não raro, causa dificuldades para o seu pagamento.

No tocante aos controles contábeis, nos limitamos, às vezes e com dificuldades, a cumprir as exigências legais, e sem compreender suficientemente que um eficaz controle contábil é de decisiva importância não só para cumprir as exigências legais, mas também para permitir um eficaz controle de toda a atividade partidária.

Na captação e na busca de recursos junto a militantes e amigos, pouco nos preocupamos em desenvolver um trabalho metódico, com rigor científico, que nos permita conhecer o seu perfil e explorar o seu potencial de contribuição. Nem sempre colocamos à disposição do militante mecanismos adequados e eficazes que facilitem a sua contribuição.

Tudo isso exige uma atuação moderna e de nível profissional nas atividades de captação e controle das finanças.

Politizar e profissionalizar a tarefa de finanças é um dos nossos de-



safios para superarmos um dos entraves existentes no crescimento e na modernização partidária.

Criar um Sistema de Finanças

Torna-se necessário e urgente criarmos um sistema de finanças que abranja *Fontes de Captação, Orçamento, Controle*.

As *Fontes de Captação* são atualmente restritas e limitadas e – com exceção das advindas de mandatos parlamentares, e algumas contribuições militantes constantes – são dispersas, irregulares e esparsas. É necessário urgentemente superar essa situação. Devemos planejar essa atividade de forma que se crie um complexo de *Fontes de Captação*, para obter como resultado uma situação de finanças com uma base estável e crescente. Destacaríamos algumas formas:

Finanças Partidárias

A contribuição do militante é uma forma clássica, básica e estatutária. Embora hoje esteja relegada a um segundo plano, é uma fonte de recursos importante que não pode ser desprezada, além de ser um dos destacados indicadores do grau de adesão partidária por parte da militância. O atual envio de carnês de contribuição, dentro da campanha de Estímulo à Contribuição do Militante, procura propiciar um meio prático e eficaz de captação e deve receber todo apoio e estímulo do coletivo partidário em todos os níveis.

A contribuição dos parlamentares é uma fonte que já coopera expressivamente, mas cremos, poderá ser potenciada.

Finanças de Massas

As Campanhas são momentos de busca concentrada de recursos para a realização de certo objetivo. Temos a experiência de realizá-las. Exemplos não nos faltam, como as campanhas de assinaturas de órgãos da imprensa partidária etc. Creio, entretanto, que temos de revitalizar as campanhas no Partido, no geral timidamente divulgadas e algumas até jocosamente encaradas. Além do conteúdo de captação de recursos, as campanhas têm o potencial de despertar forças coletivas e estimular a militância, que nem sempre percebemos. A experiência da “Raspadinha do 9º Congresso” é um exemplo vivo disso. Ao lado da grande repercussão política e da divulgação na mídia, e de ter-se revelado de fácil vendagem, muitas (raspadinhas) ficaram enalhadas em virtude de atitudes conservadoras e/ou burocráticas diante da campanha.

A Rede de Contribuinte é outra forma tradicional, em certo esquecimento. Na nossa história e na nossa experiência, sempre trabalhamos com amigos do Partido que contribuía regularmente. E necessário

voltar a esta prática, listar os contribuintes em potencial, procurá-los, discutir com eles uma contribuição, e ver o mecanismo mais adequado para que a contribuição se efetive.

O Evento Artístico-Cultural é outra importante atividade que necessitamos desenvolver e promover. Ainda no período da *Tribuna Operária*, realizamos algumas festas, em alguns estados que se revestiram de êxito. A título de sugestão, creio que devemos iniciar a partir do próximo ano, a realização anual de um Evento Nacional, de caráter Político-Artístico-Cultural que, além de proporcionar a divulgação de nossas ideias, de ser um espaço de conagraçamento cultural das várias regiões do país, fosse destacadamente uma importante fonte de finanças. Eventos como esses fazem parte da tradição do movimento revolucionário em plano internacional, e seria um importante acontecimento político-cultural para o nosso Partido e, com o tempo, para o país.

Uma realização desse porte exige decisão e vontade política significativas, e uma certa capacidade financeira para um investimento inicial.

Finanças na Ação Política

A ampliação da influência do Partido tem-nos referenciado e credenciado junto a círculos políticos amplos como uma força política séria, íntegra e que defende com determinação os interesses nacionais. Fruto dessa atividade ampla muitos contatos se abrem e relações se estabelecem. É necessário sabermos buscar junto a esses setores, por meio de discussão em nível elevado, ajuda material para nos permitir desenvolver atividades políticas que se revertam em defesa de interesses comuns.

Orçamento: uma ferramenta necessária

Se captar bem é fundamental, gastar correta e adequadamente é indispensável. Aqui reside a importância imprescindível da previsão orçamentária. Não ter orçamento é trabalhar às cegas, é estar exposto a situações desagradáveis, programar a realização de algo e não dispor dos meios para tal.

Pelo planejamento prévio de atividades, com previsão orçamentária, podemos estabelecer uma correta aplicação dos recursos de que dispomos e maximizar sua utilização. A busca de uma ótima relação custo/benefício político fica muito difícil de ser atingida se não se discute previamente os custos das atividades, de modo que realmente sejam estabelecidas prioridades, e não se trabalhe com a realidade do fato consumado, do gasto feito, e após isso se descubra não ter sido o mais importante. Estabelecer a confecção de orçamentos que prevejam



despesas e garantam a execução de projetos é uma exigência da atualidade partidária em todos os níveis e todas as frentes.

Controle, uma exigência de transparência e eficiência

A realização de políticas de controle de gastos em todos os níveis é uma consequência lógica da atividade de finanças pautada pelo profissionalismo. Esta também é uma outra frente, na qual ainda engatinhamos. O nível de controle que exercemos está sintonizado com a captação que fazemos e com as previsões orçamentárias que realizamos. Precário!

É necessário adequarmos nossa atividade nessa área. Devemos padronizar os processos de avaliação contábil, prestações de contas, em todos os estados e no Comitê Central. Isso será um significativo avanço nas relações entre os diversos níveis partidários e contribuirá para serem lançadas as bases do estabelecimento das contribuições recíprocas entre os níveis.

O orçamento e controle são dois procedimentos que têm importante papel nas finanças e na modulação de um Partido de feições modernas.

No processo de elaboração e aprovação de um orçamento, criamos as condições para uma participação mais ampla nos processos decisórios pelos níveis de direção, estimulando o trabalho coletivo.

Por intermédio dos Processos de Controle, estabelecem-se mecanismos que garantem a transparência de gestão dos bens partidários, facultando uma real democratização na gestão do nosso patrimônio. Mecanismos de prestação de contas em todos os níveis, dos superiores aos subalternos e vice-versa, são a expressão concreta desse processo de controle.

Orçamento e controle na sua dimensão político-organizativa são elementos estimuladores a uma adesão maior e motivação da militância na vida partidária.

De tudo isso, podemos concluir que a implementação de uma nova mentalidade e prática na "Tarefa de Finanças" é tarefa das mais importantes que nos aguarda na atividade partidária. Dar à atividade de finanças a importância política que ela objetivamente tem e executá-la com nível de profissionalismo crescente, sintonizado com o tempo em que vivemos, é um desafio imposto pela realidade e temos acúmulo para superá-lo com êxito.

Intensificar a captação, planejar e orçar as necessidades, controlar a execução orçamentária são facetas do mesmo problema que exige de nós as necessárias medidas para o seu adequado enfrentamento.

Os desafios atuais da luta pelo socialismo

Aldo Rebelo

Os primórdios dos anos 1990 foram marcados pela mais colossal ofensiva ideológica e política do capital de que se tem notícia neste século. O malogro das tentativas de construção socialista no Leste Europeu, a queda do Muro de Berlim e a desarticulação da ex-poderosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram apresentados pelos epígonos do capital como o triunfo definitivo sobre o socialismo e o dobre de finados de qualquer utopia transformadora para a humanidade.

As cenas das estátuas dos líderes do socialismo arrancadas dos pedestais foram transmitidas via satélite para o mundo, carregadas de todo um simbolismo do fim de uma época, a da luta de classes, e do início de outra, a da eternidade do mercado, do lucro e da sociedade burguesa.

Um publicista mais afoito, Francis Fukuyama, funcionário do Pentágono norte-americano, chegou a prognosticar o fim da história, a partir do que não restaria outra alternativa senão a vida sob os valores e as instituições criadas e desenvolvidas pela sociedade capitalista.

Em meio ao toque de avançar da reação triunfante, o pânico e o desespero instalaram-se em largos setores das fileiras progressistas e anti-imperialistas. Sob o peso da ofensiva inimiga, houve quem capitulasse ou fizesse concessões inaceitáveis, agravando os efeitos devastadores da ação reacionária.

Mas houve também quem resistisse e transformasse esse gesto no primeiro sinal de confrontação da arrogância voluntarista dos senhores do universo. A luta pelo socialismo sofrera um pesado revés, é verdade, mas o triunfo conservador não seria definitivo nem irreversível.

Povos de respeitáveis tradições de luta, como o chinês, o vietnamita e o cubano, entre outros, continuaram depositando esperanças na preservação de suas conquistas sociais e de sua identidade nacional e cultural no sistema socialista. E pelo resto do mundo capitalista, inclusive na recém-convertida Rússia, partidos comunistas e outros que se reivindicavam socialistas, mantinham ou retomavam influência política e social crescente.

No calor da hora, em 1992, o Partido Comunista do Brasil realizou seu oitavo congresso e aprovou, entre outras resoluções, a estratégia socialista para a transformação da sociedade brasileira e a convocação de uma conferência extraordinária para a aprovação de Programa Socialista para o Brasil.

A estratégia socialista, além de responder a uma exigência objetiva do contraditório desenvolvimento do Brasil sob o regime capitalista,



teve significado educativo, ideológico e político, ao apontar o rumo da resistência à ofensiva avassaladora do capital. A conferência aprovou o Programa Socialista, norteador da nova estratégia revolucionária do PCdoB.

Do oitavo congresso, passando pela conferência, lá se vão cinco anos. Cuba, aqui perto de nós, China, Vietnã e Coreia do Norte, no Extremo-Oriente, entre outras nações, prosseguem seus esforços, com maiores ou menores dificuldades, na construção da nova sociedade socialista. Na Rússia, o partido comunista é, no momento, a corrente política isoladamente mais influente. E em numerosos países da Europa, da Ásia, da África e de nossa América Latina, partidos comunistas e operários resistem e ampliam suas fileiras e influência. Sim, o socialismo vive, levanta-se novamente e não foi riscado da cena histórica, como ambicionavam os corifeus do grande capital!

Enquanto isso, o projeto neoliberal e neocolonialista, abraçado pela maioria dos advogados do grande capital, vai evidenciando suas nefastas consequências sociais e nacionais. Por isso, defronta-se, na Europa, com as primeiras manifestações contrárias às ilusões que semeou e sofre as primeiras derrotas eleitorais. As promessas de um mundo mais próspero, mais livre e mais pacífico contrastam com o desemprego crescente e a multiplicação da marginalização social e da miséria. Em muitos países, o que se vê é a restrição de direitos sociais e democráticos em nome da governabilidade e da eficiência econômica. A tensão da guerra fria foi substituída por conflagrações movidas por ódios raciais, tribais e nacionais, não bastasse o ambiente de intimidação gerado pela presença dos Estados Unidos como suprema potência militar do planeta.

E quase evidente que, por um lado, se o mundo caminhou neste final de século para a exacerbação do domínio dos monopólios em escala nacional e internacional e se, ao mesmo tempo, se intensificaram os processos de socialização e internacionalização da vida econômica, política e cultural da humanidade, estes fenômenos aproximaram e amadureceram as condições objetivas para a substituição do sistema capitalista-imperialista pelo socialismo. Também parece óbvio, por outro lado, que as derrotas sofridas pelo socialismo tornaram mais difícil e complexa a realização dessa tarefa. Daí a necessidade de caminhos que aproximem a necessidade objetiva do socialismo de sua possibilidade política, real e concreta nos dias de hoje.

Golpear e enfraquecer a fúria neoliberal e neocolonialista da contraofensiva capitalista implica duas atitudes aparentemente contraditórias e paradoxais: a vigorosa defesa do socialismo e de seus princípios, combinada com uma ação política a mais ampla, capaz de reunir todas as forças aptas a opor mesmo a menor resistência à pressão do capital financeiro internacional e de seus aliados internos.

A exemplo do mundo, o Brasil amadureceu para o socialismo. Embora marcado pela dependência e desigualdade e por um relativo atraso tecnológico, o sistema capitalista desenvolveu-se plenamente no Brasil, e qualquer alteração duradoura de suas características só será alcançada na medida em que se inicie a construção de uma outra sociedade, ou seja, a socialista. É de todo correto, portanto, afirmar a atualidade da luta pelo socialismo no Brasil de nossos dias.

Tal conclusão, porém, não pode eludir o fato de que o Brasil não é um Estado imperialista. Ao contrário, está condicionado pela pressão exercida pelo imperialismo sobre a nação brasileira, principalmente pelo imperialismo norte-americano, cujo ato mais recente é a tentativa de imposição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) a nosso país e a seus parceiros e vizinhos do Mercosul e da América Latina. Vale lembrar ainda que aqui jamais se realizou uma reforma agrária que revogasse o poder econômico e a influência política e social do latifúndio. É fácil deduzir, apenas a partir destes fatos, que a estratégia de transição para o socialismo, longe de negar as tarefas anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias, exige que sejam realizadas plenamente. Por isso, são conseqüentemente defendidas apenas pela única força social, a classe operária, capaz de liderar e articular todas as classes e todos os segmentos interessados na defesa da independência nacional e na democratização social e política do país.

Erra quem pensa que derrubar o capitalismo como Josué derrubou as muralhas da bíblica Jericó: reunindo uma multidão de adeptos para gritar e sete sacerdotes para tocar trombetas até os muros desabarem. O capitalismo não será vencido apenas com discursos e folhetos, por mais importantes que sejam. É preciso pôr em movimento amplas forças sociais, permitir que os trabalhadores vivam suas experiências políticas, e para isso é indispensável formular objetivos parciais, estabelecer alianças estratégicas e táticas. Distanciados das lutas concretas do povo e de sua rica história de resistência, desde os tempos da colônia até os dias atuais, tudo o que podemos construir são castelos de areia, expostos à destruição pelo movimento recorrente das ondas conservadoras.

Cabe ressaltar que os momentos decisivos da evolução política do Brasil foram marcados, ao mesmo tempo, pela radicalização e ampliação das lutas, conformando frentes políticas envolvendo desde as correntes mais conseqüentes até blocos e dissidências conservadores, que cumpriram importante papel no desfecho dos acontecimentos. Assim foi a ruptura com o colonialismo português em 1822, a abolição do regime da escravidão, a proclamação e consolidação da República, a Revolução de 1930, até a recente derrota do ciclo de dominação militar em 1985. Será assim também no combate à contraofensiva neoliberal e neocolonialista.



A degradação da vida do povo, da soberania da nação e de suas instituições republicanas desafia as correntes progressistas a reunirem todos os que estejam dispostos a resistir e abrir caminho em meio ao cerco neoliberal e neocolonialista. Falando mais claro, o melhor serviço que se pode prestar ao capitalismo hoje é isolar as correntes de esquerda dos demais setores de centro-esquerda e de centro que tenham com a ofensiva neoliberal e neocolonialista algum grau de contradição. Ao contrário, quanto mais amplo e mais eficaz for o combate a essa ofensiva, mais próximo ficará o sonho socialista de um regime democrático da maioria, de um progresso econômico acelerado e de maior igualdade social.

As obras universais de Marx, Lênin e de outros pensadores do socialismo moderno constituem patrimônio insubstituível para a construção da nova sociedade socialista, inclusive no Brasil. Mas o socialismo brasileiro nascerá forjado no barro de nossa história e com a cara de nosso povo, integrará as particularidades de nossa formação econômica, política e cultural – particularidades, registre-se, perante o mundo, mas elementos essenciais para nós.

O que representa hoje o combate dos trabalhadores assalariados contra o desemprego e dos sem terra pela reforma agrária, senão a atualização das lutas sociais dos quilombos de Palmares, da Revolta dos Alfiates na Bahia, da rebelião camponesa de Canudos, ou das greves operárias de 1917? Como não associar as epopeias libertárias dos Cabanos, Farroupilhas, Balaios e Praieiros, entre outros, à luta atual pelos direitos democráticos frente à pressão autoritária e elitizante do neoliberalismo? A bravura dos inconfidentes, a guerra da independência na Bahia entre 1822 e 1823, que consolidou o rompimento com o império colonial português, não têm o mesmo sentido dos combates de hoje contra a privatização da Vale do Rio Doce e pela soberania nacional?

Lutar pelo socialismo, portanto, é estabelecer, desde já, vinculação profunda dos lutadores socialistas com o dia a dia dos trabalhadores da cidade e do campo, da juventude, das mulheres e da intelectualidade. Tem grande importância, neste aspecto, o trabalho junto aos sindicatos, às organizações estudantis, às associações de moradores, às entidades femininas e aos centros de cultura, nos quais deve prevalecer o espírito combativo e unitário.

A imensa maioria do povo brasileiro, quase abandonada por um Estado fragilizado e elitista, desprovida de vida social e política mesmo em um clube, sindicato ou partido, não encontra muitas vezes sequer um gesto de solidariedade ou uma palavra de alento para seu sofrimento e desesperança. Os comunistas devem dar exemplo de abnegados lutadores sociais, esforçando-se para organizar essa massa social e politicamente desarticulada, para agrupá-la em torno de suas entida-

des e reivindicações concretas por salários condignos, mais e melhores empregos, moradias saudáveis e serviços públicos na área da saúde, educação, segurança, saneamento e outras necessidades.

Lutar pelo socialismo é pugnar também pela independência nacional e pela preservação da herança cultural de nosso povo, ameaçadas pelo hegemonismo político e pelo exclusivismo cultural das grandes potências. Os comunistas são os patriotas mais consequentes. A eles cabe estimular a defesa da soberania nacional, a preservação dos valores nacionais, de seus símbolos e de sua cultura; compreender que só a classe operária e o povo estão imbuídos do mais puro patriotismo, até porque parcela substancial das classes dirigentes já associou seus negócios e valores ao cosmopolitismo globalizante. Mas é preciso compreender também que, além do povo simples, o sentimento nacionalista contagia setores importantes das camadas médias, das Forças Armadas, do pequeno e médio empresariado e dos religiosos. O patriotismo sadio, desprovido de qualquer sentimento de xenofobia ou de chauvinismo nacional, deve estar voltado principalmente para denunciar e combater a arrogância e a ingerência das grandes potências, principalmente do imperialismo norte-americano, o maior inimigo dos povos, particularmente da América Latina. Esta é a forma mais efetiva de internacionalismo e de solidariedade a todos quantos lutam no mundo por seus direitos nacionais e sociais.

Lutar pelo socialismo, enfim, não é esperar que ele brote por obra e graça do espontaneísmo econômico, ou da pregação teoricista de seitas de esquerda. Antes, é preciso acumular forças reais, aglutinar aliados, denunciar as contrarreformas neoliberais apresentadas pelo atual governo e lutar por reformas progressistas, que ampliem a democracia, reforcem a soberania nacional, limitem a força dos monopólios privados, com destaque para os estrangeiros, acelerem o crescimento da economia e a geração de empregos, redistribuam a riqueza e a cultura.

Empenhados nestas tarefas, agregando todos os setores sociais e políticos contrários à ofensiva neoliberal e neocolonialista, e por isso alcançando êxitos, é que o PCdoB e os demais partidos de esquerda poderão inverter a correlação atual de forças, garantir avanços e, mais adiante, colocar na ordem do dia as transformações socialistas.

A título de aviso aos navegantes, é lógico que tal caminho para o socialismo encontrará, além da oposição de direita, críticos entre socialdemocratas pretensamente de esquerda, perfeitamente identificáveis, e nos raros militantes trotskistas ainda em atividade. Mas aí, paciência: os primeiros sempre abandonam os pruridos esquerdizantes a qualquer perspectiva de poder, quando se convertem em disciplinados administradores do capitalismo; os segundos nunca encontraram, malgrado os esforços, qualquer via que conduzisse ao socialismo. Não seria demais acrescentar, no caso de ambos, a ausência de uma única



experiência histórica em que tenham liderado qualquer processo de transformação socialista.

Hoje, mais do que nunca, o Brasil precisa do socialismo para fazer frente à ameaça da barbárie representada pela ofensiva neoliberal e neocolonialista do capital financeiro. Da mesma forma, o socialismo precisa do Brasil, a pujança de sua civilização tropical e mestiça, para ajudá-lo a refazer sua trajetória revolucionária, restaurando a esperança da humanidade num mundo mais livre e mais justo. É preciso não esquecer que os povos do mundo inteiro se ajudam mutuamente e aprendem uns com os outros.

Nosso socialismo será universal, na medida em que universal é sua doutrina e gerais seus traços básicos. Mas percorrerá um caminho próprio e revestirá também características particulares, adequadas à nossa história e à nossa cultura. Terá as mesmas cores nacionais que embelezam o vasto e heroico painel de lutas sociais, democráticas e patrióticas de nosso povo. Somente assim, vermelho mas também verde e amarelo, o socialismo vingará e florescerá no solo brasileiro.

A realidade da mulher e o PCdoB

Liège Rocha

Mudanças significativas ocorreram na vida da metade feminina do planeta nas últimas décadas. Neste último período, a ONU realizou quatro Conferências Mundiais Sobre a Mulher que possibilitaram um amplo debate. Hoje, a mulher deixa de ser vista apenas como mãe, passando a ser compreendida como cidadã integrada no processo de desenvolvimento econômico. Nos Fóruns paralelos das ONGs (organizações não governamentais), ocorridos durante essas Conferências, cresce a participação das mulheres, ganhando uma inquestionável visibilidade a questão da mulher. No entanto, os índices sobre a condição feminina continuam alarmantes. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997, publicado pelas Nações Unidas, “nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto trata seus homens.”. Desde que o mundo é mundo a esperança de vida das mulheres é superior à dos homens, mas nem por isso podemos dizer que elas vivem melhor.

No Brasil, as mulheres são consideradas “minorias” apesar de serem 51% da população. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é considerada uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas desde os anos 1970, fazendo com que o mundo do trabalho, considerado um espaço masculino, adquira uma nova aparência e passe a ouvir as reivindicações das mulheres. Chegamos ao mercado de trabalho impulsionadas, num primeiro momento, pela necessidade de complementar a renda familiar, tendo em vista a crescente deterioração do salário real dos trabalhadores. Outros fatores contribuíram para uma presença maior das brasileiras na esfera da produção, como o aumento da escolaridade, a atuação do movimento feminista que com sua luta conquistou direitos e espaços na vida pública e a queda da taxa de fecundidade, que hoje é de 2,3 filhos por mulher – o que significa uma considerável diminuição em relação a 1980, em que a taxa era de 4,5 filhos por mulher. Por conta disso, o país vem apresentando queda no crescimento populacional.

A maior concentração do trabalho feminino está no setor terciário, principalmente na área de serviços. Persistem as diferenças salariais entre os sexos. Em 1980 o salário feminino correspondia a apenas 50% do salário pago aos homens. Apesar de alguns avanços, no Brasil de hoje, as mulheres detêm apenas 29% da renda nacional e chefiam 1/4 (um quarto) das famílias brasileiras.

Neste contexto, ressaltamos um fenômeno que vem crescendo no mundo e em nosso país: a “feminização da pobreza”, isto é o aumen-



to da presença feminina entre os mais pobres, destacando-se, no mais agravante nível de pobreza, as mulheres negras.

Nesse quadro de mudanças mantém-se a segregação ocupacional.

As mulheres continuam predominando nas categorias ditas “femininas”, ou seja, as domésticas, lavradoras, costureiras, operárias, professoras etc. e com salários mais baixos. Concentram-se nos cargos menos valorizados, não galgando postos de chefia e de poder. A discriminação de gênero e raça, na admissão, promoção e remuneração, perpetua essa situação assim como o estado civil e a presença de filhos pequenos. Interferem ainda na vida da trabalhadora a sobrecarga dos trabalhos domésticos, a quase inexistência de equipamentos públicos, a falta de políticas sociais sob a ótica de gênero que minimizem a dupla jornada de trabalho. Apesar de tudo, as mulheres já buscam diversificar seu campo de ação.

Nossa participação política vem se ampliando nas últimas décadas.

Nos anos 1930 as mulheres representavam apenas 1% do parlamento. Hoje, no Senado Federal dos 81 senadores, seis são mulheres e na Câmara dos Deputados, são 34 deputadas para 513 deputados. Ainda temos um longo caminho a percorrer, continuamos aspirando a um mundo de igualdade entre homens e mulheres e com esta perspectiva lançamos mão das políticas afirmativas como é o caso das cotas. A Lei n. 9.100/1995 garantiu 20% de mulheres nas chapas proporcionais dos partidos políticos. Na última eleição o saldo foi positivo. Houve um aumento de 8% para 11,7% no número de vereadoras no país, tendo o Nordeste o maior crescimento. Também nas entidades essa tendência está se firmando. A CUT, por exemplo, vem garantindo a participação de no mínimo 30% de mulheres nos cargos de direção da entidade.

O neoliberalismo trouxe ventos desfavoráveis às nossas conquistas. Sucateou as redes de creches, as Delegacias de Defesa da Mulher passam por momentos difíceis e é visível o esvaziamento dos Conselhos da Condição Feminina. Os nossos direitos sociais estão ameaçados, querem fazer com que os 120 dias de licença maternidade não contem como tempo para a aposentadoria. A violência contra a mulher está presente no nosso cotidiano, nos lares, nas ruas e no ambiente de trabalho, com o assédio sexual.

Também a nossa saúde não conseguiu ser integralmente assumida pelos poderes públicos. O Ministério da Saúde estima o alarmante número de 270 mortes maternas para 100 mil nascidos vivos, índices semelhantes aos do Haiti e Bolívia. Em São Paulo, a AIDS já é a principal causa de morte de mulheres entre 15 e 49 anos. A regulamentação do aborto previsto por lei, nos casos de estupro e risco de vida às mulheres, ganha espaço na mídia e se transforma em tema de debate nacional, levando a sociedade a rever velhos tabus. O saldo deste debate apresenta números positivos: a esmagadora maioria dos católicos, 86%,

é favorável à regulamentação do aborto previsto em lei. Apesar disso, a Igreja faz campanha contra e usa argumentos pretensamente em defesa da vida, interferindo em questões do foro íntimo das mulheres.

É importante também, camaradas, destacar a participação das mulheres nas lutas sociais ao longo da nossa história. O direito do voto, alcançado em 1932, foi uma conquista do movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. A presença feminina no Araguaia foi marcante. Para a mulher do campo é mais difícil ter seus direitos garantidos, mas nem por isso deixam de dar exemplos de luta. Margarida Alves, presidente do Sindicato de Alagoa Grande (PB), foi assassinada por não admitir a injustiça. Hoje, no cenário nacional temos Diolinda, líder do Movimento dos Sem Terra, incansável na defesa da Reforma Agrária.

Sem sombras de dúvida, o movimento de mulheres e as feministas no Brasil tomou maior impulso depois dos anos 1970, ressurgindo no processo da luta democrática e de resistência ao regime militar. No Brasil, o movimento é heterogêneo e multifacético, passando pelas organizações não governamentais, entidades de mulheres, comissões de mulheres das centrais sindicais e sindicatos, sem falar nas comissões e secretarias dos partidos políticos. Articula-se nacional e internacionalmente por meio de redes temáticas, fóruns e encontros feministas, com pautas próprias e diversificadas. Na atual conjuntura, esse movimento tem a sua rebeldia arrefecida por motivos diversos que vão desde a aplicação do projeto neoliberal que tenta anular as conquistas das mulheres e procura despolitizar o movimento até a chamada institucionalização do movimento por intermédio das ONGs e das pautas definidas por agências internacionais que apostam em seu esvaziamento.

A União Brasileira de Mulheres (UBM), parte integrante deste movimento, surge em 1988, num momento de ascenso e no processo mobilizador da Constituinte, tendo como objetivo “organizar e unificar a luta das mulheres contra a discriminação e marginalização, na perspectiva de sua emancipação”. Seu Manifesto-Programa diz que “não acreditamos na igualdade entre os sexos nos limites das desigualdades sociais”. Nestes quase 10 anos de atuação, a UBM fez ajustes na organização, adequando-se às novas exigências e à sua capacidade de intervenção. No bojo do ascenso do movimento social, no qual os ventos eram favoráveis, várias entidades filiadas à UBM foram criadas no Brasil. Com o aprofundamento da crise do capitalismo e o surgimento da crise do socialismo, assistimos a uma certa intimidação dos movimentos social e feminista. Isso teve reflexo também na UBM, que viveu momentos de esvaziamento e desmantelamento das entidades locais. Diante da nova realidade, passamos a assumir mais claramente a feição de corrente de opinião, transformando a UBM em entidade coordenadora das emancipacionistas, uma espécie de “núcleo irradiador, que articula e apoia a corrente junto aos diversos espaços organizados de



mulheres em luta.”. É necessário, portanto, que os comunistas, homens e mulheres, atuantes nos diversos movimentos, divulguem as ideias da corrente emancipacionista, incorporando a luta em defesa dos direitos das mulheres, manifestando-se contra a opressão de gênero e por um mundo de igualdade. Se por um lado a UBM coordena e articula a corrente emancipacionista, a Revista *Presença da Mulher*, por outro, é instrumento fundamental no debate das ideias, divulgando a nossa concepção no seio de um movimento que é rico e bastante diverso na produção teórica.

A UBM conquistou visibilidade e respeitabilidade no movimento feminista nacional, mas o enraizamento da corrente emancipacionista ainda é débil, são poucas as companheiras que assumem a questão da mulher e estão envolvidas diretamente com este trabalho. No entanto, vale ressaltar a experiência interessante desenvolvida por companheiras sindicalistas que levaram a corrente emancipacionista para o espaço do sindicato, discutindo a questão de gênero nos Departamentos femininos, desenvolvendo atividades próprias. Isto aconteceu em Salvador (Bahia) e no Rio de Janeiro.

Camaradas, o movimento comunista internacional sempre se debruçou sobre a questão feminina. Marx, Engels, Lênin e Clara Zetkin dedicaram parte de seus escritos à opressão de gênero. Bebel afirmava que a “solução da questão feminina está vinculada à solução da questão social” e que a libertação da humanidade está intrinsecamente vinculada à independência social e à igualdade entre os sexos.

A concepção emancipacionista, portanto, não se prende apenas à luta pela conquista da igualdade de direitos políticos e sociais entre homens e mulheres, mas também está ligada à luta revolucionária procurando eliminar a exploração do homem pelo homem e também a opressão de Gênero. Sabemos que, ao romper a exploração de classe, a superação da opressão de gênero não se dá num passe de mágica. É necessário que se proceda a mudanças radicais na esfera socioeconômica, na família e nas ideias atrasadas em relação à mulher no campo cultural. Defendemos, portanto, “a igualdade social da mulher e do homem perante a lei e na vida prática; o reconhecimento da maternidade como função social; a entrega à sociedade do encargo de cuidar da educação das crianças e dos adolescentes; a luta civilizadora organizada contra a ideologia e as tradições que fazem da mulher uma escrava.”.

Na trajetória de luta do PCdoB a questão da mulher sempre esteve presente. No 4º Congresso, na intervenção sobre o trabalho feminino do Partido, já se colocava a necessidade deste trabalho não apenas como Organização de Base Feminina. O 7º Congresso definiu a questão da mulher como tarefa de todo o Partido. E o nosso Programa Socialista diz que será garantido às mulheres a igualdade de gênero. Mas ainda existe uma grande distância entre o que afirmamos no papel e o que

praticamos. Persiste a incompreensão do papel estratégico da luta das mulheres em todos os níveis das fileiras partidárias e há pouca assimilação do que significa a opressão de gênero, inclusive entre as comunistas que não incorporam o que é ser mulher, oprimida e discriminada, não assumindo a luta emancipacionista. Discutimos pouco sobre a luta emancipacionista e a necessária organização das mulheres.

É fundamental dar consequência prática à nossa concepção, ampliando o debate no plano ideológico e incorporando a questão de gênero no Partido, seja nos seminários, cursos e atividades, seja modificando as relações de gênero no seio dos comunistas. É necessário também desencadear um processo de formação das comunistas, incentivando sua participação nas instâncias de decisão.

Na atual conjuntura histórica, na qual persistem as desigualdades e a opressão de gênero, faz-se necessário uma ação eficaz das comunistas no combate ao neoliberalismo, lutando lado a lado com a classe operária, o movimento dos trabalhadores e popular, empunhando as ferramentas que abrirão caminhos para, juntos, rompermos com as desigualdades e a opressão de gênero, contribuindo para o fortalecimento da luta das mulheres e do povo brasileiro na construção de uma nova sociedade – a sociedade socialista.



Balanço

Alcançou grande êxito o 9º Congresso

Renato Rabelo

Desde as Assembleias de Base até a realização desta magna plenária do nosso 9º Congresso – o maior da história do Partido –, o coletivo partidário pôde debater e apresentar emendas ao *Projeto de Resolução Política* durante quatro fases do procedimento congressual. Em torno de 20 mil militantes participaram diretamente das reuniões de base. Foram realizadas 774 Conferências Municipais e o *Projeto de Resolução* foi aprovado pela ampla maioria das 26 Conferências Estaduais realizadas.

Além disso, realizaram-se, em 15 estados, reuniões de quadros e seminários abertos à participação de amigos do Partido, que destacaram temas fundamentais do *Projeto de Resolução*. A *Tribuna de Debates* – tradicional instrumento de nosso debate interno – circulou durante três meses, em seis edições, contando com a inserção de mais de cem artigos de militantes e dirigentes. Essa atividade partidária contribuiu para o aprofundamento da democracia interna, incitou a participação coletiva na elaboração dos documentos inicialmente apresentados pelo Comitê Central e propiciou o êxito do 9º Congresso.

Ao mesmo tempo, o Partido manteve a sua atividade permanente no curso do movimento político, influenciando para a edificação do importante empreendimento da unidade das esquerdas e tomando parte nas ações de massas em curso.

Coletivo partidário mais preparado

A par da elevada unidade alcançada em torno dos temas fundamentais do *Projeto de Resolução Política*, é compreensível que surgissem opiniões diferenciadas, dúvidas e posições equivocadas que foram sendo respondidas e em muitos casos elucidadas. Imprecisões ou falhas no texto inicial do *Projeto de Resolução* foram em grande parte resolvidas. Podemos afirmar que resultou do debate um coletivo mais preparado para compreender o caráter das contradições do sistema capitalista atual, suas tendências e contratendências. Este movimento, em última análise, resulta em crises mais profundas para as quais a economia política burguesa conta com decrescentes meios de prevenção e solução. Diante desta realidade contraditória que expressa com maior nitidez a crise sistêmica do capitalismo, e tendo presente nossa perspectiva histórica, os comunistas brasileiros neste 9º Congresso estão mais convencidos da necessidade do socialismo como única saída para os difíceis e tormentosos problemas que vive a humanidade.

Entretanto, não passa por nossa consideração a previsão de um colapso automático do capitalismo ou de um esfacelamento iminente do seu predomínio de poder no mundo. As inarredáveis contradições do modo



capitalista em seu conjunto vão fomentando a elevação da consciência dos trabalhadores e dos povos, fazendo brotar e amadurecer renovadas vanguardas de combate. Apesar da existência de um quadro mundial e nacional ainda desfavorável às forças revolucionárias, se alastra a luta de resistência da maioria explorada e excluída, afirmando e abrindo caminho para uma nova etapa transformadora da sociedade capitalista.

O neoliberalismo e o seu principal favorecido

A *Resolução Política* tem no centro do diagnóstico da realidade mundial e brasileira a precisa denúncia das políticas neoliberais. Estas constituem flagrante ameaça à democracia, aos direitos dos trabalhadores e dos povos e à soberania nacional da grande maioria dos países, conformando um período histórico de regressão de todas as conquistas democráticas sociais e culturais da civilização.

A evolução da discussão e as contribuições daí decorrentes foram situando de maneira mais completa o papel do imperialismo norte-americano no contexto da ação neoliberal. Os Estados Unidos são precursores e principais beneficiários da política de flutuação da moeda (1973), da liberalização e da desregulamentação financeira e cambial, situação de base engendrada pela orientação neoliberal. A política monetária estadunidense passou a ser em última instância a reguladora do mercado financeiro mundial instável e descontrolado, liquidando a possibilidade de uma política econômica e financeira autônoma para a maioria dos países do mundo. A moeda norte-americana continua sendo a unidade de conta dos mercados do mundo inteiro. A chamada globalização financeira revelou-se um expediente dessa grande potência imperialista. Um meio necessário à recomposição da sua declinante hegemonia, possibilitando manter e aumentar sua subjugação aos países hegemonzados e buscar seu fortalecimento no jogo da disputa interimperialista com os outros centros do capitalismo mundial atual, Alemanha/Europa e o Japão.

Os Estados Unidos, aprofundando sua estratégia hegemônica, procuram fechar o cerco completo na América do Sul e no Caribe, realizando verdadeira manobra de crescente dominação dos países dessas regiões. O seu projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) tem como finalidade aplicar seus planos de subjugação e de controle mais aperfeiçoado de todos os países das Américas, não deixando prosperar, até mesmo, a limitada experiência do Mercosul (mercado sub-regional que congrega o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), porque este não se enquadra inteiramente aos seus propósitos hegemônicos. Toda essa situação, produto de uma ordem mundial imperialista ainda unipolar, tem implicações diretas na definição do núcleo do nosso alvo estratégico e tático. O imperialismo estadunidense apresenta-se, assim, como o principal inimigo dos povos do mundo, sobretudo dos povos latino-americanos.

Estágio atual da construção da frente única

O *Projeto de Resolução* tem no centro da sua tarefa política a formação de uma ampla frente única capaz de derrotar o neoliberalismo e as classes dominantes a ele associadas e subordinadas. Não podemos encarar a tarefa da construção dessa frente única do ponto de vista imediatista ou simplesmente conjuntural. A frente proposta tem alcance estratégico, seu sentido anticapitalista-imperialista se dirige principalmente contra a oligarquia financeira monopolista. A sua construção é uma tarefa permanente.

Não se trata, portanto, de uma etapa estratégica distinta ou anterior à estabelecida por nosso objetivo programático. A conquista do socialismo – conforme o caminho esboçado pelo Programa – é inseparável do embate constante pela democracia, independência nacional e justiça social. E, numa observação mais profunda, o objetivo estratégico programático é a transição preliminar ao socialismo. Não se tratando, ainda, de um período inteiramente anticapitalista. A transição se caracteriza pela coexistência de componentes socialistas, predominantes, juntamente com os componentes capitalistas, subordinados, definidos por um plano estabelecido pelo novo poder, de caráter popular.

Contudo, para definir neste momento o justo estágio de construção da frente, é preciso considerar com minúcia e sagacidade, tendo em vista a marcha da evolução histórica, o nível da batalha em andamento. Impõe-se muitas vezes, como resultado da correlação de forças, considerar estágios intermediários ou estabelecer determinados compromissos, que não são criados pelos comunistas. Através desses seguimentos e procedimentos pode-se abordar o objetivo fundamental. Esse é um ensinamento elementar da experiência universal da luta revolucionária, já tratada fartamente desde Marx e Engels.

O Partido não pode permanecer indiferente às alternativas, mesmo que intermediárias ou transitórias, que possam reconduzir a tendência democratizadora e progressista em nosso país, criando condições para a aproximação do objetivo programático. Por isso, trata-se de situar agora, tendo presentes a realidade mundial e as particularidades da situação brasileira, qual o estágio de construção da frente antineoliberal. Em resposta a esta questão, a *Resolução Política* articula quatro componentes constitutivos da formação da frente no período atual: unificação das esquerdas, como núcleo da frente; sustentação na maioria da população e na ação política das massas, como base da frente; ampliação além da esquerda com diferentes forças políticas e sociais contrárias ao neoliberalismo, como dimensão da frente; construção de uma plataforma comum alternativa, antineoliberal, como eixo programático da frente.

Nas condições históricas e políticas que acabaram prevalecendo em nosso país, a esquerda está composta de vários partidos e grupos, expressando as mais diversas tendências político-ideológicas. O PCdoB,



apesar do seu fortalecimento e da crescente influência na vida política do país, não se constitui no partido majoritário ou hegemônico da esquerda. Mesmo porque, diante da tarefa de construção da vanguarda proletária em nosso país, pode-se contar com forças conseqüentes e avançadas ainda organizadas fora do Partido.

Do ponto de vista político, as forças de esquerda são escoadouros do descontentamento popular e galvanizadoras da tendência crítica ao modelo implantado que se vai formando na sociedade. As correntes de esquerda se batem contra o neoliberalismo e sua expressão maior no Brasil – o governo de FHC e a coalizão que o sustenta. Nessa situação, a união da esquerda pode se tornar um importante centro de resistência, o que se reveste de grande importância para os comunistas, tendo em vista barrar a escalada neoliberal e criar as condições para superá-la, por meio de um projeto avançado de base popular. Por isso, o PCdoB tem se colocado como a força mais conseqüente na edificação dessa unidade. Outrossim, essa é a forma política que pode aproximar as forças mais conseqüentes e que, somada à atividade ideológica de reforçar a identidade revolucionária do Partido, permite forjar as condições para o crescimento da influência comunista.

A frente que propomos na atualidade tem sua base social na maioria da nação: operários, trabalhadores, massas populares, setores médios da população, camadas de excluídos, empresários arruinados ou perdedores com a reestruturação neoliberal. Porém, a maioria dessa base é ainda uma grande força potencial, inorgânica, sem exercer resistência efetiva, submetida à influência da onda conservadora e obscurantista. Tendo em conta modificar esse quadro, a atenção e o esforço do Partido e das forças de esquerda devem se voltar para estender a resistência à maioria da população, a partir das camadas e dos setores organizados e em luta. Daí por que as greves, os protestos de rua dos trabalhadores e dos estudantes, as mobilizações dos sem terra e dos excluídos, as manifestações de setores da sociedade civil em oposição à política do governo de FHC, além de se constituírem em ameaça ao neoliberalismo, tornam-se catalisadores e propagadores da luta para todo o povo.

Somente desse modo pode-se forjar um crescente movimento político de massas – desafio principal a ser alcançado. Essa é a maneira das massas percorrerem sua própria experiência, condição essencial para o crescimento da resistência e do fortalecimento da base de sustentação da frente.

No atual estágio de construção da frente, a necessidade de sua ampliação com forças políticas que vão além dos marcos da esquerda advém de uma realidade objetiva em que sobressaem uma conjuntura crucial ainda desfavorável para o movimento revolucionário, uma correlação de forças desigual para as correntes populares e atuação de uma política dominante em ofensiva no Brasil. Em conseqüência disso,

aproveitando-se do seu poder dentro e fora do país, Fernando Henrique Cardoso e o núcleo que o sustenta procuram investir pesadamente na aglutinação dos círculos dominantes e atrair todas as forças possíveis de serem ganhas por eles, reforçando ao máximo o polo neoliberal para a importante batalha eleitoral de 1998.

Por outro lado, a política antinacional, antidemocrática e antidesenvolvimentista, produto da reestruturação neoliberal em curso, tem provocado dissensões e estilhaços em importantes setores médios e em setores antes dominantes da sociedade. Do ponto de vista abstrato ou de seitas, essas contradições são desprezíveis. Mas aos partidos identificados com os anseios das massas compete serem mais sagazes ainda na junção de suas forças, visando à derrota da coalizão neoliberal. Para isso, tais contradições têm extraordinária importância. Busca-se dessa forma conquistar aliados que tenham influência de massa, ampliando a base social da frente, mesmo que esses aliados, não é demais repetir, sejam temporários, vacilantes, condicionais.

As forças conseqüentes, realmente comprometidas com os trabalhadores e o povo, não podem se furtar ao desafio de barrar e derrotar concretamente a continuidade de um projeto de retrocesso para o país e o povo. Para tanto, na conjuntura atual, torna-se imprescindível desenvolver grandes esforços para isolar o inimigo, estendendo as forças da frente antineoliberal fora do campo da esquerda.

No período atual de edificação da frente antineoliberal, a relação entre a resistência e a construção do projeto alternativo se aproxima. A alternativa proposta pelo PCdoB está contida no seu Programa de transição ao socialismo. Na fase atual, em função das condições da batalha de hoje – reunir o máximo de forças para barrar a continuidade neoliberal –, a explicitação de uma plataforma imediata não pode refletir ainda todas as exigências fundamentais do programa partidário. Porém, se o gume principal dessa plataforma está voltado contra o neoliberalismo e as forças dominantes a ele associadas, estamos perfeitamente no rumo programático, e este é o meio que possibilita reunir as condições de aproximação com o objetivo maior.

Em torno do governo de FHC se concentraram os grupos dominantes nacionais e internacionais mais retrógrados e mais nocivos à independência nacional e ao avanço popular. Portanto, derrotar a coligação de forças que sustenta este governo, mesmo que isto não signifique ainda a conquista da hegemonia operário-popular, é muitas vezes mais vantajoso para o avanço das forças mais conseqüentes do que a vitória da continuação neoliberal e o jugo pesado por mais tempo do nepotismo político dessas forças regressivas. Não existe linha reta ou passos predeterminados segundo nossos nobres desejos no processo da luta transformadora. A luta de classes se manifesta de várias maneiras em distintos períodos. Nem sempre ela se traduz, sobretudo em paí-



ses como o Brasil, no embate direto entre a burguesia e o proletariado, como pretende a crença trotskista ou ultraesquerdista.

Cabe ao Partido na situação presente trabalhar por uma plataforma que tenha como centro a opinião das correntes mais avançadas na luta contra o neoliberalismo. Por isso, rejeitamos em grande parte a plataforma da denominada “Reunião do Chile”, na qual predominam as posições centristas, de conciliação com os paradigmas neoliberais. Lutamos, sim, pela definição de uma plataforma a um tempo ampla e consequente. Neste momento, o esforço que empreendem os quatro partidos de esquerda (PCdoB, PT, PDT, PSB) na elaboração de uma plataforma comum antineoliberal é a justa conduta a trilhar.

Em suma, devemos trabalhar para que a frente, no atual estágio de seu desenvolvimento, corresponda às tarefas a seguir: unir os partidos de esquerda, intensificar a luta política de massas, isolar ao máximo os blocos aliados a FHC, ampliando a aliança das forças patrióticas, democráticas e populares, orientada por uma plataforma antineoliberal.

Feição moderna da construção partidária

A Resolução do 9º Congresso teve no centro da questão do Partido destaque para uma formulação conceitual que motivou e despertou o coletivo para amplo debate: um partido de princípios e de feições modernas na sua construção para a luta por um socialismo renovado. Propõe-se inclusive, baseado nas indicações da Resolução, a realização de um amplo debate visando ao enriquecimento do nosso pensamento acerca das questões de partido, que não se prendem simplesmente à esfera organizativa.

Diante do impacto negativo das derrotas do socialismo sobre a luta dos povos, com consequente desorganização das fileiras comunistas, hoje os ensinamentos que se retiram no terreno histórico, teórico-ideológico e político se estendem também para o pensamento sobre o partido. Mais precisamente, a Resolução se bate por um partido assentado na concepção marxista-leninista – direção e orientação únicas, livre do ecletismo teórico, livre do pluralismo ideológico –, que deve ser construído modernamente, ou seja, um partido revolucionário, original, penetrante entre a classe operária e as massas populares de hoje e compreensível para a sociedade contemporânea.

Em consequência, é preciso dotar o Partido de um conjunto restaurador de respostas e soluções práticas. Atualizando assim a função e as formas de conquistar os contingentes que se antagonizam com a ideologia, a política e a cultura capitalistas, visando ao crescimento de uma nova luta pelos ideais comunistas. Nesse sentido, a discussão acerca do Partido concentrou-se na busca de novas respostas às questões da vinculação entre vanguarda e massas no contexto da luta atual, e da

relação entre quadros e militantes no conjunto do partido a ser construído no Brasil de hoje.

A história das lutas revolucionárias demonstra que apenas com a vanguarda é impossível triunfar. Torna-se imprescindível atrair as grandes massas para a luta pelo objetivo transformador, revolucionário, conforme as condições do embate político em cada situação. Mas, para alcançar esse intento, o Partido tem que ser capaz de definir uma política ampla e flexível, atualizando sua vinculação com as amplas massas e simultaneamente reforçando seus princípios revolucionários e sua identidade comunista. Em resumo, o grande desafio consiste em fortalecer a vanguarda e conquistar as massas.

Quanto ao Partido, em sua função e estrutura se reflete também uma relação semelhante à marcha da luta em geral. Ele se compõe por inteiro de quadros e militantes. Somente com os quadros é impossível o partido cumprir sua missão histórica. Por isso, é essencial, para prosperar o crescimento partidário, desenvolver em um só tempo contingentes de quadros preparados, coesos e disciplinados, atuando e convivendo em relação renovada e aperfeiçoada com crescente massa de militantes.

Levando-se em conta as tarefas atuais do Partido e as condições da legalidade – maior período já vivido pelo Partido nessa condição –, o debate do nosso 9º Congresso convergiu no destaque para as novas exigências que estão colocadas para os quadros e da necessidade de expandir e organizar a rede de militantes. A realidade reclama por quadros que tenham elevada compreensão política e firme convicção ideológica, mas, além disso, adquiram capacitações culturais e teóricas e certa experiência administrativa. Ao mesmo tempo, a militância deve se expandir, compreendendo parte significativa dos contingentes e pessoas atuantes e respeitadas das massas. Adotar, no liame entre o Partido e a militância, formas organizativas flexíveis, sem estereótipos, ajustadas às exigências da vida das massas.

Por fim, esta grande plenária que coroou a realização do 9º Congresso dispõe da presença inédita de elevado e diversificado número de destacados quadros e conta, também, com o maior agrupamento de militantes já havido na história dos congressos do Partido. Esta é uma demonstração inequívoca de que o PCdoB atinge um novo e mais avançado patamar na sua construção partidária, encontrando-se diante de novas e mais complexas exigências a responder. Estamos convencidos de que a Resolução do 9º Congresso eleva as históricas decisões do 8º Congresso a um estágio superior, descortinando novos horizontes políticos para a luta democrática e popular em andamento.

A Resolução desenvolve o caminho de como abordar os objetivos da fase de transição ao socialismo e prepara, do ponto de vista teórico e político, o coletivo para compreender em nível mais elevado que o Partido Comunista é a força decisiva da revolução e da construção do socialismo.



Intervenções Especiais

Partido Comunista de Cuba

Do mesmo modo que na 8ª Conferência do Partido Comunista do Brasil, realizada em 1995, iniciamos a nossa intervenção convencidos, mais do que nunca, da justeza do humanismo e da vigência do socialismo.

Saudamos o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, convictos de que prevalecerão a reflexão e a análise da realidade concreta, tanto internacional quanto nacional, baseadas nos princípios do marxismo-leninismo e na defesa do socialismo, como vem sendo feito sem vacilação desde sua fundação em 1922.

Estamos convencidos de que os militantes e a direção do PCdoB, com base nessa doutrina revolucionária, saberão encontrar as respostas corretas e adequadas às novas condições e aos desafios dos tempos atuais, como também se oporão ao avanço das concepções derrotistas e vacilantes que proliferam naqueles que não são capazes de demonstrar, por meio de seu exemplo e ação transformadora, que a história não acabou, nem as ideias, e nem tampouco chegou ao fim a necessidade do socialismo para as imensas massas exploradas e marginalizadas do planeta, mas, pelo contrário, adquirem renovadas forças.

Entusiasmados com a catástrofe do socialismo na Europa, os teóricos do imperialismo decretaram, de uma forma tão pomposa quanto ridícula, o fim da história, a globalização da injustiça e a neoliberalização da miséria, como se os povos pudessem se resignar à desigualdade, à fome e à morte. Como se a humanidade pudesse perder a capacidade de sonhar e lutar.

Não serão essas derrotas que deterão o curso da história; tampouco poderão deter o anseio dos povos pelo progresso da humanidade. O Partido Comunista de Cuba saúda este histórico 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, precisamente como um exemplo instrutivo da continuação da história e das lutas dos trabalhadores e dos humildes. O Partido Comunista de Cuba faz votos pelo fortalecimento do Partido Comunista do Brasil e pelos êxitos que decorrerão deste Congresso. O Partido Comunista de Cuba reafirma, perante os comunistas brasileiros, a sua solidariedade mais militante, sua ineludível posição de princípios, sua inegável decisão de resistir ao cerco imperialista, sua vocação internacionalista e seu apego ao Socialismo.

Nós, os comunistas cubanos, que recém-concluímos nosso V Congresso do Partido, ratificamos unanimemente como nosso Primeiro Secretário ao Comandante-Chefe, o companheiro Fidel Castro.

Durante três dias passamos em revista o processo de requinte do nosso socialismo, as medidas necessárias para continuar desenvolvendo a economia do país e o trabalho para fortalecer ainda mais a indestrutível unidade do povo e do Partido.



Sem medo de errar, podemos qualificar o V Congresso do Partido como uma reunião histórica. Enquanto os agourentos do capitalismo, que não são poucos, inventavam a derrota da Revolução cubana e tantos outros expediam seu atestado de óbito, o povo cubano e o seu Partido acabam de celebrar o V Congresso concentrados em reverter a difícil situação econômica, e enfrentar a hostilidade, as ações terroristas e a brutal guerra econômica dos Estados Unidos contra o nosso povo.

A resistência do nosso povo não é um fenômeno fortuito.

Submetida a um bloqueio criminal por parte dos Estados Unidos, Cuba iniciou um processo gradual, mas irreversível, de recuperação econômica, exibindo um discreto, porém sustentado, crescimento nos últimos quatro anos, que só não é maior devido ao desumano cerco econômico dessa potência que se autointitulou campeã dos direitos humanos. A história julgará como crime de lesa-humanidade o que os governantes norte-americanos vêm fazendo ao povo cubano por mais de trinta e cinco anos.

O nosso povo padeceu severas limitações de recursos. Faltam-nos alimentos, remédios, roupas, calçados, combustível e eletricidade. Têm faltado brinquedos ou guloseimas às nossas crianças, para uma simples festa de aniversário.

Ainda assim, nenhum cubano foi desprotegido socialmente e nenhum trabalhador abandonado à sua própria sorte. Nenhuma escola cubana fechou suas portas e nem tampouco um hospital ou asilo. Cuba disse não às receitas neoliberais. Cuba disse não ao capitalismo selvagem. Cuba disse não à traição aos interesses dos trabalhadores e do povo.

A capacidade de resistência do nosso povo se explica, então, por sua inflexível firmeza, pela justeza da Revolução, pela liderança de Fidel e pela política de princípios em que se baseia nosso sistema político. Em Cuba não existe alternativa para o capitalismo porque o povo não quer e nem está disposto a perder suas conquistas. Em Cuba não há possibilidade para o neoliberalismo porque os trabalhadores não estão dispostos a ver as privatizações arrasarem com a propriedade que têm sobre as fábricas e os meios de produção; porque os camponeses não querem o retorno do latifúndio, e as mulheres, as crianças e os idosos estão decididos a defender seus programas sociais, sua educação e saúde gratuitos, sua velhice amparada.

O V Congresso do nosso Partido fez também uma substancial contribuição à unidade e à coesão do povo. Seus documentos e debates, seus acordos e resoluções têm contribuído para fortalecer o consenso popular em torno dos esforços internos e das iniciativas que devemos conduzir para superar as dificuldades. Convocamos todo o nosso povo a participar ativamente na luta pela eficiência econômica e pelo melhor aproveitamento dos limitados recursos materiais e financeiros.

O Congresso dos comunistas e do povo cubano reafirmou o legítimo direito à irrevogável decisão de Cuba de resistir e continuar o seu próprio caminho de continuar construindo uma sociedade na qual não exista exploração do homem pelo homem; onde os valores de justiça social e solidariedade, mais do que desejo, sejam uma realidade; que nenhuma criança durma nas ruas ou seja obrigada a trabalhar pela sobrevivência, ou seja forçada a se prostituir, ou morra de doença curável, para vergonha dos adultos. O imperialismo ianque não nos perdoa por essa decisão, como não nos perdoa o fato de sermos uma nação independente, que fala com voz própria e não se deixa intimidar, nem comprar, nem equivocar-se.

Esse é o Partido Comunista de Cuba, cuja liderança à frente da nação cubana advém da sua unidade monolítica, da sua adesão aos princípios, do princípio e exemplo de seus militantes, da consagração de seus dirigentes à causa da Revolução e do povo, de seus estritos vínculos com as massas.

Neste momento, o nosso povo rende um belo e sentido tributo a um homem que é o paradigma dos cubanos, dos latino-americanos e do mundo. Milhões de compatriotas acompanharam o Comandante Ernesto Che Guevara e seus companheiros derrotados na Bolívia, durante os funerais ou no trajeto até o monumento na cidade de Santa Clara, onde os seus restos mortais descansarão definitivamente.

As homenagens que têm chegado brindando ao Che, de todas as partes do mundo, é a confirmação de que a história não chegou ao fim. Pelo contrário, segue sendo escrita pelos deserdados desta terra, do planalto boliviano, dos pampas argentinos, das favelas brasileiras, das selvas africanas, ou das grandes cidades dos países ricos, onde os trabalhadores continuam sendo explorados, os latinos, os negros e os índios discriminados.

Essa história segue sendo escrita em Cuba que, mesmo enfrentando o seu maior desafio, está empenhada em defender a dignidade, a justiça e a esperança.

Viva o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva as relações fraternais entre os Partidos Comunistas de Cuba e do Brasil!

Viva a amizade entre os povos de Cuba e do Brasil!

Até a vitória sempre!

Partido Comunista do Vietnã

Prezados companheiros da Presidência,
Prezados companheiros delegados do Congresso, Companheiros e amigos convidados nacionais e estrangeiros,

É com grande prazer que a delegação do PCV comparece ao 9º Con-



gresso do PCdoB. Em nome dos comunistas e do povo do Vietnã levamos aos delegados do Congresso e, através de vocês, a todos os comunistas e ao povo irmão brasileiro, nossas calorosas saudações. Também saudamos os convidados internacionais presentes e transmitimos nosso sentimento de amizade.

Durante os 75 anos transcorridos desde sua fundação, o PCdoB superou muitas provações e dificuldades, mantendo inabalada sua convicção nos nobres ideais do socialismo e do marxismo-leninismo, lutando pacientemente pela defesa dos interesses da classe operária e do povo trabalhador do Brasil.

Há mais de dois anos, na 8ª Conferência Nacional de seu Partido, pudemos observar um ambiente de trabalho sério e efervescente e as discussões dos delegados a respeito do projeto de programa para a construção socialista no Brasil. Tivemos o prazer de observar que, durante os últimos anos, o PCdoB realizou importantes avanços. O papel do Partido na vida política do Brasil e seu prestígio político entre as massas aumentam a cada dia.

Com fortes sentimentos, os comunistas e o povo do Vietnã apoiam sua justa causa e os felicitam pelos êxitos alcançados.

Este Congresso é um acontecimento importante na vida política do PCdoB. Estamos convencidos de que, à luz das suas resoluções, com o apoio dos partidos de esquerda e das forças democráticas e progressistas do país, o PCdoB alcançará inúmeras vitórias na sua gloriosa causa revolucionária.

Em junho de 1996 realizamos nosso 8º Congresso, no qual fizemos um balanço das experiências acumuladas durante dez anos de renovação e definimos o alinhamento e a orientação para o período até 2020.

Em setembro deste ano, a 1ª Plenária da 10ª Legislatura foi realizada com êxito, a Assembleia elegeu a nova direção do país, garantindo a continuidade da renovação do Partido, criando um ambiente de ânimo e unidade para toda a militância e para o povo.

Após 11 anos de renovação, realizamos importantes êxitos. Os progressos econômicos foram acompanhados pelo desenvolvimento da democracia socialista, pela melhoria do nível de vida da população. A política, a segurança e a defesa nacional foram consolidadas. O povo tem mais confiança e participa ativamente do processo de renovação proposto pelo Partido. Embora em algumas áreas não tenha conseguido um sólido desenvolvimento, nosso país conseguiu sair da crise socioeconômica e passou para um novo período de desenvolvimento, industrialização e modernização com o objetivo de transformar o Vietnã em um país com industrialização básica, até o ano 2020.

No cumprimento de uma política exterior independente, aberta, diversificada e plural em nível das relações internacionais, o Vietnã busca a amizade de todos os países da comunidade mundial na luta pela paz,

pela independência nacional e pelo desenvolvimento. Atualmente, o Vietnã tem relações diplomáticas com 165 países e relações comerciais com 120 países. Mais de 50 países de zonas territoriais já têm investimento no Vietnã, totalizando 31,5 bilhões de dólares.

O Partido Comunista do Vietnã mantém relações com mais de 188 partidos e organizações políticas de todo o mundo. Embora com relações diversificadas, sempre damos prioridade às relações com partidos comunistas, operários, organizações e forças revolucionárias e democráticas. Além disso, temos desenvolvido as relações com os partidos no poder, com base em princípios de respeito mútuo pela independência e soberania, sem interferência nos assuntos internos, buscando a igualdade e o benefício mútuo para impulsionar as relações de Estado, especialmente aquelas de cooperação econômica, cultural, técnico-científica e comercial.

A despeito das vantagens mencionadas acima, temos que enfrentar muitas dificuldades e muitos desafios. Porém, nosso Partido continuará hasteando a bandeira da independência nacional e do socialismo, fiel ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Ho Chi Minh, construindo um Vietnã forte, um povo rico e uma sociedade justa e civilizada como sonhava nosso querido Tio Ho.

As vitórias da revolução vietnamita estarão sempre ligadas ao apoio e à ajuda dos partidos irmãos, dos amigos e das nações do mundo, dentre os quais estão o PCdoB, as forças democráticas e progressistas e o povo irmão do Brasil. De todo coração queremos expressar nosso profundo e sincero agradecimento por sua valiosa cooperação e pela ajuda de seu Partido e do povo do Brasil.

Desta tribuna queremos também expressar nosso apoio incondicional à causa da construção e da defesa da pátria e do povo irmão de Cuba. Protestamos e exigimos o término imediato do bloqueio e embargo a Cuba, que já persistem há 35 anos. Expressamos nossa solidariedade inabalável com a luta justa dos povos da América Latina e Caribe pela paz, pela independência nacional, pela democracia e pelo progresso social.

Desejamos que as relações de amizade entre nossos partidos e povos se desenvolvam e se fortaleçam a cada dia.

Desejamos muitos êxitos ao Congresso do PCdoB.

Partido Comunista da China

Por ocasião da realização do 9º Congresso Nacional do seu Partido, o Partido Comunista da China tem a honra de manifestar ao Congresso e, por seu autointermédio, a todos os companheiros do Partido Comunista do Brasil, calorosas felicitações.

Que o 9º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil seja



coroado de pleno êxito. Que a amizade entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista do Brasil, bem como as relações amistosas já existentes entre os povos sino-brasileiros, se desenvolvam constantemente.

Partido do Trabalho da Coreia

Sinto-me honrado por participar do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, que constitui um motivo transcendental para a consolidação e o desenvolvimento do nosso Partido.

Antes de mais nada, representando o Partido do Trabalho da Coreia, aproveito para transmitir a mensagem de felicitações pelo seu honrável 9º Congresso.

“Ao 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil:

O Partido do Trabalho da Coreia lhe envia calorosas felicitações pelo 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil e saudação camarada aos delegados e a todos os militantes do Partido.

Este Congresso, que irá discutir assuntos importantes para defender o ideal do socialismo e ampliar e reforçar o Partido, se constituirá numa importante motivação na luta pelo seu reforço e desenvolvimento.

Nesta oportunidade, convencidos de que as relações de amizade entre os nossos Partidos se desenvolverão e se fortalecerão ainda mais, conforme os ideais de independência anti-imperialista e do socialismo, desejamos-lhes os maiores êxitos em seus trabalhos.”O Partido Comunista do Brasil sempre nos tem brindado com apoio e solidariedade fraternais à luta do nosso Partido pela reunificação da pátria, pela construção do socialismo e pela manutenção dos princípios socialistas. Pelo que estamos muito agradecidos e também o temos em alta conta.

Estamos convencidos de que no futuro também se consolidarão e se desenvolverão ainda mais as relações de amizade entre ambos os partidos.

Atualmente, o povo coreano está lutando pela construção do socialismo e pela reunificação da pátria sob a direção do camarada Kim Jong Il, grande dirigente do nosso Partido e do povo, mantendo o legado do nosso grande líder, o camarada Kim Il Sung.

Dia 8 do mês em curso, o Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia e a Comissão Militar do Partido, representando a vontade e o desejo unânimes, em comunicado especial, informaram que o camarada Kim Jong Il foi eleito Secretário-Geral do Partido do Trabalho da Coreia.

Durante mais de 30 anos o grande dirigente, camarada Kim Jong Il, fortaleceu e desenvolveu nosso Partido com invencível maestria, e firmou nosso povo como inflexível e independente, e inaugurou uma etapa de pleno desenvolvimento da nação. Kim Il Sung, por estas razões, nesta terra, goza de apoio e confiança absolutos do nosso Partido e do povo.

O camarada Kim Jong II, grande dirigente, sempre saiu vitorioso no severo enfrentamento político-militar contra os inimigos, opondo-se taxativamente às maquinações do escândalo nuclear e de agressão das forças aliadas do imperialismo, do mesmo modo que defendeu a soberania nacional, demonstrando a dignidade e a invencibilidade da nação. Kim II Sung defendeu firmemente o socialismo.

O nosso Partido e o povo lutarão energicamente pela reunificação da pátria e pela causa do socialismo, sustentando bem no alto a bandeira vermelha – na qual se vê toda a vida do camarada Kim II Sung, nosso grande líder –, cantando em alto e bom tom a *Canção do General Kim Jong II*, opondo-se passo a passo às maquinações do imperialismo e dos traidores do socialismo.

O socialismo é a ciência!

Viva o socialismo!

Viva a amizade entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido do Trabalho da Coreia!

Comitê para Anistia dos Presos Políticos da Albânia

Gostaria primeiramente de lhes agradecer, em nome do nosso ideal comum, o comunismo, por terem me convidado para participar de seu congresso, o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, e peço-lhes permissão para saudar em particular o camarada João Amazonas, em nome de uma velha amizade que nos une desde os anos 1960 depois de diversos encontros na Albânia socialista.

O imperialismo está minado por contradições cada vez mais difíceis de resolver, e que o teriam, com certeza, levado rapidamente à derrota, não fosse pela traição revisionista que conduziu ao fracasso a primeira experiência de construção do socialismo no mundo e ao consequente refluxo do movimento comunista. Todas essas contradições enfraquecem os imperialistas. Elas os obrigam a manter enormes orçamentos militares, mesmo no momento em que suas necessidades financeiras para sustentar suas atividades concorrenciais são cada vez maiores. É verdade que eles ainda continuam poderosos, a instalação da “nova ordem mundial” criou condições mais difíceis para as lutas anti-imperialistas. A intervenção militar conjunta dos imperialistas ocidentais contra o Iraque mostrou claramente a vontade comum de esmagar selvagemmente toda ação, visando a contestar seus domínios sobre as riquezas do planeta. Apesar de tudo isso, o imperialismo não pode impedir o movimento de emancipação dos povos e a luta contínua contra o colonialismo e o neocolonialismo, como ilustram os recentes acontecimentos na África.

No Brasil, existe um partido comunista digno desse nome: o Partido 179



Comunista do Brasil (PCdoB), que soube ligar-se à classe operária e está na vanguarda das lutas do povo brasileiro contra a exploração e a miséria, pela democracia e o socialismo.

Seu partido, camaradas, soube evitar tanto o revisionismo quanto o dogmatismo e seguir fiel ao marxismo-leninismo.

É por isso, camaradas, que diante das tarefas revolucionárias que são as suas, e nas difíceis condições atuais, impostas pelo imperialismo, sua ação traz uma contribuição importante ao movimento revolucionário internacional e é fonte de inspiração e de encorajamento para todos os comunistas do mundo e, em particular, para nós, comunistas da França.

Viva o 9º Congresso do PCdoB!

Viva o PCdoB!

Viva o Marxismo-Leninismo!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Suzanne Marty

Partido Comunista da Argentina

Surge com força imperiosa a necessidade de construir uma inteligência comum no programa e na organização. A vida, a luta, a imperiosa necessidade e a obra criadora de nossos povos, na sua resistência aos planos do imperialismo, criaram formas de organização e de luta cada vez mais criativas. Cremos que é nossa obrigação considerar-nos participantes no nível continental. Recentemente, na ocasião das homenagens ao Che, em Buenos Aires, se realizou o segundo encontro. Já somam hoje 29 organizações de esquerda que surgiram da necessidade de legitimar uma corrente do pensamento revolucionário marxista e elaborar uma plataforma de luta, de encontros não apenas como os que podem surgir no Fórum de São Paulo. São iniciativas que se multiplicam na América Latina e no Caribe. Fez-se um acordo de que na ocasião do Seminário *El socialismo en el siglo XXI*, a realizar-se em Havana nos dias 21, 22 e 23 de outubro, nos reuniríamos novamente para avançar nas ideias expostas.

Houve épocas negras no desenvolvimento da humanidade. Como referência, citamos a época do feudalismo europeu de profunda barbárie e obscuridade cultural. Houve um momento em que parecia que o mundo estaria sob o domínio da escravidão nazista. O que se sabe com certeza é que a humanidade, com avanços e retrocessos, seguiu seu curso de progresso social. Os burgueses romperam as barreiras aduaneiras em árduas e longas lutas e empreenderam a construção do atual sistema capitalista.

Nós, revolucionários, percorremos um caminho estreito, como se caminhássemos na borda de um precipício, onde escalar a parede da

montanha é muito difícil e o perigo de desviar-se do caminho e cair no reformismo é permanente.

Assim mesmo, a história da humanidade ensina que sempre soube “resolver” os nós górdios fazendo-o em favor do progresso social. Os revolucionários podem encontrar novos rumos e certeza no momento mais escuro da derrota, podem ser criativos e abrir espaço em toda a situação. Confiemos na criatividade das massas populares e no método criado por Marx, o materialismo dialético-histórico. Estamos convencidos de que se superarmos o dogmatismo, o sectarismo e a divisão, no fim deste estreito caminho, desembocaremos em um grande vale. Hoje podemos afirmar os destinos do desenvolvimento humano suprimindo o capitalismo, destino que está nas massas populares, e particularmente no seu dirigente natural, o proletariado.

Para não cair em atitudes deterministas, digamos que a unidade e a luta são a marca de todas as épocas. Devemos fazer frente para confrontar o atual sistema de dominação capitalista. Mas fazer-lhe frente organizadamente, com novas ideias e novos projetos de um mundo novo e digno para o ser humano, o socialismo.

Êxitos no vosso Congresso.

Partido Comunista da Bolívia

Para os bolivianos, é uma extraordinária e grata oportunidade saudá-los por ocasião de seu 9º Congresso Nacional. Desejamos-lhes, de todo o coração, um grande êxito. O Partido Comunista do Brasil, dirigido por figuras sem par, como o camarada João Amazonas, é um querido e respeitado destacamento revolucionário, marxista-leninista, que conserva as tradições de luta e de firmeza ideológica dos antigos comunistas brasileiros, que trabalharam e lutaram ao lado de Prestes. E é, ao mesmo tempo, um destacamento capaz de colocar-se acima das diferenças momentâneas e, às vezes, adjetivas e superficiais, que tantos danos trouxeram aos comunistas da América Latina e do mundo.

Hoje, à luta dos comunistas e dos revolucionários somam-se ainda mais dificuldades. Temos sofrido duros embates. Ainda assim, acreditamos que dos contratempos também tiramos importantes ensinamentos. E, se soubermos aproveitá-los, só nos trarão a certeza da nossa luta, o que tornará mais coerente, mais lúcido e invencível o nosso combate. Não podemos esquecer que os regimes socialistas que continuam no poder: a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã e a República Democrática e Popular da Coreia são bastiões socialistas que têm sabido enfrentar com êxito esses duros tempos. Na América Latina, nós, os revolucionários, os comunistas, temos muito orgulho de Cuba, que demonstra que o sistema socialista não é nenhuma utopia e que, apesar de todas as dificuldades, é superior e mais justo que o



melhor dos capitalismo. Não passará muito tempo para que as verdades socialistas se imponham, trazendo consigo uma nova onda revolucionária. Os povos não podem continuar sofrendo indefinidamente as condições do capitalismo na pior das suas formas: o neoliberalismo.

Estamos seguros de que o 9º Congresso do PCdoB dará novos encaminhamentos à luta de seu povo, novas certezas e, unidos na amizade e solidariedade, seguiremos avançando em direção às metas de justiça social, democracia, e sobretudo ao ideal socialista.

Viva o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva a amizade internacionalista entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista da Bolívia!

Marcos Domich

Primeiro Secretário do Comitê Central
do Partido Comunista da Bolívia

Partido Comunista da Dinamarca (M-L)

Em nome do PCD (M-L), de toda sua militância, seu Comitê Central e o seu Primeiro Secretário, Jurgen Petersen, transmito uma calorosa saudação a este mais importante evento do marxismo-leninismo no Brasil.

Após muitos anos de fraternais relações internacionais com o Partido Comunista do Brasil, estamos completamente convencidos de que este 9º Congresso tomará decisões justas para avançar ainda mais na construção de um forte partido de vanguarda da classe trabalhadora brasileira; de uma ampla Frente oposicionista contra a nefasta política neoliberal do governo de FHC; e para avançar em direção ao triunfo do socialismo nessa parte do mundo.

O nosso partido pequeno – de um país considerado rico e de bem-estar, porém com grandes contradições e diferenças sociais – também está comprometido com a luta contra um projeto neoliberal, o projeto reacionário da União Europeia dos grandes monopólios e seu novo Tratado de Amsterdã.

O governo socialdemocrata da Dinamarca acaba de convocar um plebiscito sobre esse Tratado para o dia 28 de maio de 1998, e anunciou sua decisão de fazer todo o possível para conseguir sua aprovação. Portanto, a luta para conseguir o repúdio popular ao novo Tratado neoliberal é a nossa principal tarefa política no momento. Tudo indica que poderemos conseguir, mas não alimentamos ilusões.

Há cinco anos o povo dinamarquês votou NÃO ao Tratado de Maastricht, o que estimulou um grande debate em vários países sobre a União Europeia e suas consequências. A burguesia e seus partidos manipularam o assunto e fizeram um outro referendun, dando uma boa

mostra de como entendem democracia. Desta vez, não obstante, estarmos, como não poderia deixar de ser, otimistas e acreditamos que com um bom trabalho de informação política e aglutinação numa ampla Frente de Unidade popular, poderemos obter tanto o NÃO majoritário como também o primeiro passo em direção à ruptura com esta União que tanto ameaça os direitos políticos, sociais e nacionais dos povos da Europa e do mundo inteiro.

O nosso partido, no cumprimento de seus deveres internacionalistas, também luta para que não se repitam os acontecimentos vergonhosos que ocorreram na Bósnia e Albânia, onde soldados e policiais dinamarqueses continuam contribuindo com as forças multinacionais intervencionistas, denominadas, hipocritamente, como de paz e segurança.

Acreditamos que o princípio do internacionalismo proletário continua vigente. E sem ignorar as ajudas de toda espécie que se pode oferecer em casos concretos, acreditamos que esse princípio está sendo defendido da forma mais correta, com o aprofundamento da luta de classes em cada país, ou seja, na luta para acabar com o capitalismo. Esse é o principal dever de cada partido comunista. O socialismo não morreu com a URSS e o Leste Europeu. Aqui estão presentes os representantes de países socialistas, com os quais nos solidarizamos. Aqui estão presentes os representantes de partidos comunistas que seguem levantando a bandeira do socialismo.

Há quatro meses – após preparação de um ano e meio –, o nosso Partido publicou um Programa no qual apresentamos a nossa visão socialista para a Dinamarca, com o objetivo de restabelecer e ampliar a discussão sobre este tema, na classe operária e no povo dinamarquês. Acreditamos que o socialismo, com o tempo e o desenvolvimento do capitalismo em sua atual etapa, constitui-se numa necessidade objetiva cada vez mais importante.

O PCD (M-L), em seu 7º Congresso, realizado no mês de março, estabeleceu – e estabelece, como o PCdoB –, a construção partidária como uma das suas principais tarefas. Trabalhamos para implantar o Partido, sobretudo na classe operária e entre a juventude. Esse trabalho, entretanto, é realizado sob difíceis condições causadas pela divisão comunista. A influência do oportunismo de direita – desenvolvido na URSS e nos países da Europa do Leste, muito próximos da Dinamarca – significou, num processo de vários anos, o fracionamento do movimento comunista no nosso país. Hoje, temos três ou quatro partidos comunistas, e muitos companheiros dispersos. Situação absurda que impede os camaradas de se colocarem à altura de seus deveres. Portanto, a unificação de todas essas forças constitui-se como tarefa primordial para a construção de um forte partido comunista de vanguarda e de massas no nosso país.

Neste contexto, apoiamos também todos os esforços que se realizam



para reunificar e reconstruir o movimento comunista internacional.

Fica demonstrado, com este 9º Congresso, que podemos avançar em todos esses terrenos.

Viva o Partido Comunista de Vanguarda da classe trabalhadora!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o Marxismo-Leninismo!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Partido Comunista do Peru (Pátria Roja)

Camaradas delegados e convidados ao 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, nossa saudação mais cordial, com os melhores votos de êxito nos trabalhos de seu Congresso.

O Partido Comunista do Peru – Pátria Roja – sente-se muito honrado em participar de tão importante e transcendental evento. Há 21 anos o PCdoB e o PCdoP – Pátria Roja – mantêm vínculos fraternos, dentro dos marcos do internacionalismo proletário. Nossas relações baseiam-se nos princípios de independência e autodecisão, igualdade e respeito mútuo, as quais nos permitiram participar de tarefas conjuntas, como o Encontro de Quito e o Fórum de São Paulo. Nossas relações também possibilitaram um intercâmbio de experiências através de conversas diretas ou da troca de correspondência e documentos. Sentimo-nos contentes por mantermos esse intercâmbio oficial que agora se efetiva no calor de delegados que se encontram participando de seu Congresso.

Fazemos votos de que o Congresso cumpra as metas traçadas pelo Partido, assinalando um marco histórico na continuada luta pelo socialismo e forneça os instrumentos necessários ao proletariado e ao povo brasileiro no combate por seus objetivos de derrotar a ofensiva neoliberal.

Ao longo de seus 75 anos, o PCdoB deu grande contribuição à defesa dos interesses do povo brasileiro, da classe trabalhadora, dos princípios do marxismo-leninismo, da revolução e do socialismo. Foi o primeiro partido da América Latina a romper com o revisionismo contemporâneo. Também esteve na primeira fileira do combate, resistindo à ditadura militar. O camarada João Amazonas simboliza a bandeira erguida no Araguaia e em outras frentes de luta. É um glorioso partido que se apoia em rica tradição revolucionária e que se mantém na vanguarda do povo brasileiro, na luta por melhores condições de vida e trabalho, contra a onda privatizadora, a reeleição continuísta e a corrupção; na luta por uma pátria democrática, livre e soberana, na intransigente luta pelo socialismo.

O Partido Comunista do Peru – Pátria Reja tem experiências a partilhar com os partidos irmãos. Neste 7 de outubro celebramos o 69º aniversário de nossa fundação, a qual deveu-se a um grupo de comu-

nistas dirigidos por José Carlos Mariátegui, mestre e guia, organizador e condutor do proletariado e do povo peruano. Já desde seus verdes anos assinalou que o socialismo não devia ser cópia de modelos, mas a criação heroica do povo, e que o estudo do marxismo devia proceder-se intimamente vinculado ao esclarecimento das questões nacionais.

A experiência do movimento comunista internacional e a nossa própria confirmam a sua certeza e atualidade. Sabemos do imenso dano causado pelo dogmatismo que castrou o desenvolvimento do pensamento revolucionário, empobreceu sua prática, bem como temos consciência das consequências que desvios reformistas e “esquerdistas” causaram ao Partido.

Muitos dos erros acumulados ao longo dos anos puderam ser corrigidos ou evitados, com a assimilação correta do marxismo e muitos dos acertos, conseguidos em meio às lutas de classes, foram teorizados e sistematizados. Desde o 5º Congresso, e particularmente a partir do 6º, nosso Partido está comprometido nesta tarefa.

Na atualidade, depois dos importantes reveses políticos sofridos ao final da década passada – e de consequências relativamente prolongadas – assistimos a uma fase de recuperação e reanimação. O neoliberalismo impôs-se quase sem resistência, dadas as circunstâncias muito particulares que vivemos no Peru. Todos os avanços alcançados, em décadas de combate pelos trabalhadores, foram virtualmente destruídos. Não restou muito da influente “Isquierda Unida”, poderoso movimento sindical e popular, que na década passada significava cerca de um terço do eleitorado. Não podemos desconhecer os objetivos e os erros que cometemos. Isto explica a necessidade da reconstrução partidária, da unidade da esquerda, assim como do movimento sindical, a fim de responder aos desafios atuais e às exigências de um novo fluxo revolucionário cujas primeiras luzes se podem vislumbrar.

A ditadura, baseada na aliança de Fujimori com o militarismo, incondicional instrumento do modelo neoliberal, constitui o principal objetivo a derrotar. Seus propósitos de reeleição e de continuísmo do modelo, que é levado a duras penas pelo povo peruano, só podem ser freados com a ação das massas e união de todas as forças possíveis para este fim. Em segundo lugar, implantando uma alternativa viável e crível aos olhos do povo. Por isso, lutamos por uma saída democrática, patriótica, descentralizada e popular. Assim como envidamos esforços para a construção do Movimento Nova Esquerda, para forjar a Juventude Popular, para unificar as diversas vertentes do movimento sindical e popular.

Capitalismo ou socialismo, este é o problema de nosso tempo. Os reveses e as dificuldades sofridos são transitórios. Olhamos para o futuro com segurança. Temos confiança nas potencialidades da classe operária e do povo peruanos. O socialismo continua sendo a bandeira



de nossa época. Sejamos capazes de forjá-la com paixão, criatividade e sabedoria. Estamos convencidos de que a causa dos trabalhadores e dos povos do mundo triunfará. Desejamos-lhes, camaradas, novas e maiores vitórias.

Viva o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Viva o socialismo!

Alberto Moreno
Secretário-Geral

Partido Comunista Português

O Comitê Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente os delegados ao 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil e, por seu intermédio, todos os militantes do seu Partido, formulando votos de sucesso aos seus trabalhos.

É com grande interesse e espírito solidário que os comunistas portugueses acompanham a evolução da situação no Brasil e a sua ação em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, contra as privatizações e pela reforma agrária, apoiando o combativo e prestigiado Movimento dos Sem Terra, pela construção de um projeto político alternativo que defenda os interesses do país e do povo brasileiro, garantindo a independência e a soberania nacionais.

Vivemos e agimos hoje numa situação internacional caracterizada por uma grande instabilidade, resultante da profunda e prolongada crise do capitalismo e do desaparecimento do socialismo como sistema mundial. O imperialismo, aproveitando a alteração da correlação mundial de forças, desencadeou uma violenta ofensiva visando a estender a todo o mundo o domínio do grande capital transnacional e procurando impor uma “nova ordem” hegemônica pelos EUA. Direitos essenciais e históricos dos trabalhadores, conquistas democráticas dos povos foram e são duramente golpeados. Polarizam-se as riquezas entre países e dentro de cada país. Milhões de pessoas em todo o mundo são marginalizados, vivendo na extrema pobreza, situação de que o Brasil é exemplo gritante. Reativam-se o nacionalismo, o racismo e a xenofobia, fomentando novos e velhos conflitos. O imperialismo arroga-se o direito de ingerência na luta dos velhos povos, institui poderes políticos supranacionais, instrumentaliza a ONU, reforça blocos militares como a OTAN.

Por isso, os trabalhadores e os povos resistem e lutam. O PCP considera que, na atual situação, a par da luta em cada país é necessário que se desenvolvam a cooperação e a solidariedade internacionalistas, através de ações comuns ou convergentes entre comunistas e outras forças do progresso social e da paz. Foi neste espírito que se realizaram as iniciativas de Paris, Madri e o Comício Internacional de Lisboa

contra o desemprego e pelo emprego com direitos, contra as imposições neoliberais da União Europeia, reivindicando o direito dos povos de decidirem do seu futuro. Do mesmo modo, na América Latina, o Fórum de São Paulo é uma importante expressão dessa cooperação, que se revela indispensável para enfrentar a atual ofensiva do imperialismo. Contudo, só o socialismo se apresenta nos dias de hoje como a grande alternativa de justiça social e de progresso para o futuro da humanidade e avanço da civilização.

Em Portugal, o Partido Comunista, atento às novas realidades, tirando lições da sua própria experiência e levando em conta as experiências positivas e negativas do movimento revolucionário mundial e dos empreendimentos de construção do socialismo ao longo deste século e na atualidade, renova-se confirmando a sua identidade comunista, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores de Portugal. Aprofundando suas raízes nos trabalhadores e nas massas populares, o PCP opõe-se firmemente à política de direita, hoje prosseguida pelo governo do PS, de restauração do poder dos antigos e novos grupos monopolistas e latifundiários, que atenta gravemente contra as condições de vida do povo, o progresso, a democracia, a independência e a soberania nacionais.

Confirmando a nossa vontade de manter e desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o PCdoB, no interesse do reforço das relações de amizade e cooperação entre os nossos povos e países, desejamos uma vez mais os melhores sucessos ao seu Congresso.

União Democrática Popular (UDP Portugal)

A União Democrática Popular (UDP) de Portugal saúda efusivamente o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Estamos convictos de que as suas conclusões transportam importantes análises e orientações para firmar mais o Partido na oposição ao projeto neoliberal e ao governo de Fernando Henrique Cardoso, conferindo ao Partido mais força e capacidade de alianças vastas e necessárias para a alternativa nacional, democrática e popular que a classe operária e o povo do Brasil necessitam para uma transição revolucionária ao socialismo.

Sublinhamos a referência segura que foi e é o PCdoB na luta contra o revisionismo contemporâneo de Krushev e seus seguidores que abriram as portas a uma importante, mas temporária, derrota do socialismo. Enaltecemos o esforço do PCdoB em contribuir para que as vanguardas revolucionárias não fiquem estioladas e paralisadas no dogmatismo, se abram à vida e ao seu tempo, e busquem a aplicação dos seus princípios na realidade concreta e contraditória da luta de classes.

Defrontamos, em Portugal, com a ofensiva da política neoliberal que degrada a democracia, tornando o sistema eleitoral mais restriti-



vo, deteriora os salários e pensões, aprofunda a níveis nunca vistos a injustiça social, privatiza todos os setores, desregulamenta crescentemente toda a legislação do trabalho, ataca a educação pública, o serviço nacional de saúde e prepara o desmantelamento da previdência social. O governo do Partido Socialista, com o apoio ativo da direita, é o executor desta política que satisfaz à classe dominante. O primeiro-ministro Guterres leva mais longe a política de direita do seu antecessor Cavaco Silva e, pela primeira vez, Portugal passou a participar nas eufemisticamente chamadas missões de paz da OTAN.

O vértice desta política antipopular encontra-se na submissão do governo do país à União Europeia, cujo receituário neoliberal é idêntico em todos os Estados-membros. Por ora, caem governos neoliberais, fruto do descontentamento popular, sendo substituídos por outros governos neoliberais. O neoliberalismo tomou a si o projeto da União Europeia: visa à moeda única, ao exército único, à política única, ao banco central único, isto é, a uma superestrutura de tipo federal que suporte uma superpotência rivalizando com os Estados Unidos e o Japão, na exploração da classe operária e na partilha imperialista do mundo.

A via da União Europeia é impulsionada, em que pesem as contradições, pelos governos imperialistas da Alemanha e da França, e, em menor grau, pela Inglaterra, entre outros. Mas a resistência dos trabalhadores e dos povos incrementa-se na Europa unificando, cada vez mais, as lutas.

A Europa ocidental polariza-se à direita e à esquerda. Podem-se prever fortes embates.

Estamos empenhados em dar uma contribuição, ainda que modesta, mas séria e intensa, para a unidade da esquerda em Portugal e na Europa visando a uma viragem democrática e progressista da vida nacional, europeia e mundial. Mantemos a bússola do socialismo científico.

Em próximo referendo nacional, pelo qual tanto nos batemos, juntaremos voz e força a todos quantos, à esquerda, querem dizer NÃO ao Tratado de Amsterdã – a verdadeira bíblia da União Europeia imperialista.

Estamos irmanados na compreensão de que o comunismo marcou o século XX – não como uma utopia mas como uma realidade. Estamos certos de que o comunismo irá marcar o dealbar, e o curso do século XXI é a esperança material do trabalho e da ciência, da vida própria da civilização.

Viva o 9º Congresso do PCdoB!

Viva o PCdoB!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Partido Comunista da Federação Russa

Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que este Congresso está sendo realizado nas vésperas de um magnífico acontecimento para o movimento comunista de todo o mundo, ou seja, os 80 anos da Grande Revolução de Outubro. Nesta sala nós vemos os inspiradores e os organizadores desta Grande Revolução: Marx, Engels, Lênin!

Vamos mais uma vez dizer: Viva Marx! Viva Engels! Viva Lênin!
Viva o socialismo!

Por este motivo, é com grande emoção que transmito aos senhores, dignos representantes do povo brasileiro, uma cordial e fraternal saudação em nome de todos os comunistas, de todas as forças patrióticas populares da Rússia e de seu líder Guenadi Ziuganov.

Gostaria de lembrar a todos aqui presentes que o Partido Comunista da Federação Russa surgiu no cerne do Partido Comunista da União Soviética em 1990. Ele foi criado para defender aqueles que se alimentam de seu próprio trabalho.

O Partido Comunista da Federação Russa não é o partido dos traidores Gorbachev, Iakovlev e outros semelhantes a eles que, em 1991, juntamente com bandidos de todos os tipos, sob a direção dos auto-proclamados guardiões do mundo, os Estados Unidos, realizaram um golpe de Estado e tentaram proibir o Partido Comunista, iniciando sua perseguição.

Contudo, conseguimos reviver o Partido numa nova fase de desenvolvimento. Atualmente, o PCFR conta com mais de 600 mil patriotas comunistas.

A idade média de seus membros é de 40 anos e, nos últimos três anos, as mais de 40 mil pessoas que se filiaram têm menos de 25 anos.

Mais de 200 representantes do Partido são deputados da Assembleia Russa e das 56 regiões da Rússia, onde há pouco tempo houve eleições. Em 32 destas regiões foram eleitos governadores pelo Partido Comunista.

Nossos Partidos unem objetivos e tarefas comuns, e nós não temos nenhum privilégio, exceto o de levantarmos na luta por uma vida digna para todos, pela justiça social e pela possibilidade de trabalhar, trabalhar até suar em bicas.

Vejam um indicador disto: a diferença entre a renda de 10% da população rica e 10% dos pobres na América Latina é de 16 vezes, e na Rússia é de até 30 vezes. E as dezenas de milhões de desempregados em nossos países? E o aumento da criminalidade, entre outros problemas?

Somente uma união inquebrantável de todos os Partidos Comunistas e progressistas aglutinará os povos na luta contra o avanço do neoliberalismo e permitirá aos nossos Partidos realizarem, na vida, a ideia do socialismo.



De todo coração desejo-lhes êxitos e novas conquistas.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a amizade entre nossos povos e nossos partidos! Venceremos!

Partido Comunista Sírio

Em nome de milhares de comunistas sírios e de seus simpatizantes, o Comitê Central do Partido Comunista Sírio saúda o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil e deseja-lhe sucessos na luta em nome da classe trabalhadora e de todos os proletários. Nós damos grande valor à enorme experiência histórica dos comunistas brasileiros e à sua luta na atualidade. Os comunistas brasileiros, com sua heroica luta e seus grandes mártires, escreveram uma página de glória, tanto para a história atual do Brasil quanto para o movimento revolucionário internacional.

Os comunistas, juntamente com todas as forças progressistas e patrióticas da Síria, participam da luta do povo sírio contra os planos de hegemonia e expansão do imperialismo americano e do sionismo mundial em nossa região. Nosso Partido apoia inteiramente a linha fundamental e patriótica expressa pelo presidente Hafez Al-Assad, que diz não poder haver uma paz justa e duradoura em nossa região sem a total saída das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados, principalmente das colinas de Golã, no sul do Líbano, assim como sem a manutenção e o respeito aos direitos legais do povo árabe da Palestina para formação de seu Estado soberano.

Lemos com atenção o projeto de resolução política apresentado neste 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Este documento está formado a partir de uma concisa posição de classe e de uma análise marxista-leninista. Esta etapa do desenvolvimento, pela qual passa a humanidade, exige a fortificação da solidariedade internacional de todas as forças revolucionárias, principalmente dos comunistas. O capital é uma força internacional. Para vencê-lo é necessária a união das forças mundiais da liberdade e do progresso social. Damos ênfase especialmente à necessidade da luta contra o sionismo mundial. Os acontecimentos dos últimos anos, mais uma vez, mostraram que o sionismo é uma brigada de choque da reação mundial. Isto pode ser constatado pelas ações contrarrevolucionárias nos antigos países socialistas do Leste Europeu e da Europa central. O sionismo é uma reação violenta, uma prática racista e uma ideologia do capital financeiro monopolista judeu com tendência racista. A luta contra o sionismo, esta brigada de choque do imperialismo internacional, é o dever de cada comunista, de cada democrata, de cada verdadeiro patriota.

Temos a certeza de que a luta do proletariado brasileiro terá sucesso quando vemos os valorosos lutadores comunistas brasileiros.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!

Partido Bandera Roja da Venezuela

Recebam uma fervorosa e calorosa saudação revolucionária em nome de toda a militância do nosso Partido.

O 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil realiza-se em circunstâncias particularmente graves. O mundo, sobretudo a América Latina, encontra-se submetido a uma ofensiva global do grande capital transnacional e de seus aliados, expressa em todos os níveis: político, econômico, social, ideológico, militar etc. É uma ofensiva que busca superar a crise estrutural do sistema burguês em favor do capital, particularmente do capital financeiro, o que representa uma grande calamidade para os nossos povos. Todavia, por outro lado, aprofunda um conjunto de contradições que criam condições objetivas para uma mudança revolucionária.

O novo quadro criado pelo neoliberalismo e pela pretensão de inserir nossas economias nos planos de globalização imperialista propõe para os nossos povos a necessidade dos partidos com capacidade de compreender os novos tempos; aplicar criativamente os princípios marxista-leninistas às realidades concretas dos nossos países; requerer que partidos dotados de grande flexibilidade tática movam-se no complexo mundo das contradições políticas e sociais; e de unir todos os que se opõem ao neoliberalismo e demonstrem, ao mesmo tempo, uma grande firmeza nas questões de princípio. Estamos certos de que a análise desses problemas, feita em seu 9º Congresso, conduzirá os comunistas e o proletariado do Brasil a uma prática revolucionária ainda mais elevada.

A América Latina localiza-se num continente em luta, no qual a cada dia aumenta o amadurecimento das condições revolucionárias e onde se enfrenta um inimigo comum: o imperialismo. Independentemente do nível de desenvolvimento da luta de classes em cada país, e do caminho que assumamos para enfrentar esse inimigo, produzir uma mudança na unidade das vanguardas revolucionárias é uma injunção histórica. De nossa parte, expressamos a mais ampla solidariedade internacionalista às lutas do PCdoB contra o imperialismo e pela revolução socialista.

Viva o Internacionalismo Proletário!

Viva o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil!



Mensagens

Partido Revolucionário do Povo Laociano

Para: o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil

Na ocasião da abertura do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, em nome do Partido Revolucionário do Povo Laociano e da classe trabalhadora do Laos, gostaríamos de lhes enviar nossas mais calorosas congratulações e os melhores votos para os delegados do Congresso e, através deles, aos membros do Partido e da classe trabalhadora brasileira.

Este Congresso é um evento significativo na vida política do Partido, que está confirmando o crescimento constante do PCdoB bem como seu papel mais e mais importante na vida social do país.

Nesta esplêndida ocasião, desejamos sucesso ao 9º Congresso do seu Partido.

Que as relações fraternas, a solidariedade e a cooperação entre os dois Partidos sejam ainda mais desenvolvidas segundo os interesses das classes trabalhadoras do Laos e do Brasil, bem como pela paz, amizade e cooperação objetivando o desenvolvimento mundial.

Vientiane, outubro de 1997.

Comitê Central

Mensagem de Nexhmije Hoxha

Queridos Camaradas delegados,

Para mim, foi uma honra especial receber o convite do camarada João Amazonas, em nome da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, para participar do 9º Congresso de seu Partido.

Impossibilitada por minhas condições de saúde de empreender viagem tão longa, envio de longe, desta Albânia martirizada, desejando-lhes bom trabalho, minhas saudações a todos os comunistas brasileiros e ao amigo da Albânia Socialista e camarada querido de Enver Hoxha, o honrado e veterano revolucionário João Amazonas, os quais sempre estiveram lado a lado na frente comum de luta contra as novas correntes revisionistas, em defesa do marxismo-leninismo.

Aproveito a ocasião para agradecer do fundo do coração ao Partido Comunista do Brasil pelo apoio fraterno que me deu durante o período de minha prisão pelas obscuras forças fascistas e anticomunistas que chegaram ao poder com a enganosa palavra de ordem “liberdade e democracia”. A campanha que vocês fizeram através da imprensa, as constantes mensagens de solidariedade de seu Partido e do camarada Amazonas durante os cinco anos em que fiquei presa e seus votos para a minha libertação, deram-me forças para ultrapassar os difíceis



momentos de furiosa perseguição à minha família, a guerra suja para enlamear a figura do grande dirigente do povo e do novo Estado socialista albanês, Enver Hoxha, chegando ao ponto de se cometer o ato bárbaro de violação de seu túmulo, retirando seus restos mortais do lugar sagrado onde jaziam lado a lado aos dos guerrilheiros que libertaram a Albânia. Mas os sofrimentos da família de Enver Hoxha eram parte de tudo o que ocorria em nosso país, não nos pesava e atingia nosso espírito mais do que a catástrofe provocada pelo ciclone anticomunista dos anos 1990 que envolveu também a Albânia.

Nada restou do socialismo, de tudo aquilo que o poder popular construiu sob a direção do Partido do Trabalho. Sob o lema de destruir e queimar até a “cota zero” tudo o que havia sido construído no período comunista, os esquadrões de vândalos hitleristas do ex-comunista, durante 27 anos, Sali Berisha, não deixaram nada de pé. Fecharam e destruíram combinados e todas as empresas industriais, derrubaram escolas, creches e centros de saúde, arrasaram maravilhosas plantações de cítricos, oliveiras e pomares cultivados pela juventude. Avariaram a rede de eletrificação que chegara até as regiões interioranas mais longínquas, danificaram os grandes canais de irrigação coletiva e de bonificação das terras. Reapareceram os pântanos nas terras que outrora já estavam secas, ressurgiram fenômenos que já haviam sido superados, como as doenças endêmicas, o analfabetismo, a emigração em massa e até o hábito primitivo da vendeta.

O regime corrupto do Partido Democrático roubou todas as riquezas que o povo havia criado, dividiu e vendeu aos seus patrões, amigos políticos e negociantes as grandes riquezas do subsolo albanês.

Os albaneses não conheciam o verdadeiro capitalismo. O regime do rei Zogu era um regime semifeudal, obscurantista, no qual em lugar das leis vigoravam os “cânones” tribais. Somente agora, durante os últimos seis, sete anos, os albaneses o conheceram em toda a sua ferocidade. Durante esses anos, mais do que nunca os comunistas albaneses sentiram-se próximos a vocês, camaradas comunistas do mundo capitalista. Tornaram-se mais conscientes de suas lutas heroicas, especialmente a luta de vocês, camaradas comunistas brasileiros e de toda a América Latina, principalmente contra o imperialismo norte-americano, contra suas multilaterais e arrogantes intervenções militares, políticas, neocolonialistas, que trouxeram aos povos desses países muitas misérias, muito conhecidas por vocês, porque vocês sofreram e sofrem sobre seus ombros os golpes do Estado, o “apartheid”, as torturas, a pobreza, o tráfico de drogas, a prostituição etc.

Nessas condições de crise, em que o sistema capitalista não consegue esconder as chagas de males incuráveis como o desemprego, a corrupção, a criminalidade e muitos outros males, engendrados por esse sistema, a unidade do proletariado dentro de cada país e em escala

mais ampla, regional, continental e mundial é uma necessidade vital, unidade ideológica com objetivos científicos claros, não subjetivos, unidade nas iniciativas e nas ações revolucionárias contra os planos do capitalismo enfermo e dos revisionistas modernos que pretende prolongar sua existência.

Como se sabe, a tempestade que envolveu a União Soviética e os países socialistas do Leste europeu veio do Ocidente, mas nunca deixou de ser semeada nos fundamentos do primeiro Estado surgido da grande Revolução de Outubro, desde o berço. São conhecidas as correntes, os grupos e as personalidades que até os dias de hoje ajudaram os capitalistas a enterrar o comunismo, como Krushev, Gorbachev, Iéltsin etc.

Há 40 anos os revisionistas modernos apareceram abertamente, separaram-se dos princípios marxista-leninistas, atacaram a revolução de outubro e as suas conquistas. No 20º Congresso atacaram Stálin, contrapuseram Stálin a Lênin, depois tentaram rebaixar também o papel de Lênin, contrapondo-o a Marx, e mesmo Marx eles dividiram em dois, por períodos.

A tempestade que se abateu sobre a Albânia socialista não veio apenas do Ocidente, mas também do Leste. A traição revisionista que começou com Krushev e tomou fôlego com Gorbachev, encontrou seguidores secretos e abertos também no Partido do Trabalho. Durante toda a vida Enver Hoxha lutou contra o revisionismo como o grande perigo para as bases e os princípios de marxismo-leninismo e nos fundamentos de um Estado socialista dos operários e camponeses, mas além dele nenhum de nós comunistas, mesmo dirigentes, previu esta derrocada, inimaginável por sua amplitude e profundidade, esta destruição material e esta degradação espiritual ocorrida em nossos países socialistas, incluindo a dissolução da União Soviética.

O Partido do Trabalho, debilitado pelas vacilações de sua direção e pela falta de decisão do principal dirigente do Partido e do Estado, Ramiz Alia, perdeu os laços com as massas e se dissolveu, como sal na água. Quando os verdadeiros comunistas aceitaram o pluralismo partidário, como exigência da inevitável pressão das camadas internas e das forças externas, pensavam que o Partido do Trabalho continuaria desempenhando papel de primeiro plano, prosseguiria seu trabalho, sempre voltado para os interesses do povo e da pátria, como o partido mais antigo, com experiência de 50 anos e portador dos ideais do futuro. Por que isto ocorreu? Quais foram os nossos erros e culpas? São muitas as perguntas sobre as debilidades observadas na aplicação dos princípios do marxismo-leninismo na construção da nova sociedade socialista. Para respondê-las, é necessária a análise por parte dos comunistas albaneses honrados, que contam para isso com a ajuda internacionalista dos partidos marxista-leninistas irmãos.

Hoje a Albânia encontra-se à beira do abismo. Não apenas perdeu a



soberania, a independência política e econômica, a dignidade nacional, mas também o próprio futuro da nação está ameaçado. Nessas condições, a responsabilidade dos comunistas albaneses é de escala nacional. Durante a luta de libertação nacional, os comunistas albaneses deixaram de lado as querelas sem princípios entre os grupos, formaram o partido comunista com apenas 200 comunistas, colocaram-se à frente do povo, na luta patriótica contra os ocupantes nazi-fascistas, sob a palavra de ordem “Unir o povo numa frente antifascista de libertação nacional, sem distinção de credo, religião e ideologia” e venceram.

Depois de 50 anos sob a direção do Partido do Trabalho e de seu destacado líder Enver Hoxha, quando se tirou do povo, o trabalho, o voto, a tranquilidade e a segurança para com o futuro, ele se levantou em poderosa insurreição popular, começando de Vlora e estendendo-se a todo o sul da Albânia, não faltando as expressões de solidariedade de muitas outras regiões e forças políticas da Albânia central e do norte. Novamente foram os comunistas que se colocaram no centro desse movimento popular revolucionário. O povo albanês, histórica e tradicionalmente patriota, valente e orgulhoso, não pode suportar todas essas humilhações. O desfile nas ruas, praças e avenidas de suas cidades, de tanques e batalhões com bandeiras de vários países, ou a emigração de meio milhão de albaneses refugiados, dispersos pela Europa, Canadá, Austrália etc., onde trabalham como escravos. A Albânia e os albaneses perderam a imagem de outrora. Mas o povo albanês resistiu através dos séculos à opressão estrangeira e se erguerá mais uma vez qual a Fênix. O povo albanês tomou as armas para defender e conquistar os direitos que o regime do criminoso Sali Berisha vilipendiou inescrupulosamente. Os estrategistas da destruição da Albânia e do incitamento da guerra civil não alcançaram seu objetivo de levar os albaneses a se matarem entre si, que o Norte atacasse o Sul e vice-versa.

Para derrubar o presidente criminoso Sali Berisha, o povo votou no Partido Socialista de Fatos Nano, porque o Partido Comunista (fundado em 10 de setembro de 1991) ainda é ilegal, embora brevemente será um partido legalizado. Cabe a ele elaborar as alternativas exigidas nestes difíceis momentos e pelos elevados interesses da nação albanesa. Cabe ao Partido Comunista Albanês lutar não apenas contra as forças obscuras internas que levaram a Albânia a esta inimaginável situação, fazer oposição séria, construtiva ao Partido Socialista no poder, o qual, embora muito de seus dirigentes, assim como a maioria de seus membros, sejam provenientes do Partido do Trabalho (pela ausência do Partido Comunista), está distanciado do passado, negou o período de cinco décadas do socialismo e de Enver Hoxha e tem um programa socialdemocrata, que se apoia no livre mercado etc.

O mal maior é que o Partido Socialista e os partidos a ele coligados encontraram a Albânia destruída e os cofres do Estado vazios, saquea-

dos, roubados pelos usurpadores do Partido Democrata, e são obrigados a seguir as ordens dos Estados Unidos, do Conselho Europeu, do Fundo Monetário Internacional, da OTAN etc.

Hoje cada vez mais as pessoas se lembram do passado da Albânia socialista, fazem comparações entre o que tinham conquistado e o que agora perderam.

Os comunistas albaneses estão diante de uma responsabilidade histórica para com os destinos da nação albanesa e da República da Albânia, para a sua defesa da opressão e fragmentação por parte das potências capitalistas e imperialistas cobiçosas.

Queridos camaradas, mais do que nunca os comunistas albaneses necessitam da sua solidariedade internacionalista e de todos os comunistas da América Latina. Expresso a firme convicção de que os comunistas e o povo albanês contarão com seu apoio no caminho da construção do socialismo, segundo os imortais ensinamentos do marxismo-leninismo.

Muito obrigada.

Tirana, Albânia, outubro de 1997.

Nexhmije Hoxha

Partido do Socialismo Democrático da Alemanha

Muito obrigado pelo convite feito ao nosso Partido para enviar um representante ao 9º Congresso do PCdoB nos dias 13 a 15 de outubro de 1997.

Infelizmente não nos será possível enviar alguém nesta longa viagem. Mas estando interessados nos assuntos de suas discussões e nos resultados do seu Congresso, pedimos que nos enviem os principais materiais após o seu término.

Desejamos que tenham debates consequentes e decisões construtivas com respeito aos interesses dos trabalhadores do Brasil.

Nossa solidariedade,

Dr. Helmut Ettlinger

Coordenador

Partido Comunista da Austrália

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Austrália, gostaríamos de enviar nossos mais calorosos e fraternos cumprimentos pelo 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Seu Congresso terá lugar em um momento de fortalecimento da luta entre capital e trabalho, entre capitalismo e socialismo, entre independência nacional e dominação estrangeira.



O sistema capitalista está em crise crescente com o domínio de um número relativamente menor de corporações transnacionais, cujos investimentos não somente geram lucros enormes, mas também possibilitam o controle da vida econômica e política de muitos países.

A tentativa do capitalismo de resolver suas contradições cada vez mais intensificadas é feita à custa da classe trabalhadora de todos os lugares, causando o desemprego em massa, a pobreza e a falta de segurança sem precedentes, a perda dos direitos democráticos, a destruição do meio ambiente e a perda da independência e soberania de muitas nações.

Neste contexto, nós aplaudimos calorosamente a prioridade que seu Partido está dando para a construção e o desenvolvimento de uma ampla frente democrática e popular de oposição à ofensiva neoliberal no Brasil.

Na Austrália, também, uma questão-chave para o nosso Partido é o desenvolvimento de unidade de ação de todas as forças de esquerda e progressistas em oposição às políticas econômicas fundamentais infligidas sobre o povo.

Nunca antes a necessidade de mudança no direcionamento da sociedade capitalista esteve tão aparente. Nunca antes a necessidade do socialismo esteve tão grande. Somente uma sociedade socialista pode alcançar o desenvolvimento social.

Portanto, nós apoiamos de todo coração a atenção do PCdoB para com o fortalecimento do seu Partido política, ideológica e organizacionalmente, para desenvolvê-lo com força para a transformação revolucionária em seu país. Temos a certeza de que seu Congresso fortalecerá seu Partido e trará nova energia, confiança e sucesso em suas campanhas e consolidará o papel essencial do PCdoB na sociedade brasileira. Enviamos nossos melhores votos de sucesso em seu 9º Congresso.

Fraternalmente,

Dr. Hannah Middleton

Presidente do Partido Comunista da Austrália

Partido Comunista da Áustria

Nós agradecemos de coração pelo convite para participar do 9º Congresso de seu Partido. Transmitimos aos queridos camaradas delegados do 9º Congresso, a todos os comunistas e ao povo brasileiro, uma saudação calorosa e solidária. O nosso Partido na Áustria também está lutando contra a ofensiva neoliberal, pela defesa dos fundamentos de uma política social e democrática, bem como por uma perspectiva socialista. Estes objetivos são hoje ameaçados pela União Europeia, pela construção de uma ordem internacional monopolista, principalmente através do renascente imperialismo alemão, como também pelo forta-

lecimento da visão ocidental da OTAN. Nós propugnamos por uma Europa antimonopolista, democrática, social, ecológica, pela igualdade, segurança, paz e solidariedade com os povos do terceiro mundo. Temos visto que estas metas têm se fortalecido pelo trabalho comum internacionalista, de todos os comunistas, da esquerda e das forças progressistas com quem queremos ser solidários.

Desejamos, camaradas e amigos, sucesso na luta pelos interesses dos operários brasileiros. Nossa solidariedade internacionalista à Direção Nacional do PCdoB.

Walter Baier

Partido Comunista do Canadá (M-L)

Na ocasião do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista do Canadá (M-L) envia saudações revolucionárias a todos e a seu Partido, desejando grandes êxitos nas deliberações deste importante evento na vida política de seu Partido, da classe trabalhadora e do povo do Brasil.

Como parte das tarefas estabelecidas para este 9º Congresso, o Partido levantou questões de importância vital para o progresso da humanidade. A ofensiva neoliberal, conhecida no Canadá como ofensiva antissocial, é a campanha mais brutal empreendida pela oligarquia financeira em todo o mundo e, em cada país, para recuperar seus lucros e se eximir da grande crise que o sistema enfrenta. A humanidade corre o risco de voltar à era das trevas da Idade Média com a perda da noção de uma sociedade moderna que assuma a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros e tente cumprir suas reivindicações.

Desejamos receber os resultados de suas deliberações sobre a importante questão da criação de uma ampla oposição nacional contra esta ofensiva no Brasil. No Canadá, onde a classe trabalhadora e o povo também militam na luta contra esta ofensiva, consideramos o desenvolvimento de um movimento contra a ofensiva antissocial e a criação de um programa pró-social como tarefas das mais importantes para os comunistas neste momento. Portanto, gostaríamos de ser informados sobre suas deliberações a respeito do papel do Partido Comunista como a principal ferramenta para transformação revolucionária e força decisiva da revolução e construção do socialismo.

Ao levantar estas questões críticas, tratando dos graves problemas que o movimento enfrenta na resistência à ofensiva neoliberal, seu Partido confirma mais uma vez sua vocação como a mais importante arma da classe trabalhadora para o desempenho de seu papel histórico, levando amplas camadas da sociedade para a luta pela libertação nacional e social, pelo fim da exploração de uma nova sociedade socialista.

Como sabem, nosso Partido sofreu a perda trágica de nosso querido



líder nacional, o camarada Hardial Bains, que faleceu em 24 de agosto. Aproveitamos esta ocasião para transmitir nossa grande apreciação por sua mensagem de condolências e pelo tributo que prestaram ao Camarada Hardial Bains na Sessão Plenária de seu Comitê Central realizada de 13 a 15 de setembro. O camarada Bains sempre teve um grande respeito pelo seu Partido e por sua liderança. Conforme comunicou a vocês antes que soubéssemos de sua enfermidade, ele planejava visitá-los novamente este ano para o intercâmbio de experiências e para o aprofundamento da unidade de luta entre nossos partidos e povos. Expressamos em nome dele sua apreciação pessoal e a de todo nosso Partido e forças progressivas pelo grande ato de assistência internacionalista e proletária que seu Partido prestou no auxílio de congressistas, senadores e personalidades progressistas que apoiaram seus direitos políticos e humanos de aquisição de sua cidadania canadense. Iremos garantir que a tradição de amizade e relações de trabalho entre nossos Partidos continuem a ser desenvolvidas no futuro.

Estamos confiantes de que o 9º Congresso irá marcar um novo passo para o fortalecimento organizacional, político e ideológico do Partido Comunista do Brasil, que sempre se manteve como o contingente brasileiro mais valoroso do movimento internacional de comunistas e trabalhadores. Seu Partido jamais falhou no cumprimento de seu dever de liderar a classe trabalhadora e o povo do Brasil, mesmo nos momentos mais difíceis de traição revisionista e ditadura brutal do passado, mesmo nas dificuldades causadas pela pressão de liquidação exercida pela burguesia mundial, pelo imperialismo e por toda a reação nas atuais condições de recolhimento da revolução.

Estamos orgulhosos de poder transmitir a vocês as mais sinceras e revolucionárias saudações e de permanecer lado a lado com vocês enquanto nossos partidos se preparam para as tempestades revolucionárias que surgem no horizonte neste período em que o recolhimento da revolução se aproxima do fim.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a unidade de trabalho e de luta entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)!

O socialismo está vivo no presente e no futuro da humanidade. Nós triunfaremos!

Partido Comunista do Chile

Ao se realizar o mais importante evento do Partido Comunista do Brasil, em nome de todos os comunistas chilenos, do Comitê Central e da comissão política, lhes venho desejar saudações fraternas e o desejo de êxito nas discussões e resoluções que se adotem, trazendo o objetivo de alcançar o bem-estar do povo e dos trabalhadores do Brasil, pela demo-

cracia e o socialismo, o que se alcançará mediante o sucessivo aumento das lutas contra o neoliberalismo e em favor da alternativa popular.

Os anos transcorridos desde o início dos problemas críticos vividos pelos partidos comunistas demonstram que não podem nos destruir, pelo contrário, estamos nos levantando com mais força e maior experiência; que nos constituímos, em cada país, em partidos de unidade e de luta, para elevar e derrotar as políticas do capitalismo neoliberal, que se tem ensaiado principalmente na América Latina, requerendo, sem dúvida, esforços comuns dos partidos comunistas, das forças progressistas consequentes e democráticas para os quais estaremos sempre dispostos à ação comum.

Nessa oportunidade, desejamos expressar junto à saudação ao seu 9º Congresso, nossa solidariedade para com todos os povos da América Latina. Em especial, saudamos Cuba que mantém no alto a bandeira do socialismo no nosso continente e agradecemos por haver participado ativamente na comemoração dos 30 anos da morte em combate de Che, que nosso povo e sua juventude acolheram com grande entusiasmo.

Expressamos ao Partido Comunista do Brasil e a todas as delegações irmãs presentes em seu Congresso, nossa amizade e nossa disposição em manter as mais proveitosas relações, baseadas no respeito mútuo, na colaboração e no internacionalismo.

Gladys Marin
Secretário-Geral

Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre (AKEL)

Em nome do Comitê Central do AKEL (Partido Progressista dos Trabalhadores), gostaria de enviar a vocês, a todos os participantes do 9º Congresso do PCdoB e a todos os militantes, nossas melhores congratulações pelo evento de seu 9º Congresso.

As teses a serem debatidas no 9º Congresso são de vital importância para o povo brasileiro e para o próprio Partido, levando em conta o ataque neoliberal que ocorre no seu país e os desenvolvimentos internacionais em geral.

Os acontecimentos internacionais dos últimos anos, agora mais do que nunca, clamam pela cooperação e coordenação da ação das forças de esquerda, no sentido amplo da palavra, e das forças democráticas e patrióticas tanto no nível nacional quanto no regional e internacional, buscando defender os direitos e os interesses dos trabalhadores. A este respeito desejamos todo sucesso nos seus esforços para conseguir esta frente.

Consideramos que a discussão destes temas em seu 9º Congresso e suas conclusões serão úteis e de interesse para nós também. Gostaríamos muito de poder estar presentes ao Congresso, de podermos sentir



a situação no país e a sua luta. Entretanto, as limitações financeiras nos impedem de fazê-lo. Esperamos poder encontrá-los em outra ocasião e trocar pontos de vista sobre o interesse comum.

Enviamos nossas congratulações pela ocasião de seu Congresso e desejamos deliberações consequentes para benefício do povo do Brasil pelo progresso social e pela paz.

Saudações camaradas,

Andros Kiprianou
Membro do Birô Político,
Chefe de Relações Internacionais
do Comitê Central AKEL

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

Recebam as saudações da Comissão Internacional das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia/ Exército do Povo (FARC/EP). Desejamos que seu Congresso seja a expressão clara das energias libertárias do povo brasileiro que, como os demais povos latino-americanos, também está chamado a construir uma pátria digna, independente, soberana, com justiça social, trabalho para todos e paz. Para todo comunista está claro que a única via para a construção de uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados, é o socialismo.

Convidamos vocês a participarem dos avanços da nossa luta na busca de nossos objetivos, sendo fundamental e determinante a tomada do poder para, com o povo armado, construir um novo Estado, um novo governo, novas instituições, pois nossa visão é a construção de uma nova Colômbia. Seguimos o caminho de Bolívar para alcançar a segunda e definitiva independência. Para isto necessitamos da solidariedade de todos os revolucionários, da América Latina principalmente.

Na Colômbia todos os espaços para a política estão fechados. É por isso que a parte mais valiosa da oposição e dos revolucionários encontra-se de mãos atadas, tanto na montanha quanto na cidade. Sabemos que, como revolucionários, temos o compromisso histórico de lutar por uma sociedade socialista, estamos aí para vencer ou morrer.

Grande sucesso para vocês e muito obrigado.

Comissão Internacional das FARC/EP

Partido Comunista dos Estados Unidos

O Comitê Nacional do Partido Comunista dos EUA lamenta não ter sido possível estar presente no seu 9º Congresso.

Enviamos nossos calorosos e fraternais cumprimentos ao seu Congresso e a todos os comunistas brasileiros nesta ocasião da maior importância.

Nosso Partido acompanha com grande interesse a liderança que seu Partido vem dando à frente única em benefício das necessidades e aspirações da classe trabalhadora e do povo brasileiros. Sua luta por união é a melhor garantia de que a frente única realizar-se-á.

Seu Congresso é celebrado num momento em que o imperialismo dos EUA, em sua ganância pelo lucro máximo e dominação mundial, coloca uma pressão ainda maior sobre o seu governo assim como sobre os demais governos da América Latina. As leis NAFTA e “fast-track” que estão sendo debatidas neste momento nos EUA com o propósito de estender as “zonas de livre comércio” é um método para aumentar a exploração da classe trabalhadora em todos os países, incluindo o nosso. O movimento de sindicatos do comércio dos EUA continua inalterável em sua oposição a estes acordos de comércio que somente aumentarão a miséria, a pobreza e o desemprego em todos os lugares, enquanto as corporações monopolistas dos EUA ficarão mais ricas.

Esperamos notícias sobre o sucesso do seu Congresso e temos certeza de que será um avanço na trajetória da luta pela melhora da qualidade de vida da classe trabalhadora do Brasil, através da paz, da justiça e do socialismo.

Aceite, uma vez mais, nossos mais sinceros cumprimentos por um Congresso pleno de sucesso.

Com saudações fraternas,

Comitê Nacional

Partido Comunista dos Estados Unidos

Partido Comunista da Eslováquia

O Comitê Central do Partido Comunista da Eslováquia, em nome de todos os comunistas do nosso país, cumprimenta calorosamente o extraordinário Congresso do Partido Comunista do Brasil. Expressamos nossa convicção de que sua convenção será um estágio significativo na luta do seu Partido pela transformação democrática da sociedade brasileira, bem como da justa demanda dos comunistas do Brasil pelos direitos sociais da classe trabalhadora. Desejamos ao partido irmão PCdoB um sem-número de êxitos no processo de realização dos ideais marxista-leninistas.

Para nós isto significa o fortalecimento da ideologia baseada no marxismo-leninismo, a aplicação de nossos princípios organizacionais e nosso compromisso com um maior desenvolvimento da cooperação internacional entre as classes trabalhadoras e os seus partidos.

Longa vida para a paz, a democracia e o socialismo. Com calorosas e fraternas saudações,

Vladimir Tado

Presidente do Partido Comunista da Eslováquia



Partido Comunista Francês

Nós lhes enviamos nossas mais calorosas felicitações por ocasião de seu congresso.

Acompanhamos com interesse a luta de grande relevância do movimento social e das forças progressistas do Brasil. Sabemos a parte que cabe ao Partido Comunista do Brasil.

Trata-se de um encorajamento para todos aqueles que, no mundo inteiro, trabalham em favor do progresso social e da democracia.

Na França, vocês sabem, um governo e uma maioria de esquerda – com a participação dos comunistas – assumiram responsabilidades na direção dos negócios do país. Em tais condições, nos esforçamos para contribuir para que esta experiência inédita corresponda às aspirações de nosso povo.

Neste contexto, estamos mais do que nunca interessados no desenvolvimento das relações de cooperação e de solidariedade com todas as forças progressistas. E isto se infere ao Partido Comunista do Brasil.

É com este espírito que lhes enviamos todos nossos votos de pleno sucesso para o 9º Congresso.

Fraternalmente,

Jean-Paul Magnon
Secretário do Comitê Central

Novo Partido Comunista da Holanda

Desejamos que tenham um Congresso muito inspirado e muito sucesso na luta contra o imperialismo, a opressão e a pobreza. Achamos que “fazer frente à ofensiva liberal, criando uma oposição forte, democrática e nacional” é um tema muito importante. O NPCH está buscando principalmente o equilíbrio entre a luta ideológica e um meio de criar uma oposição nacional ampla. Não é um objetivo fácil. Também concordamos que os partidos comunistas são as principais ferramentas para a transformação revolucionária.

Portanto, esperamos que o seu Congresso obtenha sucesso para encontrar respostas para estas questões, respostas pelas quais temos grande interesse. Pedimos a gentileza de nos enviar informações sobre os resultados.

Sentimos muito não poder estar presentes no seu importante Congresso. Esperamos encontrá-los em outra ocasião. Tenham certeza do nosso carinho e admiração pelos comunistas do Brasil, que lutam sob circunstâncias muito difíceis.

Com saudações comunistas revolucionárias,

Wil van der Klift,
Secretário de Relações Internacionais
do Novo Partido Comunista da Holanda

Partido Comunista da Índia (Marxista)

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista) envia calorosas e fraternais saudações ao 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Estamos confiantes de que este importante Congresso intensificará ainda mais a luta do povo brasileiro contra a atual ofensiva neoliberal.

Seu congresso está sendo realizado em meio a uma complexa situação internacional. Forças do imperialismo mundial, conduzidas pelos EUA, continuam procurando impor sua hegemonia – tanto política quanto econômica. Entretanto, estes esforços encontram resistência. A complexidade da situação mundial é tal que enquanto os EUA procuram impor sua visão de unipolaridade, o desenvolvimento mundial conta com as possibilidades da multipolaridade emergente. Estas possibilidades, contudo, somente podem ser utilizadas se os comunistas estiverem aptos a fortalecer ainda mais seus vínculos com a classe trabalhadora e a aperfeiçoar a luta de classe contra os múltiplos ataques produzidos pelo imperialismo. Sob estas circunstâncias, a resolução do Partido Comunista do Brasil de criar uma ampla frente democrática e popular em oposição a esta ofensiva e implantar uma ação política, de modo a forçar a classe dominante a reverter estas políticas, constituirá parte importante da luta da classe trabalhadora por todo o mundo contra o atual avanço imperialista.

O PCI(M) tem em alta estima o glorioso legado dos comunistas brasileiros na luta para restaurar a democracia em seu país e também os atuais embates para o avanço do movimento popular, visando a uma sociedade livre de exploração. Temos certeza de que as deliberações de seu congresso fortalecerão ainda mais o Partido Comunista do Brasil e seus laços com a classe trabalhadora.

Uma vez mais desejamos todo o sucesso em seu Congresso.

Fraternais saudações!

Partido Comunista Revolucionário da Inglaterra (M-L)

Em nome do Comitê Central e de todos os membros e simpatizantes do PCRI (ML), enviamos nossas mais sinceras congratulações pela bem-sucedida convocação do 9º Congresso do PCdoB. Desejamos também estender nossos cumprimentos ao camarada João Amazonas, ao novo Comitê Central e a todos os militantes do PCdoB nesta importante ocasião.

Estamos certos de que as decisões importantes que serão tomadas no 9º Congresso fortalecerão ainda mais o trabalho de seu Partido em meio à classe trabalhadora e às massas populares pelos seus direitos



e pelo avanço da revolução e do socialismo. Desejamos ao seu Partido todo sucesso na implementação das decisões do 9º Congresso.

Novo Partido Comunista da Inglaterra

Em nome do Comitê Central do Novo Partido Comunista da Inglaterra e de seu jornal *Novo Trabalhador*, enviamos nossas fraternais saudações ao Congresso do PCdoB.

Apesar de estarmos separados por milhares de milhas, estamos ligados pelo laço comum do trabalho, pela ideologia comum do marxismo-leninismo e pelo inimigo comum, o capitalismo.

Acompanhamos a luta dos operários e camponeses do Brasil através dos artigos em suas publicações e notícias do trabalho realizado pelo seu Partido lutando pela paz, democracia e por mudanças revolucionárias.

A crise do capitalismo está se intensificando, mergulhando milhões e milhões no desemprego e na pobreza. É um sistema falido baseado na opressão, exploração e guerra. Nunca antes foi tão aparente a necessidade da mudança revolucionária.

A única alternativa é o socialismo que está sendo construído na China Popular, em Cuba, na Coreia Democrática, no Laos e no Vietnã, massas populares, que produzem toda a riqueza no mundo, estão lutando sob a liderança do movimento comunista.

Seu Congresso chega em um momento crucial para o povo brasileiro. Temos certeza de que ele representará um farol para os oprimidos no seu país e esperamos conhecer as suas conclusões.

Nossos melhores votos a todos os camaradas em suas deliberações. Fraternalmente,

Andy Brooles

Secretário-Geral

Novo Partido Comunista da Inglaterra

Embaixada da República do Iraque

A Embaixada da República do Iraque muito agradece pelo convite para o ato político cultural do encerramento do 9º Congresso do Partido e, lamentando não poder participar por compromissos prévios, aproveita para enviar-lhes os votos de pleno sucesso em seus trabalhos.

Dr. Farouk A. Al-Fityan

Encarregado de Negócios AI.

Partido da Refundação Comunista da Itália

Sentimos muito em ter que comunicar-lhes que, diante da precipitação da crise política italiana, tivemos de suspender as viagens ao

exterior de todos os camaradas da Direção Nacional do Partido da Refundação Comunista. É por este motivo que o companheiro Paolo Guerrini que estaria participando dos trabalhos de seu Congresso não pôde partir.

Desculpamo-nos por isto, certos de que entenderão o grave contexto que motivou esta decisão.

Sabedores da importância das atividades do Partido Comunista do Brasil, bem como da significância deste momento, enviamos a todos os delegados de seu 9º Congresso, fervorosos votos de pleno êxito.

Solicitamos o envio das atas do Congresso, o que permitirá mantermo-nos informados sobre sua atividade, enquanto trataremos de agendar, o quanto antes, um encontro de debates diretos.

As mais cordiais saudações.

Sucesso!

Fausto Bertinotti

Secretário-Geral do PRC

Frente Sandinista de Libertação Nacional – Nicarágua

Companheiro José Reinaldo,
Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil,

Estimado companheiro,

Através de sua pessoa queremos enviar ao Partido Comunista do Brasil nossos desejos de êxito na celebração de seu 9º Congresso.

Estamos seguros de que cumprirão as metas propostas na luta contra o neoliberalismo no Brasil e no fortalecimento político e ideológico de seu Partido.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional tem o prazer de enviar saudações e felicitações.

Fraternalmente,

Dr. José Pasos Marciaco

Chefe das Relações Internacionais da FSLN

Partido dos Trabalhadores Dominicanos – PTD

Na ocasião da celebração do 9º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil, enviamos nossas calorosas e fraternais saudações da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores Dominicanos.

O PCdoB, fundado em 25 de março de 1922, comemorou recentemente seu 75º aniversário com uma grande festa demonstrativa da pertinência histórica e vitalidade atual de seu papel na vida política brasileira.



No curso de sua prolongada existência, o PCdoB tem levantado a bandeira da causa da democracia e do socialismo. Na luta pela conquista destes objetivos, vários de seus destacados dirigentes e membros perderam suas vidas em diversos períodos. Glória eterna ao seu exemplo e memória!

Da República Dominicana, pequena ilha do Caribe, queremos compartilhar com vocês a alegria e as esperanças que os congregam em seu 9º Congresso, desejando-lhes pleno êxito em seu trabalho na criação de uma frente de oposição nacional, democrática e popular e de um partido forte e moderno de elevados ideais e princípios.

Nós nos despedimos transmitindo nossas saudações a todos os delegados do 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Fazemos votos para que a amizade e a solidariedade recíprocas recebam um novo alento de fortalecimento nas decisões e resoluções deste grande evento.

Saudações fraternais,

Jose Gonzales Espinoza

Presidente e Senador da República

Luis Ulloa Morel

Secretário-Geral

Esteban Diaz Jaquez

Vice-Presidente e deputado nacional

Jose E. Oviedo Landestoy

Secretário de Assuntos Internacionais

Partido Comunista dos Operários da Rússia

Sendo impossível enviar um delegado ao 9º Congresso do PCdoB, devido a problemas financeiros e de organização para a Conferência Internacional em comemoração do 80º aniversário da Grande Revolução de Outubro, estamos contentes em poder enviar-lhes e a todos os membros do Partido nossas congratulações.

Desejamos que os delegados ao Congresso elaborem um programa estratégico que sensibilize a opinião pública e possa criar uma força política suficientemente forte para reverter a ofensiva neoliberal.

Também esperamos que a ação conjunta do PCdoB, o movimento dos camponeses sem terra e outras forças progressistas da sociedade apresentem avanços para a eliminação das injustiças sociais, da pobreza e da degradação do meio ambiente produzidos por um sistema baseado em interesses pessoais egoístas.

Victor Tiulkin

1º Secretário do Partido Comunista
dos Operários da Rússia

Partido Comunista Marxista-Leninista da Suécia

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista Marxista-Leninista, KPML(r) da Suécia, envio ao seu partido e ao 9º Congresso nossas saudações revolucionárias.

As tarefas principais que o Congresso discutirá e sobre as quais tomará decisões são a prova do papel importante e central que o seu Partido representa na política brasileira. A defesa dos direitos da classe trabalhadora e os interesses das classes pobres, em geral, requer medidas concretas, iniciativas e coragem dos comunistas, neste período, quando o neoliberalismo e a ditadura do mercado econômico são tão dominantes, tanto na política nacional quanto global.

Desejamos todo sucesso ao seu Congresso em suas importantes tarefas. Aguardamos após o Congresso informações sobre as decisões tomadas.

Com saudações comunistas em nome do internacionalismo proletário,

Teddy John Frank
Secretário Internacional
Comitê Central – KPML^(s)

Partido Comunista do Uruguai

Foi com prazer que recebemos seu cordial convite ao 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Infelizmente não poderemos comparecer, como seria de nosso agrado. Desde já lhes desejamos o maior êxito no Congresso que abordará temas de grande importância, de tal forma a nos preparar, da melhor maneira possível, para enfrentarmos a estratégia neoliberal do imperialismo. Assim vão se enriquecendo as análises do Foro de São Paulo para se forjar urgentemente uma estratégia global de sentido contrário.

Recebam a fraternal saudação do Comitê Central de nosso Partido.
Avante Camaradas! Êxitos!

Carlos Flanagan
Secretário de Relações Internacionais

Partido Comunista da Venezuela

Ficamos muitíssimo honrados com o amável convite para participar de seu 9º Congresso, o qual, certamente, terá grande importância para todo o movimento comunista de nosso continente. Desejamos o maior êxito a todos os trabalhos, enquanto esperamos poder enviar um representante.



Caso isto não seja possível, aproveitamos a viagem do companheiro professor Franklin Gonzáles – destacado sociólogo e coordenador da Escola de Estudos Internacionais, da Universidade Central de Venezuela – para lhes enviar nossas saudações, já que ele nos prometeu ser portador destas linhas de solidariedade e estímulo aos trabalhos do Congresso.

Entusiásticas saudações revolucionárias!

Jerônimo Carrera,
da Comissão de Relações Internacionais
do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela

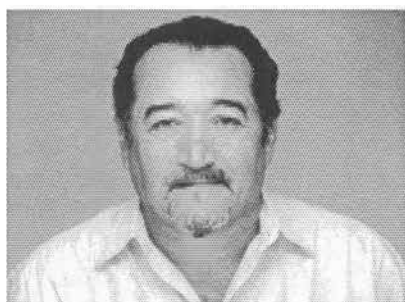


Efetivos

(em ordem alfabética)



Adalberto Monteiro



Alanir Cardoso



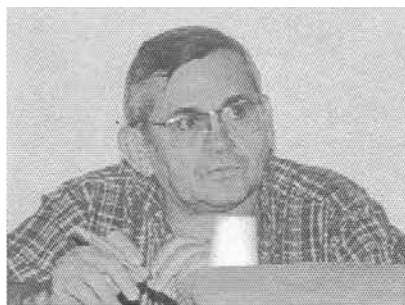
Aldo Arantes



Ana Maria Rocha



Antonio Renildo Souza

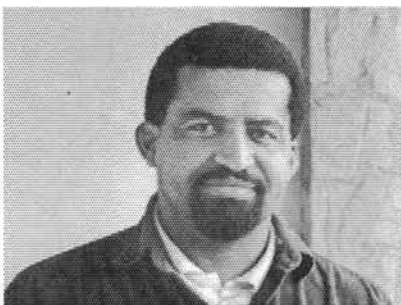


Carlos Augusto Diógenes

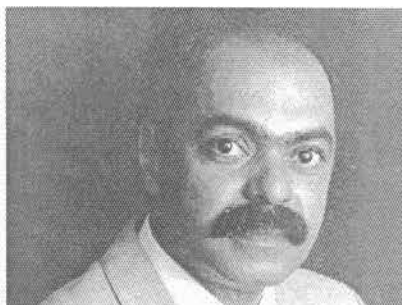


Daniel Almeida





Edmilson Valentim



Edson Silva



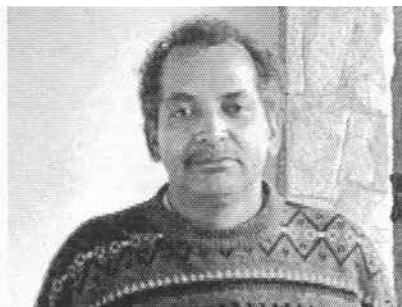
Eduardo Bonfim



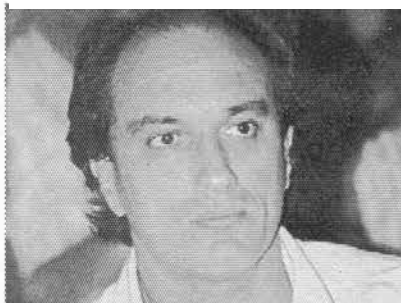
Elza Monnerat



Eronildo Bezerra



Eustáquio Vital Nolasco



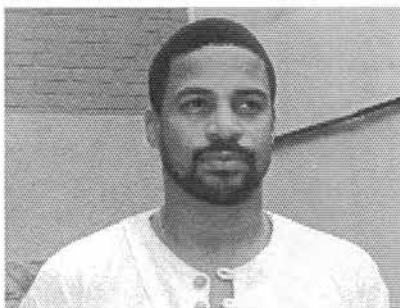
Francisco Javier Alfaya



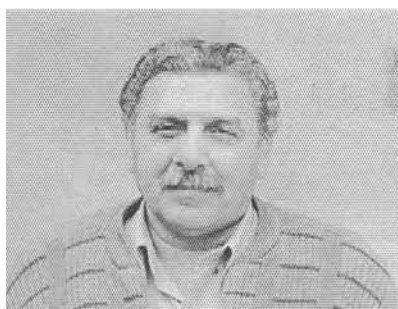
Haroldo Lima



Inácio Arruda



Jairo José



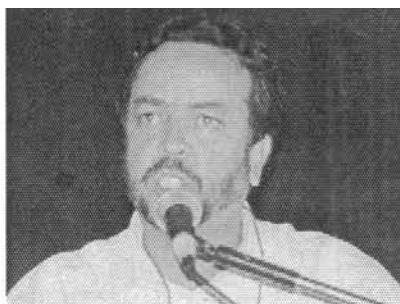
Jamil Murad



Jandira Feghali



João Amazonas



João Batista Lemos

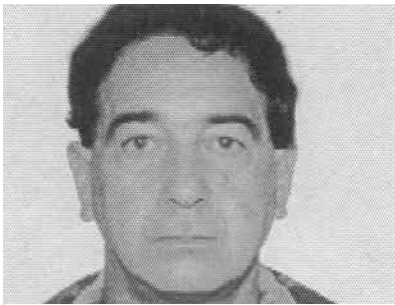


José Aldo Rebelo

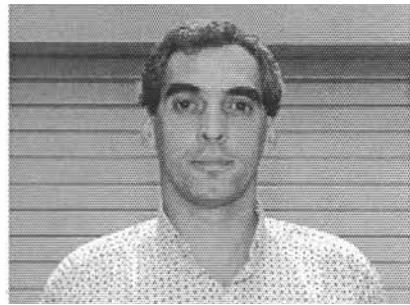


José Carlos Ruy

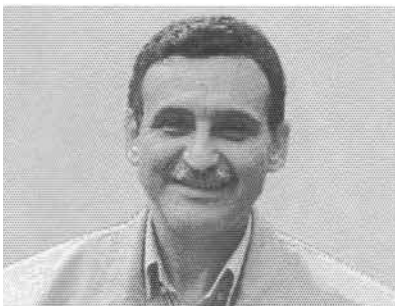




José Ouriques Freitas



José Reinaldo Carvalho



José Renato Rabelo



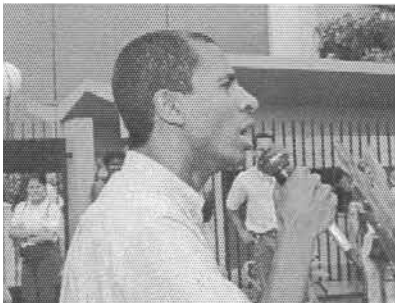
Jussara Cony



Liège Rocha



Luciano Siqueira



Luís Alberto de Albuquerque Chaves



Luis Fernandes



Maria Socorro Gomes



Maria Socorro Jô Vieira



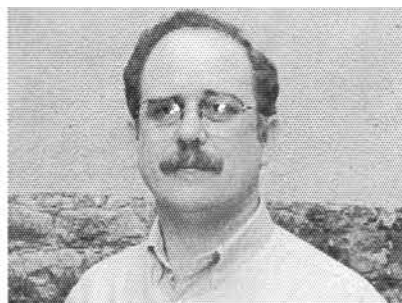
Nádía Campeão



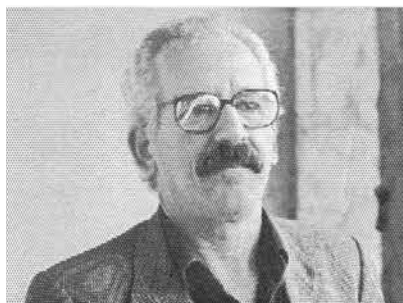
Nivaldo Santana



Olival Freire



Pedro de Oliveira



Péricles Souza



Ricardo Abreu (Alemão)





Sérgio Miranda



Vanessa Grazziotin



Wagner Gomes

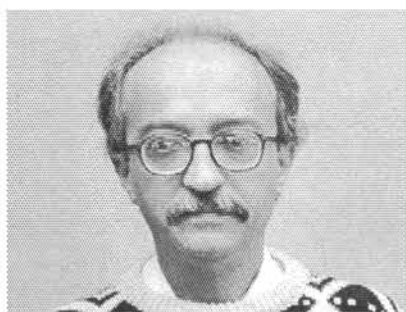


Walter Sorrentino

Suplentes



Ronald Freitas



Neuton Miranda



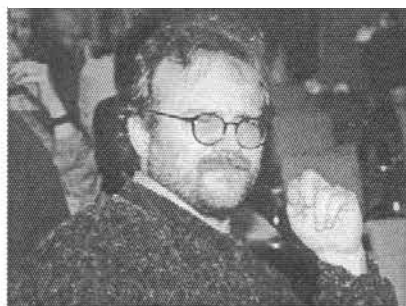
Agnelo Queiroz



Dilermando Toni



Madalena Guasco



Altamiro Borges

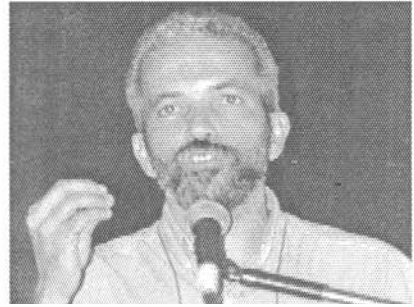


Divino Goulart





José Messias de Souza



Edvaldo Nogueira



Orlando Silva Jr.



Lia Klein



Joel Batista



Sérgio Barroso

Comissões de Trabalho

Mesa Diretora do 9º Congresso

Aldo Arantes
Carlos A. (Patinhas)
Haroldo Lima
Jô Moraes
João Batista Lemos
Jussara Cony
Luis Chaves
Nivaldo Santana
Péricles Souza
Renato Rabelo
Vanessa Grazziotin
Vital Nolasco
Walter Sorrentino

Comissão de Candidaturas

Alanir Cardoso
Ana Maria Rocha
Eduardo Bonfim
Eronildo Bezerra
Jairo José
João Batista Lemos
José Freitas

Comissão de Redação

Aldo Rebelo
Renildo de Souza
Luis Fernandes
José Reinaldo Carvalho
Renato Rabelo
Sérgio Miranda
Walter Sorrentino





São Paulo - 13, 14 e 15 de outubro de 1997

ISBN 85-7277-011-9



9 788572 770118



Anita Garibaldi

Telefax: (011) 289-1331

e-mail: classeop@ruralsp.com.br